

RODRIGO KUMMER

**JUVENTUDE RURAL, ENTRE FICAR E PARTIR: A DINÂMICA DOS JOVENS
RURAIS DA COMUNIDADE DE CERRO AZUL, PALMA SOLA/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Toledo, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Colognese

TOLEDO/PR

2013

RODRIGO KUMMER

**JUVENTUDE RURAL, ENTRE FICAR E PARTIR: A DINÂMICA DOS JOVENS
RURAIS DA COMUNIDADE DE CERRO AZUL, PALMA SOLA/SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNIOESTE, Toledo/PR, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Toledo, 18 de Junho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

**Professor Dr. Erneldo Schallenberger
PPGCS – UNIOESTE**

**Professor Dr. Guillermo Alfredo Johnson
PPGS - UFGD**

**Professor Dr. Silvio Antônio Colognese
PPGCS – UNIOESTE**

Dedico este trabalho a três pessoas em especial.

Aos meus pais, Estanislau Clemente e Marli Maria, pelos maiores ensinamentos que tive na vida: ser humilde, ser honesto, viver tranquilo e persistir sempre.

Ao amigo Roberto Carlos Ribeiro de Moura (*in memorian*), que foi tirado de minha companhia assim como nos tiram muitos sonhos. Mas por ti ousei lutar e para ti ofereço um pouco de mim. Felizes daqueles que podem dizer o que o coração deseja: “amigo, na falta da tua presença me conforta saber o quanto fizemos e o quanto há, ainda, por fazer...”

AGRADECIMENTOS

Toda obra é coletiva. Ainda que se a fizemos totalmente sozinhos dependemos dos instrumentos de outros. Se usarmos instrumentos só nossos, de toda forma haverá alguma ideia que provém de outrem. Se nem instrumentos, nem ideias, nem nada disser respeito aos outros, aí tal obra não servirá para coisa alguma, pois remete apenas ao ego do escritor.

Às vezes penso que essa dissertação é mais dos outros do que minha. Afinal minha ela não é, nem nunca foi no absoluto do termo. Se existe hoje impressa é graças ao empenho de muitas pessoas. Ainda sob pena de esquecer alguém algumas delas hão de ser citadas aqui.

Primeiramente agradeço aos moradores da comunidade de Cerro Azul que bem me receberam e muito contribuíram para que a pesquisa se realizasse em especial aos jovens que acudiram as minhas perguntas, as minhas entrevistas, a minha “bisbilhotagem”.

A minha família. Aos meus irmãos que sempre estenderam apoio, que discutiram comigo aspectos da pesquisa, que foram jovens rurais migrantes e hoje são agricultores “engajados”. Em especial aos meus pais que mesmo não entendendo direito as minhas saídas e minhas escolhas sempre mantiveram o apoio e o entusiasmo. Pacatos agricultores, talvez camponeses, resignaram uma vida de labuta na e para a terra, com a certeza de que nada tenha sido em vão. A vida simples, com todas as renúncias foi, antes de qualquer coisa, uma vitória para quem tinha poucas perspectivas. Se hoje passei a pensar a vida na “roça” como pressuposto teórico é, pois, resultado de ter vivido também parte de tudo isso.

Aos meus orientadores, Eliane e Sílvio. Além da contribuição e da providencial paciência destaco entre ambos dois elementos preciosos. A professora Eliane por mostrar que eu era capaz e podia me desafiar a enfrentar a pesquisa. Ao professor Sílvio por torná-la viável ao incentivar sempre a objetividade, bem descrita nas célebres frases: “não decidir já é decidir mal” e “escrever é preciso”.

Aos demais professores do programa de Mestrado em Ciências Sociais da Unioeste e em especial aqueles com quem convivi mais intensamente: Allan, Eric, Erneldo, Maria Salete, Osmir, Paulo Henrique, Paulo Roberto e Rosana. Não tive aulas no antigo conceito do termo. Recebi “apenas” algumas críticas e um punhado de conselhos... E isso fez toda a diferença.

Aos colegas do programa de Mestrado, Emerson, Jaqueline, Jorge, Karoline, Mannoela, Oberty e Roberto pelos bons momentos divididos, pelas discussões travadas e pelas angústias divididas. As secretárias do programa de Mestrado, Sandra e Marilucy, pela dedicação, profissionalismo e amizade.

Aos colegas de trabalho da Universidade Paranaense, da unidade de Francisco Beltrão/PR. Aos professores do programa de História: André, Bonamigo, Claídes, Clenir, Cleverton, Marcelo, Odair, Thaís e Vera. Em especial ao coordenador do curso de História e grande amigo, professor Ismael que incentivou, flexibilizou e dividiu angústias. Aos demais colegas de Unipar que sempre me alfinetavam com a dolorosa pergunta: “e aí, quando defende a dissertação?”. Também meus alunos da Unipar que “vira e mexe” recebiam gratuitamente exemplos teóricos baseados na pesquisa e ouviam com respeito e paciência.

Meus colegas da Escola de Educação Básica Catharina Seger, na comunidade de Cerro Azul, município de Palma Sola/SC, pela parceria e incentivo ainda nos idos de 2010 para que seguisse em frente. Aos colegas da Escola de Educação Básica Serafim Bertaso, na comunidade de São Vendelino, município de São José do Cedro/SC, por “aguentarem” um mestrando revoltado com as pequenas-grandes coisas da vida.

Aos amigos que conheci em Toledo/PR e que fizeram parte da minha nova família. Um parêntese específico ao amigo Tiago, que na administração da escassez sob a qual nos abatíamos me estendeu a mão e tornou-se um grande interlocutor intelectual.

Aos amigos e amigas que entre encontros e desencontros foram importantes nessa caminhada. A Karen pelo incentivo a ingressar no programa de mestrado; a Vanderléia, minha parceira, amiga e incentivadora, pela incomensurável disposição em contribuir e discutir os métodos, os desdobramentos e detalhes desta pesquisa. Tornou-se uma espécie de co-autora.

Ao Cepaf de Chapecó (Centro de Pesquisas da Agricultura Familiar), especialmente nas pessoas de Milton Luiz Silvestro e Clóvis Dorigon que acolheram um palmassolense em busca de apoio bibliográfico e dividiram um pouco da experiência de embrenhar-se na espinhosa e deliciosa análise da agricultura familiar.

A Secretaria de Agricultura de Palma Sola. Sempre prontos e solícitos em contribuir e interessados nos resultados da pesquisa. Em especial ao Edenilson Zuanazi e principalmente ao Paulo Sufredini que dispôs de horário de férias e de um sábado de manhã chuvoso para me ajudar.

Minha amiga Talita e minha prima Vanessa que pacientemente se encarregaram das transcrições das entrevistas.

A Capes pelo apoio financeiro.

Mas, em tudo isso, é preciso não esquecer uma coisa:
ciência é coisa humilde, pois se sabe que a verdade é inatingível.
Nunca lidamos com a coisa mesma, que sempre nos escapa.
Aquilo que temos são apenas modelos provisórios,
coisas que construímos por meio de símbolos,
para entrar um pouco no desconhecido.

Rubem Alves

[...] não é necessário conhecer tudo para poder entender alguma coisa.

Clifford Geertz

[...] embora o grau de sucesso seja variável, a tentativa é possível para todos.

Bronislaw Malinowski

A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade
apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa,
se esquecesse que lida com os homens, mesmo quando estes,
à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram,
em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens
o sentido de suas ações.

Pierre Bourdieu

KUMMER, R. **Juventude rural, entre ficar e partir:** a dinâmica dos jovens rurais da comunidade de Cerro Azul, Palma Sola/SC. 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo.

RESUMO

Esta pesquisa analisa os fatores sociais relacionados ao processo e às dinâmicas que se estabelecem com os jovens rurais entre sair e ficar do/no meio rural. A discussão baseia-se num estudo entre jovens da comunidade rural de Cerro Azul localizada no município de Palma Sola, circunscrito a região Oeste do estado de Santa Catarina. Esta comunidade, constituída a partir da década de 1940, teve historicamente sua base econômica e demográfica pautada na agricultura. Entretanto, atualmente verifica-se uma intermitente diminuição de sua população, sendo predominantemente a população jovem que vem decrescendo. Essa alteração se justifica pelo grande número de jovens que tem abandonado o campo e as atividades agrícolas para residir no meio urbano. Todavia não são todos os jovens que optam por abandonar o campo. Alguns permanecem na comunidade e estão envolvidos diretamente com a atividade agrícola e agropecuária. No entanto, essas não são decisões sem volta. Tanto sair quanto ficar são decisões provisórias e processuais. São fenômenos que se verificam como comportamentos relativos, fluídos e não necessariamente definidos. O discurso em geral referencia a expressão: “vendo no que vai dar”, isto é, mesmo que há a intenção de permanecer não há certeza entre ir e ficar. Ficar é uma decisão temporária e passível de mudança, dado o sentido de trajetória de vida assumido e as condições sociais disponíveis e alcançáveis. Existe uma expectativa e um desejo de verem-se consubstanciadas melhorias no meio rural que são descritas como “oportunidades” – onde se lê: oferta de empregos no campo e condições efetivas de assumir a atividade agrícola. Discutem-se, em síntese, os fatores relacionados à decisão de partir e de permanecer, bem como as dinâmicas que os jovens que estão no meio rural constituem na vida que desempenham.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Migração; Permanência; Decisão.

KUMMER, R. **Rural youth, between staying and leaving:** the dynamics of rural youth in the community of Cerro Azul, Palma Sola / SC. In 2013. Dissertation (Post-graduate studies in Social Sciences) - University of Paraná - Campus Toledo.

ABSTRACT

This research analyzes the social factors related to the process and the dynamics that are established with the rural youth from going out and getting the / in the countryside. The discussion is based on a study among young rural community of Cerro Azul in the municipality of Palma Sola, confined to the western region of the state of Santa Catarina. This community, made from the 1940s, had historically its economic base in agriculture and demographic guided. However, currently there is an intermittent decrease of its population, being predominantly young population that is decreasing. This change is justified by the large number of young people who have left the countryside and agricultural activities to reside in urban areas. But not all young people who choose to leave the field. Some remain in the community and are directly involved with farming and agriculture. However these are not decisions of no return. As far as getting out are provisional and procedural decisions. Are phenomena that occur as related behaviors, fluids and not necessarily defined. Speaking generally references the expression "seeing how it goes", that is, even if there is the intention to remain there sure between going and staying. Stay is a temporary decision and subject to change, given the sense of life course and social conditions made available and achievable. There is an expectation and a desire to see themselves embodied improvements in rural areas that are described as "opportunities" - which reads: job opportunities in the field and take the actual conditions of agricultural activity. We discuss, in summary, the factors related to the decision to leave and to stay as well as the dynamics that young people who are in rural areas are in life that play.

KEYWORDS: Youth, Migration; Permanence; Decision.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Região Oeste de Santa Catarina.....	112
Figura 2 – Localização do município de Palma Sola/SC.....	114
Figura 3 – Vista panorâmica da Comunidade de Cerro Azul.....	124
Figura 4 – Mapa da região Extremo Oeste de Santa Catarina.....	170
Figura 5 – Atividades/situações de migração.....	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivações da migração dos jovens segundo os pais.....	198
Gráfico 2 – Visão dos pais sobre os motivos pelos quais os jovens permanecem no meio rural.....	251
Gráfico 3 – Renda média dos agricultores de Cerro Azul.....	256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução populacional em Santa Catarina por área de domicílio – 1970 a 2010 ..	63
Tabela 2 – Evolução populacional de Palma Sola/SC por área de domicílio – 1970 a 2010...	65
Tabela 3 - População residente de 15 a 29 anos em Palma Sola/SC por área de domicílio – 1980 a 2010	66
Tabela 4 – Pretensão de permanência no meio rural.....	157
Tabela 5 – Percepção de facilidade para montar uma propriedade rural.....	158
Tabela 6 – Motivações para a saída do meio rural.....	158
Tabela 7 – Pretensão de continuidade dos estudos (Ensino Superior).....	159
Tabela 8 – Perspectiva de incentivo dos pais para a permanência dos filhos no campo.....	160
Tabela 9 – Crescimento populacional na região Extremo Oeste de Santa Catarina por local de domicílio entre 2000 e 2010.....	171
Tabela 10 – Faixa etária e gênero dos indivíduos que migraram para a zona urbana.....	197
Tabela 11 – Motivos elencados pelos pais para a permanência ou não dos filhos no meio rural.....	250
Tabela 12 – Necessidades de melhorias para atividade agrícola.....	257

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAPÍTULO I – JUVENTUDE E COMUNIDADE RURAL: ASPECTOS TEÓRICOS E DE INSERÇÃO NA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	19
2.1 A PERMANÊNCIA DOS JOVENS RURAIS EM PERSPECTIVA DE ANÁLISE	19
2.2 PRESSUPOSTOS E PERCURSOS DE PESQUISA	25
2.2.1 Encaminhamentos metodológicos da pesquisa	25
2.2.2 Estudos de comunidade.....	30
2.2.3 A infusão etnográfica	37
2.3 A LITERATURA SOBRE JUVENTUDE RURAL	46
2.3.1 Análise preliminar da condição dos estudos sobre juventude rural no Brasil	46
2.3.2 A categoria juventude rural	49
2.3.3 As problemáticas da juventude na agricultura familiar	55
2.4 O JOVEM RURAL DE PALMA SOLA/SC DIANTE DAS DINÂMICAS DE MIGRAÇÃO/PERMANÊNCIA	62
3 CAPÍTULO II: A COMUNIDADE DE CERRO AZUL	70
3.1 A COMUNIDADE E SUA PROBLEMATIZAÇÃO CONCEITUAL.....	70
3.1.1 Problemas analíticos e conceituais	70
3.1.2 A formação sócio-histórica do espaço colonial da região Sul do Brasil.....	77
3.1.3 A identidade comunitária nos espaços coloniais da região Sul do Brasil.....	86
3.1.4 A importância dos processos de reciprocidade em comunidades rurais	94
3.2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA: O CASO DE CERRO AZUL	99
3.2.1 Cerro Azul: a visão histórica.....	111
3.2.2 Cerro Azul: uma visão etnográfica.....	124
3.2.3 Cerro Azul: uma colônia em crise?.....	139
4. CAPÍTULO III – OS JOVENS RURAIS DE CERRO AZUL: DECISÕES E REPRESENTAÇÕES.....	137
4.1 SER JOVEM E SER JOVEM RURAL: REPRESENTAÇÕES DE RURALIDADE E URBANIDADE.....	137
4.1.1 Os elementos constitutivos das representações e das decisões entre ruralidade e urbanidade.....	137
4.1.2 Motivações juvenis: as perspectivas postas entre sair e ficar.....	156
4.1.3 Representações entre jovens migrantes e permanentes da comunidade de Cerro Azul.....	161
4.2 MIGRANDO: A SAÍDA COMO ALTERNATIVA E COMO DESEJO.....	170
4.2.1 Motivações da migração: as perspectivas postas pelos jovens que deixaram o meio rural.....	172
4.2.2 Motivações da migração: as perspectivas postas pelas famílias da comunidade...195	
4.3 PERMANÊNCIAS: OS PROJETOS DE VIDA EM RELAÇÃO AO MEIO RURAL...200	
4.3.1 A posição dos jovens “da roça” de Cerro Azul.....	202
4.3.2 A posição dos jovens “da vila” de Cerro Azul.....	233
4.3.3 As projeções e ponderações familiares da permanência.....	245
4.4 COMO FICAM OS JOVENS QUE FICAM? DINÂMICAS DE PERMANECÊNCIA DOS JOVENS DE CERRO AZUL.....	260
4.4.1 O espaço produtivo e de renda.....	260
4.4.2 No grupo de jovens.....	263
4.4.3 No jogo de futebol.....	264
4.4.4 No baile.....	265

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	272
6 REFERÊNCIAS.....	281
7 APÊNDICES.....	291
7.1 QUESTIONÁRIO EXPLORATÓRIO COM ESTUDANTES.....	291
7.2 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS QUE DEIXARAM O MEIO RURAL.....	294
7.3 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS JOVENS QUE PERMANECEM NO MEIO RURAL.....	295
7.4 QUESTIONÁRIO APLICADO AS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE.....	296
7.5 ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM JOVENS QUE PERMANECEM NO MEIO RURAL.....	300

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata do dilema dos jovens¹ rurais entre ficar e partir do meio rural. Envolve um exercício analítico e de discussão acerca da agricultura familiar e mais especificamente da conjuntura que envolve os jovens inseridos nela. O comportamento tendencial entre os agricultores familiares, até a década de 1970 era a reprodução das unidades produtivas alocando os filhos como seguidores da profissão. A partir da vinculação destes espaços ao processo de modernização a sucessão hereditária no trabalho rural tornou-se dificultada. Dados os problemas e os ganhos diminutos os filhos preferem migrar e engajar-se em trabalhos urbanos ao invés de permanecerem na atividade agrícola.

Do ponto de vista lógico a definição do local onde estão vivendo os indivíduos se lhes estabelecem como opção. Porém, de nenhuma forma a vida se desenvolve apenas em relação ao local de moradia imediato. São tecidas outras relações interpretativas que advogam o contato com a exterioridade em geral. Demovem-se perspectivas e surgem novas, ainda que relacionadas ao mesmo espaço. As representações são construções motivadas pelas mentalidades e propositadas a partir das mensurações diretas e indiretas a que determinados sujeitos se expõe e estão expostos.

Ser o que se é principia a ser onde se é, ou onde se quer ser. A saída é um comportamento intencional e relacional ao mesmo tempo. Da mesma forma o é a permanência. Nesse sentido pensar o fenômeno “permanência” é antes da mais nada supor que o fato de ficar é um comportamento tácito, definido, medido e organizado a partir de conflitos sociais, ideológicos e identitários. Há um jogo de situações socialmente demarcadas que intercede o curso das decisões. O caráter de definição efetiva torna-se esguio e protelado. Decidir, nesse caso, é antever a vida conforme as opções podem ser visualizadas, isto é, de forma parcial. O que prepondera é, portanto, a indecisão, já que o conteúdo capaz de aprimorar as representações é alcançado com a sobreposição de pequenas partes de um enigma cotidiano.

O fenômeno que interessa analisar e discutir nesta pesquisa diz respeito a relação entre migração e permanência de jovens no meio rural. A permanência de jovens no campo, como objeto de estudo, se justifica pela existência de uma “tendência” desse grupo a saída, ao êxodo rural. Embora o movimento populacional de saída seja verificado, a permanência também o é.

¹ Neste trabalho o termo “jovens” fará sempre referência a ambos os sexos. Apreciações específicas aparecerão expondo a terminologia “rapaz” e “moça”.

Um bom número de pesquisas na área do rural dá conta de compreender fenômenos de migração juvenil. No entanto, as análises que abarcam os processos que consideram analiticamente a permanência dos jovens no campo ainda são pouco expressivas. Nesse caso ambos os comportamentos são problematizados. Há um campo de discussão a se solidificar. O “ficar” em relação ao sair não é um fato essencialmente novo de pesquisa, mas é uma realidade social latente por explicações. Portanto, o que se propõe nesta pesquisa não é abordar um fato novo, mas envidar esforços para discutir uma dinâmica social determinada e de forma aproximada ao contexto efetivo desses atores sociais. Leva-se em conta o entendimento específico daqueles que supõem-se tenham entendimento prático que manifestam em relação ao problema.

Quando se trata do conjunto de estudos acadêmicos relativos à juventude rural predominam as abordagens sobre as questões do êxodo desses sujeitos. Percebe-se que parte das análises dão conta do entendimento do êxodo e partem do pressuposto de uma necessária adequação automática desses indivíduos a vida urbana e a consequente falência do sistema de agricultura familiar. Ou, por outro lado, defendem que estes jovens devam permanecer no meio rural, retomando a ideia de “fixar o homem no campo”. Interposto de forma geral essa conotação dúbia recompõe a complexidade de que se não existirem condições de vida atrativas no meio rural para os jovens eles migrarão para o meio urbano. A inexistência dessas condições reveste-se como uma exclusão e determina o comportamento de saída.

Não é objetivo deste trabalho discorrer no sentido de resolver o problema do êxodo, até porque seria presunçoso afirmá-lo como tal. É sim um fator que estabelece e afiança mudanças. O papel destas linhas é mostrar, discutir, problematizar, no máximo construir provocações. Não é o conhecimento pelo conhecimento, mas o conhecimento pela necessidade de não tornar natural àquilo que possui relações ainda ignoradas e mal compreendidas. Mesmo que ao final ainda continuem neste estágio, vale contabilizar a proposição de perguntar sobre, para que no mínimo possa-se melhorar a pergunta.

A opção por discutir essa dinâmica de êxodo e, talvez com maior ênfase, a de permanência dos jovens rurais na comunidade de Cerro Azul, uma pequena comunidade rural do município de Palma Sola/SC, é operacional. Deve-se ao fato de que neste local há um significativo número de permanências, embora importe mais o processo a ser analisado que o local de análise. Outros pontos contribuíram nessa opção operacional, tais como: o fato de o local representar um modelo de organização comunitária e rural em que os jovens estão inseridos, a exemplo da maior parte do espaço regional; devido também às transformações na relação dos jovens com a comunidade e com as dinâmicas agrícolas, sendo verificadas

alterações significativas no padrão decisório dos sujeitos; relativo ainda a uma maior proximidade e inserção do pesquisador no campo, o que facilita a relação prática no ambiente e com os sujeitos da pesquisa, apesar de que crie, também, problemas de ordem epistêmica que denotam a necessidade de um distanciamento e um estranhamento teórico com relação às dinâmicas estudadas.

A inserção do pesquisador no lócus foi facilitada pelo fato de ter nascido no lugar e vivido ali até os 24 anos, com duas saídas “rápidas”. Além disso, participou – apresentando-se pública e socialmente à comunidade – das diretorias do grupo de jovens e do clube esportivo. Mas sem dúvida o fato de ter trabalhado na escola da comunidade como professor de março de 2006 a agosto de 2010 facilitou o contato com os moradores, geralmente ainda o chamando de “professor”. Cabe destacar que na comunidade os professores e professoras sempre gozaram de um prestígio significativo.

Evidentemente que a facilidade em estabelecer os contatos, ser recebido, obter depoimentos, entrevistas, questionários foi apenas “uma” faceta positiva da pesquisa. O fato de conhecer todos os moradores, de ter dividido com eles boa parte da vida e o próprio fato de sentir-se um “nativo” colocaram sempre em dúvida sobre o que se estava considerando importante e “produtivo” para a pesquisa e as muitas coisas que acabavam sendo ignoradas em campo. Algumas dúvidas – por sorte – vieram à tona e tornaram-se problematizáveis à tempo. Ainda assim é preciso confessar que muitos elementos passaram despercebidos, uma vez que o exercício de estranhamento e distanciamento nem sempre se manifestaram enquanto estive em campo. O que parecia uma facilidade no início constituiu-se um empecilho no final da pesquisa.

Uma comunidade rural se constitui num espaço de sociabilidades intrincadas pelas representações feitas ao ser rural. O agricultor – enquanto categoria profissional – é suplantado pelo colono – categoria identitária. Nesse caso os moradores reproduzem um envolvimento histórico em torno da comunidade e de sua própria existência. Em geral o tornar-se colono envolveu, para a maioria, a migração e o estabelecimento de laços sociais na e para a comunidade.

O elo de ligação e de reconhecimento destes é, em síntese, a coexistência e a divisão das experiências históricas naquele local. Embora os discursos tomem caráter nostálgico, há nessa nostalgia um princípio de reconhecimento das práticas efetivadas. Num momento distante e diverso se não necessariamente salutar, hoje reforçam a própria identidade manifesta. Marcadores étnicos denotam as proposições em torno do colonato. Portanto, discutir as dinâmicas decisórias dos jovens no meio rural se revela interessante quando

realizado numa comunidade. Os resultados de análise obtidos demonstraram que não é pertinente considerar o processo de migração ou da não-migração rural como um fenômeno homogêneo. Leva em conta o espaço, os atores e a relação estabelecida ali.

A discussão e a pesquisa proposta denotam uma postura importante: a de que não há como abordar a questão do êxodo e da permanência dos jovens rurais apenas levando em conta um único fator. A explicação referente ao processo se estabelece na forma como os jovens se relacionam com estes diversos fatores. Desta forma, o caminho de análise se orienta por buscar uma aproximação dessas dinâmicas e desses atores, sob pena de se assim não procedermos, construirmos uma explicação válida, mas para o caso errado.

Se é bastante complicado especificar os fatores de atração e repulsão envolvidos na migração dos jovens do meio rural, mais complexo ainda é definir os fatores condicionados a permanência. Incluir um ou destituir outro passa a ser uma decisão complexa, só atenuada com maior discussão de campo empírico. Ainda assim é válido considerar que a questão da renda é, de fato, preponderante na determinação de um “motivo”. O problema que se percebe é justamente este. Porém, ao explicar-se a importância que a renda tem nessa conjuntura há a tendência a sobrevalorizar o seu papel e passar a ser a única versão aceita, sob a qual todo discurso político vai, depois, tomar forma. Por outro lado, sobrevalorizar o papel da família também cria cisões analíticas que podem desconsiderar a influência que os fatores exteriores têm nessa circunstância.

A resposta, se é que há, leva em conta compreender como cada e quais fatores implicam na vida e nas decisões dos jovens que optam por migrar ou ficar na agricultura. Pode-se dizer nessa discussão preliminar que os fatores imbricados levam em conta a vida dos envolvidos, suas expectativas, ambições, desejos, carências, problemas, etc. Só poderão ser tecidas análises sobre, se essas variáveis se manifestarem presentes. Caso contrário a resposta será rasa e distante. E é justamente isso que essa pesquisa pretende não ser.

A organização do trabalho se estabelece em três partes. No primeiro capítulo discutem-se os aspectos teóricos e de inserção na problemática de pesquisa. Retoma-se o referencial teórico do estudo, sobretudo no que se refere à literatura sobre a categoria juventude rural e as problemáticas contemporâneas que este grupo enfrenta. Este item contempla ainda a entrada no seio da discussão em perspectiva espaço-temporal ao envolver e caracterizar os jovens rurais do município de Palma Sola/SC diante das dinâmicas de migração/permanência. São tomados como pressupostos de discussão os percursos da pesquisa, com ênfase para os encaminhamentos metodológicos que se sobrepõem a partir dos estudos de comunidade e da etnografia.

O segundo capítulo foca o lócus de pesquisa, isto é, a comunidade de Cerro Azul, município de Palma Sola/SC. Para tal discute-se a problematização conceitual em torno da “comunidade”. Encaminha-se uma explanação sócio-histórica que identifica as comunidades rurais da região Sul do Brasil como território constituído através do processo de colonização e produção agrícola, diretamente ligado a figura do colono. São retratadas algumas dinâmicas destes espaços que configuram um ambiente de relações sociais tecidas pela proximidade, solidariedade e reciprocidade. Essa proposição encaminha para a defesa da existência de uma identidade comunitária nos espaços coloniais da região Sul do Brasil e que é analisada e imbricada com os processos de constituição e reprodução da agricultura familiar na região Oeste de Santa Catarina. Por fim, concentra-se esforço na apresentação e articulação teórica sobre: a história da comunidade de Cerro Azul; uma apreciação etnográfica; a pretensa crise na qual está imersa.

O terceiro e último capítulo apresenta a análise específica sobre o fenômeno da permanência dos jovens no meio rural a partir das entrevistas e do contato com os jovens moradores da comunidade. Inicialmente se constrói uma apreciação das decisões entre ir e ficar e das representações em torno da ruralidade e urbanidade. A partir dessas representações concentra-se a discussão entre os jovens migrantes, ou seja, nas motivações da saída, tanto para estes quanto para as famílias da comunidade. Analisada essa perspectiva foca-se nos processos de permanência, especificamente nos projetos de vida tecidos em relação ao meio rural, sendo subdivididos entre as opiniões dos jovens “da roça” e os jovens “da vila” que vivem na comunidade de Cerro Azul. Inclui-se ainda a apreciação das projeções e ponderações familiares sobre a permanência dos jovens. Concluindo, apresenta-se a conjuntura de permanência relativa às dinâmicas sociais destes atores. Discute-se etnograficamente o que fazem e como se manifestam os jovens que vivem neste local, expondo o espaço produtivo e de renda; o grupo de jovens; os jogos de futebol e os bailes.

2. CAPÍTULO I – JUVENTUDE E COMUNIDADE RURAL: ASPECTOS TEÓRICOS E DE INSERÇÃO NA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

2.1 A PERMANÊNCIA DOS JOVENS RURAIS EM PERSPECTIVA DE ANÁLISE

Objetiva-se, nesta pesquisa, analisar as dinâmicas, motivações e relações estabelecidas no processo de decisão entre a migração e – com destacada ênfase – a permanência dos jovens no meio rural, especificamente na comunidade de Cerro Azul, município de Palma Sola/SC. Entende-se que a realidade conjuntural dos espaços rurais do Brasil na atualidade demonstra que o número de habitantes tem diminuído. Entre os indivíduos que deixam a zona rural a maior parte é de jovens, com maior incidência entre as jovens do sexo feminino. Esse movimento de abandono do campo é de tal forma compreendido que existe uma “tendência à saída”.

Entretanto, a guisa da existência dessa tendência, alguns jovens permanecem no meio rural, vinculados as atividades agrícolas e as dinâmicas próprias da ruralidade. Embora conhecedores das oportunidades que a maioria vislumbra no meio urbano, sua decisão é a de ficar e seguir a atividade que sua família desenvolve. Na maioria dos casos é apenas um dos membros da família que permanece, enquanto que os demais se encaminham para atividades urbanas ou alheias a agricultura.

Portanto, cabe analisar as motivações imbuídas entre estes jovens e buscar perceber as dinâmicas que se estabelecem para a permanência no meio rural. Isto é, por que alguns jovens da comunidade de Cerro Azul permanecem no meio rural se há uma tendência para o êxodo? Ou quais são os fatores envolvidos nessa decisão entre sair e permanecer no meio rural?

As explicações encontradas na literatura sobre a permanência iniciam considerando o caráter positivo da juventude rural vista como uma categoria-chave para a reprodução social no campo e da agricultura familiar. No entanto, se expressa também o caráter negativo que a agricultura revela aos jovens (aos atores interessados), quando comparada a atividades urbanas, tanto no que tange a renda quanto aos esforços demandados. (FERREIRA; ALVES, 2009).

Entre os fatores relacionados à saída estão, de um lado, “os atrativos da vida urbana, principalmente em opções de trabalho remunerado (fatores de atração); e de outro lado, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola (fatores de expulsão)”. (BRUMER, 2007, p. 36). Singer (1973) destaca que essas migrações são explicadas pelas relações capitalistas no campo e os fatores de estagnação, isto é, crescente pressão populacional sobre

áreas cultiváveis. Nesse processo “os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo mudança de técnica e, em consequência, o aumento da produtividade do trabalho”. (SINGER, 1973, p. 38). Por seu turno os fatores “resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra” (p. 38). Corrobora, ainda, a análise de Linhart, que verifica a existência de uma produção sociológica que explica o êxodo de forma confusa e contraditória. Ora é exemplificado como “consequência da modernização da agricultura, ora como resultado da decadência do sistema tradicional de atividade agrícola”. (2002, p. 7).

Significa, portanto, efetivar como causa da migração dos jovens rurais o desenvolvimento das relações capitalistas. Como bem assinala Singer (1973), há, de fato, uma interferência estrutural do capitalismo no campo, sendo que este está sujeito à economia de mercado. Mas, como reafirma Brumer, apesar do peso dos fatores estruturais, “as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração ou de expulsão”. (2007, p. 37). Isso significa que mesmo diante de uma influência drástica do processo de industrialização, de urbanização e de tecnificação os jovens percorrem e manifestam-se neste território “movediço”. São sujeitos e agem no tecido social, ou seja, sempre resta margem de manobra em relação às decisões tomadas e a tomar.

A tendência de crise de sucessão e da reprodução do espaço rural – evidenciada na região estudada pela recusa de parte dos filhos em assumirem as atividades dos pais e pelas dificuldades encontradas entre aqueles que desejam sucedê-los – é permeada pelo fato de existirem jovens permanecendo no meio rural. Acredita-se que a opção pela permanência está vinculada a dois paralelos: ao arrefecimento da atração exercida pelo espaço urbano e a consideração da permanência nas atividades rurais como significativas para o alcance dos projetos de vida.

Veja-se que, se no caso da emigração existem fatores de atração do meio urbano e de expulsão do meio rural, no caso das permanências também devem existir fatores de atração (manutenção) do próprio meio rural. Não seria exagero, desse modo, pensar em fatores de expulsão (no caso repulsão) do meio urbano. Esses fatores agem realmente nesse “sentido inverso”? Ferreira e Alves identificam, além dos já mencionados fatores de atração do meio urbano e fatores de expulsão do meio rural, os “fatores de retenção” ao meio rural. Seriam tais como “a segurança, em termos de moradia e alimentação, além de perspectivas e projetos de desenvolvimento da unidade de produção, com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida”. (2009, p. 250).

Avolumam-se considerações a respeito de uma crise de reprodução social do modo de vida rural. Porém, se há uma crise é porque existe uma demanda por mudanças. Talvez o modo de vida rural não se manifeste como viável na mente da maioria dos potenciais sucessores. Contudo, estipular que essa crise irá levar ao fim desse modo de vida é complexo, uma vez que ele tem dado sinais de que pode renovar-se, ou ainda, manter-se, mesmo imerso nessa crise, que por mais paradoxal que seja é dinâmica². E essas dinâmicas precisam ser mais bem analisadas.

Compreende-se – a partir de levantamentos preliminares – que se as atividades rurais não atraem a permanência dos jovens, também outras atividades próximas podem não os atrair, devido à carência de empregos e de atividades urbanas. Tendo poucas, “boas” opções entre ficar ou sair constitui-se certo pessimismo entre os jovens, uma melancolia frente à efetivação de seus projetos de vida. Manifestam como aspectos negativos do trabalho agrícola a ausência de férias, de tempo livre nos finais de semana e de horários regulares de trabalho. Consideram a atividade agrícola penosa, dura e difícil, com rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Os pontos positivos se detêm na relativa autonomia, sem vinculação a um patrão. Consideram como barreiras à reprodução das unidades produtivas a falta de acesso à terra, a falta de incentivos (financiamentos, políticas públicas). Embora que “comparar as dificuldades da vida rural com as facilidades da vida urbana é um exercício fácil, mas nem sempre verdadeiro”. (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 250).

A decisão, entre ir ou ficar, como explica Weisheimer, leva em conta os projetos profissionais, que são também os projetos de vida. Sendo o projeto uma “antecipação consciente do futuro contingente” os jovens avaliam o que as atividades urbanas e rurais lhes oferecem ou possibilitam. (2007, p. 248). Malagodi e Marques, tratando do processo de “ir ou ficar” entre jovens rurais de assentamentos, referem-se às dimensões objetivas e subjetivas a que os jovens se vinculam ao decidirem seus projetos futuros:

Neste contexto, ficar e sair são estratégias complementares, pautadas por condições objetivas das famílias de agricultores familiares e pelos significados que estas alternativas oferecem aos jovens, na montagem de seus projetos de vida. Ficar e sair são opções que escondem, de um lado, valores que se formam na mente dos jovens a partir das condições que dispõem suas respectivas famílias, ao mesmo tempo que representam alternativas do exercício de trabalho nos espaços rurais e fora deles. São, portanto, as condições objetivas e subjetivas que formam as concepções dos jovens assentados e dão a eles os elementos para elaborarem seu plano de ações, que orientam suas trajetórias e seus projetos de vida. Constata-se

² Essa discussão remete a um debate clássico, porém infundável sobre o futuro da agricultura familiar sob o capitalismo, presente nas obras de Lênin, Kautsky e Chayanov. Neste estudo essa discussão é protelada, mas influencia a constituição das proposições.

assim que as estruturas objetivas não provocam os mesmos efeitos sobre todos, pois é preciso considerar, além das condições objetivas, as condições subjetivas, como, por exemplo, as representações que cada um faz sobre a saída para a cidade próxima ou distante e, sobretudo, o significado que isso tem para a família. E estas representações variam de acordo com as diferenças de sexo, de idade, escolaridade etc. A análise das trajetórias permite visualizar situações concretas bem diferentes, tais como: há os que partem e os que voltam e os que não voltam. (2007, p. 198-199).

Para Abramo, a dúvida entre ficar e sair é uma questão estruturante. O jovem rural está diante de responder: “O que ser e fazer e onde fazer o que quer. No campo ou na cidade?” (2007, p. 68). E quando decidir precisa levar em conta o seu papel dentro da unidade familiar, “pesar a sua vontade de autonomia e o seu sentimento de compromisso e solidariedade com relação à família”. (p. 69).

De acordo com Carneiro e Castro (2007), em algumas situações o rural passa a ser valorizado justamente pela diminuição das distâncias em relação ao urbano. Não se trata de idealizar um padrão urbano no espaço rural, mas compor, entre semelhanças e diferenças uma objetividade do rural. As composições, conforme indica, se centralizam na valorização da tranquilidade rural, no sossego (visão muito influenciada pela veiculação das notícias de violência manifesta nas cidades); valorização do contato com a natureza; valorização dos laços de afetividade com o lugar, isto é, “viver onde nasceu e foi criado”; maior facilidade para “ser alguém”, ou seja, no plano local é mais fácil “ser visto e notado”; o fato de estar entre iguais e manter um controle relativo do projeto de vida. Além das dificuldades percebidas para arranjar um “bom emprego” no meio urbano.

Vale ressaltar que a perspectiva de permanência que norteia a presente discussão envolve a constatação de uma situação concreta diferenciando-se da noção de fixação dos jovens ao meio rural. Menezes avalia que é do interesse da sociedade urbana que o homem do campo continue em seu espaço rural de origem, “reduzindo a migração campo-cidade e descongestionando os grandes centros urbanos”. (2009, p. 28). Além disso, segundo a autora o sentimento em relação aos pequenos agricultores pobres é de estigmatização e não de valorização. Uma visão do pequeno agricultor “como jeca, matuto, tabaréu, caipira num tom pejorativo que o diminui a um status inferior, de cidadão de segunda classe”. (MENEZES, 2009, p. 30). Resume que a pretensa “valorização do rural parece ser o receio de que os retirantes façam chegar às grandes cidades exércitos delinquentes de todo tipo”. (p. 30).

Por outro lado, Wanderley defende que a valorização da vida no campo se estabelece a partir dele e está relacionada, principalmente, pelas relações de amizade, pela solidariedade e pela tranquilidade. “Os resultados manifestos de permanência se relacionam a vínculos

pessoais com o lugar; a qualidade de vida local; e a qualidade das relações sociais”. (2007, p. 27). Renata Menasche é mais enfática, demonstrando que o centro da questão não é discutir se os jovens querem ou não permanecer, mas sim discutir as condições para que possam ficar:

O jovem rural que tem 18 anos sabe ser agricultor: ele tem o conhecimento de como se faz para ser e o que ser agricultor exige, enfim, tem a competência para a profissão. Isso é um capital que desperdiçamos quando dizemos que não tem jeito, que ele deve sair, que a agricultura já era. Minimizamos o capital que existe. O jovem agricultor, quando assume a profissão, tem que assumir a tradição e a inovação. É o desafio desse jovem. Ele não vai inventar a pólvora e começar tudo do zero, porque carrega uma tradição aprendida, mas, ao mesmo tempo, é chamado a inovar. A profissão de agricultor é extremamente exigente na sociedade moderna porque tem que conciliar tradição e inovação. E essa não é uma questão do setor tradicional. (2007, p. 137).

A permanência de jovens no meio rural que se verifica guarda uma relação fortuita com uma série de demandas e reivindicações a que esses sujeitos chamam atenção. Brumer cita que essas reivindicações abordam dois aspectos: acesso a uma renda própria, cujos recursos eles podem decidir como utilizar; e autonomia em relação aos pais. (2007, p. 39). Stropassolas lembra que não são apenas os problemas relativos ao acesso à terra ou ao crédito que os jovens mantêm expectativa de verem resolvidos, mas também as políticas de “direito ao lazer, à cultura, ao esporte, à educação, à saúde, entre outros”. (2007, p. 291). E Menasche percebe que a demanda central do jovem “é por um meio rural integrado, que realmente vença a visão dicotômica e que reintegre as particularidades do meio rural. Ele quer também um meio rural que assegure a sua cidadania”. (2007, p. 138).

A centralização dessas reivindicações sintetiza uma preocupação com o espaço onde pretendem, ou possam, desenvolver seus projetos de vida. Se o rural torna-se novamente interessante nessas discussões não se deixa de perceber que tanto o campo passa a comportar melhores perspectivas de vida, quanto o meio urbano perde o “encantamento” que por muito tempo foi arrebatador. Como diz Stropassolas, “eles querem uma saída para ficarem no campo”. (2007, p. 285). Carneiro vai mais longe, quando trata do acesso aos bens de consumo modernos e tecnológicos, ao afirmar que “a cidade não é mais o único caminho para se ter acesso a esses bens, o que, a meu ver, constitui uma das mudanças mais relevantes que identificamos no mundo rural. A cidade não exerce mais o mesmo fascínio sobre os jovens rurais de algum tempo atrás”. (2007, p. 63).

A crescente participação da juventude nas atividades agrícolas, como constata Weisheimer (2007), contribui para promover a sua permanência. Isso se alia ao contexto de complexificação que o fato de “ser” agricultor familiar denota. Como indica Stropassolas esta

é uma profissão que passa a ser extremamente exigente na sociedade moderna. E os jovens experimentam um grande desafio: “carregam uma tradição que aprenderam, mas são chamados a inovar” (2007, p. 285), algumas vezes em conflito direto com os pais.

Além das perspectivas de modernização, os jovens se percebem envolvidos nas dinâmicas de diversidade produtiva. Não são apenas as atividades de plantar e criar que se vislumbram aos novos agricultores. Viver no campo cada vez mais denota um conjunto significativo de possibilidades. Se não se pode falar em uma única juventude rural, muito menos falar-se-á em uma única agricultura ou uma única perspectiva de rural, como assinala Weisheimer:

Considerando-se as transformações recentes no meio rural e na agricultura brasileira – como as relacionadas com a evolução do emprego rural não agrícola, que inicialmente ocorreram em função do processo de modernização associado à expansão de atividades industriais e de serviços vinculadas à agricultura e incrementadas nos últimos anos por indústrias de outros setores que se deslocaram para o meio rural –, diversificam-se as possibilidades de inserção profissional dos jovens rurais. Disso resulta que hoje em dia nem todos os jovens rurais são necessariamente agricultores, assim como entre os jovens agricultores há uma grande variedade de situações, como as relacionadas à propriedade ou não da terra em que trabalham. Os impactos disso são evidentes tanto nas diferenças entre esses jovens quanto nas possibilidades que se apresentam a cada um deles. (2005, p. 26-27).

Em síntese a produção acadêmica que trata da permanência dos jovens no meio rural constata que eles anseiam por qualidade de vida, pelo acesso a cidadania plena. Nesse sentido cabe analisar o que os jovens entendem por qualidade de vida, qual é o seu conceito. E também problematizar onde e como eles vislumbram alcançar, usufruir dessa qualidade de vida, se é no meio rural ou no meio urbano. Enfim, como afirma Stropassolas, “temos uma multiplicidade de novas situações e pouca gente fazendo pesquisa”. (2007, p. 292).

O objetivo desta pesquisa, portanto, é analisar as dinâmicas, motivações e relações estabelecidas no processo de permanência dos jovens no meio rural da comunidade de Cerro Azul, município de Palma Sola/SC. Propõe-se com isso também: diagnosticar os fatores que influenciam na decisão de permanência dos jovens no meio rural; compreender quais as expectativas e as ambições que os jovens têm ao permanecerem na agricultura; examinar o impacto do processo de permanência dos jovens para a realidade rural atual.

Em virtude da complexidade da problemática, inicialmente, durante a confecção do projeto de pesquisa, foi considerado possível isolar duas variáveis hipotéticas como capazes de responder a pergunta: o que define a permanência dos jovens de Cerro Azul? A primeira referia-se a uma perspectiva de não atração do meio urbano, isto é, os jovens não perceberiam

perspectivas significativamente atraentes nas cidades para deixarem o campo. A segunda hipótese era a de que estes jovens perceberiam que o meio rural é o local que concentra as perspectivas de desenvolvimento dos seus projetos de vida.

Naquele momento tendeu-se a considerar a segunda hipótese como a resposta mais efetiva à problemática, uma vez que entendia-se que a maior influência nas decisões dos jovens se estabelecia na condição do local onde estes indivíduos estavam. Portanto, se percebessem que as condições no meio rural não lhes satisfizessem eles já teriam migrado, entretanto eles permaneciam neste espaço, considerando-o pertinente as necessidades que manifestam. Assim, o que explicaria o fenômeno da permanência dos jovens de Cerro Azul no meio rural era a perspectiva de que o meio rural oferecesse as condições para que pudessem construir seus projetos de vida.

A pesquisa, entretanto, não permitiu verificar a veracidade dessa hipótese. Constatou-se que os jovens de Cerro Azul que permanecem no meio rural não tem um projeto de vida definido, muito menos estabelecem que o meio rural seja o local para o realizarem. Na verdade foi possível compreender que a decisão entre sair ou ficar é para esses indivíduos uma questão em geral ainda em suspense. Essa problemática será melhor desenvolvida nos capítulos III e IV.

2.2 PRESSUPOSTOS E PERCURSOS DE PESQUISA

2.2.1 Encaminhamentos Metodológicos da Pesquisa

Este é um estudo de comunidade. À exemplo das pesquisas desenvolvidas pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950, esta pesquisa está focada num pequeno ambiente rural do interior do estado de Santa Catarina. Uma pequena comunidade, “Cerro Azul”, sendo um espaço perdulário da colonização teuto-brasileira e das atividades rurais. Mais precisamente uma pequena comunidade rural do município de Palma Sola, localizado na parte extrema da região Oeste catarinense.

Assim, a base da pesquisa foi um misto de abordagens e técnicas – ainda que não seguidas totalmente conforme previstas. A construção metodológica perpassou situações que a conferem como um estudo de comunidade, como uma etnografia ou como uma análise de dados coletados empiricamente. Tem-se, portanto, uma pesquisa que é a soma indivisa de todos esses pressupostos, mas não pode ser caracterizada diretamente apenas como um deles em específico. Se vista de maneira geral será apresentada como estudo de comunidade, ou

melhor, um estudo na comunidade, seguindo em alguma medida a perspectiva dos estudos antropológicos de que “o lócus do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias”. (GEERTZ, 1989, p. 16). O estudo destoa – propositadamente – em muitos aspectos da tradição dos estudos de comunidade da Escola Livre de Sociologia e Política produzidos nas décadas de 1940 e 1950, isto é, “estudos fundamentados na observação direta de pequenas cidades ou vilas com as técnicas desenvolvidas pela Etnologia no estudo das sociedades tribais”. (MELATTI, 1983, p. 17).

Portanto, este não é um estudo de comunidade como sugere a tradição de seu nome. É um estudo que enfoca a questão de saída e, principalmente, de permanência dos jovens no meio rural. Para tecer essa investigação partiu-se do estudo em uma comunidade. É possível dizer numa relação entre variáveis que se estuda a questão dos jovens através da comunidade. Ou ainda estuda-se na comunidade a questão juvenil. Isso se justifica porque não é a comunidade em si que interessa, mas reconhece-se que a forma de sociabilidade e de organização comunitária existentes no local interferem nos fenômenos de saída e de permanência dos jovens no meio rural. De fato aqueles indivíduos que decidem, decidem em algum lugar, motivados por sua história, pela conjuntura e pelas oportunidades que dispõem, todas ligadas ao local onde vivem. Busca-se assim superar algumas das críticas feitas aos estudos de comunidade, sem desconsiderar que algumas possam ter sido repetidas aqui. Mas a principal dela, a da falta de objetividade e “problematicidade”, não é verdadeira neste caso. A comunidade aqui faz parte do problema, não é ela o problema fechado em si mesmo.

Conforme discutido acima, o problema de pesquisa é de cunho heterogêneo e baseado nas decisões tomadas por um conjunto de atores sociais. Assim, apresentou-se a viabilidade de uma pesquisa qualitativa como mecanismo de análise das imbricações que os vários fatores de influência processam na decisão de cada sujeito. Na pesquisa qualitativa, como enfatiza Chizzotti (2003, p. 84), todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto. Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes: do culto e do iletrado, do delinquente e do seu juiz, dos que falam e dos que se calam, dos normais e dos anormais. Neste caso, procura-se compreender a experiência que eles têm, as representações que formam e os conceitos que elaboram. Esses conceitos manifestos, as experiências relatadas ocupam o centro de referência das análises e interpretações na pesquisa qualitativa.

A opção por um método de estudo que se propôs pela aproximação empírica se justifica pelo fato de que está em discussão um conjunto complexo de variáveis implicadas nas decisões manifestas pelos sujeitos. A amplitude e complexidade dessas variáveis, que em última instância formam um conjunto, oferecem uma dificuldade prática de generalização. O pesquisador precisa aproximar-se ao máximo de um ponto local de onde essas variáveis possam ser melhor controladas e conseqüentemente melhor discutidas. É de fato importante promover a análise de forma aproximada, pois importa compreender uma dinâmica social que além de complexa obriga o pesquisador a lançar mão de um ferramental metodológico de grande variedade.

A efetivação da pesquisa se deu a partir de um aporte metodológico composto por cinco momentos específicos: primeiramente, como uma análise histórica da comunidade de Cerro Azul através da vista de documentação relativa às instituições, livros de atas, etc.; como uma etnografia, ou como uma observação constante (em alguns momentos de forma simples e noutros casos participante), principalmente no sentido de problematizar os discursos, as percepções e as conversas tomadas com os jovens e os moradores da comunidade; com o uso de entrevistas dirigidas, gravadas ou não; na aplicação de questionários – de tipo fechado e também aberto (encaminhados pela internet); e, por fim, no debate dos dados com a extensa bibliografia produzida a respeito tanto do aspecto da comunidade quanto das dinâmicas de migração e permanência de jovens do meio rural.

A documentação referente à comunidade constitui um rico acervo e implica no entendimento dos aspectos históricos e identitários do grupo. Dentre a documentação analisada encontram-se: Livro de atas da Comunidade Católica, de 1957 a 1972; Livro de atas da Comunidade Católica de 1972 a 2005; Livro de atas da Comunidade Católica, de 2005 a 2009; Livro de atas da Sociedade Esportiva Sempre Alegre, de 1970 a 1983; Livro de atas da Sociedade Esportiva Sempre Alegre, de 1983 a 1997; Livro de atas da Sociedade Esportiva Sempre Alegre, de 1997 a 2012; Certidão de criação da Sociedade Esportiva Sempre Alegre (01/03/1966), juntamente com a Certidão de Estatuto Social da Entidade, retificado em 07/04/1967 e demais ratificações de 16/04/1973 e 1983; Livro de atas da Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Catharina Seger, de 1993 a 2010; Decretos, declarações, projetos, comunicações internas, estatutos, processos, ofícios, pareceres, requerimentos, atos, grades curriculares e notas expedidas pela escola e/ou órgãos vinculados a Escola de Educação Básica Catharina Seger, desde o ano de 1976; Livro de atas do Grupo de Jovens de Cerro Azul – JUNCA, a partir de 1982.

A etnografia por certo ocupou a maior parte do tempo de pesquisa durante as incursões a campo. A atividade etnográfica esteve vinculada a análise do cotidiano e das características da vida comunitária, seus elementos identitários e as atividades de sociabilização dos jovens no ambiente rural, mais precisamente em atividades que comportassem ações públicas, tais como os momentos de lazer, jogos de futebol, festas, bailes, etc.

A observação como método ou como técnica de pesquisa, ainda que se confunda em vários pontos com a abordagem etnográfica, se configurou num elemento imprescindível para tecer uma compreensão de elementos, fatos e fenômenos que não ocupam espaço nas instâncias discursivas e muitas vezes no posicionamento social e público. Como destaca Gil (1999, p. 110), “a observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida”. Essa proposição de perceberem-se os fatos de maneira direta é ainda mais evidente quando ocorre a observação participante, pois o que é visto é tomado “de dentro”, como exemplifica Gil:

A observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo. (1999, p. 113).

Ainda conforme Gil, a observação participante pode ser natural, “quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga” ou artificial, “quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação”. (1999, p. 113). Invariavelmente, na pesquisa ocorreu uma observação participante natural, visto que o pesquisador foi vinculado ao grupo em análise durante muito tempo. Ainda que há cerca de dois anos afastado, sempre manteve contato e pode ser considerado também como um elemento nativo.

As entrevistas ocuparam o centro das atividades de pesquisa. Foi despendido tempo expressivo durante a pesquisa de campo para que fossem realizadas. A importância que tiveram na problematização se deve ao fato de que permitiram complexificar a visão que manifestam os jovens em relação a sua vinculação ao espaço rural e as motivações de ficar ou sair dele. Evidente que nestas entrevistas pesou a interpelação do pesquisador, uma vez que se buscou delimitar vários dos aspectos discutidos. Gil (1999, p. 117) descreve que a entrevista é

uma técnica de pesquisa, por onde “o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Ela se configura, portanto, como uma interação, ou como um diálogo assimétrico, dado que “uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. (1999, p. 117).

No estudo as entrevistas foram conduzidas de forma estruturada, aquela que “se desenvolve a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados”. (GIL, 1999, p. 121). No entanto, foram aplicadas de forma ponderada. Isto implica dizer que se estabeleceram de forma “semi-estruturada”, ou seja, a regra de repetição das mesmas perguntas nem sempre foi seguida, respeitando o ritmo do entrevistado e a relevância dos assuntos para cada um deles. Foram realizadas 21 entrevistas, sendo 6 delas com jovens da comunidade que migraram para o meio urbano e 15 que permanecem morando no meio rural. Outras 4 entrevistas abertas foram realizadas com moradores da comunidade. Todas essas entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas em texto. Objetivou-se com essa abordagem construir uma discussão mais articulada entre os processos decisórios, uma vez que ambas as decisões importam no conjunto da realidade agrícola da comunidade.

A utilização de uma abordagem quantitativa na pesquisa foi importante no sentido de mapear melhor o fenômeno e caracterizá-lo com maior eficácia. De acordo com Gil (1999, p. 128), o questionário é uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”.

Inicialmente foram aplicados 136 questionários exploratórios a estudantes do Ensino Médio residentes no meio rural do município de Palma Sola/SC. O objetivo desse questionário foi o de mapear a condição de expectativa manifesta pelos jovens do meio rural do município. A opção por aplicá-lo aos estudantes do ensino médio foi a possibilidade de controle de variáveis em relação ao grupo. As informações obtidas com esse questionário foram importantíssimas na definição da problemática de pesquisa e na delimitação dos mecanismos metodológicos postos em prática.

Posteriormente, foram aplicados alguns questionários abertos entre jovens moradores da comunidade. Tanto aqueles que haviam migrado, quanto alguns que residiam na localidade. Esse questionário com 15 perguntas foi encaminhado via e-mail entre os jovens e após respondido reencaminhado ao pesquisador. Essa forma de aplicação se deveu a dificuldade de empreender viagens para contatar jovens que migraram para outras cidades ou

pela dificuldade de tempo de aplicar entrevistas. Da mesma maneira incorreu com alguns jovens residentes na comunidade. Além da dificuldade de tempo, alguns não acudiam com prontidão ao pedido de cessão de entrevista, o que pode ser parcialmente resolvido com os questionários, provavelmente pelo caráter impessoal que denotaram. Cabe ressaltar que nem todos os questionários enviados retornaram respondidos.

Por fim, foram aplicados questionários entre famílias de agricultores da comunidade. Foram mapeadas 17 famílias vinculadas especificamente à agricultura e que moravam fora da sede da comunidade, isto é, da vila. Destas 17, em 13 foram aplicados questionários que versavam sobre uma multiplicidade de fatores. Dados como a composição familiar, a estrutura da propriedade, as expectativas em relação a atividade agrícola, ao futuro dos filhos, as políticas públicas, as carências manifestas, etc. O objetivo da coleta dessas informações foi o de compreender a atual situação das propriedades da comunidade e perceber a vinculação dos filhos em suas atividades. Importante também foi perceber o discurso em relação as motivações de migração e de permanência dos jovens rurais, do ponto de vista dos pais.

Tecnicamente foram coletados 32 depoimentos, orais ou escritos. Além desses depoimentos foram obtidos 149 questionários contendo opiniões e informações quantitativas. Esses foram analisados, debatidos e problematizados a luz da bibliografia corrente que trata da temática. Entre as obras mais significativas relativas à temática em questão, das quais se teve acesso, destacam-se os seguintes autores: Abramovay; Bauman, Bourdieu; Brumer; Cândido; Castro; Carneiro; Comerford; Debona; Golgher; Guaraná de Castro; Graziano da Silva; Mannheim; Meneses; Paulilo; Petrone; Pies; Queiroz; Renk; Schallenberger; Schneider; Seyferth; Silvestro et al; Sposito; Stropassolas; Wanderley; Weisheimer e Woortmann.

2.2.2 Estudos de Comunidade

A formulação dos estudos de comunidade no Brasil surgiu na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933. A influência teórica residia nos estudos de comunidade realizados nos Estados Unidos desde 1920, que tinham o objetivo de compreender “comunidades em processo de mudança social”. (OLIVEIRA; MAIO, 2011, p. 523). No Brasil os estudos tiveram um papel preponderante na efetivação das Ciências Sociais, que dessa forma puderam contribuir efetivamente para o chamado “desenvolvimentismo”, especialmente na década de 1950, quando o país vivia uma tendência de transformação. Essa transformação seria a passagem de um país “essencialmente rural e

agrário em país urbano e industrial” (OLIVEIRA; MAIO, 2011, p. 522), onde a solução das discrepâncias regionais também precisava ser pensada.

O papel das ciências sociais no processo desenvolvimentista fora garantido, segundo Goldwasser (1974), uma vez que esses estudos serviram para institucionalizar uma consciência científica para a compreensão da realidade brasileira, pautando-se sempre numa intensa carga empírica. Rompiam com as interpretações de discurso longo e demasiadamente abrangentes. Trabalhando com um controle maior das variáveis e categorias em grupos restritos, permitiram análises mais aprofundadas e menos especulativas. Como garantem Oliveira e Maio (2011), os estudos de comunidade buscavam ao máximo a objetividade, se configurando em análises detalhadas e minuciosas, uma vez que isso conferia um caráter de “verdade científica”. Entre os sociólogos que desenvolveram estudos de comunidade no Brasil podem-se destacar: Emílio Willems; Charles Wagley; Kalervo Oberg; Antônio Cândido; Maria Isaura Pereira de Queiroz; Albersheim; Oracy Nogueira; Donald Pierson; Doris Meyer e Ellen Woortmann.

A formulação dos estudos de comunidade está vinculada aos estudos clássicos da Antropologia Social, no que tange a análise das sociedades primitivas. A análise de caracteres culturais totais em uma sociedade primitiva rendia a interpretação do modo de funcionamento do grupo. Para os estudos de comunidade ocorreu uma transposição metodológica, sendo-os também estudos que pretendiam explicar a totalidade das comunidades. (ARENSBERG; KIMBALL, 1973; GOLDWASSER, 1974; CASTRO, 2001).

De acordo com Oliveira e Maio (2011), nesses estudos havia uma interdependência entre a Antropologia e a Sociologia, ao que chamam de “zona interseccional” dado que a base metodológica era ligada a etnografia – método aproximativo e extenso a várias problemáticas, sendo principalmente as mudanças sociais – engendrando nas questões de estrutura, resistência e desenvolvimento. Os critérios de objetividade e subjetividade foram relativizados e somados as práticas de etnografia. Como descreve Castro (2001, p. 197), “a objetividade científica é construída a partir de uma experiência subjetiva e individual (o estar lá), pelo uso de determinados procedimentos e técnicas “científicas” na coleta de material, e legitimada pela autoridade etnográfica do antropólogo”.

Os chamados "estudos de comunidade" representam uma tentativa de apreensão unitária da realidade social. Metodologicamente, refletem uma transposição para o âmbito das sociedades complexas, das técnicas de investigação caracteristicamente desenvolvidas pela Antropologia Clássica no estudo das sociedades ditas primitivas. Do modelo teórico destas sociedades, implícito naquela transferência de abordagem, destacaram-se as dimensões de homogeneidade e isolamento que se

assumiam como condições necessárias à aplicação do método antropológico, produzindo-se os primeiros estudos de comunidade preferencialmente sobre pequenos aglomerados rurais relativamente compartimentalizados em suas ligações com a sociedade global. (GOLDWASSER, 1974, p. 69).

Era cadente a importância de analisarem-se os espaços em transformação e aqueles que mantinham um grau de manutenção e preservação cultural. Avaliavam-se categorias de passado – do atrasado – e de modernidade – do novo. Consistia numa verificação do nível de desenvolvimento e da natureza das relações tecidas relacionando-se ao que era, a partir disso, necessário a sua justaposição ao ritmo do resto da sociedade nacional. Para tal os estudos buscavam “a exploração do comportamento humano em seu aspecto social, cultural e de grupo, in vivo, em seu cenário natural, mais ou menos à semelhança do emprego dos métodos de história natural em biologia e zoologia”. (ARENSBERG; KIMBALL, 1973, p. 190). O foco tornava-se o comportamento dos indivíduos que compunham os grupos comunitários.

O estudo de comunidade não é o estudo de culturas inteiras, ou de comunidades [...]. É o estudo do comportamento humano *em* comunidade; isto é, nos contextos naturais, constituídos da vida cooperativa natural e especificamente humana, dos relacionamentos intergeração, e intersexo, da comunidade e transmissão cultural familiar em processo. (ARENSBERG; KIMBALL, 1973, p. 190).

Porém, para pensar esse comportamento específico é preciso definir o caráter do que é ou não comunitário, assim como era necessária a espinhosa tarefa de classificar uma comunidade, de caracterizá-la. Como afirmam Arensberg e Kimball (1973, p. 193), “em nenhuma parte está realmente claro o que seja comunidade, em tamanho, organização, ou outros caracteres, ou como deve ser tratado o relacionamento entre comunidade, cultura e a sociedade mais ampla”. Enfatizam ainda que as comunidades variam em tamanho, em complexidade e na possibilidade de problematizações subjacentes. Como observou Castro (2001), o “local” onde a pesquisa era realizada tinha grande importância nestes trabalhos, e diversos estudos definiam a comunidade a partir do tamanho, lido como número de habitantes. Para tanto a definição de comunidade era associada ao caráter “rural”, demarcada a partir do “tamanho do local”, “grau de isolamento” e de seu “desenvolvimento”. (CASTRO, 2001, p. 196).

Goldwasser entende que existe um modelo forjado para a análise das comunidades, perdulárias das definições de Conrad Arensberg e que se baseiam inicialmente na “ideia de totalidade” e estabelecem um conjunto de pressupostos classificatórios que imprimem uma expectativa de verificação empírica. (1974, p. 71).

[...] em qualquer das dimensões consideradas, menciona-se sempre o caráter unitário da comunidade; os demais atributos se introduzem para caracterizar sua natureza singular em face de outros fenômenos de constituição unitária: territorialidade (a comunidade é localizada, ocupa um espaço físico próprio que lhe fornece a base ecológica), critério demográfico (a comunidade compreende uma população como um dos seus constituintes primários), organização social (as relações sociais na comunidade compõem um sistema integrado cujo padrão pode ser empiricamente determinado) e código cultural (um sistema particular de significados permeia a comunidade, desenvolvendo entre seus membros o sentido de sua participação comum e sinalizando a área de domínio específico da comunidade). (GOLDWASSER, 1974, p. 71).

Grosso modo, os estudos de comunidade podem ser conceituados pela acepção de Comerford (2005, p. 115), “estudo exaustivo de um município, tomado a princípio como ‘comunidade’”. Arensberg e Kimball (1973, p. 170) definem estes estudos como um “método de observação e exploração, comparação e verificação”. Como método não seria o estudo de uma comunidade, nem de várias comunidades ou do próprio conceito de comunidade. Como alertam, “seu propósito é antes o de usar a comunidade como um contexto para a exploração, a descoberta ou a verificação de interconexões entre fatos e processos sociais e psicológicos”. (1973, p. 171). Portanto, a comunidade cumpria o papel de um lócus privilegiado para a análise de conjunto particular de fenômenos e eventos sociais.

Estes estudos, porém, suscitam críticas bastante contundentes, remetendo a um impasse teórico e, por vezes, uma discussão acusatória. Parte-se da definição de estudos de comunidade forjada por Oliveira e Damasceno (2009, p. 253), que expõe a multiplicidade de aspectos abordados por tais estudos, sobrepondo-se aqueles relativos a reconhecer a comunidade como um espaço claramente definido, o que pressupõe tendências a um entendimento de isolamento³ com relação aos processos ali vivenciados.

De acordo com Arensberg e Kimbal, muitos estudos de comunidade dão a impressão de que tratam o grupo local como se a sociedade mais ampla não existisse, desconsiderando-a. (1973, p. 189). Poucos deles mostraram como a sociedade em geral afetava a comunidade em estudo. Possuiriam um caráter descritivo e abrangente, buscando relatar ao máximo a “vida social das comunidades, atrelada a elementos que recompusessem o seu desenvolvimento histórico”. (OLIVEIRA; MAIO, 2011, p. 527).

Os estudos de comunidade tendiam a captar os aspectos de manutenção nos ambientes comunitários rurais. Os fatores de mudança eram apontados, mas dificilmente problematizados nesses locais. As críticas de “ensaísmo” referentes aos estudos de

³ Pode-se problematizar o conceito de isolamento circunscrito aos espaços rurais. O fato de que nos ambientes rurais serem as distâncias fatores de isolamento não decompõe as relações de contato social, que podem ser intensas. Por outro lado, nos ambientes urbanos, a proximidade social não necessariamente garante a tessitura de relações sociais intensas, muito menos unidade.

comunidade vinculam-se a dificuldade que tinham de prover um entendimento geral do ambiente rural em transformação. Foram considerados “alienados” por não definirem categoricamente sua relação com a estrutura social mais ampla e não subsidiarem de maneira enfática o conhecimento do contexto social nacional. (OLIVEIRA; MAIO, 2011). Ponderam ainda Arensberg e Kimball, definindo que este problema é tácito dado a ineficácia de comparação⁴ e generalização, pois afirmam que “nem os problemas, nem as comunidades são comuns”. (1973, p. 193). Ainda neste sentido é importante considerar que o exercício de generalização dos estudos de comunidade, instituídos em caráter microsocial, para a noção de totalidade da realidade nacional não convergem de maneira assimétrica. Como adverte Geertz os ambientes microsociais produzem em primeira instância respostas para si mesmos e não necessariamente ao conjunto social mais amplo.

A noção de que se pode encontrar a essência de sociedades nacionais, civilizações, grandes religiões ou o quer que seja, resumida e simplificada nas assim chamadas pequenas cidades e aldeias “típicas” é um absurdo visível. O que se encontra em pequenas cidades e vilas é (por sinal) a vida de pequenas cidades e vilas. Se os estudos localizados, microscópicos, fossem realmente dependentes de tais premissas para sua maior relevância – se pudessem capturar o mundo amplo no pequeno – eles não teriam qualquer relevância. (GEERTZ, 1989, p. 15-16).

Jackson (2009, p. 276) aponta críticas aos estudos de comunidade avaliando a ausência da dimensão histórica como ponto de deficiência, uma vez que não contemplam os “processos mais amplos” aos quais as comunidades foram expostas e que passam despercebidos. A comunidade é entendida como um agregado amorfo e estanque. Da mesma forma afirma Melatti, ao incitar as inconsistências relativas a uma tentativa de generalização teórica a partir de exemplos muito dispersos e desconexos:

Entre as críticas que se fizeram aos estudos de comunidade está a de que desdenham a documentação histórica [...]. Outra crítica é a do desprezo pelas relações da comunidade estudada com a sociedade mais ampla, tratando-a artificialmente como uma totalidade isolada, fazendo o pesquisador perder de vista certas conexões fundamentais. [...] Ao que parece, com os estudos de comunidade pretendia-se chegar a uma visão geral da sociedade brasileira, através da soma de muitos exemplos distribuídos pelas diversas regiões do Brasil. Além desse objetivo geral, tais estudos estavam quase sempre voltados para objetivos específicos, como mudança cultural, persistência da vida tradicional, problemas de imigrantes, educação e vários outros. (MELATTI, 1983, p. 18).

⁴ Nesse sentido, é possível tecer comparações se estas forem estabelecidas entre o próprio grupo, com a análise de comportamentos nas diferentes gerações que o compõe. (OLIVEIRA; MAIO, 2011).

Ainda conforme Melatti (1983, p. 30), os estudos não seguiam uma orientação temática, elegendo como problemática de análise “a comunidade” em si mesma, denotando uma pretensão de entendê-la enquanto espaço isolado, o que, segundo ele, não seria pertinente, haja vista a dicotomia implícita em tal pressuposto.

Cabe a crítica ao descuido na acepção entre comunidades rurais modernas e aldeias tidas como primitivas. As situações de interação social não podem ser tecidas como igualdade entre ambas. Além disso, parece não ter sido considerado o fato de que as comunidades nas complexas sociedades modernas diferem, em espécie, das comunidades das culturas simples e primitivas. (ARENSBERG; KIMBALL, 1973). Em suma, as comunidades estudadas pela Escola Livre de Sociologia e Política não eram, salve exceção, sociedades simples, no sentido que teciam esparsas relações sociais e que não estivessem ligadas à sociedade ampla e global, ainda que de maneira rarefeita. Esse caráter alimentava as manifestações que viam essa modalidade de pesquisa como inválida e limitada. (OLIVEIRA; MAIO, 2011).

A pretensa “utilidade” dos estudos de comunidade, segundo Goldwasser (1974) e Castro (2001), estava no fato de que eles subsidiariam a formulação e implantação de reformas sociais. Os estudos, além de fornecer as informações necessárias para medir os investimentos necessários, indicariam os melhores métodos de aplicação, revelando os possíveis impasses e dificuldades de sua condução. Para Oliveira e Maio (2011), os estudos de comunidade representavam os esforços que as Ciências Sociais dispunham no sentido de contribuir no desenvolvimento do país, incitando mudanças sociais. Em seu entorno criava-se um corpo “técnico” composto por agrônomos, antropólogos, sociólogos, para “corrigir as reais necessidades das populações interioranas”. (2011, p. 536). Essa era uma tendência aos procedimentos que visavam conhecer cientificamente a sociedade para resolver os seus problemas. Contudo, além de pensar as transformações e interpor-se para resolução de problemas os cientistas sociais faziam críticas a determinados modelos de mudança social, preocupando-se em adequá-las. Consistia numa “intervenção racional” na realidade.

Existe também um problema de representatividade dos estudos de comunidade em relação ao resto do ambiente social, apontados por Castro (2001) e Goldwasser (1974). Afinal de contas, a condução rigorosa, o controle absoluto de variáveis, a expansão de discussão de “todos” os aspectos de um pequeno grupo social pode servir para o entendimento da sociedade em geral? Em outras palavras, cientificamente os estudos de comunidade foram questionados enquanto sua importância para a compreensão da sociedade. Como contextualiza Goldwasser, “a representatividade de um fenômeno é aquilatada em função do atendimento de certos requisitos para comparabilidade”. (1974, p. 76). O fechamento e

mesmo o isolamento analítico dificultam a possibilidade comparativa, mesmo não a eliminando.

Essas críticas, no entanto, são ponderadas por Melatti (1983). Em seu entendimento estariam emergindo novas análises, baseadas em aspectos específicos da realidade comunitária. Exemplifica serem estes estudos baseados, entre outros, na singularidade étnica de certas comunidades rurais e estudos de aculturação de imigrantes, além de estudos de pequenos criadores de gado, agricultores camponeses, garimpeiros etc., sendo produzidos, geralmente em nível de dissertações de mestrado. Denomina tais estudos pelo aspecto de serem estudos *em* comunidade e não mais *de* comunidade.

Por outro lado, já existe uma série de estudos sobre temas específicos desenvolvidos sem que estejam ligados a projetos mais amplos, em pequenas comunidades. Porém não se confundem com os antigos “estudos de comunidade”, por não pretenderem estudar totalidades socioculturais, mas apenas um determinado aspecto. Seriam “estudos *em* comunidades”, passíveis de um tratamento comparativo *a posteriori*, uma vez que não previsto nos seus projetos individuais. [...] Se os estudos de comunidade do período anterior foram objeto de várias apreciações, tanto por parte de alguns de seus realizadores como daqueles que não os achavam adequados para atingir os objetivos a que se propunham, os estudos regionais e os estudos em comunidades não parecem ter até agora suscitado nenhum comentário crítico. (MELATTI, 1983, p. 30-31).

A positividade da realização de estudos de comunidade reside, ou residia, portanto, em seu caráter empírico, objetivo e intenso. Além disso, a superação de algumas das inconsistências na visão que se tinha da comunidade e suas relações podiam produzir conhecimentos efetivos para o entendimento social. Como destaca Goldwasser, os estudos que consideram os aspectos conflituais e paradoxais da comunidade, que considerem sua relação com a sociedade mais ampla e que procuram relacionar os dados empíricos com um escopo teórico articulado tem uma relevância destacada. Isto, pois como assegura, a comunidade se mostra como “um lócus privilegiado para observação do comportamento humano, com seus sistemas de representação e categorias de ação”. (1974, p. 77). Para um empreendimento teórico válido é premente inquirir estes aspectos nas múltiplas possibilidades, reafirmando que o resultado dessas discussões depende da relação estabelecida na sua tessitura.

Finalmente, os estudos de comunidade, desenvolvidos pela tradição das Ciências Sociais brasileiras exprimem um escopo de deficiências quando confrontados com a realidade empírica. O fechamento e as ingenuidades que podem suscitar não inviabilizam nem deturpam a importância que tiveram e que ainda tem. A comunidade como elemento social ainda está presente em nossa sociedade e continua sendo um espaço privilegiado de análise.

Com as ponderações metodológicas sempre reafirmadas é pertinente considerar a necessidade de se fazerem novos estudos de comunidade. Não na acepção crítica que já teve, mas no sentido de considerar o espaço comunitário na construção de problemas de pesquisa. A feitura desses estudos precisa, talvez, seguir a aferição de que não se estudam lugares, estudam-se fenômenos, isto é, estudar *na* comunidade, e não *a* comunidade por ela mesma.

2.2.3 A Infusão Etnográfica

A construção, a feitura, a forja de uma análise social compõem-se de incessantes situações paradoxais. Ao propor deslindar uma dada problemática o pesquisador está envolto em conflitos operacionais, teóricos, conceituais e consigo mesmo. Os mecanismos que lança mão, geralmente cuidadosamente prescritos e justificados, nem sempre o levam a compreensão – efetiva – dos fenômenos sob os quais se debruça. Longe de frustrar-lhe, esta dura realidade conjuntural o encaminha a rever, repensar e reconstruir intermitentemente caminhos de pesquisa.

Essa constatação também esteve presente no desenvolvimento desta pesquisa. O que de início propunha-se como um método de controle aos demais instrumentos de pesquisa (entrevistas, questionários, documentos oficiais), passou a ocupar uma posição privilegiada e de intensa contribuição para a compreensão da realidade em estudo. Entre as várias proposições de análise a etnografia tornou-se o mecanismo de depuração dos dados, um instrumento de qualificação de todas as informações colhidas em campo, algo que se aproxima da acepção de Clifford Geertz quando afirma que “o ecletismo é uma frustração, não porque haja somente uma direção a percorrer com proveito, mas porque há muitas: é necessário escolher”. (1989, p. 4).

A etnografia, ou o “etnografar”, foram imprescindíveis para problematizar o sentido dado às ações dos moradores e dos jovens da comunidade de Cerro Azul. Perceberam-se os processos de representação e os aspectos identitários que aqueles indivíduos manifestam, intencionalmente ou não. Foi possível compreender outra advertência valiosa de Geertz: “a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma ideia, ou o que quer que seja está insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente”. (1989, p. 7). Assim, a discussão avançou no sentido de complexificar o corriqueiro, o óbvio e o naturalizado em questionamentos, em pomo de discórdia analítico, em pesquisa.

A etnografia assume, nesta pesquisa, influência decisiva, ainda que conduzida de maneira amadorística e em tons de aprendizado. Buscou-se avaliar técnicas, formas e modos de conduzir as várias incursões etnográficas⁵ a fim de torná-las não só efetivas, mas também rigorosas e válidas. Algumas das obras clássicas⁶ que tratam do “fazer etnográfico” foram consultadas e serviram para inferir os pilares mínimos de uma pesquisa etnográfica propriamente dita. Dentre elas destacam-se: as proposições clássicas de Bronislaw Malinowski (1985) na introdução de seu estudo “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”, obra originalmente publicada em 1922, onde imprime modelos, exemplos e advertências deste método de pesquisa; o trabalho de grande lastro de Clifford Geertz (1989), que pressupõe um contributo para estudar os intricados fenômenos culturais; e por fim, dirimem-se algumas críticas considerando as proposições de James Clifford (2011), principalmente no que tange aos percalços da associação/dissociação entre o etnógrafo e a etnografia.

Como afirma Geertz (1989), é em torno do conceito de cultura que surgiu todo estudo da antropologia e, por conseguinte, o que os antropólogos fazem é etnografia. Sua tese é a de que os fenômenos culturais, dada sua complexidade, prescindem de uma “Teoria Interpretativa”. Essa teorização passa invariavelmente por métodos de pesquisa que fortaleçam e aprofundem os vínculos de pesquisador com os aspectos pesquisados, no sentido que chama de uma etnografia que promova a descrição “densa” em detrimento de uma descrição “superficial”.

[...] a etnografia é uma descrição densa. O etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (GEERTZ, 1989, p. 7).

Por conseguinte, o termo infusão, nesta construção textual quer significar a entrada, o envolvimento, o mergulho na realidade e nas especificidades da etnografia. A etnografia por seu turno é entendida como um mecanismo privilegiado de aproximar-se e distanciar-se do

⁵ Realizaram-se mais de dez incursões etnográficas na comunidade de Cerro Azul. Eram realizadas sempre que o pesquisador pudesse estar na localidade, sendo por motivo de aplicar entrevistas, de passeios mais “desinteressados” ou em situações não previamente planejadas. De certa forma construiu-se um “olhar etnográfico” posto em ação sempre que diante da realidade em análise. Porém, mesmo com os vários momentos de atividade etnográfica, muitos aspectos escaparam a problematização, como um paradoxo de que nunca era possível controlar todas as variáveis existentes.

⁶ Não estão compiladas várias obras que tratam do assunto. Pode-se dizer que foram analisados apenas alguns textos capazes de estabelecer uma breve “noção” acerca da metodologia. Para citar alguns autores não formulados aqui e que tiveram imprescindível contribuição no desenvolvimento das técnicas de etnografia e no pensamento antropológico como um todo, destacam-se: Radcliffe-Brown; Margaret Mead; James Frazer; Marcel Mauss; Claude Lévi-Strauss; Franz Boas; Raymond Firth; Evans-Pritchard; entre outros.

objeto de pesquisa. Uma condição em que o pesquisador se mantém em espécie de sístole e diástole entre suas acepções teóricas e os elementos que a realidade de campo formam, desformam e reformam. Etnografar supera a noção de um simples registro do que foi visto. Assume uma posição de compreender pelo vivido, pelas ações de dentro, se possível do âmago do problema. Geertz supõe que essa condição do etnógrafo lhe conduz também a uma forma de “proposição para ação”. Pergunta-se: “o que faz o etnógrafo? – ele escreve. [...] ele observa, ele registra, ele analisa – uma espécie de concepção de *veni, vidi, vinci* do assunto”. (1989, p. 14). Dicotomias à parte, etnografar não condiciona, como método e como prática, uma fórmula que alcance respostas definitivas e totalizantes. Ainda seguindo Geertz (1989), entende-se que mesmo não obtendo uma resposta total, vários pontos, fenômenos e situações em análise podem ser ponderados, discutidos, explicados e compreendidos à luz do fazer etnográfico.

Malinowski defende que a justificativa do fazer-se etnografia está na existência de fenômenos sociais que dada sua importância e complexidade, muitas vezes escapam ao registro de pesquisas quantitativas e observações distanciadas. Para ele, estes eventos “têm que ser observados em sua plena realização”. (1985, p. 42). São exemplos os elementos que configuram rotina; as noções de tempo e espaço, as tradições dispostas; as relações de trabalho, de amizade, de agrupamento, de hostilidades; enfim, aqueles eventos que não permitem uma rápida e efetiva definição por serem complexos também entre aqueles que os praticam.

Os atos, as ações formuladas pelos indivíduos e grupos sob os quais debruçam-se os pesquisadores para compreender fenômenos e fatos, precisam ser tratados a partir de sua importância (GEERTZ, 1989, p. 8), de seu sentido manifesto ou seu sentido velado. Uma descrição densa como defende Geertz não é uma descrição detalhista, mas uma análise aprofundada dos *porquês* envolvidos nas ações. O etnógrafo não pode ser um espectador que apenas narra fatos, antes deve ser um interlocutor que os problematiza, explorando inclusive o que os próprios atores compreendem sobre si próprios. Como diz, é preciso analisar que vida eles levam e como a explicam; o que fazem e o que lhes acontece ao fazê-lo de tal forma. (1989, p.11).

Ao fazer uma etnografia não se está determinando uma análise, mas sendo construída uma tentativa de leitura em relação ao que Geertz convencionou de “um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado”. (1989, p. 7). Como experiência pessoal é um exercício de

vontade que incide em “situar-se” entre as posições teóricas e a realidade direta. Esse exercício é bem-sucedido apenas parcialmente. (GEERTZ, 1989). Seu foco evidencia-se no discurso e no comportamento dos indivíduos sob leitura, não necessariamente em quem eles são.

Deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-na, também, certamente, em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência. Todavia, nestes casos o significado emerge do papel que desempenham no padrão de vida decorrente, não de quaisquer relações intrínsecas que mantenham umas e outras. (GEERTZ, 1989, p. 12-13).

A organização e os elementos sociais não se dirimem em torno apenas do que está explícito nos discursos. (GEERTZ, 1989). As múltiplas condutas não estão necessariamente marcadas a partir de códigos e estes por sua vez não prescindem à publicação oficial. Os códigos são estratégias que nem sempre determinam condutas, o que exige ao pesquisador tornar visível as “curvas do discurso social”, ou fixá-lo de maneira “inspecionável”. (GEERTZ, 1989, p. 13). Ao fazê-lo o etnógrafo cria um elemento de entendimento da multiplicidade do fenômeno humano. Inicialmente transforma os acontecimentos em dados, que podem subsidiar as análises e que se institui como informação codificada e permanente, o que permite que os discursos e comportamentos possam ser guardados para consultas *a posteriori*. (GEERTZ, 1989).

Na etnografia, ao passar do nível da observação e participação entre os agentes pesquisados para o grafar – para escrever o que desse convívio sobrevém como teorização possível –, o etnógrafo se vê em delicada tarefa. Como afiança Geertz, Clifford e mesmo Malinowski, a escrita, o diário de campo, o relatório não são elementos ou “entidades” que possam expressar exatamente o que ocorre entre os atores sociais. O texto etnográfico é também uma versão construída pelo etnógrafo em relação ao que pesquisou. É uma grafia metódica, comprometida com critérios e cientificidade. Porém, nunca será o fato em si mesmo.

Para Paul Ricoeur, como contextualiza Geertz (1989, p. 14), é preciso ponderar a amplitude e a aplicação do texto etnográfico. Sendo este constituído gradativamente através de discursos o que importa em termos de profundidade de compreensão se torna não necessariamente o que o ator social “diz” ao falar, mas sim o que foi “dito” no falar. Significa complexificar – ainda que nem sempre se possa chegar a conclusões factíveis – o que quis ser dito, como foi dito, o que de fato foi dito, para quê foi dito, além do que não foi dito,

silenciado e deturpado e seus porquês subsequentes. Busca-se alcançar a “substância” do é dito e não dito.

A etnografia torna-se um instrumento descritivo no sentido de representar elementos sociais. Essa descrição, porém, é interpretativa no sentido em que expressa o fluxo dos múltiplos discursos manifestos. Esse discurso torna-se permanente uma vez etnografado, pois estará à disposição da sociedade ainda após a incursão do etnógrafo, propositadamente inscrito e incrustado no texto, ao que Geertz entende por “fixá-lo em formas pesquisáveis”. (1989, p. 15).

Um exemplo clássico do trabalho etnográfico provém de Bronislaw Malinowski (1985). Ele foi um antropólogo afeito às pesquisas de campo. Suas incursões entre populações ditas primitivas e tribais na Ásia e Oceania renderam obras seminais. Exemplo mais claro de seu trabalho é o livro “Argonautas do Pacífico Ocidental”. A obra retrata com detalhes o cotidiano, as relações e os rituais entre os habitantes das Ilhas Trobriand, na costa da Nova Guiné. Fascinou-se com o ritual do *Kula*, uma espécie de comércio recíproco e ritualístico entre vários povos dessa região.

Malinowski desenvolveu em “estilo” de pesquisa etnográfica alcunhado como “descrição total”. Caberia, segundo ele, ao etnógrafo inserir-se no grupo pesquisado, conviver com eles e discorrer sobre praticamente tudo o que faziam, como faziam e porque o faziam. Não haveria motivo para selecionar aspectos e fenômenos, uma vez que toda e qualquer atitude tomada pelo grupo importaria no sentido de compreendê-los. Julgava “tolo e míope” aquele que, ao estar diante de uma variedade de fenômenos, ignorasse e desprezasse parte deles por não ver utilização teórica imediata. (1985, p. 43).

O etnógrafo de campo deve cobrir de modo sério e sóbrio toda a extensão dos fenômenos em cada aspecto da vida tribal, atribuindo tanta importância aos fatos rotineiros e banais quanto aqueles que chamam a atenção por surpreendentes ou estranhos. Deve pesquisar, ao mesmo tempo, toda a cultura tribal, *na totalidade de seus aspectos*. (MALINOWSKI, 1985, p. 34, grifos do autor).

Suas acepções consideravam *mister* organizar o trabalho em termos científicos. Asseverava que o etnógrafo precisava definir e descrever todos os métodos utilizados. Almejava separar “os resultados da observação direta das afirmações e interpretações dos nativos” daquilo que concebia como “inferências do autor, baseadas em seu bom senso e seu discernimento psicológico”. (MALINOWSKI, 1985, p. 26). Assim, é premente que ficasse bem indiscutivelmente definido o que era discurso do nativo e o que dizia respeito à análise do pesquisador.

Preocupava-se com a maneira como o pesquisador conduziria suas análises, de forma a não permitir que seu texto caísse em descrédito ao suscitar uma “construção” difusa da realidade. Isso o mantinha como perdulário de uma vigília intelectual constante que só se acalentava “através da aplicação paciente e sistemática de certo número de regras do bom senso e de princípios científicos bem conhecidos e não pela descoberta de qualquer atalho maravilhoso que conduza aos resultados desejados sem esforço ou problemas”. (MALINOWSKI, 1985, p. 29). Afirmava a necessidade de o etnógrafo estabelecer-se sob princípios metodológicos, os que seriam: objetivos verdadeiramente científicos; criar condições adequadas de trabalho e a vigilância na aplicação de métodos de coleta, manipulação e registro de dados. (MALINOWSKI, 1985).

Manteve sob constante ponderação o peso que a preparação teórica configura em um trabalho etnográfico. O pesquisador não pode ir a campo para lá considerar importância e viabilidade de análise aos fenômenos. Ele precisará ter uma noção geral inicial, sob risco de desconsiderar fatos e eventos. Da mesma forma não pode propor engessar fatos a teorias pré-estabelecidas, de modo a preencher com informações do campo uma fôrma teórica que resultará em conclusões de pesquisa. Sugere, nesse sentido, que ambos, teoria e dados de campo, sejam mantidos numa distância segura que não os funda de início e que não impeça sua relação posterior. Referendava que estar preparado cientificamente não era o mesmo que sobrecarregar-se de pré-julgamentos ao ir a campo.

Segundo Malinowski (1985), o etnógrafo não deve omitir qualquer comportamento, nem o íntimo nem o legal. Isto, pois cabe ao pesquisador “mostrar os detalhes e o tom do comportamento e não o simples esboço dos acontecimentos”. (1985, p. 43). Problematisa nesse sentido que a preocupação com os comportamentos se justifica ao passo que em um grupo social (em sua fala seria mais apropriadamente um grupo primitivo) cada elemento tem uma impressão parcial do todo que forma. Se os discursos e os comportamentos forem tomados em partes inflexíveis a visão do todo será impossibilitada. Para tanto, lança mão de uma prática objetiva. Ao invés de incidir ao indivíduo perguntas que expressem regras gerais pode-se interrogar-lhe de que forma resolveria um determinado problema. (p. 35). Ou seja, buscar compreender como o pesquisado exprime seu próprio comportamento e suas próprias concepções em relação a uma explicação do todo que forma. Todos estes aspectos, todavia, precisam ser questionados em relação à estrutura coletiva na qual se organizam. Como define, o que interessa são ações e manifestações sociais ainda que analisadas em separado, individualmente:

Em primeiro lugar, deve ficar estabelecido que temos que estudar os modos estereotipados de pensar e sentir. Como sociólogos, não nos interessa aquilo que A ou B sentem como indivíduos, no curso acidental de suas próprias experiências pessoais – interessa-nos apenas aquilo que sentem e pensam como membros de uma dada comunidade. E enquanto membros de uma comunidade, seus estados mentais recebem uma determinada marca, tornam-se estereotipados pelas instituições em que vivem, pela influência da tradição e do folclore, pelo próprio veículo do pensamento, quer dizer, pela linguagem. O ambiente sócio-cultural em que vivem acaba por forçá-los a pensar e a sentir de um modo definido. Assim, um homem que vive em uma comunidade poliândrica não pode experimentar os mesmos sentimentos de ciúmes inerentes aos membros de uma comunidade monogâmica, embora possa possuir alguns elementos dele. (MALINOWSKI, 1985, p. 46).

O proceder de pesquisa etnográfica precisa seguir certos “mandamentos” como infere Malinowski, ao aconselhar que o etnógrafo precisa: “participar dos acontecimentos”; compreender as “peculiaridades sutis” e eventos “familiares”; construir um “diário etnográfico”; considerar e diferenciar o que é tido como “normal e típico” em relação aos “desvios”. (1985, p. 44). É preciso descobrir “os modos típicos de pensar e sentir correspondentes às instituições e à cultura de uma determinada comunidade” e a partir disso formular os resultados “da maneira mais convincente possível”. (p. 46). Para tal intento diz ainda que é importante “reproduzir literalmente” as declarações que tiverem uma “importância crucial” no entendimento dos dados conjunturais. (p. 46).

Mesmo entre todos os cuidados assegurados no fazer etnográfico, como mecanismos de manter status de cientificidade e por consequência de reconhecimento, essa forma de pesquisa sofre e sofreu críticas. Uma delas é a de que em muitas situações ela seja microscópica. Geertz, por seu turno, assim a entende e considera uma de suas características e especificidades. Ao discutir a lide com que o antropólogo se defronta no fazer etnográfico pondera que esse profissional aborda contiguamente “interpretações mais amplas e análises mais abstratas a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos”. (1989, p. 15). Suscita que assuntos tidos como “pequenos” constituem em si e em relação aos fenômenos amplos o tecido da vida social que é, em suma, o objeto a que se desnudam os antropólogos. Afirma que em torno da crítica de que “já existem suficientes profundidades no mundo” suscita-se também a obsessão de alguns sociólogos com o tamanho de suas amostras. (1989, p. 15).

O trabalho etnográfico apregoa a relação de proximidade do pesquisador com os pesquisados. Ainda que menos dogmatizados pelo peso do cartesianismo que impõe uma separação quase metafísica entre sujeito e objeto esse tipo de pesquisa causa algum desconforto e sucessivas justificações no constructo do texto. Paradoxalmente, a proximidade

pode mostrar muitas situações que de longe pareceriam desfocadas e embaçadas. Entretanto, ela gera um fluxo de foco que pode normatizar elementos ou não tecê-los em relação a outros fenômenos que levariam a interpretar ligações e interconexões camufladas e sutis. Essa condição engendra no fato de que os textos formatados segundo essas pesquisas geralmente assumem o caráter de ensaios, o que lhes conferem a desnecessidade de serem construídos como tratados teóricos e sistemáticos da área. Até porque, como o próprio Geertz (1989) afiança, esses tratados, se assim escritos enfastiariam os leitores por não condizerem com as especificidades dos problemas e dúvidas que os geraram.

A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm a base mais trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto enfocado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não o está encarando de maneira correta. Mas essa é que é a vida do etnógrafo, além de perseguir pessoas sutis com questões obtusas. (GEERTZ, 1989, p. 20).

O antropólogo será impelido a construir representações, a demonstrar, expressar fatos e relacioná-los com proposições teóricas que lhes deem sentido interpretativo ou pelo menos problematizá-los. Isso é possível, segundo Geertz (1989, p. 17), quando o pesquisador assumir a máxima de que não deve apenas ser um pensar “sobre” os pesquisados, mas um pensar “com” eles. De outra maneira confere o caráter infável de que nessa relação o mais importante é “conversar com eles”. Em suas próprias palavras, “aqui a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas; não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles”. (1989, p. 18).

Em obra que enfoca o que denomina de “A Experiência Etnográfica”, James Clifford confere uma visão sobre o fazer e o texto etnográfico no século XX. Um dos capítulos direciona-se a uma questão espinhosa da etnografia. Refere-se à autoridade etnográfica, numa acepção que problematiza a validade, a efetividade e a cientificidade do texto posto à público. O que é tomado como pertinente é repensar de onde emanam os critérios e o reconhecimento destes textos em deslinde de projeções que possam agregá-los a versões desconexas e descompromissadas. Afinal, o que garante criteriosidade a esse tipo de pesquisa, que em última instância está congregado ao relatório final, ao texto? Clifford afirma que essa questão vincula-se a pretensa autoridade que o etnógrafo detém pelo fato de que ele “estava lá” (2011, p. 18), no campo, numa acepção que poderia se parecer com a fé pública manifesta pela natureza de seu trabalho.

Essa problemática não condiciona o descrédito da etnografia como pesquisa. Mesmo envolta num mito de que o trabalho de campo seja um instrumento de revelação, que constitua um conhecimento particular, privilegiado e talvez único. Ao contrário, mantém-se, na afirmação de Clifford, com um “certo *status* exemplar”. (2011, p. 20).

[...] a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor. Em resposta a estas forças, a escrita etnográfica encena uma estratégia específica de autoridade. Essa estratégia tem classicamente envolvido uma afirmação, não questionada, no sentido de aparecer como a provedora da verdade no texto. (CLIFFORD, 2011, p. 21).

Geertz converge no sentido de alertar para o fato de que sob os auspícios de promover a valiosa e importante proximidade da pesquisa e tomar os informantes como pessoas e não como objetos, a observação participante assumiu, em alguns casos, instrumento de má fé do antropólogo. Sua visão pode se fechar, enviesar-se enquadrando diferencialmente elementos e distribuindo seu interesse de maneira desvirtuada entre fenômenos simples e complexos. A razão e o ímpeto da pesquisa podem ser minimizados ou superestimados. (1989, p. 14).

Clifford (2011) chama a atenção para o fato de que ainda resguardada a importância e necessidade de problematizar aspectos nomeadamente complexos da cultura humana estes não encontrem um método soberano para garantir fortuitamente a verdade dos elementos apresentados. Considerar o etnógrafo como autoridade antropológica tácita, baseado no peso do fato de “estar lá”, ou em uma suposta “autoridade experimental” seria distanciar-se de uma condição plausível de criteriosidade científica. Replica que em etnografia o conceito de experiência é imprescindível, porém é um pomo de furtividade já que “assim como ‘intuição’, ela é algo que alguém tem ou não tem, e sua invocação frequentemente cheira a mistificação”. (CLIFFORD, 2011, p. 33).

As ponderações de Clifford se evidenciam quando questiona o fato de que entre o etnografar como observação e o etnografar como escrita existe um intercurso de tempo e espaço. O texto como relato e construção teórica é sempre escrito após o convívio com os agentes pesquisados e sempre fora do local de pesquisa. Isso gera o que chama de filtragem da realidade: “o processo de pesquisa é separado dos textos que ele gera e do mundo fictício que lhes cabe evocar. A realidade das situações discursivas e dos interlocutores individuais é filtrada”. (2011, p. 40). Sobre essa inquietação também contribui Geertz quando chama a atenção que os textos antropológicos são interpretações acerca de ficções que a própria etnografia configura:

Resumindo, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. (Por definição, somente um “nativo” faz a interpretação em primeira mão: é a *sua* cultura). Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são “algo construído”, “algo modelado” – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento. (GEERTZ, 1989, p. 11).

A superação destas críticas se defronta com o compreender que a etnografia é uma partilha de experiências e não a sucção de uma delas, além da assunção de suas fragilidades, impotências e impertinências. Do mesmo modo, para imprimir caráter de factibilidade e veracidade aos estudos etnográficos não é necessário tornar-se um nativo, como diz Geertz. Não será também um relatório com discurso engajado, muito menos a pretensa autoridade ou o *status* do pesquisador. Essa resposta estará na complexidade com que os fenômenos são tratados, na clareza e na fluência do texto quando relaciona o tecido teórico, com os aspectos práticos do campo e as cuidadosas, ponderadas e corajosas impressões do etnógrafo. Como repreende Geertz, a efetiva objetividade nestes estudos não será alcançada. Esse fenômeno por seu turno não depõe contra ou infere caráter de inferioridade. Ou como diz: “nunca me impressionei com o argumento de que, como é impossível uma objetividade completa nesses assuntos (o que de fato ocorre), é melhor que os sentimentos levem a melhor”. (1989, p. 21). Toda complicação e efetividade da etnografia reside em sua capacidade de articular, informar e problematizar a realidade. Talvez se possa acrescentar que em nenhum lugar encontra-se escrito que etnografia é uma tarefa simples com resultados milagrosos.

2.3 A LITERATURA SOBRE JUVENTUDE RURAL

2.3.1 Análise Preliminar da Condição dos Estudos Sobre Juventude Rural no Brasil

[...] ninguém tem a palavra oficial sobre quem são os jovens
ou como eles deveriam ser.
(Valmir Stropassolas)

Os estudos sobre juventude, ou estudos sobre jovens, ocupam um espaço significativo na pesquisa brasileira. Entretanto, não abarcam de maneira efetiva toda a complexidade da realidade a que esta categoria está relacionada. No caso das pesquisas sobre juventude rural há uma situação paradoxal. Percebe-se, por um lado, uma carência nos estudos, ou mais precisamente uma “carência de publicações e de espaços acadêmicos que abriguem essa temática”. (CARNEIRO; CASTRO, 1997, p. 13). Por outro, existe a percepção de que essa

temática atravessa um “momento favorável, não só emergente, mas em fase de consolidação”. (SPOSITO, 2007, p. 123). Castro aponta que “a juventude está na ordem do dia, ainda que não seja um tema tão privilegiado em termos de recursos para pesquisa”, uma vez que, segundo a pesquisadora, a juventude “nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre a questão agrária”, embora essa conjuntura esteja em franca mudança. (2007, p. 128).

Outros pensadores reafirmam que se vive um período onde são “numerosos” os trabalhos sobre jovens do meio rural (WANDERLEY, 2007), pontuando ainda que “todos eles tentam, com abordagens distintas, responder a questões fundamentais, tais como, quem são, onde vivem, como vivem, o que pensam e como projetam o futuro. (p. 31). Estes aspectos caracterizam o que entende por um leque ampliado de pesquisas, haja vista que não há uma única juventude rural, um único modelo de jovem rural. São atores sociais que se diferenciam, mesmo agregando características, modos e pertencimentos identitários correlatos.

Essa discussão evidencia a impossibilidade de um tratamento metateórico da juventude rural. As preposições de análise são pontuais e tratam de questões específicas. Como afirma Weisheimer, são dois os aspectos que chamam a atenção dos pesquisadores: a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias e a persistência da invisibilidade social dessa juventude. (2005, p. 7). Nesta mesma publicação Weisheimer identificou quatro linhas gerais que estabelecem os estudos sobre juventude rural no Brasil, sendo: 1) Juventude e Educação Rural; 2) Juventude Rural, Identidades e Ação Coletiva; 3) Juventude Rural e Inserção no Trabalho; e 4) Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar. Relatou ainda que na região Sul a maior parte das pesquisas tratam dos aspectos circunscritos a “Juventude e Reprodução Social na Agricultura Familiar”, justificando-se pela representação dos estabelecimentos caracterizados pela agricultura familiar, manifesta em 90,5% dos estabelecimentos agrícolas da região.

Informa ainda que dentro desta temática de estudo percebem-se quatro abordagens acerca da participação dos jovens nos processos de reprodução social das famílias agrícolas. A primeira delas diz respeito à reprodução geracional na unidade de produção familiar agrícola incorporando análises da oportunidade de trabalho no espaço familiar e fora dele, o acesso à educação, a perspectiva matrimonial, as questões de herança, o envolvimento na unidade produtiva e a estrutura da unidade produtiva. A segunda refere-se aos projetos individuais (projetos profissionais e de vida) expostos pelos jovens rurais e que estabelecem uma discussão entre os interesses do jovem e do grupo familiar. A terceira da conta dos

processos envolvidos na busca dos jovens filhos de agricultores por acesso à cidadania, relativizando a noção de que o fenômeno migratório se relacione apenas a uma questão “monetarizada”, de acesso à renda. Por fim, a quarta abordagem trata das questões acerca da pluriatividade como mecanismo de reprodução social da agricultura familiar.

Entretanto, a questão do processo de saída dos jovens do meio rural ainda é recorrente quando se trata dos processos de reprodução da agricultura familiar. Brumer assegura que a despeito de outros aspectos, dois temas são recorrentes quanto à juventude rural: “a tendência emigratória dos jovens e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração”. (2007, p. 36). Vislumbra-se um processo de esvaziamento e de crise de reprodução da agricultura dado o número pequeno de jovens que optam por permanecer no campo. Assim, a “invisibilidade e a migração, parecem fortalecer-se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural”. (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Em síntese, pode-se afirmar que os estudos sobre juventude rural abordam duas dinâmicas, a da saída dos jovens do meio rural (migração, êxodo) e da permanência dos jovens no meio rural (sucessão, reprodução da agricultura familiar). Se as discussões sobre a saída dos jovens representam uma significativa produção, sobre a permanência ainda persiste uma lacuna pontual, como demonstra Brumer:

Dado o avanço dos conhecimentos sobre as tendências migratórias e a visão dos jovens sobre a atividade agrícola, parece importante a inversão da questão, procurando examinar as condições que favorecem sua permanência. Neste sentido, são importantes os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não-agrícolas, para jovens de ambos os sexos. Dentro desta perspectiva, faltam estudos que particularizem as relações sociais em diferentes regiões do Brasil. (2007, p. 41).

Compreende-se a necessidade de deslocamento do problema em análise: “propõem-se que em lugar de procurar responder à questão ‘porque os jovens saem do meio rural’ busque-se responder à questão ‘por que os jovens permanecem no meio rural’”. (BRUMER, 2007, p. 50). Neste sentido, ainda de acordo com Brumer, convém investigar os espaços sociais ocupados pelos jovens rurais, as atividades produtivas que desenvolvem (agrícolas e não agrícolas) as condições de vida e trabalho e suas representações da ruralidade que vivenciam.

Na alocação destes “estudos por fazer” sugere-se ainda que a complexidade da categoria juventude expresse a orientação de pesquisa. Como adverte Abramo, é “impossível

afirmar a existência de um padrão único de juventude”, o que reitera a constatação de que “não dá mais para considerar que apenas uma dimensão da vida do jovem possa nos dizer o essencial sobre o que ele está vivendo e quais são as suas questões, suas necessidades e demandas, suas tensões, contradições ou aspirações, suas práticas, seus valores”. (2007, p. 69).

Uma composição articulada de discussão é a pedra de toque sobre a questão da juventude rural. Uma abordagem que não negligencie as diversidades identitárias, de gênero e das aspirações sociais que perpassam os dilemas juvenis no meio rural. Resumindo, quando se trata da juventude rural brasileira “fica a convicção da necessidade da continuidade da investigação e de sua articulação no debate nacional” (WANDERLEY, 2007, p. 33), ou como afirma Castro, “o debate está posto há muito tempo e permanece”. (2007, p. 131).

2.3.2 A Categoria Juventude Rural

Entende-se que a categoria jovem seja uma das mais complexas de definir entre as faixas etárias e momentos de vida humana. Isto, pois se supõe que seja um período de transição e como tal se encontra em ambiente movediço e variável. De acordo com Stropassolas (2002, p. 131), “abordar teoricamente a juventude representa um desafio, na medida em que se considera esta categoria como sociologicamente problemática”. Além disso, afirma-se que a juventude representa uma categoria de análise ainda em construção.

Tomando por base a análise de Weisheimer (2009), compreende-se que a juventude representa uma fase situada entre a infância e vida adulta. O marco inicial seria o momento da conclusão do desenvolvimento cognitivo da criança e o seu final estaria ligado à entrada na vida adulta.

[...] do ponto de vista das práticas sociais o *início da juventude* é representado pelo surgimento da puberdade. Esta é marcada pelo desenvolvimento de um novo porte físico e por novas exigências de disciplinamento dos corpos. Estas mudanças biológicas são acompanhadas pela incorporação de novos papéis sociais que acentuam, entre outras coisas, as distinções entre os sexos. De modo geral, podemos dizer que a entrada na fase juvenil da vida é marcada por múltiplos critérios que expressam as transformações vividas pelos indivíduos no plano biológico, psicológico, cognitivo, cultural e social. [...] Por sua vez, o *término da juventude* é definido por critérios eminentemente sociológicos. O fim da juventude aparece relacionado à progressiva autonomia nos planos cívico (maioridade civil) e ligado à conjugação de responsabilidades produtivas (um *status* profissional estável); conjugais (um parceiro sexual estável assumido como cônjuge); domésticas (sustento de um domicílio autônomo); e paternal (designação de uma prole dependente). Desta forma, as fronteiras que demarcam o início e o término do período do ciclo de vida caracterizado como “juventude” envolve um conjunto de

fenômenos objetivos e subjetivos, sociais e individuais que tendem a variar de sociedade para sociedade. (WEISHEIMER, 2009, p. 53-54, grifos do autor).

Tecnicamente torna-se complexo, portanto, definir o momento exato de início e término da juventude. Bourdieu lembra que “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrárias” e que “a fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta”. (2003, p. 151). Estabelecer, portanto, uma baliza cronológica torna-se complexo na medida em que os seres humanos não seguem um mesmo desenvolvimento cognitivo, social ou cultural, muito menos têm uma idade específica para assumirem “compromissos” sociais tidos como adultos. A idade social difere-se da idade biológica (BOURDIEU, 2003), além de que a idade não pode ser utilizada como o único critério para definir a categoria juventude. (MALAGODI; MARQUES, 2007). Conforme Bourdieu, “as classificações por idade (mas também por sexo ou, evidentemente, por classe...) equivalem sempre a impor limites e a produzir uma ordem a qual cada um se deve ater, na qual cada um se deve manter no seu lugar”. (2003, p. 152).

A guisa de qualquer dogmatismo, Golgher (2010) afirma que na maioria dos casos é considerado jovem aquele que possui entre 15 a 24 anos. A Unesco reafirma esta posição. Abramovay et al (1998) utilizam uma categorização para definir a juventude rural entre 15 e 29 anos – desde que resguardadas características peculiares, tais como o matrimônio, a estrutura familiar, etc. Enfim, não há uma definição consensual. No entanto, o consenso se verifica no sentido de estabelecer uma vigilância quanto a essas categorizações de faixa etária, pois a sua aplicabilidade depende de análises pormenores diante de cada indivíduo ou grupo que possa ser objeto de análise sociológica.

De acordo com Amaral et al (2007, p. 206), “definir a faixa de idade não é suficiente para definir o jovem. É preciso que o próprio jovem se defina como tal”. Assim, há uma aproximação da teoria de Fredrik Barth (2000), que expressa a necessidade de reconhecimento por parte do indivíduo para que seja posicionado e pertencente a determinado grupo ou para usufruir e lançar mão de um código identitário. Estereotipar o jovem é colocar um rótulo que geralmente não cabe nele.

Através das pesquisas já realizadas, percebe-se que, embora os autores não estejam muito convictos quanto à aplicação da categoria juventude para explicar os jovens rurais, parece haver consenso de que existem diversas e diferentes formas de ser e de se manifestar como jovem na contemporaneidade. A concepção de juventude entendida como uma categoria analítica, fundada em bases etárias homogêneas, deixa de ser o fundamento explicativo. As juventudes, tanto urbanas quanto rurais, são muitas e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis,

entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, conforme suas condições de existência. (AMARAL et al, 2007, p. 218).

A operacionalização da análise da categoria juventude deve, invariavelmente, levar em conta as “muitas” juventudes manifestas em diferentes espaços. Nesse sentido é importante considerar como característica inerente à condição juvenil as inferências e influências do momento em que se encontram os jovens, entendido como uma transição que lhes colocam em sensível estado de mal estar. Decidir que caminho seguir, por qual profissão se dedicar, estudar ou não, que área de estudos optar, que local de moradia, etc., é bastante complexo. E as decisões precisam ser tomadas.

Novamente chamamos a atenção para a complexidade do processo juvenil no qual as maturidades físicas, sexuais, intelectuais, civis e profissionais não necessariamente coincidem. Destaca-se que, nesta fase, as potencialidades humanas encontram-se plenamente desenvolvidas. O indivíduo, como um ser social, passa a ser mais reflexivo do que em etapas anteriores, sua concepção de mundo e sua própria identidade vão se consolidando, e suas projeções em direção ao futuro tornam-se mais realistas. Neste processo, a afirmação social de sua individualidade é vivenciada na busca de autonomia por meio da progressiva inserção no trabalho, passando a incorporar novas responsabilidades no âmbito jurídico, familiar e social. (WEISHEIMER, 2009, p. 55).

Essa conjuntura de crise, de constructo de projetos de vida e de indefinições é o elemento de caracterização de unidade do conceito de juventude segundo Malagodi e Marques. (2007). Sob essas características “unificadoras” deve preponderar uma visão multidimensional referente a um cenário de “clivagens econômicas, políticas, sociais e culturais que têm agudizado o processo de exclusão social”. (FREIRE; CASTRO, 2007, p. 218).

Por conta dessa diversidade temática e, por consequência, analítica e teórica a juventude tem sido considerada como ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida. (WEISHEIMER, 2005; FREIRE; CASTRO, 2007). Além da consideração relativa ao matrimônio, como identifica Wanderley: “a distinção entre casado e não casado está na base das representações sociais da juventude”. (2007, p. 22). Essa condição de matrimônio está envolta ainda no processo que compreende a entrada dos jovens no mundo adulto, no campo da sexualidade e do reconhecimento recíproco diante do grupo a que pertencem⁷.

⁷ Conforme o exemplo de Bourdieu, os jovens (adolescentes) que abandonam a escola para trabalhar e alcançar dinheiro tem um objetivo muito claro, uma vez que “ter dinheiro é muito importante como afirmação perante os amigos, perante as raparigas, permite-lhes saírem com os amigos e com as raparigas, e serem reconhecidos e reconhecerem-se como ‘homens’”. (2003, p. 155).

Ainda de acordo com Machado Pais (1993), a diversidade da juventude se manifesta pelos diferentes mapas de significação que os jovens constroem devido à maior mobilidade, a diferentes mecanismos de linguagem e de valores a que estão expostos. Weisheimer explica que, no caso objetivo das ciências sociais, a juventude deve ser compreendida como uma categoria relacional entre as características inerentes e manifestas pelos jovens:

A juventude tem sido objeto recorrente das Ciências Sociais, que a percebe como uma construção social, cultural e histórica dinâmica sobre a qual se impõem diferentes mecanismos de integração social, superando as abordagens pautadas por uma natureza biológica. Ou seja, o significado da juventude e do que é ser jovem é relacional a outras categorias e não se restringe a um estágio do ciclo vital ou faixa etária. O fundamental, para sua construção como categoria sociológica, é ter presente que se trata de uma representação social que não se reduz a princípios naturais. É antes de tudo um signo da relação que a sociedade estabelece, simultaneamente, com seu passado e seu futuro. Como expressão da vida social, a juventude não pode ser facilmente definida em função de um único aspecto ou característica, apresentando-se como um grande desafio teórico às Ciências Sociais. (2007, p. 238).

A juventude rural, entendida como uma categoria social específica, também se configura diante da diversidade e da heterogeneidade. Isto decorre do fato de que não é apenas “estar” no espaço rural e situar-se numa baliza cronológica de idade que configura de modo claro o que “é” um jovem rural ou o que é “ser” um jovem rural. O fato de estarem vinculados à agricultura não os torna agricultores. (FERREIRA; ALVES, 2009). O processo de categorização, ou mesmo de preocupação com a juventude rural se manifesta, como assinala Castro (2007), na problemática de saída dos jovens do meio rural. É a partir deste fenômeno que passam a ser objeto de estudo.

No caso de jovens rurais, temos questões que dizem respeito a estar nessa realidade, com esses múltiplos contextos e com a posição de hierarquia do campo frente à cidade. Isso explica a insistência em um tema que parece sempre o ponto de partida, o “tema problema”: a migração, a permanência ou a saída do campo, a circulação. [...] o que não é novo. Existem trabalhos desde o século XIX falando sobre a migração de jovens do campo para a cidade. Mais especificamente, os estudos do campesinato realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuíram muito para a discussão, ainda que jovem/juventude não fosse a categoria-chave de análise. (CASTRO, 2007, p. 131).

A juventude rural compõe 4,5% da população o que significa pouco mais de 8 milhões de indivíduos. Sendo que essa definição corresponde à faixa etária de 15 a 24 anos, que é o período mais recorrente na definição da juventude. Entretanto, a determinação de 15 a 29 anos também é usual quando se trata de juventude rural, como afirmam Ferreira e Alves para

conceituá-la: “a população residente na zona rural inserida na faixa etária de 15 a 29 anos”. (2009, p. 245). Dentro deste conjunto temporal consideram-se três subconjuntos no segmento juventude: jovens-adolescentes, de 15 a 17 anos; jovens-jovens, de 18 a 24 anos; e jovens-adultos, de 25 a 29 anos.

A transição da juventude para idade adulta, portanto, se configura pela composição de uma nova unidade produtiva, ou seja, com o casamento (FERREIRA; ALVES, 2009), dado que são raros os casos em que um jovem componha uma unidade produtiva e vá residir nela solteiro, sozinho. Entende-se que ele – pois quem tem a condição cultural de definir-se na reprodução agrícola é o rapaz – precisa de uma esposa, pois ela será fundamental na divisão social do trabalho no meio rural.

O processo de entrada na vida adulta circunscrita ao casamento revela a condição de vinculação ao espaço familiar que os jovens do meio rural estão condicionados. Os compromissos e as obrigações manifestas no seio familiar sobrepõem-se ao universo do trabalho, numa condição de compartilhamento dos dilemas produtivos e na posição que ocupam quanto à divisão social do trabalho como agricultores familiares (FERREIRA; ALVES, 2009), evidenciados no corriqueiro não assalariamento. Fato concreto não apenas para os jovens, mas também para as mulheres. Essa especificidade é, segundo Weisheimer (2007), o fator de identificação destes indivíduos, uma vez que difere da realidade vivida pelos jovens do meio urbano.

A especificidade sociológica dos jovens agricultores familiares deve-se a sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola que os difere de outros jovens do meio urbano, ou mesmo do meio rural, que não exercem esta atividade. Assim, as relações sociais que conferem sentido e especificidade aos jovens na agricultura familiar estão assentadas na posição ocupada por eles na divisão social do trabalho como agricultores familiares. Volta ao centro de análise a dimensão do trabalho como locus da produção de valores materiais (produtos e serviços) e também simbólicos (ideias, representações e identidades sociais), uma vez que os jovens agricultores são membros de unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola. Ou seja, o traço distintivo dos jovens agricultores familiares vem da sua participação no processo de trabalho familiar agrícola. (WEISHEIMER, 2007, p. 239).

Em termos de definição compreende-se que o jovem rural é aquele não apenas que reside no meio rural, mas que o vivencia e que participa de unidade produtiva de caráter familiar, onde ocupa espaços culturalmente definidos. É o sujeito que se relaciona com um modo de ser específico, localizado a uma realidade onde o mundo do trabalho e o mundo da vida se fundem e se confundem. Não é, ou está imobilizado nesta condição, não é refém de um espaço ou situação, é um articulador de práticas de vida como qualquer outro, embora

mantenha as suas especificidades identitárias que carregam as particularidades de seu modo de vida.

De acordo com Weisheimer (2005, p. 25), a juventude rural é identificada de 14 maneiras diferentes nos estudos: alunos rurais, jovens, jovens agricultores, jovens do campo, jovens do interior, jovens do sertão, jovens empreendedores rurais, jovens empresários rurais, jovens filhos de agricultores, jovens rurais ribeirinhos, jovens sem-terra, juventude em assentamento rural, juventude escolar rural. Neste trabalho usam-se os termos: “juventude rural”, “jovens rurais” ou “jovens agricultores”.

Cabe ressaltar que ao partir de uma definição não se pretende isolar a categoria juventude. A relação de contatos, mobilidade e construção de novas mentalidades é inerente a condição juvenil como visto acima. Concorde-se com Wanderley, que adverte no sentido de que nem o isolamento nem a diluição sejam operados com essa categoria: “[...] se não cabe isolar, não cabe também diluí-los numa pretensa homogeneidade, que desconhece as formas particulares de viver a juventude, quando se é jovem nas áreas rurais brasileiras”. (2007, p. 31).

Diante da necessidade de uma abordagem articulada no debate referente aos jovens, convém revalidar a “noção” de ruralidade interposta quando da definição desta juventude. Carneiro sublinha a existência de uma torrente de novas mentalidades no cenário rural, decorrentes, entre outros motivos, da “crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade”. (2007, p. 53). Que rural, ou que campo está em análise nesse sentido? De que dimensão de rural se está falando?

Conforme as definições do IBGE o espaço rural é tido como oposição ao urbano, isto é, é rural, o que não apresenta características urbanas. Baseia-se em três características fundamentais: “o habitat disperso, a dependência em relação à sede municipal ou outra cidade próxima e a precariedade do acesso a bens e serviços socialmente necessários, inclusive o acesso a ocupações não agrícolas”. (WANDERLEY, 2007, p. 23). É uma identificação de semiologia prática, mas subalterna e negativa. A partir dela, e não necessariamente diretamente dela, se constroem os estereótipos de atraso, de escassez, de inferioridade.

Esta noção relaciona-se a dualidade de território urbano como artificializado e o espaço rural como natural. Entretanto esta compilação gera a tensão referente ao debate natureza X cultura, que margeia o entendimento de que o rural, por ser espaço de natureza (“selvageria”) é também de ausência de cultura, de civilização. É associada por Castro ao processo de “desqualificação simbólica” do rural, que segundo ela “vincula o rural, o

camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar a imagens de atraso”. (2007, p. 129). O campo, como diz, é desvalorizado frente à cidade.

Por conta dessa definição vislumbra-se como população rural no Brasil um contingente de pouco mais de 30 milhões de habitantes, dentre os 190 milhões totais. (IBGE, 2010). A população urbana se constitui entre os demais 160 milhões distribuídos nos 5.564 municípios. A sede municipal, independente das características de pressão antrópica – como assinala José Eli da Veiga (2004) – é entendida como espaço urbano. Porém, Veiga problematiza essa noção, pois muitas destas “cidades” não comportam verdadeiras experiências urbanas. Segundo refere, o quantitativo de 16% como população rural é, na prática, mais extenso.

O Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. [...] essa tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermediários são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades. (VEIGA, 2004, p. 80).

Também concorda com essa determinação Maria Nazareth Wanderley (2007), para quem os pequenos municípios fazem parte do mundo rural. Segundo revela, essas cidades são espaços marcados pela “particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento”, além disso, “constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral das cidades”. (2007, p. 22). Nesse sentido, relativiza-se a concepção de um rural isolado, ou mesmo a dualidade entre rural e urbano. O rural é, também, um espaço influenciado pelas transformações sociais de cunho global, o que lhe confere uma interligação com a mídia, com a informatização, com a tecnificação, ainda que resguardadas as particularidades. Parafraseando o afirmado acima, pode-se dizer que o rural não é isolado, pouco menos diluído. Wanderley (2007) afirma que o rural é um espaço diferenciado, já que é o “lugar de vida”, isto é, lugar onde se vive e lugar onde se vê e se vive o mundo.

A afirmação desta perspectiva relacional do mundo rural o focaliza como um espaço de convivência, um local ao mesmo tempo particular e integrado que interpõem influências significativas na organização do modo de vida dos sujeitos rurais. Os jovens, por conta de uma condição eivada de paradoxos sentem e centralizam seus projetos de vida entre a dicotomia rural X urbano. Esse estreitamento das distâncias, da globalização, as dinâmicas “de fora”, como dizem Carneiro e Castro (2007), se mesclam aos modos de vida das

“localidades” e interferem nas perspectivas dos jovens rurais, complexificando os perfis de decisão de projetos de vida.

2.3.3 As Problemáticas da Juventude na Agricultura Familiar

As discussões em torno da juventude rural se referem, mais detidamente, a dois polos: êxodo e permanência. (BRUMER, 2007). Contudo, os fatores envolvidos nessa problemática também suscitam abordagens específicas. O primeiro deles refere-se a situação de invisibilidade. Além desse tem-se: os processos de saída, isto é, os mecanismos de inserção em atividades urbanas; o envelhecimento da população rural; a saída recorrente “das jovens” e a consequente masculinização da população do campo; a probabilidade de uma situação de celibato entre os jovens do sexo masculino; os problemas de acesso à educação no campo; a característica urbana das escolas do campo; as demandas por atividades de lazer; demandas por acesso a informação (internet); demandas por acesso à renda; os processos de sucessão; os conflitos familiares e as estratégias de permanência lançadas por uma parcela desses sujeitos.

A situação de invisibilidade da juventude rural é constituída pelo não reconhecimento dessa categoria como agente social. É percebida como um grupo em crise, que precisa definir suas decisões de acordo com a expectativa exterior. De certa maneira a ênfase na tendência migratória dos jovens entende-se pelo fato de que essa saída é um fenômeno entendido como um problema, “pois contribui para o esvaziamento do campo e pressagia o fim do mundo rural”. (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 245).

O não atendimento das demandas, das necessidades e dos anseios dos jovens rurais configura como dizem Malagodi e Marques (2007), o elemento motivador principal das saídas. Contudo, são “as dificuldades em conjunto, vividas pelo núcleo familiar, que pesam sobre a decisão de migrar”. (2007, p. 202). Essas dificuldades se manifestam na estrutura de distribuição da terra e transformam-se num entrave à reprodução agrícola e na consequente migração dos jovens. (WANDERLEY, 2007, p. 24). Como assegura Weisheimer (2009), a falta de oportunidade de trabalho e geração de renda, dada a impossibilidade de reprodução das unidades produtivas é que levam os jovens a migrar.

Nos casos de migração é importante ressaltar que, de acordo com Golgher (2004), a saída implica o entendimento que o local de partida oferece menos ou menores condições de vida que o local de destino. Ninguém migra se não por vislumbrar uma melhoria tácita de vida no local onde passará a viver. “Mudar para pior” não faz parte do processo “decisório”, por

mais que nem sempre as projeções se concretizem da maneira como o migrante tenha planejado.

Por que migram? Porque querem não apenas melhores condições de trabalho e mais bem remunerado, mas também educação de melhor qualidade e, não menos importante, querem o acesso ao lazer. Esses jovens demandam por cinema, shows, teatro, viagens... É claro que se formos considerar suas condições materiais, nos certificamos que dificilmente eles teriam condições de concretizar esses desejos, mas é importante registrar que eles têm essa demanda, ainda que em um grau muito grande de idealização. Com isso percebemos uma dinâmica interessante: *o jovem rural não está aceitando mais o lugar que sempre lhe foi imposto*, sobretudo pelos pesquisadores do meio rural, de ‘trabalhador em formação’, de ‘ajudante familiar’ cuja inserção na sociedade se daria apenas no mundo do trabalho e na contribuição que essa inserção possa oferecer à reprodução social de suas famílias. Temos de estar atentos, portanto, não só para as demandas dos jovens rurais, mas também para os nossos olhares sobre esse segmento da população rural. (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p. 78, grifos nossos).

Quando se trata do movimento do êxodo da juventude rural outro fator latente é a perspectiva de gênero referente aos diferentes espaços de sociabilidade ocupados entre os jovens pelos rapazes e as moças. Invariavelmente são as moças que deixam o meio rural em maior número. De acordo com Brumer (2007), isto decorre, em grande medida, pela desvalorização das atividades femininas no espaço rural, pela “invisibilidade de seu trabalho”, ou como Weisheimer (2007) que afirma que culturalmente entende-se que as moças (mulheres) não trabalham (produzem), apenas ajudam (2007, p. 243). Stropassolas (2007), referindo-se a estudo da CEPAL de 1996, afiança que o campo é, de fato, um local mais atraente para os rapazes, devido, entre outros fatores, a possibilidade de sucessão na atividade.

A vida no campo é mais atraente para os rapazes que para as moças. Se aqueles herdarem terra ou têm apoio para levar adiante atividades produtivas, podem elaborar projetos de vida que são alternativas válidas em relação à migração para a cidade. Para as moças, entretanto, uma vida como esposa de agricultor – conhecendo outras alternativas possíveis – pode ser rejeitada ou objeto de resistência, diante de aspirações de vida em outro meio cultural e ocupacional. (2007, p. 286).

Constata-se que os rapazes acompanham o pai nas atividades consideradas “produtivas” (ativas). Os rapazes vivem uma submissão relativa perante o pai. As moças geralmente acompanham a mãe nas atividades, consideradas organizativas (passivas), vivendo uma submissão total. É uma dupla submissão. Primeiro, pela autoridade etária em relação à mãe e segundo, uma autoridade de gênero em relação ao pai ou aos irmãos do sexo masculino.

Carneiro reafirma essa situação ao declarar que as moças além de não serem reconhecidas como trabalhadoras agrícolas não desejam para si esse papel. Essa dinâmica

impulsiona-as a abandonarem o campo e buscarem uma ocupação no meio urbano, o que provoca a masculinização das áreas rurais. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). A concentração dos rapazes no meio rural dificulta-os a encontrarem uma parceira para casarem-se, gerando o celibato camponês. Por sua vez a ameaça do celibato influencia os rapazes também a migrarem para as cidades, abandonar a agricultura e migrar para a cidade. (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Além disso, “as moças investem mais na educação do que os rapazes, principalmente com vistas à preparação para um emprego na cidade”. (BRUMER, 2007, p. 40). Mesmo em graus diferenciados entre rapazes e moças, os jovens rurais demandam por educação, percebendo nela uma possibilidade de melhorarem de vida. “Para todos, o desejo de vencer o isolamento, integrando, efetivamente, o meio rural à sociedade brasileira, para o que o acesso à educação é a principal demanda.” (WANDERLEY, 2007, p. 33). Além disso, conforme Weisheimer (2007), muitos pais incentivam os filhos a seguir os estudos, estimulando o desenvolvimento de “projetos profissionais não agrícolas”. Essa prática é mais recorrente no caso das filhas, uma vez que muitos pais esperam para elas um trabalho não-agrícola, pois entendem que “não está reservado às filhas mulheres o papel de sucessoras na administração da unidade produtiva”. (WEISHEIMER, 2007, p. 247).

A escolarização, portanto, influi nas perspectivas de reprodução da atividade agrícola, uma vez que aproxima os jovens rurais a um universo particularmente voltado ao meio urbano, a atividades e a expectativas do cotidiano das cidades. Percebe-se que os valores sobrepostos na escola e sua ideologia, de maneira geral, são urbanos: “mais do que prepará-los para um retorno ao campo, à educação oferecida nos centros urbanos raramente privilegia aspectos que possam ser transpostos ou que valorizem a realidade rural”. (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 247). Além disso, como argumentam Ferreira e Alves, o ensino rural “padece de qualidade” e demonstra muitas carências, como de estrutura, de materiais e de equipamentos.

Paradoxalmente, em muitos casos a escassez de recursos impede o desenvolvimento estudantil dos jovens rurais, o que poderia arrefecer a tendência migratória. Contudo, não é apenas a busca por melhores níveis de estudo que atraem os jovens às cidades. A questão se centraliza num conjunto de “acessos”, onde a renda ocupa lugar de destaque. A busca por inclusão digital e a comunicação interpessoal exercem também grande pressão sob as perspectivas desses jovens. A utilização da Internet e de telefones celulares são exemplos dessa questão, dado que boa parte do meio rural brasileiro não conta com esses serviços ou os dispõe de maneira rarefeita e precária. Como sentencia Stropassolas, esses “serviços”

influenciam significativamente a mentalidade deles: “muda a maneira de estar no mundo porque muda o tamanho do mundo”. (2007, p. 284).

O jovem rural em certa medida se vê estigmatizado diante da aproximação entre o mundo rural e urbano. Isso decorre do fato que o centro de análise é valorativamente urbano. Ser ou parecer rural é ser diferente do padrão social. Castro verifica que permanecem, ao meio rural, “a falta de acesso a serviços e bens de consumo”, assim como a inserção de políticas públicas efetivas e eficientes de um modo geral (2007, p. 129), – embora Weisheimer (2009) lembre que a criação da Secretaria Nacional de Juventude em 2005, a implementação do Pronaf Jovem e o Programa Nossa Primeira Terra tenham exercido interferência positiva referente à questão, mesmo que de maneira tímida. Entende-se que numa condição onde as construções simbólicas são mais notadas e manifestas isso causa maiores consequências à sociabilidade.

A partir dessa situação os jovens rurais demonstram manifestar novas demandas que se aproximam das percebidas no meio urbano. Elas se manifestam no tocante ao acesso a bens, a mobilidade, a melhoria das condições de contato social (aparência), além de contribuir nas relações afetivas e propriamente para os casamentos. Nesse sentido, alguns encontram meios de “acessar” os aspectos urbanos apenas integrando-se a ele, isto é, migrando e passando a obter renda nas cidades. (CARNEIRO; CASTRO, 2007). Essa questão pode ser vista também como um engajamento, como afere Castro (2005), para quem os jovens esperam e anseiam por melhores condições de lazer, melhores escolas, melhores condições de vida, tanto no campo quanto na cidade. Querem estes espaços “transformados”. (CARNEIRO, 2007b).

Diante da dicotomia rural/urbano as perspectivas de vida dos jovens do campo assumem, como uma tendência, a vivenciarem “o melhor dos dois mundos”. Essa noção, deliberada por Wanderley (2007) e também por Carneiro (2007b), se exemplifica no processo de aproximação entre os espaços, isto é, vivenciar ambas as experiências de vida. Ter acesso a “experiências” urbanas, sem, contudo, abandonar o espaço rural ou deixar de vincular-se a ele. Adaptando o pensamento de Marshall Sahlins (1997), entende-se que o fato de os jovens quererem incorporar práticas urbanas no espaço rural, portanto, não significa a negação do rural, nem uma inversão urbana, mas adaptações, composições. Ou como diz Carneiro, “a valorização da aldeia não implica a negação aos bens imateriais e materiais urbanos”. (2007b, p. 63).

Na prática é a mobilidade que garante vivenciar os dois mundos, tanto para os jovens que permanecem trabalhando no meio rural e circulando no meio urbano, quanto para aqueles

que fazem o contrário. Contudo, essa é uma situação que especifica “condições” sociais encontradas, como explica Carneiro:

É certo que essa combinação do “melhor dos dois mundos” não depende exclusivamente da vontade do jovem, ao contrário, depende, primordialmente, das condições materiais (acesso a bens e serviços) do lugar onde mora, como também da possibilidade de realizar uma renda própria, ter um emprego que, de preferência, possibilite também a realização de um projeto profissional. (2007b, p. 60).

O elemento de ligação e ao mesmo tempo de referência entre eles é a família. As relações familiares constituem um capítulo importante no processo de sociabilidade dos jovens rurais. As tradições familiares como indica Wanderley, “inspiram as práticas e as estratégias do presente e o encaminhamento do futuro”. (2007, p. 23). Com base no passado são lançadas as estratégias de desenvolvimento do grupo familiar. Do embate dessas estratégias com a realidade direta surgem ideais de ruptura ou de continuidade do mundo rural.

É na família que o jovem rural tem o espaço de vida, de trabalho, de vivência e de sobrevivência. É uma comunidade afetiva. (WANDERLEY, 2007). Em qualquer situação, êxodo ou permanência, a existência da família e da propriedade rural (uma unidade simbiótica, pois o entendimento do que é a família passa pela compreensão do espaço produtivo que compõe) constitui um porto seguro, um referencial sempre a disposição dos jovens. Ainda assim, não significa uma percepção ufanista entre os membros e a instituição familiar. Se é na família que os jovens encontram seu refúgio, é também nela onde vivem a maior parte de seus conflitos, como sentencia Carneiro:

Apesar de o jovem perceber a importância que a família tem para ele, seja como apoio afetivo e material, seja como referência social, a família também representa uma restrição a seus projetos, justamente pela dificuldade que ele encontra de ser visto como um indivíduo que tem interesses próprios que podem não ser coerentes com os objetivos coletivos, da família, sobretudo da família camponesa. Percebemos, então, uma relação de ambiguidade do jovem em relação à família: ao mesmo tempo que ela representa um espaço de proteção, de conforto e enraizamento social, é também um espaço onde vivencia as restrições mais severas à realização de seus desejos. (2007b, p. 78).

Além de uma comunidade afetiva, a família é “uma comunidade de interesses, que incorpora a particularidade de ser uma unidade de produção, sob a direção do pai”. (WANDERLEY, 2007, p. 24). Verifica-se o peso da autoridade paterna nas decisões tomadas pelos jovens na construção de seus projetos de vida. Castro refere-se ao “peso da autoridade paterna como parte da lógica camponesa, da reprodução do campesinato” (2007, p. 133),

ainda que ressalte a diversidade da manifestação dessa autoridade no espaço rural brasileiro. Ainda assim, na maior parte dos casos o jovem é percebido como submisso ao pai, principalmente “as jovens”. Geralmente eles não desempenham sozinhos as atividades de gestão da propriedade familiar. (WEISHEIMER, 2007, p. 242).

A força de trabalho dos jovens é importante e muito significativa na manutenção das unidades produtivas, uma vez que são dificultadas as situações de contratação de empregados nas propriedades. Os jovens estão vinculados ao trabalho, mas não a gestão e dificilmente recebem uma renda constante pelo trabalho desempenhado. Mantêm-se vinculados ao seio da propriedade rural, que estabelece um aspecto de unidade mantida graças ao esforço de todos os membros.

A falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade, principalmente as moças. Os rapazes recebem, às vezes, recompensas pelo empenho nas atividades de ciclo mais longo, ou afiançam o cuidado de uma parte da lavoura, “um canto”, “um eito”. Essa recompensa tem caráter compensatório e de incentivo a permanência. Todavia elas precisam ser negociadas entre os rapazes e o pai. Weisheimer cita que elas têm ainda uma função pedagógica, isto é, a preparação do filho como um agricultor independente. Assim, “será o domínio do saber fazer da agricultura e não a idade que proporcionará seu reconhecimento social como agricultor capaz de construir uma nova família e uma unidade produtiva independente” (2007, p. 240), de forma que sempre figura o questionamento: o jovem candidato a sucessor é capaz de gerir a unidade produtiva por conta própria?

A reprodução da propriedade rural é, também, a reprodução do ambiente familiar e do tecido social rural, bem como a estrutura de todo setor agrícola. Inviabilizam-se ou se complicam por problemas de partilha, da divisão da terra, que é na maioria dos casos escassa demais para comportar novas divisões. Além da dificuldade para abertura de novas áreas, dada a estagnação da fronteira agrícola regional ou a distância de novas frentes a abrir.

Levando em conta pesquisas sobre sucessão agrícola em outros países, comentadas por Anita Brumer (2007), é importante ressaltar que a sucessão na propriedade rural dos pais se relaciona também com a sua localização (inserção no mercado, distribuição) e ao tamanho do estabelecimento (possibilidade de comportar investimentos e assegurar o retorno esperado). Em alguns países a sucessão se dá, geralmente, ainda com os pais em vida. No Brasil ela se dá usualmente por um processo de herança. Brumer destaca que “a maioria dos agricultores brasileiros proprietários tem um sucessor; os que ainda não o designaram têm possibilidade de fazê-lo, no momento oportuno, entre os herdeiros”. (2007, p. 48). Porém, ao comparar os

processos sucessórios entre Canadá e Brasil, Brumer traz a tona o posicionamento dos jovens que se situam entre seguirem um projeto de vida individual, autônomo, e o compromisso com a família, especificamente quando a sucessão ocorre com os pais ainda vivos. Também há a tensão entre gerações, entre os modos de ver e fazer.

É possível esperar que, no Brasil, a baixa expectativa dos jovens de se instalarem como agricultores enquanto o pai estiver vivo dificulte ainda mais que do que os jovens canadenses a relação entre o seu projeto de instalação e sua efetiva realização. Caso se deixem envolver pelos interesses familiares, permanecem trabalhando sob a autoridade paterna enquanto este for vivo; se decidirem buscar outra atividade enquanto esperam o momento da sucessão, podem perder o interesse na atividade agrícola. [...] percebem-se ainda certa tensão entre as gerações: de um lado os pais, que empregam técnicas “que estão dando certo”, e de outro os jovens, com anseios de inovação. (BRUMER, 2007, p. 48).

Diante do exposto reafirma-se, por um lado, a necessidade de análise focalizada e aproximativa das dinâmicas sucessórias, ou de permanência, uma vez que são processos que levam em conta várias particularidades dos atores envolvidos. Por outro, a pertinência de estudos capazes de produzir uma visão mais geral da realidade brasileira como um todo, “focalizando diferentes arranjos econômicos e situações familiares”. (BRUMER, 2007, p. 50). A juventude rural, por meio de suas significativas variáveis inscreve-se, de forma inexorável, a ordem de discussão da atualidade. Discussões pertinentes porque necessárias e, talvez, urgentes.

2.4 O JOVEM RURAL DE PALMA SOLA/SC DIANTE DAS DINÂMICAS DE MIGRAÇÃO/PERMANÊNCIA

O êxodo significa uma saída de indivíduos de determinado local em direção a outro, geralmente em massa, isto é, em grandes grupos. O entendimento de êxodo rural reserva as mesmas características, embora a saída do meio rural em direção ao meio urbano se processe não necessariamente em massa.

Pode-se compreender o êxodo rural como um movimento, organizado ou não, de saída do espaço rural/agrícola em direção ao meio urbano. Está associado ao movimento acentuado de urbanização ocorrido no Brasil posteriormente à década de 1950: “a importância do êxodo rural é confirmada quando se examinam os dados dos últimos 50 anos: desde 1950, a cada 10 anos, um em cada três brasileiros vivendo no meio rural opta pela emigração”. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 1).

Esse movimento de desruralização, todavia, não é apenas um simples ajustamento ao desenvolvimento de uma sociedade industrial. Mesmo que seja inegável a sua influência, até porque são as áreas mais industrializadas que demonstram o maior grau de urbanização, ela não explica toda questão. O fato é que quando ocorre o êxodo em massa das áreas rurais o que é ameaçado é todo um sistema produtivo e de vida, repleto de bens simbólicos específicos. Dizer que o êxodo é uma consequência natural do desenvolvimento econômico pode até ter um fundo de verdade e contribui para analisar o processo de urbanização, mas não responde a pergunta sobre quais são os impactos diretos sobre o modo de vida tipicamente rural.

No entanto, para poder identificar e analisar o processo do êxodo rural precisa-se compreender sua ligação específica com o movimento de urbanização. Os indicadores do êxodo rural no Estado de Santa Catarina podem ser facilmente percebidos se analisado o padrão de inversão do predomínio da população vivendo no meio rural, até a década de 1970, passando a ser predominantemente urbano já na década de 1980. Conforme Tabela 2 percebe-se o processo de urbanização ocorrido em âmbito estadual, embora o índice de urbanização não seja uma consequência direta e única do correlato índice de desruralização. Isto, pois a população rural decresceu no período analisado (1970-2010) em torno 24 % e a população urbana tenha demonstrado um crescimento na ordem de 61%.

Tabela 1 – Evolução populacional em Santa Catarina por área de domicílio – 1970 a 2010

<i>Ano do Censo</i>	<i>População Total</i>	<i>População Urbana</i>	<i>População Rural</i>
1970	2 901 734	1.246.043 (43%)	1.655.691 (57%)
1980	3 627 933	2.154.238 (59%)	1.473.695 (41%)
1991	4 538 248	3.205.600 (71%)	1.332.648 (29%)
2000	5 356 360	4.217.931 (79%)	1.138.429 (21%)
2010	6 248 436	5.247.913 (84%)	1.000.523 (16%)

Fonte: IBGE, 1970; 1980; 1991; 2000.

Percebe-se que embora o processo de desruralização tenha sido significativo, ele não pode ser elencado como o único fator responsável pelo aumento populacional no meio urbano. Pois a perda de população acumulada no campo entre 1970 a 2010 foi de 655.168 pessoas, enquanto que o saldo de aumento populacional no espaço urbano acumulado no mesmo período foi de 4.001.870 pessoas.

É premente compreender os mecanismos que operam na ocorrência do êxodo rural. Assim, se pode dizer que o êxodo está ligado aos processos migratórios, ou seja, aos movimentos de deslocamento dos indivíduos no espaço. Conforme Golgher (2004), deve-se compreender os fatores ligados ao ato, ou escolha, de migrar. Segundo ele, as pessoas que mudam de lugar buscam melhores condições de vida em outra região. Surge, desta forma, a

interrogação de quais fatos implicam para que uma região ofereça melhores possibilidades, ou que pareça mais atraente.

O indivíduo buscaria dentre todas as possibilidades, a região mais atraente. Surge então um problema a ser explicado: o que torna uma região mais atraente do que uma outra? A resposta é: por causa de uma série de fatores como características econômicas, além de outras facetas políticas, sociais e físicas do local. De forma geral, considera-se os fatores econômicos os mais importantes. Dentre esses, pode-se destacar as diferenças de salários entre as várias regiões, as possibilidades diferenciadas de obtenção de empregos, o custo variável de moradia e de vida, a maior presença de empregos na indústria, etc. (GOLGHER, 2004, p. 33).

Ainda de acordo com Golgher (2004, p. 7), a definição de migrante usada no Brasil é a de “um indivíduo que morava em um determinado município e atravessou a fronteira deste município indo morar em um outro distinto”. Neste caso, o homem do campo que migra em direção a zona urbana do mesmo município não é considerado um migrante, embora seja um exemplo do êxodo rural. Da mesma forma, os movimentos migratórios podem se dar dentro da mesma região ou para regiões muito distantes. Nesse sentido, interferem as condições a que as pessoas estão expostas para migrar.

Geralmente a migração é espontânea, ou seja, está ligada diretamente a uma opção assumida livremente pelo indivíduo, diferentemente de um caso de calamidade ou catástrofe, onde há uma migração forçada. Nesse caso o indivíduo opta pela mudança, analisando os custos envolvidos na migração e os benefícios subsequentes. É uma decisão específica do proponente a migrar, pois como assinala Golgher (2004, p. 33), “nessa análise, o indivíduo compara seu local atual de moradia com as diversas possibilidades de destino para onde ele pode se mudar, escolhendo a opção que lhe parece mais compensadora”.

Entretanto, como ainda observa Golgher (2004, p. 33-34), estão implícitos os fatores “*push*” e “*pull*”. No caso do fator “*push*” os indivíduos são empurrados ou impelidos, geralmente pela baixa qualidade de vida no local de origem. O fator “*pull*” baseia-se na atração, ser “puxado”, devido a um melhor nível de vida no local de destino. De fato operam mais sensivelmente as condições em que se encontram os indivíduos no momento da migração, ou seja, o fator “*push*”.

Indivíduos na base da pirâmide social tendem a apresentar uma condição precária de vida em seu local atual de residência, principalmente por causa de fatores econômicos como a dificuldade de obtenção de níveis mínimos de renda que garantam sua subsistência. Esses indivíduos seriam impelidos a trocar de local de domicílio pela incapacidade de se manterem em sua condição atual de moradia de forma satisfatória. A expulsão do homem do campo por causa da mecanização crescente no meio rural seria um exemplo clássico deste fenômeno. Assim,

acredita-se que as classes mais desfavorecidas em termos de renda preocupem-se quase que exclusivamente com questões econômicas e, ao migrar, façam isso basicamente pelas forças “push”. (GOLGHER, 2004, p. 34).

Numa situação de dificuldade a propensão de migração aumenta, ainda que a atração precise se fazer sentir, pois o migrante haverá sempre que medir seus ganhos entre ambos os locais. Portanto, “na maioria dos casos, quando o indivíduo troca de local de residência, ambos os fatores estão atuando em conjunto e de forma inter-relacionada”. (GOLGHER, 2004, p. 34). Quando o homem do campo se vê impelido a migrar dois fatores estão diretamente relacionados: a dificuldade em que ele se encontra na atividade agrícola e a esperança de uma vida melhor no novo destino. Obviamente que não são apenas aqueles que estão em situação de dificuldade que migram, da mesma forma que vários dos que se vêem numa situação difícil ainda permanecem no campo. Essa não é uma regra geral, mas é um paradoxo facilmente encontrado nas realidades migratórias atuais.

Existem vários fatores ligados à migração. Conforme Klein et al (2010, p. 1-2), “muitas razões podem explicar o ato migratório e as forças de atração podem ser as mais diversas, tais como a colonização, o crescimento econômico, a possibilidade de enriquecimento”. Entretanto, delimita-se que dentre estes fatores o principal está associado à qualidade de vida, em que pesa significativamente o acesso à renda. Nesse sentido há um predomínio de fatores econômicos. Embora que variáveis não econômicas também sejam importantes, tais como reafirma Golgher (2004, p. 33):

[...] melhorar a qualidade de vida em tópicos não diretamente relacionados à renda ou ao mercado de trabalho seria um dos principais fatores não-econômicos associados à migração. Os locais mais atraentes seriam aqueles com melhores condições climáticas, com menor criminalidade, com melhores oportunidades de lazer, com menos poluição, com menos congestionamento de tráfego, com melhores condições de moradia, etc.

Em Palma Sola/SC o padrão de alteração da população rural/urbana segue a mesma tendência, embora seja um fenômeno mais recente. A população rural foi predominante até meados da década de 2010, sendo comprovada a inversão nos saldos de área de domicílio na Contagem Populacional realizada no ano de 2006, quando a população rural representava 46,5% e a população urbana 53,5%. De acordo com a Tabela 3, é possível visualizar a transformação da importância que o espaço rural tem na composição da população nos últimos quarenta anos.

Tabela 2 – Evolução populacional de Palma Sola/SC por área de domicílio – 1970 a 2010

<i>Ano do Censo</i>	<i>População Total</i>	<i>População Urbana</i>	<i>População Rural</i>
1970	4573	845 (18,5%)	3728 (81,5%)
1980	7333	1673 (23%)	5660 (77%)
1991	8857	2743 (31%)	6114 (69%)
2000	8206	3192 (39%)	5014 (61%)
2010	7765	4468 (57%)	3297 (43%)

Fonte: IBGE, 1970; 1980; 1991; 2000.

Verifica-se que ainda há um grande contingente populacional no setor rural do município se esses dados forem comparados com a realidade do Estado de Santa Catarina como um todo. Se for avaliado o percentual de variação entre a população rural e urbana no universo do Estado de Santa Catarina (conforme Tabela 2) e, confrontados com os dados dessa variação verificada no município de Palma Sola/SC, percebe-se que em 2010 o Estado tinha 84% da população vivendo no meio urbano, enquanto que em Palma Sola/SC apenas 57%.

Vê-se que mesmo que a população rural ainda seja significativa no universo da população total – embora não seja maioria – há uma convergência de que essa variável descendente continue a operar. Nesse caso, a população urbana do município tende a aumentar e a população rural diminuir, seguindo uma trajetória nacional. Com relação a população dos jovens é possível perceber uma trajetória similar de mudança. Na prática o número de jovens, entendidos aqui aqueles com idades entre 15 e 29 anos, tem diminuído no meio rural e aumentado no meio urbano. Veja-se a tabela 3.

Tabela 3 - População residente de 15 a 29 anos em Palma Sola/SC por área de domicílio – 1980 a 2010

<i>Censo</i>	<i>População Rural</i>			<i>População Urbana</i>			<i>Total 15-29</i>	<i>Pop. total</i>
	<i>Fem.</i>	<i>Mas.</i>	<i>Total</i>	<i>Fem.</i>	<i>Mas.</i>	<i>Total</i>		
1980	763(47%)	864(53%)	1627(75%)	249 (47%)	281(53%)	530(25%)	2157(29%)	7333 (100%)
1991	790(46%)	915(54%)	1705(68%)	427(54%)	361(46%)	788(32%)	2493(28%)	8857 (100%)
2000	543(46%)	648(54%)	1191(59%)	440(53%)	390(47%)	830(41%)	2021(25%)	8206 (100%)
2010	377(47%)	430(53%)	807(40%)	594(47%)	629(53%)	1223(60%)	2030(26%)	7765 (100%)

Fonte: Datasus.

Destaca-se que a participação dessa faixa etária na constituição do universo populacional do município pouco se alterou, permanecendo em média com 27%. Já a participação de indivíduos residentes no meio rural nesse contingente diminuiu de 75% em 1980 para 40% em 2010. Enquanto isso no meio urbano houve um aumento de participação de 25% para 60%. Ainda que não avaliemos as taxas de natalidade e mortalidade neste

intervalo de tempo é possível afirmar que a migração seja o evento responsável por essa alteração, no caso entendido como êxodo.

É importante que se diga que o processo do êxodo rural em Palma Sola não difere do padrão regional. Nem por isso inviabiliza uma análise pormenorizada, porque, como afirmam Camarano e Abramovay (1999), se fazem necessárias análises específicas e localizadas do êxodo para poder delimitar os possíveis fatores a ele ligados. Mas, se há uma tendência ao êxodo é preciso, antes de lançá-la como um paradoxo imutável, verificar nesse processo quem são preponderantemente os migrantes do meio rural. De acordo com Camarano e Abramovay (1999, p. 02), “são cada vez mais os jovens que vêm deixando o meio rural e entre estes é preponderante a participação das mulheres”.

Essa posição corrobora com a determinação de Golgher (2004), que apresenta três fatores de seletividade dos migrantes. Afirma que ocorre uma seletividade por idade, onde se verifica serem os jovens os que mais comumente migram; uma seletividade por renda e escolaridade, onde sugere que os indivíduos com maior renda e escolaridade tendem a ser mais móveis que os demais (embora a visão que se tenha é a de que são as classes menos favorecidas que migram); além de uma seletividade por estado civil e tamanho da família, ao que afirma a tendência de que os casais sem filhos têm maior propensão a migrar. Convém citar o perfil do migrante típico constituído por Castiglioni (1989).

Indivíduos reagem de forma diferenciada quando confrontados com os fatores que induzem à migração. Aqueles que respondem ao estímulo têm algumas características comuns que os diferenciam dos demais que não reagem a tal estímulo. Essas características são ligadas, principalmente, à idade, à instrução e à especialização, ao estado civil, às aspirações e ao sexo. Pode-se então descrever um migrante típico como um adulto jovem, com certo nível de instrução, que irá buscar uma colocação no mercado de trabalho do centro urbano, onde terá melhores chances de realizar suas aspirações. Os migrantes são, ainda, pessoas mais orientadas para a conclusão de objetivos e com melhores relações pessoais. (apud GOLGHER, 2004, p. 39).

Mas qual a razão de ser entre os jovens o maior número de migrantes do meio rural e, dentre estes, a maioria do sexo feminino? De acordo com Camarano e Abramovay (1999, p. 7) somente pesquisas regionalizadas podem responder de maneira precisa a esta pergunta. Contudo, levantam três hipóteses básicas neste sentido: (i) a oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residências; (ii) as dinâmicas intrafamiliares muitas vezes sobrecarregam as moças, além de não permitirem a vislumbrarem uma valorização no campo, de forma que a própria família incentiva a sua migração; (iii) a ausência de perspectivas de formação

educacional no campo leva os jovens a buscá-la no meio urbano, e, nesse sentido, são as moças que preferencialmente tem acesso ao estudo no interior das famílias, em detrimento aos rapazes. Do mesmo modo Turnes, ao analisar os fluxos migratórios em Santa Catarina, avalia os principais fatores envolvidos no processo:

Ao compararmos o sentido do fluxo migratório catarinense, tanto no nível intermunicipal como no nível inter-regional, pode-se afirmar que as pessoas migram de regiões menos dinâmicas para aquelas regiões que apresentam melhores desempenhos econômicos. Esta afirmativa, quando relacionada com os dados coletados na revisão de literatura, permite estimar as principais expectativas que movem o migrante em Santa Catarina: (i) a desilusão e a falta de perspectivas nos locais onde moram faz crescer o desejo de busca de novas oportunidades de estudo, trabalho e lazer; (ii) as crises constantes no setor rural, causadas por variáveis ambientais ou econômicas faz surgir o desejo de mudança de modo de vida e de trabalho; (iii) tentativa de encontrar nos locais de destino melhores condições de acesso aos serviços e à infra-estrutura (moradia, saúde, educação etc.); (iv) busca de novas relações sociais e o alcance de realizações pessoais; (v) obtenção de rendas superiores do que teriam em seu local de origem [...]. (2008, p. 187).

De modo bastante específico, demonstrado por Abramovay et al (1998), o acesso à renda ainda parece ser preponderante na decisão de deixar o campo, embora fatores como ingresso a níveis mais elevados de educação; melhores condições de trabalho; maior independência com relação ao núcleo familiar e, enfim, a real possibilidade de ascensão social parecem ser decisivas. Obviamente que vários fatores possam estar ligados e de forma diferenciada ao processo da saída do campo, mas o fato tácito é de que a permanência na atividade agrícola se coloca cada vez menos como uma possibilidade efetiva para os jovens de ambos os sexos, principalmente para as mulheres.

Em relação à mesma pesquisa, Abramovay et al (1998) constataram que apenas 40% dos rapazes desejavam permanecer na agricultura. Com relação às moças esse percentual não chegava a 30%. Considerando-se que neste íterim de tempo as condições de reprodução da estrutura da vida no campo não tenham apresentado melhorias significativas e que o mercado de trabalho no meio urbano tenha aumentado sensivelmente o número de postos de trabalho, é de se supor que a tendência à permanência no campo na atualidade seja ainda menor.

Embora sempre muito debatido e presente em acaloradas discussões políticas, a questão do êxodo rural entre os jovens é delimitado apenas como um problema, como um evento social negativo e que deve ser sanado, isto é, extinto. Essa pressuposição é parcial, uma vez que não leva em conta as motivações que os migrantes (jovens ou não) lançam mão para justificar sua saída do campo. Cabe lembrar que não há nenhuma pressuposição que determine os espaços a serem ocupados pelos indivíduos no ambiente, cabendo a eles

definirem isso. Stropassolas (2002) chama a atenção para o fato de que entre outros fatores, o êxodo é uma estratégia lançada com o objetivo de melhoria de vida.

Entretanto, chama a atenção o fato inverso. A permanência. Conforme a tabela 3 verifica-se que 40% da população residente do município de Palma Sola/SC de 15 a 29 anos (jovens) permanece no campo. Embora exista uma pressuposta “tendência” ao êxodo há ainda uma significativa parcela de jovens que continuam vivendo no campo. Por que isso acontece? Será que se pode esperar uma saída nos próximos anos, como tem ocorrido em outras regiões? Ou será que existem fatores que podem assegurar uma permanência maior destes jovens no campo? Estas questões centralizam o debate e justificam uma abordagem de pesquisa.

Poucas são as análises que abordam a perspectiva de permanência dos jovens no meio rural. É inegável que exista, de fato, uma tendência ao êxodo, pois mais jovens saem do que ficam. Entretanto, alguns permanecem. A explicação para tal é complexa, pois leva em conta questões, muitas vezes, pessoais na tomada da decisão. Pode referir-se tanto ao gosto pelas atividades agrícolas, quanto à necessidade de cuidado com outros membros da família ou o interesse em investir na atividade. Enfim, é uma conjuntura bastante heterogênea.

A discussão se apresenta como pertinente, pois não há uma resposta formal que possa definir as estratégias que os jovens manifestam através da decisão de ficar no campo. São vários os fatores envolvidos e sua interpelação é subjacente à necessidade de compreender a trajetória de vida desses indivíduos e o espaço que ocupam como agricultores. A questão que se manifesta usual para compor a discussão é: que elementos interferem na decisão de permanência desses jovens? Além disso, é oportuno questionar: que dinâmicas eles lançam mão para constituir um ambiente de sociabilidade que lhes satisfaça no meio rural?

Para tanto é necessário discutir as implicações do espaço de sociabilidade desses indivíduos, suas vinculações identitárias e as implicações estruturais historicamente constituídas. No próximo capítulo debatem-se a formatação dos espaços comunitários na região Sul do Brasil, bem como o processo de reprodução manifesto na região Oeste de Santa Catarina. Aproxima-se ainda mais a lente de análise quando são traçados os elementos históricos e sociais da comunidade de Cerro Azul, localizando as proposições que influem na vida dos jovens em estudo.

3 CAPÍTULO II – A COMUNIDADE DE CERRO AZUL

A tradição dos estudos de comunidade nas ciências sociais brasileiras é riquíssima. Estes estudos significaram um salto propositivo no sentido do empiricismo nas áreas de estudo de elementos humanísticos. Aditando-se às críticas e reposicionamentos é mister reanalisar a conceituação que a comunidade e assim o campo em estudo remetem.

O estudo hora apresentado, embora focalizado em uma comunidade, não pode ser classificado, de maneira rápida como um “estudo de comunidade” conforme o que se caracterizou acima. É sim um estudo “na comunidade”, sobre “aspectos” da comunidade. Muita da tradição dos estudos de comunidade está, sim, presente nessa análise, mas não se seguiu a mesma proposta de feitura. Através da comunidade analisou-se o conjunto de paradoxos da permanência dos jovens como uma variante da reprodução da agricultura familiar e da própria comunidade.

Para alcançar essa discussão convém inicialmente problematizar o conceito de comunidade; a formação identitária dos espaços coloniais e comunitários; o processo de formação histórica e social dos espaços de colonização e consequentemente dos espaços comunitários dos ambientes rurais da região Sul do Brasil; e a visão da comunidade específica que está em análise, ou seja, Cerro Azul. Denota-se para isso uma visão histórica e etnográfica, capazes de facilitar a compreensão do campo e dos desdobramentos do problema de pesquisa.

3.1 A COMUNIDADE E SUA PROBLEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

3.1.1 Problemas Analíticos e Conceituais

A noção de comunidade está vinculada a ideia de segurança, de proximidade, aconchego, enfim, de certo modo a uma extensão da família. Assim como a identidade, comunidade se inscreve como uma temática de múltiplas discussões de modo que seu conceito, ou definição, expressa uma discussão teórica intermitente. Para tanto busca-se a conceituação de comunidade nos textos de Bauman (2003); Buber (2003); Fichter (1973) e Tönnies (1973), e especificamente no caso da comunidade rural estende-se a discussão aos textos de Antônio Cândido (1982) e John Comerford (2005).⁸

⁸As obras de Fichter (1967) e Tönnies (1944) são textos compilados por Florestan Fernandes e organizados na obra “Comunidade e Sociedade” (1973).

Bauman na obra recente “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” dá conta da discussão sobre a tendência de recuperação ou mesmo à busca pelo espaço comunitário como elemento de segurança em meio ao mundo “pós-moderno”. Conforme afirma, a palavra comunidade “evoca tudo que sentimos falta e que precisamos para viver seguros e confiantes”. (2003, p. 9).

Em seu texto clássico “Comunidade e Sociedade”, Ferdinand Tönnies analisa e compara o espaço comunitário (*Gemeinschaft*) e o espaço da sociedade (*Gesellschaft*). Sua argumentação é preponderantemente comparativa entre afirmar aspectos da organização comunitária e da organização da sociedade. Exemplifica-se pela constante utilização do recurso “dicotomizador” de seu texto: “como coisa e como nome, comunidade é velho, sociedade é novo”. (1973, p. 98).

A argumentação de Fichter em “Definições para uso didático” (1973) é objetiva e tem a intenção de conceituar de forma concisa o que é comunidade. O texto impressiona pela sobriedade e por uma demarcação teórica efetiva, pautada em referências espaço-temporais. Além disso, dá ênfase às relações recíprocas que se estabelecem em tais organizações ou grupos. Para conceituar a amplitude do termo comunidade parte-se, então, de Fichter, que propõem uma definição categórica, ao que descreve:

[...] o termo “comunidade” é outro dos vocábulos sociológicos que veio a ter uma grande variedade de significados. Usa-se, às vezes, como sinônimo de “sociedade”, “cidade”, “vizinhança”, e inclusive em expressões como “comunidade católica”, “comunidade negra” para designar, nas grandes cidades, certas categorias sociais sem coesão. Uma palavra que é rodeada de significados múltiplos e imprecisos requer, naturalmente, uma cuidadosa definição técnica: comunidade é um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para lograr fins comuns. (1973, p. 154).

A sua visão compreende a ligação direta entre um determinado grupo e o espaço que ele ocupa. A implicação de “territorializar” os aspectos ligados à comunidade é prudente, porém pode anunciar uma aproximação ao determinismo geográfico. Entende-se que a visão de Fichter aponta para o entendimento de que um grupo estabelece sua unidade através do contato e, portanto, da proximidade. Assim o espaço tem prevalência no sentido da forma como cada grupo ocupa, se apropria e se organiza nele.

O texto de Martin Buber “Sobre Comunidade” (2003) – ampara-se teoricamente nas assertivas de Ferdinand Tönnies – sendo uma releitura do conceito e do sentido da comunidade que emergiu a partir das sociedades pré-históricas e que se desenvolveu e se alterou durante o tempo. O autor faz um exercício para compreender o que chama de “nova

comunidade”, na qual a comunidade e a sociedade de forma geral se desenvolvem através dos “tipos de vontade”, que denotam o perfil da formação de espaços de vontade afetiva (comunidade) e de vontade institucional (sociedade).

Buber (2003) dá ênfase aos aspectos de ligação comum entre os homens para explicar a nova comunidade. Partindo de sua argumentação a comunidade seria uma redoma de inexpugnável concórdia e de organização análoga aos conceitos visionários das mais tenras religiões. Sua visão, talvez um tanto “romantizada”, não lhe implica censura. É fato correlato que é necessário um “sentimento” de união na formação de qualquer grupo. Em outras palavras, não há como explicar a formação de uma comunidade apenas pela lógica racional econômica de que a junção dos indivíduos lhes garantam maiores chances de sobrevivência e ascensão social. Como assevera, os espaços comunitários envolvem seus membros em atividades diversas e não apenas no âmbito econômico.

A nova comunidade tem como finalidade a própria comunidade. Isto, porém, é a interação viva de homens íntegros e de boa têmpera na qual dar é tão abençoado como tomar, uma vez que ambos são um mesmo movimento, visto ora da perspectiva daquele que move, ora daquele que é movido. Que homens maduros, já possuídos por uma serena plenitude, sintam que não podem crescer e viver de outro modo, exceto entrando como membros em tal fluxo de doação e entrega criativa, que eles se reúnam, então, e se deixem cingir as mãos por um mesmo laço, por causa da liberdade maior, eis o que é comunidade, eis o que desejamos. (BUBER, 2003, p. 34).

Da mesma forma, Fichter (1973) também esclarece a existência de um espírito de cooperação na formação da comunidade. Todavia essa cooperação se estrutura na medida em que “estar junto” é o principal fator de condicionamento social, sendo essa junção um fator potencialmente catalisador de relações sociais mais efetivas, próximas e duradouras. Assim, cooperar significa alargar as possibilidades de ação social do grupo.

Uma comunidade é essencialmente “ligada ao solo”, no sentido de que os indivíduos vivem permanentemente numa dada área, têm consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar e funcionam conjuntamente nos principais assuntos da vida. [...] os membros da comunidade têm consciência das necessidades dos indivíduos dentro e fora de seu grupo imediato e tendem a cooperar estreitamente. (FICHTER, 1973, p. 154).

A comunidade, portanto, teria surgido através das organizações sociais onde havia a prevalência das relações comuns, ou seja, onde as relações eram estruturadas a partir de um princípio de igualdade, uma vez que os fatores diferenciadores não estavam plenamente constituídos. Assim, na acepção de Buber (2003, p. 50), comunidade é entendida como “a

ligação que se desenvolveu mantida internamente por propriedade comum (sobretudo da terra), por trabalho comum, costumes comuns, fé comum”; a sociedade justamente se diferencia por ser uma “separação ordenada”, mantida externamente por coação, por contrato, convenção ou opinião pública.

Se a existência da relação daquilo que é comum é, para Buber (2003), o fator principal na razão de ser da comunidade, para Bauman (2003) esse passa a ser a segurança. Sua leitura, pautada nos eventos relativos à modernização e a pós-modernidade, infere ser o medo o principal agente de agregação comunitária na atualidade. Essa agregação comunitária traz, segundo o autor, uma sensação de fortalecimento dos agentes sociais, pois estando intimamente ligados não existem espaços “ociosos” e indivíduos “indesejados”:

[...] a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). [...] nunca somos estranhos entre nós. (BAUMAN, 2003, p. 7-8).

Contudo, ele referencia que o processo de fortalecimento social oportunizado pela comunidade recompõe a noção de liberdade gozada pelos agentes sociais. O pressuposto é o de que ao atender certas prerrogativas estabelecidas pelo grupo, como normas e condutas ganha-se maior segurança, pois dentro do grupo todos teriam, em tese, interesses comuns e, portanto, agiriam para manter esses interesses. Apesar disso, o respeito às normatizações do grupo tende a nivelar e homogeneizar as ações sociais, influenciando em aspectos que se referem às particularidades de cada membro.

Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e “à identidade”. Qualquer que seja a escolha, ganha-se alguma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejados que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atrito. [...] De qualquer modo, nenhuma receita foi inventada até hoje para este ajuste. (BAUMAN, 2003, p. 10).

Alinhando essas perspectivas encadeadas acima, pode-se inferir que o ambiente comunitário é, sem dúvida, um “espaço” intenso de discussão. A representação que se tem, baseada geralmente na diferenciação com a sociedade como um todo, abarca espaços e

construções sociais que podem escapar a lógicas totalizantes impostas pela visão de unidade social. Nos espaços comunitários podemos encontrar práticas que destoam das predefinições do mercado, de uma cultura nacional, ou atualmente de uma cultura global, com formas de ser particulares.

No contexto do espaço rural é pertinente considerar tal realidade. No entanto, um reducionismo analítico que afirme ser o ambiente comunitário, e em maior escala no meio rural, um espaço particular não pode produzir uma visão de isolamento. Os ambientes comunitários se diferenciam da sociedade como um todo, pois se constroem ali relações de proximidade que em outros contextos sociais seriam mais difíceis e até impossíveis de ocorrer. Mas continuam a fazer parte de uma conjuntura social, estando diretamente ligados a ela. O isolamento nesse sentido pode ser entendido, em alguns casos, como um eventual “menor grau de contato”, mas nunca como a ausência deste.

O ambiente rural, desta forma, é evocado como um espaço privilegiado no sentido da formação da comunidade. O imaginário de ligação, proximidade e demanda entre os membros desses grupos constitui a teorização de que nesses locais o “comunitarismo” se apresente de forma mais intensa. Tönnies (1973) descreve a teoria de Bluntschli de forma a insinuar a existência de níveis de sociabilidade nos agrupamentos sociais, o que leva a referendar a visão de um fortalecimento nas relações comunitárias no meio rural.

A sociedade tornou-se a fonte e, ao mesmo tempo, a expressão de tendências e julgamentos gerais: onde a cultura urbana produz sempre flores e frutos, aí aparece também a sociedade como órgão indispensável. O país, entretanto, conhece-os muito pouco [...]. Por outro lado, sempre valorizou a vida do campo, porque nela a comunidade é mais forte e mais viva entre os homens: a comunidade é a vida comum, verdadeira e durável; a sociedade é somente passageira e aparente. E, numa certa medida, pode-se compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico e artificial [...]. (BLUNTSCHLI apud TÖNNIES, 1973, p. 98).

Partindo dessa concepção busca-se analisar nos ambientes comunitários rurais os fatores que implicam nas relações identitárias que se estabelecem entre seus membros. O ponto de discussão se torna a maneira como são construídos os fatores de identificação num ambiente que, como descrito acima, pressupõe uma unidade e uma aceção comum de espaços e papéis sociais. Embora sugerir, neste caso, uma homogeneidade categórica ou justificar tais práticas pelo isolamento não seja viável, tampouco prudente, dado os vários pontos de contraposição facilmente elencados na literatura ou na observação desses espaços.

A obra de Antônio Cândido, “Parceiros do rio Bonito”, um clássico do pensamento social brasileiro, apresenta a noção do “caipira” se assemelhando a de “camponês”, numa

economia fechada ou semifechada. Sendo que estes romperiam o isolamento quando necessitam de sal, religião e justiça. (CÂNDIDO, 1982). A partir dessa obra sugere-se que a noção de agrupamento rural, denominada de “Bairro Rural”, é relacional ao conceito de “comunidade rural”. Nesse sentido, a comunidade existe na medida em que exista a participação dos moradores em torno dela. (CÂNDIDO, 1982, p. 67).

Noutros casos a comunidade rural existe “enquanto percepção religiosa”. (CÂNDIDO, 1982, p. 71). Cândido se refere à participação religiosa que ocorre no espaço da vila, tangenciada por esse motivo pelas relações rurais de vizinhança. Essa relação se dá entre os moradores que participam juntos dos eventos religiosos. Assim, não é a demarcação territorial, mas o sentimento de vizinhança pautada por participação religiosa que define um grupo e uma comunidade. Estar entre os moradores não significa que se participa com eles, ao passo que “estar” na comunidade não implica em “fazer parte” dela.

Além da vinculação a participação religiosa, o bairro rural, na acepção de Cândido, é estabelecido pela participação nos processos de solidariedade entre vizinhos. É preponderante a noção de reciprocidade entre os sitiantes, uma vez que estabelecia uma rede de relações que fortalecia a unidade “estrutural e funcional” do grupo, dadas pela disposição de trabalho, pela ação dos mutirões.

O sentimento comunitário se afirma em primeira e última instância na existência da categoria “vizinho”. As relações de vizinhança por seu turno se estabelecem a partir do trabalho e da religião, no mutirão e nas festas. Entretanto, esses espaços de sociabilidade não fecham ou interpõem-se de maneira a impedir os contatos “extra vizinhança”. A interdependência da família e da comunidade não basta para impedir o contato com os espaços diversos. Como afirma Cândido a interdependência vincula-se em planos “mais largos”.

[...] o bairro não é uma unidade rígida e exclusiva. Sob este ponto de vista, situa-se num determinado plano ecológico e social, definido pela interdependência das famílias, como estas se definem pela interdependência das pessoas. Em plano mais largo, temos o povoado e seu território – antes freguesia ou vila, hoje distrito ou município –, que determinam um terceiro nível de interdependência, a dos bairros uns com os outros num sistema mais largo. Mas enquanto a solidariedade familiar e a vicinal pressupõem o contato direto dos participantes, a da unidade administrativa é sobretudo virtual, não o implicando necessariamente. (CÂNDIDO, 1982, p. 75).

O termo comunidade tem uma vinculação efetiva com o espaço rural, sendo utilizado em grande medida para referenciá-lo, tanto pelos moradores, quanto por instituições e estudos acadêmicos que se vinculam ao rural. (COMERFORD, 2005). As descrições tendem a

associar “os grupos caracterizados como ‘rurais’ a relações tidas como ‘comunitárias’”; ou “associação entre delimitação de grupos rurais concretos e a idéia da qualidade comunitária das relações”. (COMERFORD, 2005, p. 113). A partir disso a definição de comunidade rural encontra respaldo numa ampla relação conceitual, posta a termo por Comerford.

Em geral, quando se fala em “comunidade rural”, trata-se de indicar um grupo concreto delimitado em termos territoriais (a população de uma localidade, distrito, município) e em termos de sua atividade (pessoas que se ocupam de atividades “rurais”, ligadas à agricultura e à pecuária), mas, ao mesmo tempo, a expressão sugere que esse grupo se organiza a partir de relações de proximidade e solidariedade, em que sobressaem a importância do parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho, co-participação nas atividades lúdico-religiosas, apontando para valores de harmonia e consenso. (COMERFORD, 2005, p. 112).

Comerford identifica um duplo aspecto das comunidades rurais. Seria tanto o caráter de grupo concreto “delimitado por alguma característica comum (de ordem territorial, étnica, religiosa, profissional)”, quanto à qualidade das relações estabelecidas em seu interior, “proximidade social e pessoal, intimidade, contato, harmonia, consenso, uma certa igualdade”. (COMERFORD, 2005, p. 112). Em termos evolucionistas as relações comunitárias no espaço rural são tidas como reflexo de seu atraso e ligadas a um passado tribal e primitivo. Já as relações sociais no espaço urbano são vistas como reflexo da evolução humanitária, capitaneadas pela modernização e industrialização. (COMERFORD, 2005).

Em estudos sobre o campesinato a comunidade toma o peso de “categoria” explicativa. Tanto como pressuposto ou como incorporada as análises.

Conforme Comerford (2005), é preciso estabelecer alguns pontos de distinção em relação a comunidade rural. Primeiramente, identifica que o recorte territorial que identifica determinado grupo rural nem sempre se justifica na existência de relações comunitárias. Essas relações podem ser definidas pela existência de pressupostos morais, mas a comunidade moral não pressupõe proximidade geográfica, nem vice-versa. É preciso a existência de valores, códigos, canais de circulação e julgamentos compartilhados pelo grupo. Além disso, a comunidade nem sempre é um espaço de harmonia, sendo o conflito um elemento de suas relações:

[...] o termo comunidade é geralmente associado a ideia de harmonia, solidariedade e ausência de conflito, tal como sugere a importância dessa palavra na formulação de utopias alternativas e de diferentes formas de busca do bem comum e do consenso. No entanto, vários estudos feitos em comunidades rurais mostram a solidariedade e a igualdade que caracterizam tais comunidades são indissociáveis de uma dimensão conflitiva, como dois lados de uma mesma moeda. (COMERFORD, 2005, p. 117).

Os espaços comunitários não são deveras mantidos como tais em todos os momentos. A tensão e mesmo a alteração sócio-histórica transformam sistematicamente essas relações, embora não no sentido de lhes suprimirem. O fato de que exista uma reconstrução intermitente de tais relações e não a sua estatização não determina que ocorra sua supressão. É permissível afirmar, portanto, a existência da permanência de relações “tradicionais” no espaço rural, assim como de sua modernização. Em suma, o uso da noção de “comunidade” por diversos autores determina sua relevância, ainda que encaminhando a um necessário exercício analítico, como sugere Comerford.

Como evoca união, harmonia, acolhimento, consenso e proximidade, comunidade é um termo importante no sentido de delimitar inclusões e exclusões de diversos tipos, em variadas circunstâncias. Assim, o uso local do termo “comunidade” pode ser muito significativo em termos dos processos e disputas sociais em curso. Desse modo, é importante estar atento aos usos da noção de “comunidade” ou “comunidade rural” nos diferentes contextos e aos significados sociais e políticos que ela pode assumir, algo que só uma atenção sistemática aos elementos de cada situação pode revelar. (COMERFORD, 2005, p. 119-120).

A comunidade rural é um elemento importante para compreender as relações que manifestam seus componentes. Embora não enseje determinações nas decisões e manifestações individuais implicam na identidade e influencia nos elementos sociais tomados em ligação com a sociedade mais ampla. Este é um elemento que diz respeito a preceitos identitários diante da existência historicamente e tradicionalmente constituída pelos moradores das localidades e comunidades rurais.

3.1.2 A Formação Sócio-histórica do Espaço Colonial da Região Sul do Brasil

A partir do século XIX, mais especificamente quando da vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808, iniciou-se, entre a elite colonial brasileira, a discussão referente à promoção do país em receptor de imigrantes europeus não ibéricos.⁹ Dentre os vários objetivos que se alinhavavam nesse quadro pode-se citar o ensejo de trazer colonizadores envolvidos numa ocupação efetiva e eficiente de terras fronteiriças e “despovoadas” à mercê das incursões estrangeiras. Foi ainda persuasivo o discurso de branqueamento da população. O projeto de trazer imigrantes europeus brancos transformaria a

⁹ Excetuando-se franceses, holandeses e ingleses, com os quais a coroa portuguesa já havia entrado em conflito nas terras coloniais do Brasil.

“paisagem” social de um país que estigmatizava a presença de negros e indígenas e imputava-lhes a culpa para quaisquer infortúnios e fracassos brasileiros.

O interesse na vinda dos imigrantes europeus vinculava-se a necessidade, manifesta por uma parte da elite urbana nacional não vinculada ao trabalho escravo, de alteração do modelo trabalhista e produtivo do país. O trabalho escravo deveria dar lugar ao trabalho assalariado, passando a fomentar o mercado interno. Esse processo de “captação de imigrantes” efetivou a vinda de colonos germânicos principalmente para as regiões sudeste e sul. Grande quantidade de italianos foram encaminhados para as fazendas de produção de café no estado de São Paulo.

Entretanto, o modelo de fixação dos imigrantes residia na inserção destes em lotes agrários de pequena extensão a fim de que pudessem tornar-se produtores agrícolas. Esse modelo baseou-se na pequena propriedade, ou minifúndio. A pequena propriedade atenderia o interesse de: “povoar, garantir domínio de fronteiras, conciliar-se com latifundiários, etc”. (LANDO; BARROS, 1980, p. 39). De acordo com Woortmann, os imigrantes vinham, geralmente, com suas famílias, o que era desejado pelo governo brasileiro. (1995, p. 104). Além de estabelecerem-se no grupo familiar eram, prioritariamente, ligados a atividade agrícola. Assim ocupariam pequenos lotes agrícolas, seriam produtores de alimentos, consumidores potenciais, demarcadores do espaço brasileiro em regiões fronteiriças e cumpririam o seu papel de modernizar uma nação com “vocação agrícola”. (RENK, 2005, p. 114). Como afirma Schallenberger (2009, p. 121), “a imigração, com colonos livres, responderia, pois,    mística do progresso”. Segue afirmando que do ponto de vista geopolítico a ocupação das áreas “agr  cult  veis” geram o “aumento da densidade demográfica e da produção de bens para o mercado interno” reforçando assim a “integração territorial”. (2009, p. 121). O colono era valorizado por manifestar um *ethos* de trabalho, significando-o como o elemento, mais que desejado, mas necessário ao país. Esse *ethos* tornou-se também um elemento ideológico e identitário dos colonos, ainda manifesto. (PETRONE, 1984; WOORTMANN, 1995; SCHALLENBERGER, 2009; VANNINI, 2004; RENK, 2006).

O trabalho e a representação do trabalho ocupam o espaço privilegiado no discurso dos colonos e ex-colonos de origem “que se fizeram” como marca étnica. [...] o trabalho é apresentado como o segredo da fortuna, a causa do progresso e da honrabilidade. O oposto, a indolência, o não-aproveitamento correto do tempo o exclui do grupo e o transforma num outro.   queles que trabalharam e não enriqueceram resta uma justificativa, a atribuição ao infortúnio. (RENK, 2006, p. 95-96).

As primeiras levadas de imigrantes destinados à colonização em pequena propriedade no Brasil chegaram a partir da segunda década do século XIX. Eram em sua maioria camponeses pobres (LANDO; BARROS, 1980), que esperavam na América dispor de um lote de terras em que pudessem ser tornar donos, proprietários. (WENCZENOVICZ, 2002). Petrone reafirma esse aspecto dizendo que “um dos principais aspectos desse fenômeno das migrações transoceânicas é justamente a miragem ou possibilidade de acesso à propriedade fundiária”. (1984, p. 11).

Foi através da Lei de Terras, de 1850, que o processo de colonização se expandiu no Brasil. Por essa lei a terra não poderia ser obtida por meio de doação ou posse, mas apenas por meio de compra. Como dizem Lando e Barros (1980, p. 30), “a venda e não mais a doação criou a base para a pequena propriedade”. Isso intensificou a ação de empresas colonizadoras, uma vez que o Estado repassava a essas empresas as terras “devolutas” (vazias) que assumiam o compromisso de povoá-las e instituir nesses territórios a infraestrutura básica, tais como estradas, sistemas de abastecimento, etc. Como adverte Arlene Renk (2006), é pertinente frisar que a colonização foi um movimento desencadeado, projetado e efetivado pela ação do Estado brasileiro, viabilizando a venda parcelada e de pequenos lotes. Isso permitia que um número maior de imigrantes povoasse as regiões “incultas”. A colonização no regime de pequena propriedade foi, portanto, “pensada como elemento desencadeador da civilização”. (RENK, 2006, p. 66).

A orientação de fixação dos colonos nas áreas seguia a lógica da dispersão no espaço. Essa dispersão era mediada pela existência das vilas, que serviram como “centros econômico-sociais das colônias”. (DE BONI, 1980, p. 245). Ainda assim os maiores pontos de encontro entre os colonos se dava nos travessões, as chamadas “linhas” onde De Boni afirma ocorrerem “contatos primários” e a reconstrução de um “mundo cultural”. (1980, p. 235). A formação desses pequenos núcleos responde à assertiva de George (1982), para quem o isolamento completo dos colonos geraria insegurança. Para aplacar esse sentimento os colonos se organizaram no sentido de um agrupamento, como afirma: “os indivíduos que têm os mesmos interesses a defender são levados a agrupar-se para prevenir-se contra o risco de animais destruidores de colheitas ou perigosos ao homem, assim como contra o risco de banditismo, de pirataria ou de guerra”. (1982, p. 125).

As áreas de ocupação foram chamadas de “colônias”, designando a ocupação do território para fins de produção agrícola. Conforme Giron essa designação foi dada pela legislação imperial para exprimir “as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes

europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil” (1980, p. 64).

Esses colonos tornavam-se em primeira medida camponeses. Muitos imigrantes precisaram se “recampenizarem”, na acepção de Woortmann (1995, p. 111), reaprendendo o trabalho agrícola das antigas gerações familiares na Europa, já que no momento da migração estes trabalhavam em ofícios urbanos. Não eram camponeses na acepção que esse termo tinha na Europa ainda sob os resquícios feudais. O imigrante reproduzia a mentalidade do trabalho, do desejo de tornar-se proprietário como estratégia do pequeno camponês, mas agora “livre”. (VANNINI, 2004, p. 95). O camponês aqui, simbiótico ao colono, era o cultivador e criador autônomo porque dono de seu lote. Aquele autossuficiente, rompendo o isolamento apenas nas circunstâncias comunitárias próximas.

Nessas pequenas propriedades predominava a policultura e uma pequena criação de animais que, em geral, abrangia aves, porcos, alguns bovinos e cavalos para puxar arado e carroça. Tudo girava em torno da ideia de que o colono devia ser auto-suficiente, vendendo os excedentes e produzindo alguns gêneros em quantidade maior a fim de destiná-los ao mercado interno. (PETRONE, 1984, p. 60-61).

O lote colonial pode ser compreendido como uma unidade produtiva endógena. O sucesso, a sobrevivência de seus membros, a perpetuação e reprodução social deste, dependiam invariavelmente da disposição e do bom desempenho familiar. (PETRONE, 1984). Vannini (2004, p. 96) avalia que o capital da empresa colonial era o fato de que a família explorava a terra. Assim, quanto maior o número de filhos (braços), maior a perspectiva de sucesso econômico da família. Essa constatação referencia a existência de práticas pró-natalistas, ensejadas no discurso eclesiástico católico. (VANNINI, 2004, p. 97).

A influência das igrejas no processo de colonização é muito significativa. Seja entre os católicos ou entre os evangélicos a autoridade do pároco e do bispo eram inquestionáveis entre os colonos. Conforme De Boni (1980), a base da relação da Igreja na Europa era a vida camponesa. Quando a industrialização forneceu outros modos de vida no velho continente o catolicismo perdeu sua hegemonia. Nas colônias do sul do Brasil ainda resistiam traços de campesinato e ela – a colônia – era uma entidade carente e oportuna para a reprodução de uma vida religiosa, de trabalho e resignação. (DE BONI, 1980, p. 241). O discurso pró-natalista era recorrente entre os clérigos. A expectativa e a cobrança em relação aos casais das áreas coloniais era a de que tivessem o maior número possível de filhos, interditando-se o uso de técnicas contraceptivas. Buscava-se, assim, efetivar a maior ocupação possível das terras e aumentar o número de fiéis. Como destaca Renk, “os padrões culturais vão convergir para as

estilizações de vida, onde se faz presente o ressentimento, a exaltação ao trabalho, à poupança e os padrões éticos” (2006, p. 97), todos estes elementos ensejados e reforçados pelos ritos religiosos.

Ainda citando Vannini (2004), é importante frisar que embora a unidade familiar fosse crucial no desenvolvimento colonial, nela se destacava a autoridade do pai, que era, ao lado da fala dos padres, também inquestionável. Ao pai cabia tomar as decisões, julgar e proceder em relação aos demais membros da família. Sua principal preocupação era manter a unidade de labor da família, já que disto dependeriam as perspectivas de melhoria econômica. A família, nesse sentido, é o elemento constituinte do espaço colonial. A família, na compreensão de Vannini, “foi a célula organizacional de base da economia mercantil colonial camponesa. Como uma ‘microempresa’ assentada na mão-de-obra doméstica, produziu e reproduziu os principais meios necessários para a sua sustentação e reprodução”. (2004, p. 96). O ideal de parcimônia nos gastos entre a família se justificava sob o compromisso do pai em retribuir o trabalho dos filhos auxiliando-os a comprarem um lote para si quando adultos. (VANNINI, 2004, p. 95).

Caracterizando o trabalho na unidade produtiva familiar, Vannini (2004, p. 96) expõe que o trabalho dos filhos e da mulher era muito importante na dinâmica produtiva da unidade familiar colonial. Crianças começavam cedo a “ajudar” no trabalho. As mulheres desempenhavam uma dupla, ou tripla jornada, cuidando da “casa”, dos animais e acompanhando o marido na lavoura. Eram, geralmente, atividades ininterruptas.

Neste sentido, o conceito que se pode atribuir ao colono transcende o de um simples proprietário de um lote de terra, que a desbravava e cultivava na base do trabalho familiar. Além disto, ele deve ser entendido como alguém que exerceu um domínio sobre a produção diversificada, possuidor de conhecimentos tecnológicos e referências culturais que lhe garantiram a reprodução da existência na unidade familiar. Esta concepção traz no seu bojo a ideia de organização da produção e do processo produtivo como formas possíveis de superação das necessidades básicas e dos limites impostos pelo meio. Na acepção do espírito moderno, estaria aí, imbricado o sentido do progresso pela busca constante do êxito. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 122).

Esse “colono camponês” transformou-se em consumidor, em vendedor, e num “industrioso elemento de modernização das relações de trabalho”. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 125). Como reafirma Schallenger, “a manutenção de uma economia de autossuficiência alimentar não excluiu da estruturação da propriedade os produtos que tivessem também valor comercial”. (2009, p. 134). Isso significa que quando possível os colonos, organizados numa condição inicial de carências e dificuldades estruturais, puderam

estabelecer relações econômicas mais abrangentes. Com a passagem do tempo os colonos especializaram suas atividades, dando maior ênfase a alguns produtos cultivados sem deixarem de ser policultores e continuando a garantir a subsistência. (PETRONE, 1984, p. 61).

Essa espacialização, ainda que muito tímida, aqueceu o mercado consumidor e abriu precedente para o fortalecimento dos núcleos coloniais se tornarem espaços em vias de urbanização. Denota-se ainda que entre os colonos imigrantes nem todos eram de origem rural ou camponeses, sendo que alguns tinham experiência com atividades manufatureiras (PETRONE, 1984) e também nem todos eram necessariamente pobres. (WOORTMANN, 1995). Woortmann afiança ainda que entre os colonos existia um “espírito empreendedor”. (1995, p. 118). Conforme Petrone (1984, p. 58), ocorreu nas áreas de colonização e da agricultura de pequena propriedade um processo de urbanização e industrialização, do qual o espaço rural foi fomentador¹⁰. Inicialmente, as atividades econômicas das colônias eram as formadas pelas “vendas” e “bodegas”, que na acepção de Petrone, faziam o “elo de ligação entre o colono e o mundo” (1984, p. 68), oferecendo desde produtos básicos – sal, tecidos, sementes, ferramentas e implementos agrícolas – até mesmo informações e orientação, que, num contexto de relativo isolamento eram imprescindíveis.

A partir dessas atividades comerciais, tidas como incipientes, se desenvolveram lentamente o setor industrial – vide a demanda de abastecimento, as atividades administrativas e o setor bancário. Essas atividades “novas” compreendiam-se ligadas ao surgimento dos espaços urbanos. Segundo Petrone (1984), as cidades se desenvolveram em algumas das sedes dos empreendimentos coloniais que abrigavam atividades industriais e de serviços. Silva corrobora nesse sentido ao descrever que alguns municípios surgidos nas áreas de colonização nasciam a partir das “linhas coloniais, que, inicialmente, eram as divisões tradicionais dadas às colônias”. (2011, p. 47). As cidades acabavam atraindo parcela significativa de moradores das áreas rurais. Essa migração campo/cidade era uma saída para desonerar os impasses da sucessão familiar e mesmo a saída para colonos frustrados e endividados em seus lotes agrícolas. Mesmo entre aqueles que se fixaram diretamente nos espaços urbanos, havia um desejo de tornarem-se donos de um lote de terra e serem cultivadores.

¹⁰Para citar alguns exemplos têm-se as cidades de São Leopoldo e Caxias do Sul no Rio Grande do Sul; Blumenau e Joinville em Santa Catarina. Além das cidades fortemente influenciadas pela migração interna dos descendentes desses imigrantes, como Chapecó/SC, Cascavel/PR e Toledo/PR.

Nas áreas de colonização apareceram desde cedo atividades industriais ligadas ao aproveitamento de produtos da agricultura ou da criação. Ao mesmo tempo surgiram outras para atender às necessidades mais prementes da população, ou seja, fábricas de tecidos, móveis, material de construção e implementos agrícolas. (PETRONE, 1984, p. 60).

O processo de industrialização e urbanização, embora alimentado pela atividade agrícola não pode ser considerado apenas como resultado do bom desempenho desta. Petrone (1984) adverte que nem todos os colonos tiveram bons resultados em seus lotes. Vários deles acabaram fracassando e buscaram nos espaços urbanos que surgiam uma oportunidade de sobrevivência. Os resultados negativos, o desalento com a lavoura e a vida na terra foram os motivos de boa parte das migrações para as cidades, onde o trabalho operário, ainda que precário, media-se com maior perspectiva. Lazzarotto revela que esse processo era uma alternativa para liberar mão-de-obra excedente nos lotes coloniais:

Com o crescimento automático das populações, e nós sabemos que na área rural este crescimento dá-se de uma maneira explosiva (ter filhos significa mais braços para a lavoura, cujo pagamento não passaria de roupas e alimentação muito simples) há uma diminuição gradativa do espaço por pessoa para o cultivo. Com isto a liberação do excedente, que não dispõe de terra para o plantio. (1981, p. 81).

Cabe lembrar que a ida para a cidade e a vinculação a labutas urbanas nem sempre era bem recebida pelos colonos. Muitos não a consideravam como um “trabalho”. (RENK, 2006). Aqueles que não aquiesciam à migração e a vinculação ao trabalho assalariado urbano e não dispunham de recursos para comprar novas terras, agora muito valorizadas, buscavam, num primeiro momento, manter e reproduzir o colonato familiar através da partilha de seus núcleos produtivos. Essa prática era evitada ao máximo, mas impossível de ser protelada em muitas situações. As terras do espaço colonial do Rio Grande do Sul viram-se sob um processo de minifundialização. Conforme Moure (1980), observou-se que de uma média de 25 ha no início do século XX os lotes passaram para 15 ha em média na metade do mesmo século. Somado ao processo de minifundialização ocorreu uma intensificação do uso do solo que incorreu por sua vez no seu rápido esgotamento. Moure (1980, p. 108-109) acredita que “esse esgotamento foi fruto dos ‘maus tratos’ que sofreu pelos colonos”, justificando-os pelo desconhecimento ou a indiferença à aplicação de técnicas de rotação de cultura e cobertura do solo, por exemplo. A especialização produtiva, na interpretação de Moure (1980, p. 112), com a dedicação específica a algumas culturas, como a uva, a soja, o milho ou mesmo a criação de suínos tornou o colono subsidiário da ação das indústrias que eram as compradoras de sua produção. Essas empresas passaram a controlar os mecanismos de trabalho do colono e a lhe

inserir num mercado de consumo de insumos, ferramentas e bens produtivos que levavam muitos ao endividamento. Nesse sentido, a reprodução da colônia entre os filhos ficava prejudicada. Assim, também destaca Schallenger:

O elevado custo do transporte, o baixo preço dos produtos, a crescente presença do Estado na economia através da fixação de taxas e da cobrança de impostos, a inexistência de amparo às necessidades sociais, foram apequenando as possibilidades e as expectativas do colono agricultor, que via o preço da terra e dos insumos aumentando cada vez mais. Os problemas sociais e, porque não, culturais daí decorrentes sugeriam uma reorganização e uma reorientação das colônias no sentido de buscar equilíbrio entre as demandas socioculturais e as condições socioambientais. A necessidade de transformar a agricultura numa atividade geradora de bens que permitissem ganhar a vida e garantir um espaço vital para os filhos, colocou o agricultor diante do dilema do endividamento para poder sobreviver, distanciando-o, de certa forma, da propriedade e do controle do seu trabalho e da sua produção. (2009, p. 136).

Como bem destaca Schallenger (2009), a inserção do colono numa economia de mercado lhe transformou os antigos mecanismos de reprodução social. Não é apenas um novo jeito de proceder, é uma nova reformulação de sua identidade. A autonomia, garantida pelo controle absoluto que mantinha sob as atividades produtivas e de consumo tendeu a obrigá-lo a operar com conceitos e situações alheias e complexas. O mercado com sua agilidade monetária lhe trouxe uma nova forma de ser, expropriando-lhe e oferecendo-lhe, em certo sentido alento a muitas de suas agruras. A tecnologia, que não dispunha anteriormente, agora é parceira indispensável, mas amarra-o sob o preço da produção intensiva, da dedicação exclusiva e quiçá de um isolamento comunitário e social maior do que o visto em muitas colônias dispostas sob as matas.

Quando a reprodução das unidades produtivas nos espaços coloniais originais entrou em crise a saída imediata do colono foi a migração para novas áreas de exploração colonial. Essa alternativa está circunscrita ao fato de que a propriedade rural é imprescindível na construção identitária do colono. (RENK, 2006, p. 77). É comum dizer-se que não há colono sem colônia, como garante Giralda Seyferth (1990). Além disso, evitava-se a partilha da unidade produtiva familiar, pois “internamente é indissociável a vinculação da terra com a família” (RENK, 2006, p. 78), isto é, a terra sem quem a produza não é colônia, como dito acima; por seu turno uma família sem terra, ou com uma terra muito pequena, não pode ser identificada como de colonos. A busca pela terra era um ideal e assumia ares epopeicos, uma vez que a família passava a envidar todos os seus esforços a fim de adquirir os novos lotes aos descendentes, como diz Vannini (2004, p. 95), “a terra era o objetivo, o meio e o fim da estratégia familiar camponesa colonial no sul do Brasil”.

Se ao colono pode ser atribuída toda esta carga cultural, que a partir da sociedade de origem desbravava e cultivava a terra, à colônia, enquanto unidade produtiva, pode se emprestar o sentido de centro vital de todas as relações familiares. É, portanto, mais do que um estabelecimento rural. A colônia, vista sob a ótica de um núcleo de povoamento, transcende o sentido da soma dos estabelecimentos rurais, uma vez que nela se expressam outras formas de exercício da sociabilidade e se desenvolvem atividades subsidiárias e complementares das unidades de produção familiar. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 122).

Uma das alternativas da reprodução das unidades produtivas foi a migração para as Colônias Novas¹¹, em relação ao local que estavam as Colônias Velhas¹². Como destaca Renk, “o movimento demográfico das colônias impulsionou a migração interna: primeiramente, às novas colônias formadas no Rio Grande do Sul e, depois, às de Santa Catarina, no vale do Rio do Peixe e ao Oeste deste”. (2006, p. 67). Como destaca Woortmann, “o ‘espírito empreendedor’ daquele que busca novas terras é construído pela própria família, e pode ocultar, assim como resolver, conflitos intra e intergeracionais, decorrentes de um imobilismo estrutural”. (1995, p. 118). Assim, essa migração, em alguma medida, era um mecanismo de reprodução da unidade produtiva familiar no local de partida – a colônia nova – e o alívio e desoneração no local de permanência – a colônia velha.

A expansão dos imigrantes no território do Rio Grande do Sul seguiu a orientação de manterem-se no centro e em direção ao norte do estado, uma vez que a disposição de terras de matas nesses espaços não atingiria conflitivamente a hegemonia dos estancieiros no sul. (SILVA, 2011). Ainda, pesava a necessidade de povoar as terras “desocupadas” próximas dos vizinhos estrangeiros. Esse processo de expansão ao norte propiciou a transposição do rio Uruguai adentrando no estado de Santa Catarina e dali em sequência para o Oeste paranaense e em direção ao Mato Grosso do Sul. Como admite Silva, “a partir da década de 1920, o Rio Grande do Sul passou a ser um ‘exportador’ de migrantes para outros territórios da Federação: especialmente Santa Catarina e Paraná”. (2011, p. 43). Diz ainda que esse processo deve ao fato de que os “espaços nos quais ocorriam os deslocamentos formavam áreas de fronteira agrária, uma vez que eram pouco exploradas do ponto de vista da sociedade envolvente e do mercado”. (2011, p. 67).

¹¹ As chamadas Colônias Novas eram os espaços colonizados no Noroeste do Rio Grande do Sul. Com a continuidade do processo de expansão das áreas coloniais essa terminologia vigorou também nas regiões do Oeste de Santa Catarina, Sudoeste e Oeste do Paraná.

¹² Colônias Velhas é o nome que recebem tradicionalmente as primeiras colônias fundadas no Rio Grande do Sul, as quais, em sua maioria, situam-se mais próximas a Porto Alegre: São Leopoldo, Novo Hamburgo e Caxias, por exemplo. (SILVA, 2011, p. 75).

Os propagandistas e agenciadores de terras “vendiam” a imagem da superioridade dos solos catarinenses em detrimento dos solos gaúchos. Por outro lado, como relata Renk, a imprensa do Rio Grande do Sul, ao noticiar a migração dos colonos, fazia uma crítica e uma condenação das práticas levadas a termo pelas colonizadoras, pois segundo afirmavam estavam arruinando aquelas colônias ao incitarem o êxodo. (2006, p. 72).

É importante frisar que a migração oriunda do Rio Grande do Sul e que povoou o oeste catarinense se deu, quase que em absoluto, de forma a reproduzir a atividade agrícola. Dificilmente foi uma migração do campo gaúcho para a urbe catarinense, mas sim do campo gaúcho para o novo campo catarinense. Esse processo implicou uma reprodução da colonização que ocorria no Rio Grande do Sul, isto é, “a ocupação das matas com a pequena propriedade, as chamadas colônias, com trabalho familiar na lavoura”. (RENK, 2005, p. 114-115). Iniciava-se novamente uma empreitada do ideal colonial dos imigrantes e seus descendentes e do interesse do Estado nacional na chamada “frente pioneira”, como descreve Petrone:

A solução para os descendentes dos imigrantes que fossem constituir família ou que não fossem herdeiros da propriedade era estabelecer-se em frentes pioneiras. Nessas novas áreas de colonização começava tudo de novo: derrubar a mata, construir o rancho provisório, plantar na roça ainda cheia de tocos, colher, construir uma casa definitiva, lutar contra as más estradas e as dificuldades de comercialização. Tudo, enfim, era uma repetição das experiências dos pais ou avós imigrantes. (1984, p. 77).

Essa busca por uma reprodução colonial na região Oeste de Santa Catarina leva em conta uma reprodução também dos elementos culturais, econômicos e sociais. Mantém-se a manifestação de um *ethos* de trabalho e progresso entre os agentes da colonização que como diz Petrone (1984), estavam “começando tudo de novo”. Esse processo se encadeia com os pressupostos identitários e das dinâmicas familiares justapostos as dinâmicas de apropriação do espaço e a negociação dos mecanismos internos de reprodução das condições de vida rural. Discussão a ser demovida no próximo item.

3.1.3 A Identidade Comunitária nos Espaços Coloniais da Região Sul do Brasil

A identidade, atualmente, é prestigiado tema de pesquisa nas ciências humanas e sociais. Sua importância, ou validade teórica faz-se sentir em inúmeros trabalhos acadêmicos e da literatura corrente. Se a discussão em torno do conceito ou das implicações da identidade se avolumam é crível que isso se deva a atenção que o termo tenha recebido nos últimos anos.

Sabe-se que um tema ou objeto de análise tanto mais recebe atenção, quanto mais dúvida ele possa despertar. Este também é o caso da identidade. Isto, pois a época atual desafia os cientistas demonstrando-se em muitas situações difusa aos parâmetros paradigmáticos até então constituídos. Stuart Hall é talvez um dos sociólogos que discuta essa questão com maior objetividade. Em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade” traz a pertinente observação do crítico cultural Koberna Mercer, que explicita: “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. (2006, p. 9). As estruturas teóricas que comumente lançava-se mão, portanto, já não dão conta de construir um cabedal conceitual coerente. Permanecem mais e mais arestas que não são abarcadas nos estudos, ao que demonstra Hall:

a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abandonando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (2006, p. 7).

Com o crescimento da economia, o desenvolvimento tecnológico, a expansão dos mercados e a massificação das comunicações e mídias, a população mundial se viu diante de um maior contato interpessoal e foi exposta a um número maior de experiências sociais. Conforme Hall, “as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”. (2006, p. 25). Dessa maneira, a expansão da modernização alterou sensivelmente a forma com que as pessoas constroem seus imaginários simbólicos e como analisam as suas performances sociais. Isso interfere diretamente na formação, manutenção, e transformação identitária.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens transnacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente. (HALL, 2006, p. 75).

Não significa com isso que a produção teórica seja ineficiente e insuficiente ou mesmo que esta tenha que ser descartada. Trata-se de uma “complexificação” dos objetos em questão – no caso a sociedade – que dificulta a construção de abordagens totalizantes, isto é, que se

pretendiam efetivas, capazes de responder em todos os aspectos as perguntas geradoras. Agora, mais do que antes, faz-se necessário trazer a tona pontos “espinhosos”, problemáticas complexas que parecem permitir poucas respostas possíveis.

Na teorização de Hall (2006) há uma referência a analisar a identidade como um processo não conclusivo, ininterrupto e instável. Boaventura de Souza Santos, sociólogo português, complementa dizendo que “as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. [...] Identidades são, pois, identificações em curso”. (1993, p. 31). Não é adequado então pautar a identidade como um dado estático ou quantificável. A sua abordagem pressupõe compreender a conjuntura que a engloba e avaliar as sutilezas envolvidas na pluralidade de sua formação. Assim, como afirma Zygmunt Bauman, a identidade sempre está sujeita à mudança.

A construção da identidade é um processo sem fim e para sempre incompleto, e assim deve permanecer para cumprir sua promessa (ou, mais precisamente, para manter a credibilidade da promessa). Na política-vida que envolve a luta pela identidade, a autocriação e a auto-afirmação são os cacifes, e a liberdade de escolha é ao mesmo tempo a principal arma e o prêmio mais desejado. A vitória final de uma só tacada removeria os cacifes, inutilizaria a arma e cancelaria a recompensa. Para evitar que isso aconteça, a identidade deve continuar *flexível* e sempre passível de experimentação e mudança; deve ser o tipo de identidade “até nova ordem”. A facilidade de desfazer-se de uma identidade no momento que ela deixa de ser satisfatória, ou deixa de ser atraente pela competição com outras identidades mais sedutoras, é muito mais importante do que o “realismo” da identidade buscada ou momentaneamente apropriada. (BAUMAN, 2003, p. 61-62).

E Hall (2006, p. 38) acrescenta:

[...], a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

Boaventura de Souza Santos ratifica que a identidade toma importância a partir da construção da modernidade. Segundo ele, “a preocupação com a identidade não é, obviamente, nova. Pode-se dizer até que a modernidade nasce dela e com ela. O primeiro nome moderno da identidade é a subjetividade”. (1993, p. 32). De forma que o estágio atual da preocupação e dos estudos identitários se deve a complexificação das estruturas sociais a partir da consecução de um ambiente globalizado.

Tudo parece ter começado a mudar nos últimos anos e as revisões profundas por que estão passando os discursos e as práticas identitárias deixam no ar a dúvida

sobre se a concepção hegemônica da modernidade se equivocou na identificação das tendências dos processos sociais, ou se tais tendências se inverteram totalmente em tempos recentes, ou ainda sobre se se está perante uma inversão de tendências ou antes perante cruzamentos múltiplos de tendências opostas sem que seja possível identificar os vetores mais potentes. Como se calcula, as dúvidas são acima de tudo sobre se o que presenciamos é realmente novo ou se é apenas novo o olhar com que o presenciamos. Estamos numa época em que é muito difícil ser-se linear. Porque estamos numa fase de revisão radical do paradigma epistemológico da ciência moderna, é bem possível que seja sobretudo o olhar que está mudando. Mas, por outro lado, não parece crível que essa mudança tivesse ocorrido sem nada ter mudado no objeto do olhar, ainda que, para maior complicação, seja discutível até que ponto tal objeto pode ser sequer pensado sem o olhar que o olha. Se o nosso olhar conceber o seu objeto como parte de um processo histórico de longa duração, é bem possível que as mudanças do presente não sejam mais que pequenos ajustamentos. Pelo contrário, a dramaticidade destes saltará facilmente aos olhos se o objeto do olhar for concebido como de curta duração. (SANTOS, 1993, p. 39-40).

Relativizar posições ditas hegemônicas é papel dos pesquisadores atuais, sob pena de que se assim não o proceder verão suas análises minadas pelo assédio teórico que colocará em cheque todas as posições ditas pré-estabelecidas. O que há de inabalável hoje, na produção cognoscitiva é apenas a necessidade de discutir e rediscutir temáticas e problemáticas. O resto é passível de descarte, fusão, reedição ou aprimoramento.

De tal modo tem-se um panorama de efervescência teórica e de afloramento temático oriundo – segundo especula-se – da expansão do processo de globalização. Os efeitos dessa torrente seriam destoantes numa comparação total, embora totalizar tais consequências é cair no mesmo pomo de discórdia a pouco criticado. O que é fato irrevogável é que a globalização ou a pós-modernidade não promovem apenas ações/reações homogêneas e hegemônicas. Hall (2006), por exemplo, argumenta que – no dado estágio da sociedade – não é possível, ou pertinente acompanhar as discussões totalizantes que hora criminalizam a globalização ou por eliminar os aspectos identitários locais ou ainda por criar uma cultura global elogiada por vencer barreiras burocráticas. Segundo ele, o processo de globalização não está necessariamente liquefazendo as identidades locais. Embora as afete e as altere, não promove sua extinção. Da mesma forma a recíproca é falsa, ou seja, a globalização não está reforçando tais identidades. Em suas palavras define: “a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do ‘global’ nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do ‘local’”. (HALL, 2006, p. 97).

Portanto, a existência de experiências sociais que não acompanham linearmente os processos pós-modernos tem razão de ser analisados. Isto, pois a “aldeia” global ainda não se efetivou totalmente, de modo que a sociedade de massas ainda não é “uma massa só”. Vários espaços ainda pressupõem a existência de estruturas de organização que, mesmo levando em conta essas possíveis influências – de fato o isolamento não garante que nenhum grupo deixe

de ser afetado por elas – mantêm sistemas sociais diversos e muitas vezes destoantes da realidade global. Cabe ressaltar o que diz Fredrik Barth (2000), que estudando as relações étnicas pode nos explicitar que a manutenção de categorias nativas ou similares persiste mesmo que haja um contato com grupos e com culturas diferentes.

Em primeiro lugar, torna-se claro que as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. [...] Em segundo lugar, há relações sociais estáveis, persistentes e frequentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também muitas vezes baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados. [...] As diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias. (BARTH, 2000, p. 26).

Assim o contato não é prerrogativa para alterar conceitos culturalmente constituídos no grupo. Como também o propalado progresso comercial não é condição para elevar a sociedade global a patamares de igualdade de acesso aos bens de consumo, por exemplo. O triunfo do global ainda não pode ser visto como efetivo, pois as culturas não se estabelecem pelos mesmos parâmetros, sentidos e intenções. Homogeneizá-las não parece ser uma tarefa simples, embora os constantes ataques às culturas locais e tribais possam exemplificar essas tentativas. Como argumenta Bauman, a visão corrente da modernidade dava conta de que “‘local’ e ‘tribal’ significavam atraso; o esclarecimento significava progresso, e o progresso significava a elevação do mosaico dos modos de vida a um nível superior e comum a todos” (2003, p. 84), contudo essa constatação é relativizada.

Embasando-se nessa constatação teórica – talvez, e muito provavelmente, provisória – toma-se por pertinente analisar espaços que ainda não foram definitivamente globalizados e planejados. A comunidade ainda não foi totalmente “pulverizada” no processo de globalização, ao contrário em muitos casos ela foi reforçada. O fato que se constata, porém é o de que foram alterados vários dos seus sentidos, de suas finalidades. Não se seguiu uma ordem, uma regra. O espaço comunitário se constitui a partir de peculiaridades locais, avalizadas por seus atores diretos, embora estejam sempre sofrendo interferência de outros espaços.

Em termos da organização identitária dos moradores das comunidades rurais da região Sul do Brasil são três os pontos nevrálgicos de análise: (i) o espaço religioso; (ii) o espaço escolar e (iii) os espaços de lazer. Isto, pois esses fatores que condicionavam a identidade dos colonos migrantes.

A religião é um dos principais artefatos mobilizadores da identidade, senão o principal. Via de regra os núcleos coloniais da região sul do Brasil e mais especificamente da

região Oeste de Santa Catarina, estiveram umbilicalmente ligados as instituições religiosas, com supremacia absoluta das cristãs. Não há indícios, no Oeste de Santa Catarina, de que nos espaços coloniais ocupados por imigrante/migrantes europeus não estivesse presente a Igreja, tanto católica quanto luterana. Essa prevalência da instituição religiosa pode ser entendida pela acepção de Manuel Castells:

É um atributo da sociedade, e ousaria dizer, da natureza humana, se é que tal entidade existe, encontrar consolo e refúgio na religião. O medo da morte, a dor da vida, precisam de Deus e da fé n'Ele, sejam quais forem as suas manifestações, para que as pessoas sigam vivendo. De fato, fora de nós Deus tornar-se-ia um desabrigado. (1999, p. 29).

A “comunidade religiosa” é definida como a exemplificação básica da comunidade (BUBER, 2003) e a “mais alta manifestação da qual a idéia de comunidade é capaz” (TÖNNIES, 1973, p. 106). Segundo Radin (2003), as comunidades “italianas” se desenvolviam ao redor da capela católica, sendo ela o centro da vida comunitária, tanto geográfica quanto cultural, econômica, política e socialmente. Conforme descreve: “no contexto de formação das comunidades rurais, no espaço de colonização do Oeste catarinense, a religião foi o fator que centralizou a organização e condicionou o próprio modo de vida dos migrantes”. (2003, p. 70).

Revela-se ainda que a igreja assumia um papel mais complexo que o simples auxílio religioso. Era também espaço de sociabilidade, de encontro, de discussão, de aglutinação dos interesses do grupo ali constituído. A vinculação a ela era uma questão crucial no processo de colonização, haja vista que as dificuldades enfrentadas pelos colonos eram significativas e o apoio estatal, por exemplo, era rarefeito.

Na igreja era possível buscar aconselhamento, informações, auxílio, além de constituir uma rede de associativismo, já que a fé comum cingia seus membros de um compromisso fraternal, que criava, de acordo com Schallenberger, um “fluxo contínuo entre as entidades religiosas, as famílias e a comunidade, constituindo elos de solidariedade e de interdependência que tiveram repercussões de sentido na vida associativa do universo da colonização”. (2006, p. 77). A função espiritual da igreja, contudo, não pode ser menosprezada, pois teve uma importância singular na manutenção e no reforço à continuidade dos núcleos coloniais.

[...] não há como negar que o catolicismo foi um dos principais aspectos de identificação e organização das comunidades rurais italianas do Oeste catarinense. [...] Por mais que se possa considerar que essa religiosidade tenha sido uma válvula

de escape para suas angústias, ela favoreceu o enfrentamento de uma série de situações problemáticas, ligadas ao cotidiano e a cultura dos imigrantes. [...] Não era comum, por exemplo, as pessoas se negarem a trabalhar e contribuir em favor da Igreja e da comunidade. [...] Ali eles eram alguém... (RADIN, 2003, p. 76).

Cabe neste sentido analisar até que ponto se estabelece a igreja e, enfim, os espaços religiosos, como condicionantes identitários ainda presentes na realidade dos espaços comunitários. Várias das demandas anteriormente suscitadas pelos grupos coloniais hoje parecem não estarem claramente dispostas. Este fato alteraria tanto a organização das entidades religiosas, que estão, inegavelmente, ainda presentes nestes espaços quanto à identidade dos membros a ela ligados ou, por outro lado, a ela agora desligados.

A escola, da mesma forma esteve presente no processo de formação da sociedade colonial. Em vários momentos sua formação esteve vinculada aos desígnios da estrutura religiosa, sendo um apêndice desta. Como vemos na obra de Seyferth (1990, p. 47-48), citando Rovílio Costa, “o fato religioso foi, inicialmente, o motivo básico da formação das comunidades que progridem da capela para a escola, para a recreação e organização social”. Em outros momentos surgiu espontaneamente pela mobilização da comunidade: “o ensino primário foi, durante muito tempo, ministrado em escolas particulares das comunidades ou da igreja”. (1990, p. 50).

Geralmente passados alguns anos de funcionamento das escolas comunitárias, ou dos professores itinerantes é que o Estado se articulava para prover com assistência educacional essas populações camponesas. Até então não haviam prédios adequados – em alguns casos, como o de professores itinerantes, não havia nenhuma estrutura que pudesse ser chamada de escola, cabendo ao docente se deslocar de casa em casa e aplicar as lições –, nem equipamentos e materiais. A demanda por professores era grande, uma vez que corriqueiramente quem atendia os alunos não tinha formação, sendo escolhido pelo fato de “saber ler e fazer contas”.

Atualmente há uma massificação ao acesso à educação e os filhos destes colonos são atendidos em escolas nucleadas, ou seja, reunidas em comunidades maiores – haja vista que as menores foram fechadas para remanejamento dos custos – ou mesmo no espaço urbano. A ausência de um currículo articulado a esses educandos se faz sentir mesmo nas escolas rurais¹³, demonstrando a inadequação das políticas públicas e um fator que influencia a construção de uma identidade agrícola.

¹³ Entende-se aqui por escola rural aquela que se localize na zona rural, independente de outros fatores condicionantes.

Outro fator relevante é o de que a escola, criada nas bases e sob os auspícios da estrutura comunitária perdeu seu caráter de interferência direta com ela. Isto se deve ao fato de uma estatização radical do espaço escolar extinguindo várias formas de relação direta com o ambiente local. Embora se perceba um esforço de várias escolas rurais no sentido de restabelecer um contato mais íntimo com a comunidade ele se restringe ao grupo de pais que tenham seus filhos regularmente matriculados no educandário e mesmo assim se dá de forma precária e esparsa.

Em relação aos espaços de lazer e recreação constituídos no âmbito das comunidades rurais existe uma ampliação de análises, dada a pluralidade destes. Os espaços para o lazer foram constituídos, em grande medida conjuntamente com o espaço religioso, sendo construídos os “salões paroquiais” onde eram realizados os eventos sociais das comunidades. Destacavam-se as festas do padroeiro que marcavam de forma indelével a ligação da comunidade com o universo religioso e serviam ainda tanto para reforçar os laços comunitários como para também promover demonstração das posições hierarquicamente consolidadas dentro do grupo.

Lentamente foram sendo criados espaços específicos para a prática de esportes e para o lazer, com ou sem ligação direta com a igreja, embora sempre influenciados por ela. Conforme Seyferth, “o fenômeno mais interessante, contudo, foi à proliferação de sociedades recreativas e esportivas ao longo da história dessas comunidades que não encontram paralelo na sociedade brasileira”. (1990, p. 54).

Entre as práticas esportivas mais comuns estavam as “carreiradas”, ou seja, as corridas de cavalo; os jogos de baralho; o jogo de bolão; o jogo de bocha; tiro-ao-alvo; e o futebol. Seyferth (1990, p. 55) classifica o jogo de bolão como um esporte etnicamente “alemão” e o jogo de bochas etnicamente “italiano”, ressaltando, porém, que essas práticas foram se metamorfoseando entre os diversos grupos à medida que tomavam contato com elas. Sugere ainda que nas áreas coloniais de imigração europeia a bocha era um esporte mais popular que o próprio futebol, caracteristicamente brasileiro.

Estes espaços de sociabilidade pautados no lazer sofreram continuamente um processo de reestruturação produzido pela oportunização de novas experiências de lazer trazidas principalmente pelo rádio e pela televisão. Fatores que geraram implicações ainda muito pouco estudadas no ambiente comunitário rural.

Uma análise fundada nestes três espaços de sociabilidade comunitário encadeia-se com uma possibilidade maior de discussões. Vários outros pontos ficam em aberto, como postulantes a um olhar mais detido, tais como: a ideologia de apreço ao trabalho e

prosperidade manifesta pelos colonos; o reforço das etnias, geralmente através do etnocentrismo; a busca por autossustentabilidade; a necessidade de reproduzir o campesinato parcelar em seu núcleo familiar (“colocar os filhos”); a sistemática de distribuição das propriedades em caso de herança; a parcimônia com os gastos; o caráter associativista e cooperativista; o respeito aos valores comuns sobrepondo-se a legislação do Estado, relativizando os conceitos de ilegalidade e de imoralidade e construindo noções de Direito informal; os aspectos de afetividade a terra; a participação feminina no espaço comunitário. Enfim, uma miscelânea de discussões que se apresentam como pertinentes a problemática.

A presença mais efetiva do Estado, a promoção econômica da maioria dos pequenos núcleos agrícolas, a maior circulação de informações e a expansão das diversas experiências sociais a que tiveram contato os membros da comunidade, levaram a promoção de uma sensível mudança nas instituições comunitárias e na comunidade como um todo.

Este fato, por conseguinte, não depreende o esfacelamento da identidade do colono, vivendo sob a base comunitária e vinculado a uma realidade específica, a mantém. Percebe-se que mesmo estando fixo a um local conserva relações com o espaço global e é submetido à ação desestruturante e reestruturante do capitalismo (MOURA, 1986); mantém suas instituições comunitárias (SCHALLENBERGER, 1993; 2009); recria mitos e dogmas (EIDT, 2009); tende a recriar os marcadores identitários a seu respeito e interpõe pedidos de auxílio e de mudança, demonstrando ser também um agente social transformador. Envolve-se socialmente e continua – embora de forma sempre redefinida – a ser colono, indivíduo vinculado a terra. Já não tem as mesmas relações de outrora com a terra, com seus objetos, com seus vizinhos e familiares, mas permanece vivendo da terra e do seu trabalho nela, prossegue vinculado à comunidade, participando, interagindo, transformando-a e transformando-se, mantém-se, enfim, camponês.

Sua vida, crenças, lutas estão enraizadas a condição de colono. Este fato não muda, embora todo o resto possa e está sendo alterado. O afeto à terra ainda é condição de sua identidade, assim como descreve Brandão (1999). O acesso aos novos bens e a novas tecnologias agora são marcações distintivas, que ele lança ou não mão. É um sujeito que vive novas experiências e altera sua performance social, mas não deixa de ser homem do campo. Não é o mesmo, mas ainda é um sujeito culturalmente identificado.

3.1.4 A Importância dos Processos de Reciprocidade em Comunidades Rurais

Os espaços comunitários rurais se constituem como espaços de uma relativa sociabilidade própria, isto é, destoantes das práticas cotidianas e hegemônicas, atualmente entendidas como o espaço urbano globalizado. No contexto da comunidade camponesa estão presentes – embora não de forma exclusiva – valores econômicos, sociais, políticos e culturais que não seguem uma lógica totalmente “racional”. Conforme Buber (2003, p. 70), “a comunidade consiste na associação de homens que juntos selam uma aliança e entram numa relação recíproca e imediata; a comunidade, na medida em que existe, nunca é realizada por um indivíduo”.

É fato que a reciprocidade constitui aspectos de ação social que podem estar presentes em qualquer sociedade. Contudo, o que se apreende é que no caso das comunidades rurais ela assume importância e ocorrência mais intensa. Processos econômicos incipientes e uma dificuldade no acesso a bens podem explicar a necessidade de uma solidariedade mútua e a ascendência de trocas recíprocas como forma de enfrentamento a tais dificuldades. Contudo, não se trata apenas de um preceito econômico, pois a reciprocidade permanece mesmo em situações de ascensão e diversificação econômica. Como trata Seyferth (1990), existe uma solidariedade familiar e de vizinhança que são centrais no processo de formação dos núcleos coloniais comunitários e na constituição de um *ethos* camponês.

Outra expressão importante da organização social da colônia é a solidariedade familiar e de vizinhança, pela qual os trabalhos coletivos da comunidade, ou de um grupo familiar específico, são executados. Um dos exemplos dessa solidariedade é o auxílio mútuo em caso de doença, quando parentes próximos ou vizinhos auxiliam uma família nas tarefas da roça. A construção da moradia para alguém que vai casar, de uma escola comunitária, de uma capela até concertos de estradas, o abate de animais domésticos (por exemplo, de porcos) envolvem parentes, amigos e vizinhos num mutirão. O auxílio mútuo é concebido como característica fundamental do *ethos* camponês. (SEYFERTH, 1990, p. 28).

Da mesma forma, entendem-se os casos de sobreposição de preceitos morais e costumeiros em relação ao conjunto jurídico-racional vigente. Seyferth (1990, p. 28) enfatiza que “o sistema colonial se reproduz a partir de mecanismos sancionados pela comunidade, que são costumeiros”. Esses costumes fazem menção às definições de herança, aos casamentos, as negociações, enfim, a um conjunto de relações íntimas ao grupo e que se determinam conforme as regras internas. Isto não implica em um conflito direto com os preceitos jurídicos estatizados, embora nem sempre haja entendimento e convergência em ambos.

Conforme a obra de Eidt (2009), as comunidades coloniais eram organizadas a partir de uma forte presença do altruísmo na ética do grupo. Assim, afirma-se que as trocas

recíprocas ou mesmo dádivas, como pressupõe Mauss (2003), se estabelecem pela vontade que os membros têm de compartilhar e promover o fortalecimento comum. Isso redundaria em dizer que toda troca recíproca se faz pelo interesse de beneficiar o outro sujeito desta troca. E de certa forma essa constatação encerraria uma discussão que proporia analisar essas vontades fraternais.

Entretanto, como afirma Lanna (2009, p. 176), “o altruísmo puro é uma mistificação”. E prossegue ao analisar as assertivas de Mauss: “tão próximo da ideologia da generosidade e do altruísmo, o ato de dar, mostra-nos Mauss, não é um ato desinteressado. [...] O ato de dar pode assim se associar em maior ou menor grau a uma ideologia da generosidade, mas não existe a dádiva sem a expectativa de retribuição”. Ao que o próprio Mauss busca em sua obra compreender, “o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto, obrigatório e interessado, dessas prestações”. (2003, p. 188).

Convém lembrar que a obra de Mauss da conta de compreender os processos de trocas, de dádivas e de dons recíprocos presentes no que denomina de “sociedades arcaicas ou de tipo atrasado”. Ainda assim convém como recurso analítico, pois como ele pressupõe estes aspectos poderiam se fazer presentes em diferentes tipos de sociedade e temporalidades, embora não da mesma forma, uma vez que cada sociedade tem regras próprias para estipular a retribuição. (LANNA, 2000, p. 178). Ainda, corroboram com tais análises as proposições de Tönnies, que igualmente percebe uma lógica de interesses nestes dons recíprocos:

Ninguém fará alguma coisa para o outro, ninguém desejará conceder ou dar alguma coisa ao outro, a não ser em troca de um serviço ou de um dom estimado pelo menos como equivalente ao seu. E é mesmo necessário que o dom ou serviço lhe sejam mais úteis que o que ele dá, pois somente o recebimento de alguma coisa que lhe pareça melhor o decidirá a fazer o bem. (1973, p. 107).

A dádiva enquanto um “presente” se estrutura através de um recurso social que propõe alianças entre indivíduos ou grupos. Mauss enfatiza os vários exemplos entre as sociedades que analisa, de que existem preceitos morais fortíssimos que dão conta da “obrigação de dar, obrigação de receber e obrigação de retribuir”. (2003, p. 204). Assim, as trocas têm objetivos amplos e não apenas manter aspectos de sociabilidade e de convívio em comum. Estar no grupo pressupõe assumir a identidade e os valores que o condicionam de modo a inserir-se e a ascender no grupo.

Apesar da importância dessas trocas, como o grupo local e a família, noutros casos, são auto-suficientes em matéria de ferramentas etc., esses presentes não servem à mesma finalidade que o comércio e a troca nas sociedades mais desenvolvidas. A

finalidade é antes de tudo moral, seu objetivo é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas, e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo... (MAUSS, 2003, p. 211).

A dádiva não deve ser entendida como um preceito moral dos camponeses, por serem pobres, por exemplo. Ela tem traços de sociabilidade mais complexos. (LANNA, 2000, p. 191). Isto, pois não se está falando apenas de valores econômicos, uma vez que as trocas não se dão necessariamente em meios monetários. Conforme Lanna, os valores implícitos nas trocas não se generalizam da mesma maneira que o dinheiro. (2000, p. 191). Da mesma forma afirma Mauss, ao entender que não há uma supremacia do mercado em todas as transações economicamente identificadas: “felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero”. (2003, p. 294).

Compreende-se que na sociedade rural camponesa, erigida a partir da colonização, há, da mesma forma, uma intensa relação de trocas recíprocas. Elas estão presentes nas trocas diretas entre objetos e prestações além de se materializar na consecução de espaços de sociabilidade comum, como as capelas comunitárias, as escolas e os clubes esportivos. Influenciam em grande medida a evocação do que compreendemos como *ethos* camponês e estruturam a identidade emanada por tais grupos.

O trabalho coletivo, isto é, o mutirão, condiciona um dos principais elos de sociabilidade da população rural, ou como afirma Cândido, os caipiras. É por meio dos laços de solidariedade mútua que existe integração entre os moradores dos bairros rurais: “[...] não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que auxiliam”. (CÂNDIDO, 1982, p. 68). À exemplo do que analisa Mauss (2003), existe um elemento de reciprocidade, que se não está vinculado ao espírito da coisa dada – e portanto cativa de ser retribuída – se estabelece como um elo necessário já que as atividades rurais se demonstram excessivamente penosas para o trabalho individual em algumas ocasiões. Dado ainda que os recursos e a própria disposição de mão-de-obra seriam escassos não há outro modo senão o mutirão a contribuir na sobrevivência destes agricultores e assim também na sobrevivência do grupo, numa relação simbiótica.

Essa reciprocidade está ligada também a religiosidade. Conforme assinala Cândido, um de seus depoentes explicitou que “no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem serve ao próximo”. (1982, p. 68).

A necessidade de ajuda, imposta pela técnica agrícola e a sua retribuição automática, determinava a formação duma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Este carácter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular do mutirão propriamente dito e, por vezes, recebiam designação especial: na área que estudei, terno”. (CÂNDIDO, 1982, p. 68-69).

A concepção de Lanna (2009, p. 26) ao evocar o pensamento de Marshall Shalins para propor que as transformações históricas não excluem continuidades estruturais e que implicam por vezes a recriação destas. Assim, entende-se que embora o espaço colonial, no caso da região Oeste de Santa Catarina, forjado a partir da década de 1920 tenha sido intensamente influenciado por uma massificação econômica capitalista, ainda subsistem aspectos que compõe relações de reciprocidade. Conforme Lanna (2009, p. 45), citando Forman (1975), “há quem pense que teremos inexoravelmente uma ‘transformação’ do ‘camponês’ em agricultor moderno, que faz cálculos visando o re-investimento de capital para maximização do lucro em vez de [privilegiar] o consumo familiar”. Entretanto, esta não é uma regra. Não percebemos a planificação econômica total do espaço colonial rural do Oeste de Santa Catarina, mesmo que tenha sido obviamente transformado e influenciado pelas novas ondas do mercado.

Infere-se, como recurso de demonstração, em que situações do cotidiano das comunidades rurais, ainda estão presentes relações de dádiva, ou reciprocidade. Estariam nos empréstimos de objetos úteis ao campesinato, tais como ferramentas, animais e alimentos; nas trocas de material genético (galos, ovos, cachacos, touros, etc.); nas atividades de mutirão; no compartilhamento dos excedentes produzidos; nas doações feitas à comunidade, principalmente quando da ocorrência das festas do padroeiro; nas experiências de associativismo e cooperativismo; no próprio ambiente familiar onde os membros trabalham sem receber salário específico; nas instituições comunitárias, onde auxiliam sem receber valor monetário; nas trocas de trabalho (entendido na região pela expressão “trocar dia”); nas caçadas e pescarias (o que se pressupõe é que todos ajudem, mesmo que alguém tenha uma participação mais expressiva no processo a divisão ocorre em partes iguais); nas relações de compadrio (pela moral popular não se pode recusar um convite de apadrinhamento); nos círculos de visitas, onde ao fazer-se uma visita assume-se o compromisso de receber o anfitrião e geralmente uma nova visita se dá apenas quando ocorrer a chamada “devolução” da primeira; entre outros aspectos.

Não se pode conjecturar que estes aspectos tenham se mantido da mesma forma e unidade desde o início do processo de colonização. Muitos deles se mantêm hoje, num nível bastante restrito, outros não citados foram praticamente extintos, como é o caso do “cerão”, isto é, visita noturna habitual e corriqueira, quase cotidiana, entre vizinhos. O que é inegável é a existência e a influência dessas relações recíprocas, que denotam ao espaço colonial comunitário uma identificação, ainda persistem mesmo em níveis bastante controversos.

Deve-se, portanto, ponderar a ação da modernidade. Esta não seria propulsora de transformações identitárias de varredura intensa, mas reestruturantes. A expansão do capitalismo influenciou e transformou os casos de reciprocidade no ambiente rural, porém não os excluiu totalmente. Essa discussão articula-se com o caráter histórico de constituição do espaço da região em estudo, que será tratado a seguir.

3.2 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DE SANTA CATARINA: O CASO DE CERRO AZUL

A condição da reprodução da agricultura familiar é fato central no estabelecimento de uma relação específica entre a manutenção e a estagnação dos espaços rurais. Desta forma, propõe-se uma discussão referente à constituição e reprodução desses territórios da região Oeste de Santa Catarina – uma área típica de pequenas unidades agrícolas geridas familiarmente – e nos impasses e paradoxos que envolvem os agentes potencialmente “continuadores” dessa atividade, os jovens.

A região Oeste de Santa Catarina¹⁴ se inscreve na historiografia como resultado de um processo que, em primeira instância, se deu pela ocupação extensiva e desordenada do espaço. E, num segundo momento, como forma de um projeto de colonização¹⁵, envolvendo em ambos os casos múltiplos atores. Nesse sentido, forjou-se uma argumentação histórica, não sem interesses específicos, onde prevalece a imagem do colonizador enquanto arauto da civilização e responsável pela constituição do espaço regional.

Entende-se que a ocupação oficial das terras devolutas, ou “terras de ninguém”, iniciadas na região na entrada do século XX, se deu de forma organizada através da ação do

¹⁴ A região Oeste catarinense situa-se delimitada, no eixo Sul-Norte, entre os estados do Rio Grande do Sul e Paraná e no eixo Leste-Oeste entre o Rio do Peixe e a fronteira do Estado de Santa Catarina com a República Argentina, demarcada pelo rio Peperi Guaçu, formando um território de 27.288, 763 Km² e um quantitativo populacional de aproximadamente 1.200.000 habitantes.

¹⁵ Renk afirma que “a eficácia do projeto colonizador requereu agente humano, cujo modelo foi o descendente europeu, vindo das ‘colônias velhas’ do Rio Grande do Sul. Esse aspecto traz similitudes com a ideologia da colonização europeia no país, tendo como protagonistas os colonos “trabalhadores”, ‘constructores do progresso e da civilização’”. (2005, p. 114). Sobre o projeto colonizador na região Oeste de Santa Catarina ver ainda Kummer (2010); Renk (2006) e Werlang (2006).

Estado, que delegou às companhias colonizadoras a incumbência de povoar os territórios até então considerados vazios. Estas companhias vendiam lotes previamente demarcados (usualmente de 24,2 hectares, chamados “colônia”) a agricultores imigrantes – principalmente alemães, italianos e poloneses – e migrantes vindos, na sua maioria, das áreas de colonização agrícola do Rio Grande do Sul. Estes colonos, ou “colonos de origem” como classifica Renk (2005, p. 113), desenvolveram atividades agrícolas e estabeleceram o povoamento intensivo na região. Isto ocorre na chamada fronteira agrícola entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, promovendo o deslocamento de contingentes populacionais do primeiro para os outros dois Estados.

Negligencia-se em grande medida o papel das populações autóctones – os índios Kaingang (PAIM, 2006), que cultuavam práticas de cultivo e que precederam a modelagem agrícola do espaço. Estas foram consideradas elementos “alienígenas”, uma vez que não foram reconhecidas as suas territorialidades. Além das populações indígenas, as populações caboclas¹⁶, provenientes da miscigenação interétnica iniciada tão logo se inaugurou a empresa colonial ibérica em terras, hoje, brasileiras, também foram preteridas no processo de ocupação agrícola intensiva. Nesse sentido é possível identificar a existência de um discurso que enfatiza a ocupação e a colonização do Oeste catarinense como a expansão do “processo civilizador”, como pontuam Flores e Serpa. (2005, p. 130).

Os migrantes são, por força de sua identificação, reconhecidos, usando as palavras de Arthur Ferreira da Costa (1931)¹⁷, como os “obreiros da civilização”. O empreendimento que constituíram é, obviamente, significativo no que tange ao engajamento às estruturas econômicas e sociais correntes. Conforme Radin (1996, p. 32), “o migrante chegava às novas terras com a perspectiva de tornar-se proprietário e, acreditando na sua capacidade de trabalho, buscava acumular riqueza”. De fato, a busca por riqueza e por progresso foi a concepção norteadora de toda empreitada dos colonos. Alcançando-a, tornaram-se o grupo social hegemônico e capaz de fundamentar as bases da sociedade regional. Márcio Both da Silva classifica que os imigrantes e migrantes eram tratados como civilizadores, moralizadores e trabalhadores. Conforme justifica, “a história do povoamento é contada como

¹⁶Na definição de Paim (2006, p. 125), “‘Caboclos’ é a forma como são denominados os habitantes do oeste catarinense, sudoeste do Paraná e norte do Rio Grande do Sul. São povos oriundos da miscigenação entre índios e bandeirantes paulistas que passavam pela região indo a direção aos Sete Povos das Missões para aprisionar índios durante o século XVII, bem como aqueles bandeirantes que foram se fixando e se apossando das terras”.

¹⁷ Arthur Ferreira da Costa (1931) descreveu e comentou a viagem realizada ao Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina pelo então governador do Estado Adolpho Konder e sua comitiva, em 1929. Esta viagem marcou o primeiro contato entre a região e a representação política do Estado.

se fosse obra única e somente dos grupos que levam o “progresso” a tais regiões, geralmente identificados com os imigrantes europeus”. (SILVA, 2011, p. 68).

Também acompanhando a comitiva que integrava a viagem do governador do Estado Adolpho Konder, em 1929, José Boiteux classifica que os migrantes vindos do Rio Grande do Sul, descendentes de alemães e italianos, são “toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho”. (1931, p. 10). Revela ainda que essas pessoas serão capazes de levar a prosperidade a região inóspita. Remonta ainda ao discurso de progresso, ao dizer que as colônias mais pareciam “colmêas em franca actividade, onde uma gente próspera e sábia vae construindo o seu favo de ouro [...] Alimenta-as uma gléba feraz; orientam-nas espiritos de élite, com a consciencia lúdica e nitida dos destinos humanos. São futuros os núcleos de colonização”. (1931, p. 15).

A ocupação desses migrantes no espaço regional se estabeleceu em pequenos lotes de terra. Seu ator principal é o homem do campo e sua família que ocupa o espaço colonial, fato que lhe rende uma terminologia plural. No entanto, no sul do Brasil é comumente conhecido como colono, ou seja, aquele que tem colônia; que vive do que produz na terra; morador da área rural. Giralda Seyferth (1990) entende essa construção a partir da amplitude que o termo “colônia” recebeu no processo de imigração e, posteriormente, na migração dos descendentes europeus.

O termo “colônia” designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos – uma categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa o camponês. O termo “colônia” também é usado para designar a propriedade agrícola do colono. (SEYFERTH, 1990, p. 25).

Esse colono, inicialmente é um camponês que vive do seu trabalho na terra, embora que conceituá-los como colonos ou como camponeses seja uma tarefa intrincada. Margarida Maria Moura (1986, p. 65-66) também atribui à ambiguidade do termo camponês em relação ao colono dizendo que “o camponês também é colono”. Seyferth, (1999, p. 12) afirma que o termo camponês é “bastante vago e ambíguo e, por isso mesmo, sua conceituação depende muito do intento do analista”. Convém entender, portanto, que o camponês possui uma identidade plural e sua conceituação denota uma grande dificuldade devido à amplitude do termo. Conforme Moura, o termo camponês suscita várias conotações, sendo às vezes uma designação e outras uma auto-definição. A autora tenta estabelecer uma definição ao camponês, sem, contudo, deixar de contemporizar a volatilidade deste:

Podemos descrever o camponês de diferentes maneiras. Uma delas é definí-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família. [...] Outra forma de conceituar o camponês, também encontrada nos livros de ciências sociais, é a de conceituá-lo como o cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Aqui o conceito é estendido a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e do de sua família, se dedicam a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra. [...] Há autores que distinguem camponês de pequeno produtor. Enquanto para eles o conceito de camponês é vago e indefinido, os de pequeno produtor e pequena produção se inserem de modo imediato na polêmica sobre os modos de produção. (MOURA, 1986, p. 12-13).

É pertinente avaliar que o núcleo produtivo camponês não se constitui, via de regra, em um espaço de acumulação. A ideia que prevalece em torno do camponês é a de que ele é apenas um cultivador, não um empreendedor rural. Assim como afirma Wolf (1976, p. 14), “o camponês não realiza um empreendimento no sentido econômico, ele sustenta uma família e não uma empresa”. Wolf atribui essa caracterização ao caráter doméstico das decisões de produção e do modelo de consumo, pois como reafirma, “o camponês é, a um só tempo, um agente econômico e o cabeça de uma família. Sua propriedade tanto é uma unidade econômica como um lar”. (1976, p. 28).

Ocorre que a dinâmica de ocupação da região Oeste catarinense se estabeleceu como campesinato até o momento em que esses pequenos núcleos produtivos, caracterizados pelo autoconsumo tivessem a disposição uma estrutura de possibilidades de inserção comercial. A partir daí esse camponês, “metamorfoseia-se” – conforme a aceção de Bernardo Mançano Fernandes (2005) – em um agricultor que, mesmo mantendo uma base de autossuficiência, começa a vender seu excedente e ascender ao consumo. Diante disso, torna-se um agricultor familiar, cujo objetivo é prover a família através da produção doméstica, mas também da venda de excedentes. Isto, pois, as demandas no meio rural se alteram. Em muitos lares é instalada luz elétrica, adquirido um automóvel, bens mobiliários, etc. Nesse momento a produção dos excedentes passa a ser cada vez mais projetada e o processo produtivo se estabelece ao atendimento do mercado, ainda mais com a constituição dos sistemas cooperativos, que lhes permitem melhor inserção neste. Essa dinâmica alterou a demanda e a exigência dos colonos, como apregoa Petrone:

Com o correr do tempo, as colheitas boas sucedendo-se, o colono tornou-se mais exigente, procurando produtos de melhor qualidade. Aumentou o número de habitantes na zona rural como também nos núcleos urbanos, crescendo, portanto, o mercado consumidor dessa incipiente industrialização, que teve que aumentar a produção, além de ser obrigada a melhorar a qualidade dos produtos. (1984, p. 67).

Diante disso, é gerada uma imprecisão do conceito e da especificidade dos espaços e dos agentes rurais no sul do Brasil. Muitos deixam de se considerar “camponeses”, uma vez que se integraram ao mercado e passam a se chamar e a serem reconhecidos – principalmente pelos órgãos públicos e de fomento – como agricultores, ou agricultores familiares para distingui-los dos grandes produtores. Outros mantêm uma relação mais próxima ao campesinato, mas mesmo assim podem optar por usar a terminologia de agricultor, ou mesmo de colono, que é termo muito referido na região para designar tanto camponês como agricultor ou homem do campo. Contudo, dadas às características conceituais e procedimentais, opta-se neste trabalho pelo conceito de “agricultor familiar”, ainda que circunscrito muitas vezes ao termo colono, este último entendido como uma “categoria nativa”. Essa relação conceitual pode ser melhor compreendida pela definição que o estudo conjunto do INCRA¹⁸ e da FAO¹⁹ propôs em 2000, como segue:

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. (INCRA/FAO, 2000, p. 8).

Segundo dados levantados pelo mesmo estudo (2000, p. 17), a região Sul “é a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ou 907.635 agricultores familiares, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do VBP²⁰ regional”. Geralmente são pequenas unidades, sendo que mais de 90% das propriedades têm até 50 ha. Referencia-se ainda que nessa região o processo de colonização foi mais favorável à agricultura familiar, fato que explica a sua maior ocorrência e, portanto, sua importância social, pois como afiança o citado estudo, “a agricultura familiar é a principal geradora de postos de trabalho no meio rural brasileiro”. (INCRA/FAO, 2000, p. 24). Fato que se revela também na região Oeste catarinense.

A região oeste caracteriza-se por sua forte indústria agroalimentar, alicerçada historicamente em unidades familiares de produção, tendo constituído, em apenas cinco décadas, o maior polo agroindustrial de aves e suínos do país. Trata-se de um

¹⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹⁹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

²⁰ Valor Bruto da Produção. No estudo do INCRA/FAO esse valor foi “ajustado”, calculado pela soma de: a) valor da produção vendida de milho; b) valor da produção vendida dos principais produtos utilizados na indústria rural; c) valor da produção colhida/obtida dos demais produtos animais e vegetais; (INCRA/FAO, 2000, p. 14).

dos grandes exemplos brasileiros do potencial da agricultura familiar na alavancagem do crescimento econômico regional. Ocupando uma área de 25,3 km² e constituída, atualmente por 95 municípios, a região produz mais de 50% do Valor da Produção Agrícola do Estado, destacando-se na produção de suínos, aves, milho, leite, feijão, soja e fumo. A população é de 1,17 milhão de habitantes (IBGE, 2000), com 37% localizada no espaço que o IBGE classifica como rural. O relevo é montanhoso, com apenas 1/3 da área apta para culturas anuais. O número total de estabelecimentos rurais verificados no Censo Agropecuário de 1995/1996 era de 88 mil, sendo 33,6% com menos de 10 ha e 93,8 com menos de 50 ha (IBGE, 1996). Alguns estudos censitários municipais realizados pela Epagri/Icepa, permitem estimar que a região oeste catarinense é composta por aproximadamente 75 mil unidades familiares de produção. (SILVESTRO et al, 2001, p. 32).

Entretanto, como no processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina prevaleceu o projeto colonizador, antes de ser entendido como agricultor foi o colono que se estabeleceu e institui como elemento central de suas relações a comunidade rural. Conforme Ernelo Schallenberger (2006), a comunidade, assim como outros aspectos da realidade simbólica (família, tradição, cultura, etc.), servia de cânone para a organização do processo colonizador do final do século XIX e início do século XX na região sul do Brasil. Estabeleceu-se assim um modelo estrutural orquestrado pela entrada das famílias nos lotes rurais e a partir deles se vai tecendo sua rede de sociabilidade.

Desta forma, é possível afirmar que a estrutura comunitária esteve presente na constituição da empresa colonial; interferiu e interfere na identidade destes atores. A comunidade, enquanto “ajuntamento” dessa população, se constituía numa redoma capaz de prover, senão os bens materiais, mas as bases do espírito de desbravamento que mantinha resolutos os rudimentares empreendimentos rurais. Havia ali uma necessária, e vital, solidariedade coletiva entre os “homens da roça”. Conforme Bauman (2003, p. 48), “nenhum agregado de seres humanos é sentido como ‘comunidade’ a menos que seja ‘bem tecido’ de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação frequente e intensa”.

De fato, a comunidade tende a ser um sistema social mais forte e efetivo quando existe em pequenas vilas, distantes das complexidades e da especialização urbana. [...] Aqui, os indivíduos estão mais dispostos a cooperar em todas as funções importantes da vida social, especialmente na consecução de fins econômicos. (FICHTER, 1973, p. 155).

A formação comunitária na região oeste de Santa Catarina segue a lógica do processo de colonização. A comunidade não é um mero resultado desta, ela é a essência da organização social no processo de imigração/migração e colonização. Conforme o historiador José Carlos

Radin, que analisa o processo de colonização italiana na região, a colonização se materializou com a formação dos núcleos colônias, estruturados em ambientes comunitários:

A comunidade rural, para quem lá nasceu ou a adotou e passou a viver, tendo em vista as características das áreas de colonização do Oeste catarinense, representava uma espécie de *pátria*, assim como o foi no passado. [...] A região, a província e o país eram *pátrias* mais distantes. Na sociedade rural em questão, a comunidade, juntamente com a família, ao menos até a década de 1970, desempenhou um papel significativo para a vida sociocultural dos seus membros. Ela se constituiu um dos poucos grupos sociais organizados em que os colonos efetivamente participavam. No seu centro estavam: a capela, a escola, o cemitério e os diferentes espaços de lazer, os quais possibilitavam a terapia do encontro e do diálogo. As diretorias dessas organizações permitiram o exercício da liderança para a condução ou organização. (RADIN, 2003, p. 74).

Schallenberger corrobora com Radin ao especificar que “a concepção de comunidade, relacionada à idéia do entendimento, supõe um conjunto de relações mais próximas, diretas e totais, onde um agrupamento distinto e com auto referência encontra sentido para a produção simbólica e para as suas práticas sociais”. (2006, p. 7). O espaço da comunidade assumiu um caráter multidimensional ao referendar as práticas sociais dos grupos migrantes. Sem este espaço de sociabilidade as dificuldades enfrentadas pelos colonos se imporiam com maior rigor. Podemos dizer ainda, baseados na teoria de Radin (2003, p. 73), que na formação do Oeste de Santa Catarina, a comunidade assumiu o caráter de “instituição central”, só encontrando correlato na instituição familiar.

A família e a comunidade desempenharam um papel bastante significativo no meio rural, tanto no espaço da convivência afetiva como no repasse dos conhecimentos práticos e teóricos da arte de viver, conviver e sobreviver. Família e comunidade constituíram-se em valores, guiados por várias representações coletivas, segundo as quais, algumas situações eram logo classificadas pelos membros do grupo. (RADIN, 2003, p. 73).

Mesmo ao analisar o processo de colonização do oeste do Paraná, a afirmação de Schallenberger explica a amplitude da influência da comunidade na organização do espaço colonial aliada ao ambiente familiar:

[...] os movimentos migratórios que se projetaram do sul do Brasil vieram acompanhados pelos símbolos da família, da comunidade, do trabalho e do progresso. Neste universo, real e simbólico, esses colonizadores recriaram as bases familiares e comunitárias da organização social e, apoiados numa sólida tradição cultural, afirmaram, de maneira hegemônica, não homogênea, formas de expressão cultural, de organização social e de produção material da vida. (2006, p. 8).

Na organização do espaço comunitário, como assinala Radin (2003), estavam presentes a capela, ou seja, a entidade religiosa materializada pela construção do espaço religioso; a escola, geralmente iniciada a partir do esforço e iniciativa espontâneos dos moradores que pagavam os professores, sendo estes, geralmente, os membros “mais instruídos” da própria comunidade; o cemitério; e os espaços de lazer, na maioria das vezes um clube esportivo – com apelo comunitário em sua constituição e função, ou uma bodega, movida por interesses particulares. Sugere-se que a sociedade constituída através da comunidade colonial tenha se baseado mais detidamente em três instituições específicas, a saber: a igreja, a escola e os espaços de lazer, geralmente denominados como clubes. Radin confirma tal prerrogativa ao expor que “as comunidades se constituíam pela junção de um grupo de famílias mais próximas, que se organizavam para criar uma estrutura destinada ao lazer, à educação e às práticas religiosas do grupo”. (2003, p. 69).

Os colonos que haviam migrado do estado do Rio Grande do Sul eram em sua grande maioria descendentes de imigrantes europeus e estavam inseridos numa economia basicamente agrícola. Tinham como objetivo a melhoria da condição de vida, o progresso e a acumulação de riquezas, através da produção de venda e consumo e da aquisição de áreas agricultáveis. Buscavam enfim transformar uma região inóspita e economicamente inerte em um local que pudesse permitir boa condição material de vida e também, quiçá, um possível enriquecimento.

Enquanto artifício de desenvolvimento das estruturas do espaço regional pode-se dizer que esse movimento colonial garantia a sua continuidade pautando-se em critérios específicos de reprodução das unidades familiares de produção agrícola. Buscava-se “colocar os filhos”, isto é, permitir que estes se estabelecessem na atividade agrícola assim como seus pais. Para tanto, era necessário ter acesso a terra e garantir o desenvolvimento das novas estruturas econômicas, o que não era tarefa simples, uma vez que a acumulação de riqueza dentro do grupo familiar de trabalho nem sempre permitia a compra de novas terras e o alojamento das novas famílias desmembradas do núcleo original. A disposição da propriedade, como um bem a ser adquirido, obrigava as famílias a gerar excedentes para que pudessem atender aos filhos que viessem a se emancipar da unidade familiar. Na essência, este processo interferiu na organização da propriedade familiar, de tal sorte que a produção de bens para o mercado foi ocupando, cada vez mais, lugar de destaque. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 148).

É importante perceber como os filhos eram socializados ao trabalho agrícola desde muito cedo. Era muito comum as mães levarem seus bebês a lavoura, deixando-os em cestos ou na carroça protegidos pela sombra e pela guarda de cães enquanto trabalhavam. De tempos

em tempos acudiam e davam de mamar aos rebentos. É comum ouvir relatos de bebês levados à roça com 1 ou 2 anos de idade. A partir daí as crianças estabeleciam contato com a terra e com o ambiente simbólico da agricultura. Com 4 ou 5 anos eram preparadas ferramentas especiais a elas, como pequenas enxadas, foices, cestinhos, entre outros. Se o objetivo, geralmente, não era o de obter a contribuição física do trabalho das crianças, era de iniciá-los no mundo rural. De acordo com Petrone, “as crianças desde cedo eram recrutadas para as mais variadas tarefas na roça, junto aos animais ou na casa. Famílias com muitos filhos em idade de trabalhar tinham mais perspectivas de prosperar”. (1984, p. 60).

Conforme cresciam as crianças ganhavam maiores responsabilidades e incentivos. Por volta dos 15 anos de idade muitos pais “davam” um pedaço de terra para o filho plantar separado, isto é, permitiam que ele fizesse em horários de “folga” a sua própria roça, que ele poderia vender e guardar o dinheiro para si. Essa era uma maneira de incentivar o filho a permanecer na roça e mesmo permitir que aprendesse pouco a pouco a “gestão” da lavoura. Às vezes a renda obtida com a sua “rocinha” era irrisória ou nula, tornando-se uma oportunidade para que os pais replicassem o discurso da necessária “unidade” do trabalho familiar, da importância que tinha a terra, das carências financeiras e os cuidados manifestos para superá-la. Essas interlocuções dão conta da existência da formação de um “espírito de colonização”, onde o espaço familiar era povoado por regras e valores tidos imprescindíveis para a eficiência dos projetos futuros do grupo, como destaca Renk:

No rol das representações, a família é o espaço privilegiado para a socialização de seus membros e a inculcação de valores, atitudes e condutas entre estas as econômicas. Assim, sempre “foram ensinados e aprenderam” a gastar o mínimo possível, a viver com parcimônia, a ter reservas para o futuro, “a pensar no dia de amanhã”. Nas descrições do cotidiano é recorrente a ênfase na alimentação frugal. Nos primeiros tempos, os mais apertados, tinham uma alimentação pouco variada; depois, com maior variação, sem nunca esbanjar. (2006, p. 89).

Portanto, todos os esforços no sentido de prover de forma efetiva os novos membros do grupo dentro da perspectiva de se tornarem também “novos agricultores” dependia da relação que a família tinha com os valores materiais acumulados pelo grupo. Estes valores seriam colocados à disposição dos seus membros de forma escalonada e fragmentada através do tempo. Esses procedimentos podem ser bem identificados pela exemplificação da dinâmica familiar em propriedades rurais expostas por Queiroz:

A família constitui sempre a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos, regra geral, satisfazem às necessidades essenciais da vida; as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do

grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho. A família assegura a subsistência de todos os membros; a combinação família-empresa agrícola faz com que se estabeleça uma comunidade de posse e uma comunidade de consumo, além da comunidade de trabalho, sob a autoridade de um membro, que é o pai de família. Comunidade autárquica, a família camponesa é também em geral autoritária. Por outro lado, o grupo econômico autônomo constituído pela família camponesa tem tendência a uma forte centralização, procurando se perpetuar por meio de uma ligação vigorosa com seus meios de subsistência (isto é, com o patrimônio a ser transmitido aos descendentes), e para tanto negando aos membros o direito de dela se apartar para criar situações sócio-econômicas distintas. Sobre estes núcleos autônomos, o grupo de vizinhança ou a aldeia exerceu seu controle e, em certa medida, um poder de coordenação, devido à existência, neste segundo caso, de serviços e de direitos coletivos semelhantes para todos os membros da comunidade mais ampla. (1973, p. 18-19).

Woortmann (1995) usa a terminologia – que também se pode verificar no campo – que separa os colonos melhor sucedidos como “colonos fortes”, isto é, aqueles com quantidade significativa de terra e com capacidade de “colocar os filhos” e inserir-se em níveis mais confortáveis no mercado de consumo. Os colonos menos desenvolvidos economicamente são referidos como “colonos fracos”, aqueles que convivem com dificuldades econômicas, ainda que possam dispor de um nível razoável de vida.

Constata-se a existência de um modelo de manutenção e continuidade sucessional dos filhos, vinculada a solidariedade de toda família em torno da constituição das novas propriedades, conforme constataam Abramovay et al. (1998). De acordo com eles, havia na região sul do Brasil um quadro de perpetuação da atividade agrícola, garantida pelo envolvimento do núcleo familiar original na consecução dos novos núcleos agrícolas:

Além de alimentos e matérias-primas, os agricultores do sul do Brasil produziam, até o final dos anos 60, algo para eles ainda mais importante: novas unidades de produção familiar, seja ali mesmo onde viviam – por meio da repartição de suas terras – seja pela permanente tentativa de “colocar os filhos”. Havia, portanto, uma fusão entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros. É claro que nem sempre estes objetivos podiam ser atingidos e tampouco eram raras as ocasiões em que surgiam planos autônomos de realização profissional entre os filhos. Mas era muito forte a pressão moral para a continuidade da profissão de agricultor, tanto mais que os horizontes alternativos eram escassos e pouco acessíveis. Por um lado, então, há uma base objetiva que faz da agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações. Por outro lado, a ligação ao mundo comunitário, a incorporação dos valores próprios a continuidade da profissão paterna estão também na raiz desta fusão entre os objetivos da unidade econômica e as aspirações de seus membros. Quando esta fusão desaparece é que surge a questão sucessória na agricultura. (ABRAMOVAY et al, 1998, p. 27).

Entre os colonos existia o sentimento de responsabilidade em reproduzir o espaço de vivência colonial entre os membros da família, ou “garantir o futuro”, “colocar os filhos”. Como elucida Renk (2006, p. 79), isso significava assegurar que os descendentes tivessem

uma terra para trabalhar quando cassassem principalmente os filhos do sexo masculino. A terra, como já foi dito, era então o elemento primordial para a consecução desse projeto. Quando não era possível adquirir um novo lote a família tendia a manter os filhos recém-casados junto à unidade produtiva, seja inserindo-os nas atividades produtivas da casa ou agindo como fiduciária para o arrendamento de um lote adjacente ou próximo. O casal podia morar junto, na casa dos pais ou ainda construir um rancho próximo da casa, ao que se chamava "morar encostado". Essa situação podia ser provisória, mas dadas as dificuldades financeiras da família tornava-se, em alguns casos, permanente.

Essa dinâmica de reprodução da agricultura familiar no sul do país, como assinalam Abramovay et al (1998), se manteve até finais da década de 1960. De acordo com Woortmann, era comum que o processo sucessional da unidade familiar e os sistemas de herança, seguissem as seguintes possibilidades: a primogenitura (o filho mais velho é o herdeiro); a "ultimogenitura" (o filho mais novo é o herdeiro), sendo que poderiam ocorrer a unigenitura (a indivisão da propriedade) ou a partilha igualitária (onde todos receberiam uma parte correspondente a propriedade ou um valor monetário relativo a ela). (1995, p. 49). Entende-se ainda que o modelo de reprodução manifesto até a década de 1970 era comumente o minorato, isto é, "a propriedade paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, fica com a responsabilidade de cuidar dos pais durante a velhice". (SILVESTRO et al, 2001, p. 65).

A partir da década de 1970 há um rearranjo sistemático do modelo de desenvolvimento agrícola, tendo sido incorporado à agricultura o processo de modernização e de assimilação da chamada Revolução Verde. Esse novo arranjo organizacional levou em conta a utilização dos insumos, de defensivos agrícolas, de novas ferramentas e máquinas e de novas técnicas de produção, alterando a sistemática de trabalho. Modificou-se também o destino da sua produção que, até então, centrava-se no próprio consumo, sendo vendida apenas uma parcela do excedente, a fim de se obter acesso aos bens não produzidos na própria propriedade. Conforme assinala Queiroz (1973, p. 30), "desde que o destino da produção se modifique, isto é, desde que o lavrador se disponha a plantar para vender, sua organização de trabalho também se modifica, pois deve alcançar uma quantidade muitíssimo maior do produto colhido".

Na região Oeste o processo de modernização da agricultura esteve intimamente ligado a industrialização dos produtos agrícolas. Segundo Paim (2006), ainda na década de 1960 – e mais notadamente na década de 1970 – concentrada na cidade de Chapecó/SC, expandiu-se a cadeia produtiva de aves e suínos no sistema de parceria, ou melhor, de integração produtiva.

As empresas frigoríficas passaram a comandar o processo de produção de sua matéria-prima enviando aos agricultores os animais, a alimentação e definindo e controlando rigidamente os tratamentos culturais necessários. Como encadeamento desse processo a produção de cereais, como milho e soja, necessários à produção da ração, também se expandiu. Essa expansão ensejou por seu turno a mecanização, o uso de melhoria genética de sementes, de insumos e de defensivos agrícolas. A modernização da agricultura no Oeste catarinense foi, portanto, cíclica e totalizante.

A modernização da agricultura foi sendo implantada em vários setores, entre os quais as pesquisas genéticas, tendo-se desenvolvido variedades de animais mais produtivos, acompanhado da venda de insumos e produtos industriais que propiciaram um aumento na produtividade, acompanhado pelos sistemas de extensão rural - encarregado de fiscalizar no campo a aplicação destas novas bases tecnológicas. (PAIM, 2006, p. 131).

Se, por um lado, com o novo modelo alcançavam-se maiores níveis de produtividade e produção absoluta, por outro os custos desta também aumentam na mesma proporção. E o residual de valor monetário obtido com a atividade diminuía. Além disso, como insinua Wolf (1976), o agricultor é impelido a fazer investimentos sistemáticos em sua propriedade para se adaptar às exigências de mercado, de modo que precisa recorrer a sucessivos financiamentos e acesso a crédito, colocando-o numa situação de submissão em termos relativos à autonomia que gozava num período anterior a essas modificações.

Sob a influência da industrialização, a agricultura foi racionalizada e transformada numa empresa econômica voltada primariamente para a extração do máximo de rendimentos e apenas secundariamente levando em conta a subsistência, a manutenção e as necessidades cerimoniais do campesinato. [...] Ele tende cada vez mais a se tornar um especialista entre outros, com cada grupo produzindo bens e serviços a serem consumidos pelos outros. (WOLF, 1976, p. 58).

Com os novos arranjos técnicos da agricultura, o índice de pessoal necessário à atividade passa a ser menor. George afirma que “a modernização da agricultura tem, com efeito essencial, a redução do tempo de trabalho exigido para obter a renda bruta do estabelecimento agrícola”. (1982, p. 237). Da mesma maneira os poucos valores alcançados ao final das safras propõem como alternativa a saída do campo para o alojamento em atividades complementares. Conforme assinala Roseli Alves dos Santos (2008, p. 84-85)²¹, a “modernização tecnológica para o pequeno produtor agrícola mercantil tem representado maior dependência em relação ao capital e menor ganho financeiro quando comparado ao

²¹ O texto de Roseli Alves dos Santos faz referência à região Sudoeste do Paraná. Entende-se que pela proximidade geográfica e pelas similaridades das características históricas, econômicas, sociais e culturais possa-se transportar tais conceitos e análises para o contexto da região Oeste de Santa Catarina.

grande produtor”, além disso, com maior capacidade produtiva existe uma “diminuição da necessidade do uso da mão-de-obra”. Mesmo que o pacote tecnológico permita ascender a melhores níveis de produtividade ele dispensa o envolvimento de alguns membros do grupo familiar, uma vez que na região não há mais terras a serem ocupadas para estender essa produção, forçando esses membros excedentes a saírem do campo.

O modelo de sucessão baseado na “pressão moral” é ameaçado e não configura mais uma tendência tradicional. De acordo com Abramovay et al (1998), é possível afirmar que a transformação agrícola, em curso a partir da década de 1970, fez com que em finais da década de 1980 e início da década de 1990 o padrão esperado não é mais a permanência dos novos membros no campo, mas a sua saída rumo a atividades urbanas.

Mesmo que haja algum exagero nesta constrangedora pressão comunitária sobre os comportamentos dos indivíduos, a característica fundamental deste período é uma certa naturalização da continuidade do modo de vida paterno (para os rapazes) - assim como da condição materna (para as moças). A partir dos anos 70 a agricultura familiar do sul do país expõe-se a uma dupla ruptura: por um lado, as possibilidades objetivas de formação de novas unidades produtivas encontram-se cada vez mais limitadas, por outro, a ideia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais é cada vez menos verdadeira no interior das próprias famílias. É a partir disso que emerge aquilo que podemos chamar de questão sucessória na agricultura: é quando a formação de uma nova geração de agricultores perde a naturalidade com que era vivida até então pelas famílias, pelos indivíduos envolvidos nos processos sucessórios e pela própria sociedade. (ABRAMOVAY et al, 1998, p. 36).

Essas novas relações estatuídas no campo levam a crer que há uma mudança significativa em curso. Compreender que houve uma ruptura no processo de reprodução do colonato/agricultura familiar na região sul do Brasil e, desta forma na região Oeste de Santa Catarina, parece evidente. Mas, conforme Wolf (1976, p. 10), “a persistência, como a mudança, não é uma causa, é um efeito”. Portanto, cabe analisar essa tendência a que segue o processo da manutenção ou desestabilização da agricultura familiar na região estudada, exatamente no que tange aos novos atores desse processo, isto é, os jovens do meio rural.

3.2.1 Cerro Azul: a visão histórica

A comunidade está localizada no município catarinense de Palma Sola, que por sua vez faz parte da região Extremo Oeste catarinense. Em Palma Sola a maioria dos agricultores é da segunda e terceira geração de migrantes do Rio Grande do Sul. Entre os ítálos são da quarta e quinta geração de imigrantes. Da quinta, sexta ou sétima geração entre os teutos.

Figura 1: Região Oeste de Santa Catarina



Fonte: Wikipédia, 2013.

A formação do município de Palma Sola/SC segue o mesmo paradoxo da expansão da colonização do espaço agrícola do sul do Brasil. Entretanto, sua gênese enquanto povoado está intimamente ligada ao processo de entrada de estrangeiros no território dos campos de Palmas, ainda no século XIX. A partir da entrada de argentinos que faziam a extração da erva-mate (*Ilexparaguariensis*) na região é que se deu a gênese da formação social do município. Não houve, contudo, a formação de povoados pelos argentinos nessa região, apesar de terem importante papel nesse processo. Sua presença marcou a institucionalização de um ponto de parada, que, posteriormente, serviu de base para o estabelecimento dos núcleos de povoamento.

Segundo a tradição popular, Palma Sola é derivada de “Palma Sola”, expressão castelhana, que significa palmeira solitária. Correntinos que praticavam o extrativismo da erva-mate e do pinhão na região defendiam que o termo estaria relacionado a uma palmeira localizada onde hoje fica a praça central do município. A palmeira tinha um tronco e na parte superior dividia-se em três partes e servia como referência para quem chegava e para forasteiros que por ali passavam. (DEBONA, 2001, p. 34).

Pelos registros disponíveis, os primeiros “ocupantes oficiais” a se fixarem nesse território foram os integrantes da família Lara, mais precisamente no ano de 1871. Segundo o historiador Narcélio Inácio Debona (2001), logo após o término da Guerra do Paraguai o Imperador Dom Pedro II designou o paulista Vicente Antunes de Lara para comandar uma caravana que viria a região de fronteira verificar se ainda havia indícios de focos de guerra.

No mesmo ano, tendo feito a investigação e reconhecida à área como pacífica retornou a São Paulo onde recebeu do então Imperador uma doação de terra pelos serviços prestados. A área recebida compreendia os atuais municípios catarinenses de Palma Sola, Dionísio Cerqueira e Campo Erê, além de parte de São Lourenço do Oeste, e os paranaenses de Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Marmeleiro, parte de Flor da Serra do Sul e Vitorino.

Tendo recebido a propriedade, Vicente Antunes de Lara voltou à região para tomar posse das terras, fixando residência nos Campos do Erê. Mais tarde doou a Antônio Antunes de Lara, um dos seus doze filhos, uma área de terra que se tornaria mais tarde o município de Palma Sola. Antônio Antunes de Lara passou para os registros como o “primeiro” habitante oficialmente instalado no município. Depois dele outros indivíduos de ascendência cabocla fixaram-se no município, tais como as famílias Amaral, Cabral, Mello, Oliveira, Rocha, Piruchim, entre outras. Esses habitantes viviam de maneira semelhante aos nativos da terra – índios e caboclos – buscando na exploração da terra e no extrativismo sua subsistência.

Com a chegada dos colonizadores “europeizados”, a partir da década de 1940, o processo de desenvolvimento econômico realmente foi instaurado gerando um fluxo populacional mais acentuado. O crescimento econômico do município se deu, principalmente, após a chegada dos irmãos Crestani em 1951, vindos da região de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, quando implantaram uma grande serraria no local. O crescimento populacional e a complexificação das atividades econômicas culminaram com a emancipação do povoado dez anos mais tarde. A principal tributária do crescimento demográfico foi a região de Santa Rosa – RS, seguida pelas regiões gaúchas de Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Maria.

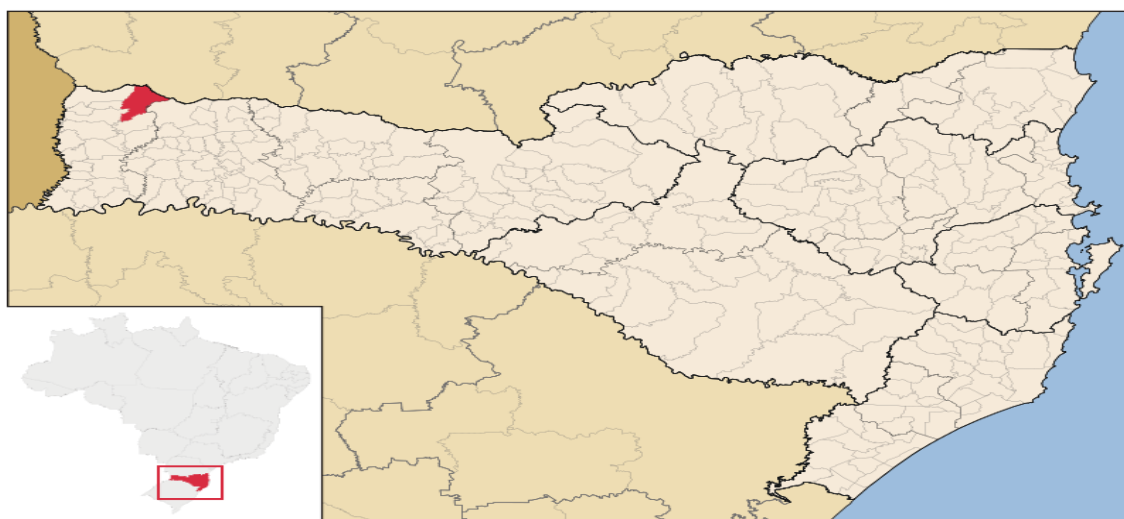
Palma Sola passou a figurar no cenário político a partir da elevação do povoado a Distrito, pela Lei nº 290, de 22 de julho de 1957. A oficialização e a instalação distrital ocorreram em 31 de Agosto de 1958. O distrito passou a condição de município no ano de 1961 através da Lei de número 787/61, sancionada pelo então governador Celso Ramos no dia 18 de dezembro de 1961. A instalação do município ocorreu no dia 30 de dezembro do mesmo ano.

Os colonos que haviam migrado do estado do Rio Grande do Sul eram em sua grande maioria descendentes de imigrantes europeus e estavam inseridos numa economia basicamente agrícola. Tinham como objetivo a melhoria da condição de vida, o progresso e a acumulação de riquezas, através da produção de venda e consumo e da aquisição de áreas agricultáveis. Buscavam enfim transformar uma região inóspita e economicamente inerte em

um local que pudesse permitir boa condição material de vida e também, quiçá, um possível enriquecimento.

Enquanto artifício de desenvolvimento das estruturas do colonato pode-se dizer que esse movimento colonial garantia a sua continuidade pautando-se em critérios específicos de reprodução das unidades familiares de produção agrícola. Buscava-se “colocar os filhos”, isto é, permitir que estes se estabelecessem na atividade agrícola assim como seus pais. Para tanto, era necessário ter acesso a terra e garantir o desenvolvimento das novas estruturas econômicas, o que não era tarefa simples, uma vez que a acumulação de riqueza dentro do grupo familiar de trabalho nem sempre permitia a compra de novas terras e o alojamento das novas famílias desmembradas do núcleo original. A disposição da propriedade, como um bem a ser adquirido, obrigava as famílias a gerar excedentes para que pudessem atender aos filhos que viessem a se emancipar da unidade familiar. Na essência, este processo interferiu na organização da propriedade familiar, de tal sorte que a produção de bens para o mercado foi ocupando, cada vez mais, lugar de destaque. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 148).

Figura 2: Localização do município de Palma Sola/SC



Fonte: Wikipédia, 2013.

Esses colonos ao ocuparem os espaços de matas do município se organizaram em comunidades, distribuídas através das picadas, linhas e travessões. No município somavam-se 38 comunidades rurais, embora algumas desativadas em função do êxodo. Esse número expressivo revela a importância e o caráter de dispersão e de variedade de organização social. Conforme Erneldo Schallenger (2006), a comunidade, assim como outros aspectos da realidade simbólica (família, tradição, cultura, etc.), servia de cânone para a organização do processo colonizador do final do século XIX e início do século XX na região sul do Brasil.

Estabelece-se assim um modelo estrutural orquestrado pela entrada das famílias nos lotes rurais e a partir deles se vai tecendo sua rede de sociabilidade.

A Linha Novo Cerro Azul, o Distrito Cerro Azul, enfim a comunidade de Cerro Azul²² se caracteriza como um espaço ligado as dinâmicas coloniais da região sul do Brasil. Sua existência se revela sob influência do movimento migratório de colonos rio-grandenses em busca de novos lotes de terra, que procuraram reproduzir um espaço de sociabilidade étnico-camponês.

Basicamente, quando os lotes de terra das novas colônias eram medidos iniciava-se traçando uma linha – o travessão – e desta mediam-se os lotes adjacentes dela e em direção a ela. Eram abertas “picadas”²³ na mata para a medida dos lotes, servindo assim a linha demarcatória inicial do território. Estas linhas e picadas tornavam-se a base do caminho da estrada e através dela se instituíam as unidades familiares. De quando em quando as famílias constituíam aglomerações que davam origem a uma comunidade, por isso o termo “Linha” designa também o termo comunidade.

A denominação “Novo Cerro Azul”, que vigorou até 2011 se deve a localidade de origem dos primeiros colonos. José Pies, morador da comunidade, em pesquisa desenvolvida no ano de 2006, explica que inicialmente a comunidade foi denominada “Novo Cerro Largo” numa forma de homenagem aos primeiros moradores oriundos da cidade de Cerro Largo/RS. Depois modificaram o nome para “Novo Cerro Azul”, uma vez que o nome Cerro Largo, foi, naquela localidade, primeiramente “Cerro Azul”. (PIES, 2006, p. 3).

Segundo Debona (2003), a ocupação da localidade por parte dos colonos se deu a partir da década de 1940, tendo sido fundada a comunidade em 1952. Pies (2006) afirma que a colonização iniciou em 1954. As referências encontradas sobre a localidade remontam a obra de Nárcélio Debona e José Pies. Debona refere-se à comunidade desta forma:

Também conhecida por “Oitenta e Cinco”, pois fazia parte das oitenta e cinco colônias ao lado leste do Rio Lajeado Grande. O nome foi atribuído por Emílio Heckler, que morava numa localidade que se chamava Cerro Azul, atual município de Cerro Largo, Rio Grande do Sul. Emílio Heckler teria que dar nome à nova gleba de terras compradas na comunidade. Eram 100 colônias de terras ao Oeste do

²² Neste estudo utilizar-se-á a denominação “Cerro Azul” para denominar a comunidade de estudo. A comunidade foi nominada como “Novo Cerro Azul” desde o início de sua organização na década de 1950. Em 2011 a localidade foi alçada a condição de distrito. A partir desse momento passou a denominar-se “Distrito Cerro Azul”. Durante a pesquisa pode-se perceber que a população local, e mesmo de outras localidades, usa a expressão “Cerro Azul” para denominá-la, dessa forma optou-se por utilizar essa denominação, já que se aproxima de uma “categoria nativa”.

²³ Picada, como termo nativo, refere-se à ação de abrir um pequeno caminho no meio da mata. Na prática não servia inicialmente de estrada, uma vez que era um caminho estreito onde se passava caminhando a pé ou à cavalo, inicialmente para levar os equipamentos de agrimensura. Mais tarde essas picadas serviram de orientação para a abertura das estradas.

Rio Lajeado Grande e 85 a Leste do mesmo rio. [...] Fundada em 05-02-1952, esta comunidade era formada pela maioria das famílias de origem alemã. [...] A grande maioria dos primeiros moradores vieram de Cerro Largo e Santa Rosa, municípios do Rio Grande do Sul. (2003, p. 61-62).

A fundação oficial da comunidade remonta ao ano de 1957, quando foi rezada a primeira missa, no dia 21 de março de 1957²⁴. Foi chamado um padre de outra localidade para que desse os encaminhamentos. Ele imediatamente nomeou um “fabiqueiro”²⁵ para que desse provimento a cobrança do dízimo e os demais expedientes necessários. De acordo com Pies, “com a presença fixa das famílias houve a preocupação com a organização da comunidade, que nascia sob a devoção do Sagrado Coração de Jesus”. (2006, p. 3). Afirma ainda, de maneira enfática que “a religião católica sempre foi à predominante em nossa comunidade” (2006, p. 7), referindo-se ao fato de que na história da comunidade pouquíssimos moradores eram não católicos, nunca existindo outra congregação sediada naquele espaço.

Esse fato denota a importância do papel da igreja e da devoção dos colonos na constituição e na organização das comunidades rurais baseadas no processo de colonização, implicando no seu *modus operandi*, que Eidt classifica de “práticas coletivas altruístas”. (2009, p. 24). De Boni (1980) afirma que nos espaços coloniais a construção da capela era uma realização espontânea dos moradores que ansiavam pela existência de um espaço religioso. Constituir esse espaço era preponderante para a efetivação de um projeto de colonização e para aumentar as expectativas de progresso em torno do grupo. Como diz De Boni:

Graças ao sistema de capelas, a religião desempenhou seu papel entre os colonos. As visitas ocasionais do domingo, quando vizinhos há pouco chegados encontravam-se para fugir da solidão, rezar o terço e comentar os fatos da vida, foram aos poucos se institucionalizando e o grupo acabou sentindo a necessidade de construir uma capela, como ponto de referência, ao redor do qual passou a girar não só a vida religiosa, mas também a vida social. Cada travessão via-se obrigado a construir o seu templo. Não tê-lo, equivalia a uma situação de inferioridade ante os vizinhos. Organizá-lo devidamente era condição primeira para sonhar com elevação de status, o que seria obtido quando se conseguisse um padre e, acima de tudo, quando a capela fosse constituída como paróquia. (1980, p. 236).

²⁴Transcrição da nota de abertura do livro de contas da comunidade: “Livro de contas aberto pelo vigário, P. Balduino Schneider para a capela do Sagrado Coração de Jesus em o ano do Senhor de 1957 e entregue ao 1º fabiqueiro, nomeado por mim ad hoc, que é o Sr. Oto Luiz Bracht, autorizando-o a organizar a 1ª diretoria e dando-lhe poderes para taxar conforme as possibilidades do povo pobre desta localidade os sócios para o pagamento das mensalidades (*Kireleu* = *leitrag*) [apoio às pequenas]. Aueses a junto um estatuto diocesano do regulamento das capelas. Ele servirá de base para orientar. P. Balduino Schneider, Vigário. 21 de março de 1957”.

²⁵O termo fabiqueiro faz referência a um líder. Na acepção de De Boni, o fabiqueiro, escolhido entre os moradores da comunidade, era aquele “que se sabia responsável por ela”. (1980, p. 237).

Em 1958, os moradores construíram a primeira capela que, segundo Pies, “inicialmente servia para as celebrações religiosas, catequese e sala de aula”. (2006, p. 6). A construção contou com o empenho dos moradores que doavam madeira e dias de trabalho para edificar as instalações da capela. Ela era, portanto, o centro da vida comunitária. É compreensível a importância que a instalação de um sino teve na comunidade em 1964, conforme depoimento de um ex-morador, seu Alaor, 64 anos.

Foi uma grande festa, imaginou uma comunidade com um sino! Ali bimbilhar um sino, porque tudo quieto, não se escutava barulho nenhum porque não existia movimento de carro, não tinha nada era só cavalo e carroça. E daí ao menos tinha um sinal de quando era meio dia, quem é que usava um relógio na época? Não tinha alcance de ter um relógio de pulso, era tudo simples, pé no chão. E o sinal era de manhã quando clareava o dia e quando entrava o sol no escurecer. Se não era essa era tudo pelo sol.

Leia-se que em Cerro Azul a denominação de “comunidade” é entendida a partir da Igreja, sendo as demais instituições correlatas. Um exemplo disso é o fato de que o presidente do chamado “Conselho da Eucaristia”, isto é, o coordenador da associação em torno das atividades religiosas, é chamado de “presidente da comunidade”. Outra situação é a de que os moradores só reconhecem a efetiva existência de uma comunidade onde se rezam cultos e missas, preferencialmente manifestações católicas.

Cerro Azul remete a ideia de uma comunidade fechada etnicamente e projetada para se tornar uma cidade. Desejava-se que a área a ser colonizada fosse ocupada por colonos alemães católicos, ao que Arlene Renk (2006, p. 118) chama de reprodução “étnico-confessional”, uma vez que em muitas colônias buscava-se instalar colonos da mesma “raça” e da mesma religião. Se não era possível vender uma “colônia” inteira, esta era dividida separando os grupos. Assim é possível mapear comunidades separadas etnicamente no interior dos municípios do Oeste catarinense. Eidt (2009) nomeia essas colônias como “fechadas”. De fato Cerro Azul é uma das poucas comunidades do município de Palma Sola com presença predominante de teuto-brasileiros. Separando-se, por exemplo, as comunidades pela supremacia étnica, ver-se-á que apenas cinco delas são compostas majoritariamente por colonos de ascendência teuta, as demais são prioritariamente compostas por ítalo-brasileiros e em menor escala por luso-brasileiros.

Na época o Emílio Eckler comprou [...] e fez um mapa topográfico planejando a sede como Cerro Azul, tinha mapa para, aliás, quadra para criação de hospital e assim por diante, tudo projetado nesse sentido. [...] Ele tinha um projeto bom, bom, ideia né, e

transformando numa comunidade de origem alemã. Porque ele tirou alguma coisa sobre a colonização do tempo de Saudades que era a Volksverein. E continuou, só que mais e se ampliou na época, nós tínhamos numa época no Cerro Azul 86 sócios na comunidade, jovens era cada família tinha o mínimo, o mínimo, uns 4 ou 5 jovens na época. De todas as famílias na época era uma multidão. No fim dos anos 78, 79 nós tínhamos 3 times de futebol. (Alaor).

Conforme Heinen, a localidade gaúcha de Cerro Azul hoje município de Cerro Largo, teria surgido também sob os auspícios da orientação católica e do pressuposto étnico alemão, influenciadas pelo Pe. Theodoro Amstadt²⁶. (1997, p. 72). Da mesma forma teve influência das colônias fechadas formadas ao longo do Rio Uruguai no Oeste catarinense. Entre elas o Projeto Porto Novo, uma colônia de alemães católicos criada pela companhia colonizadora Volksverein²⁷. (EIDT, 2009).

O fato da projeção da colônia para ser ou tornar-se uma cidade era uma prática usual entre os vendedores de terras. Esse espaço era o local destinado a abrigar a vida “institucional da colônia”. Eram reservados terrenos para abrigar a igreja, a escola, etc. De acordo com Renk, era comum que nas colônias do Oeste catarinense as colonizadoras criassem uma infraestrutura inicial “para atrair os compradores, como doação de área para a Igreja, escola e colaboração na construção das mesmas, contemplando a instalação de serraria, movida à água, para fornecer as tábuas às construções”. (2006, p. 70). Além de vender imediatamente os lotes para os agricultores podia-se lucrar mais tarde com a venda dos terrenos nos locais de urbanização sob um preço superior ao praticado no início da colonização. Já nesse momento estava presente a especulação imobiliária.

Essas práticas compreendem a previsão de que aquela colônia prosperasse ao ponto de que as atividades comerciais formariam ali um espaço urbano, como propõe Petrone (1984). Segundo a autora, nas áreas de colonização fazia-se uma previsão do crescimento da colônia e projetava-se um espaço urbano entre os lotes rurais. Nesse espaço deveriam se concentrar a “administração, o comércio, as atividades artesanais, a escola, a igreja e outras atividades”. (1984, p. 59). Assim, pode-se afirmar que a expectativa de prosperidade das colônias essencialmente rurais considerava o surgimento da urbanização em seu seio como uma consequência desejada. Como destaca Shallenberger, esse processo tem relações intrínsecas com a representação que os colonos faziam dos espaços rurais e urbanos, mediados pela tradição europeia que lhes demovia:

²⁶ Amstadt organizou o “Bauerverein”, isto é, a “Sociedade dos Agricultores”, que iniciou a colonização de Cerro Azul, hoje Cerro Largo/RS, e Santo Cristo/RS, em 1902. (HEINEN, 1997, p. 72).

²⁷ Fundada em 1912 a “Volksverein”, “Sociedade dos Povos”, com o nome oficial “Sociedade União Popular”. (HEINEN, 1997, p. 72).

[...] torna-se importante associar colonização e urbanização, que é um processo complexo, uma vez que o urbano, além da forma, representava um lugar de manifestação e de produção de relações e de representações sociais distintas, com motivações peculiares. A produção social do urbano no universo da colonização requer o entendimento e implica uma certa reconstituição dos modos como os colonos – não só os agricultores – representavam as relações sociais que os definem enquanto tais. Claro que estas relações estiveram sempre e fortemente referenciadas na cultura europeia, traduzidos pelos costumes, pela linguagem, pelas expressões religiosas, dentre outras formas, mas, por outro lado, foram constantemente desafiadas pelas interferências sofridas no novo espaço social em construção. (2009, p. 129).

Os colonos eram incentivados a vir conhecer os novos lotes coloniais, tanto no Oeste de Santa Catarina quanto no Oeste do Paraná. Eram as chamadas caravanas. Além de ocorrer para o reconhecimento do território, as caravanas também se configuravam no processo efetivo de migração. Os grupos de migrantes deixavam o local de origem em levadas e se instalavam nas novas colônias, numa forma de reproduzir os espaços de sociabilidade.

Pies (2006) afirma que em 1958 haveria chegado em Cerro Azul a primeira caravana de colonos do Rio Grande do Sul. Seriam oriundos da localidade de Linha Níquel, Cerro Largo/RS, num número aproximado de 60 pessoas. Em 1959 teria ocorrido a chegada de uma segunda caravana, embora sem precisar o quantitativo. (2006, p. 5). Aláor refere-se ao processo de vinda de moradores do Rio Grande do Sul. Segundo ele, seu pai, morador de Cândido Godói/RS, foi incentivado por Emílio Pedro Heckler a comprar um lote na nova colônia:

O pai se interessou nisso. Tinha sete filhos, todos com menos de 18 anos. Ai qual era a preocupação? Em novos horizontes para dar oportunidade de trabalho e na época não era indústria, comércio urbano, era o rural né. E onde que iria encontrar terra na época pra sobreviver os filhos. A preocupação foi essa. Na época foi justamente o forte da migração do sul para Santa Catarina, Paraná e posteriormente já alguma coisa para o Mato Grosso.

Sua família migrou em 1960, numa caravana. Refere-se ao ambiente colonial da comunidade dizendo que “na época era tudo simples e não tinha muito recurso. Cerro Azul tinha uma capelinha na época, tinha uns 15 moradores”. O discurso de lamentações, das dificuldades e das agruras verificado nas falas dos colonos e de muitos teóricos quando analisando o espaço colonial do Rio Grande do Sul é replicado também em relação à comunidade. Essas “dificuldades” são relacionais e acionadas como marcador identitário, “marcando as agruras como sinais de pioneirismo, que é acionado enquanto virtude étnica”. (RENK, 2005, p. 115). Pies afirma, no que traz tons de uma nostalgia pioneira, que:

As dificuldades das famílias foram quase até impossível de relatar. Não havia estradas, escola, igreja, enfim tudo aquilo que faz parte da vida comunitária. Sabemos que a perspectiva, a coragem e o sangue corajoso dos nobres colonizadores venceram qualquer sacrifício. Seguindo o exemplo desses pioneiros outros mais foram chegando e construindo o progresso da nossa comunidade. (2006, p. 5).

A comunidade se mantinha em situação de relativo isolamento, não se diferenciando das demais comunidades. O núcleo de povoamento que originou o que hoje é a sede municipal era também incipiente na época. Pies afirma que as atividades de comércio, da qual dependia o acesso aos bens e aos víveres básicos – sal, ferramentas, etc. –, eram conseguidos em Palma Sola, mesmo assim um núcleo com menos de 10 moradores. O produto de venda mais comum era a “banha” extraída através do abate dos porcos. (2006, p. 5). Essa dificuldade estrutural apontada por Pies e dimensionada por Schallengerger como um elemento que dificultava a prática colonial, ainda assim não impedia a ação colonizadora. Isto é, mesmo sem um ambiente político favorável os colonos buscaram moldar um ambiente social que lhes favorecesse. Esse ambiente, a comunidade, também compreendia a lógica produtiva de uma autossuficiência margeada por mecanismos de solidariedade.

Sem serem influenciadas significativamente pelas políticas de controle estatal, buscaram, nas peripécias e nas dificuldades, construir seu modelo de desenvolvimento em base à autossuficiência alimentar, à complementaridade industrial e a partir da produção de pequenos excedentes, que, mormente, atendiam à demanda dos bens não supridos pela produção. Neste universo, e em base à tradição, muitos elementos culturais foram se reproduzindo ou emergiram no novo cenário, tendo sempre a família como núcleo social básico e a comunidade como instância complementar e de identificação. (SCHALLENBERGER, 2009, p. 133).

Na estratégia social de subsistência, além dos cereais, entre eles principalmente o milho, o suíno ocupava um lugar de destaque na economia colonial. Era ao mesmo tempo um estoque de alimento e um agente financeiro. Isto, pois a banha e o salame se convertiam em alimentos não-perecíveis – ainda que de imediato – e tinham grande aceitação no mercado. Esse mercado, cabe lembrar, era aquecido por peões, haja vista que os colonos dificilmente demandariam dessa compra. Além disso, o porco podia ser vendido em pé. Essa lógica se circunscreve ao fato de que todos os cereais e demais vegetais cultivados eram ou consumidos pela família, ou pelos animais. Assim, os excedentes de milho, por exemplo, tinham pouca projeção no mercado e eram utilizados para a engorda dos suínos que depois de transformados em subprodutos encontravam aceitação no comércio.

Na paisagem colonial da comunidade ainda hoje é comum encontrar a criação de porcos. Na maioria absoluta dos casos é desenvolvida para autoconsumo, ainda que gerando um paradoxo curioso. Em termos de viabilidade e racionalidade econômica engordar um suíno no sistema dos colonos eleva o preço da carne e seus subprodutos em cerca de 30%. Muitas vezes o agricultor não percebe essa diferença, além de que, muitos garantem preferirem produzir a própria carne, por considerá-la mais saudável. Da mesma forma, pode-se analisar a criação de “frangos de granja”²⁸. Esse processo está ligado ainda à cultura do abate e do aproveitamento de todas as partes dos animais. É muito comum que os agricultores façam, a partir do porco, o torresmo, o salame, o cudeguim²⁹; a morcela³⁰ etc., alimentos presentes na mesa e no imaginário histórico.

A estruturação econômica da comunidade, portanto, se deu através da agricultura de subsistência. Essa agricultura, nas palavras de George, significa “uma agricultura de economia natural que não comporta troca de produtos”, porém podem ser assim definidas também “às economias que dedicam mais de dois terços de seu trabalho às produções de autoconsumo”. (1982, p. 125). Além da agricultura lentamente surgiram outras atividades econômicas subjacentes à colonização. No final da década de 1950 foi instalado um moinho e em 1961 a primeira serraria. Ainda na década de 1960 foi aberta a primeira bodega. Dentre essas atividades a extração da madeira e seu beneficiamento foram determinantes para as atividades econômicas subsequentes. Como destaca Pies, “a extração de madeira foi importante para a formação do povoado. Durante muitos anos a atividade madeireira tinha grande destaque na comunidade, funcionavam duas madeireiras que empregavam em torno de 20 famílias”. (2006, p. 12). As serrarias forneciam materiais de construção, capital e criavam um nicho de empregos. Na percepção de Petrone, as serrarias eram imprescindíveis para o desenvolvimento das colônias:

“[...] surgiram as serrarias. Os troncos das madeiras de lei encontradas na mata que recobria o lote foram transformadas na serraria em caibros, vigas, ripas e tábuas utilizados para a construção da casa dos colonos. [...] A existência de uma serraria quase sempre significava que a área tinha potencial para que a colonização progredisse e apresentasse resultados favoráveis. Permitia, também, ao colono

²⁸ O termo “frango de granja” faz alusão às aves criadas no sistema extensivo, a “granja”. Por volta da década de 1990 muitos pequenos agricultores passaram também a comprar desses frangos, ainda quando pintainhos para engordá-los em suas propriedades. É comum um agricultor “pegar” 20 pintainhos para engorda. Entretanto, se o período de engorda no sistema extensivo é de aproximadamente 33 dias, nas propriedades é comum que se excedam os 70 dias, com uma conversão alimentar muito menor.

²⁹ Cudeguim é um embutido de carne, miúdos e pele de suíno, que depois de cozidos são moídos temperados com sal e outros condimentos e embutidos em tripas de porco.

³⁰ Na área de estudo é mais conhecida como “morcilha”. Segue o mesmo processo de preparação do cudeguim, mas acrescida pelo sangue coagulado do porco.

recém-instalado a sua participação dos circuitos comerciais, já que vendia os troncos para a serraria, ficando apenas com a madeira necessária para a construção da habitação. (1984, p. 63-64).

Como diz Petrone (1984), nos núcleos coloniais surgia, dependendo das condições e do momento histórico e ainda que de forma incipiente, a industrialização dos produtos ligados à atividade produtiva dos colonos e às suas demandas.

Com o passar dos anos 60 o intenso desmatamento ocorreu e cada vez mais famílias foram chegando e se estabelecendo tornando a comunidade cada vez mais forte e próspera. Surgiram duas madeireiras que transformavam e comercializavam a madeira, que era um dos pontos fortes da economia juntamente com a agricultura. Nesta época já foram introduzidos equipamentos mais sofisticados que foram o arado, a plantadeira manual, as trilhadeiras para facilitar o armazenamento. (PIES, 2006, p. 12).

As dificuldades de isolamento foram, geralmente, resolvidas pela “iniciativa dos próprios colonos”. (PETRONE, 1984, p. 74). A dificuldade de provimento de serviços educacionais, por exemplo, foi um impasse resolvido pelo esforço comunitário. Foi instituído em Cerro Azul, a exemplo de ampla maioria das colônias do sul do Brasil, o professor itinerante mantido pelas próprias famílias. Mais tarde, na década de 1960, foi construída a primeira escola na comunidade, oferecendo o ensino fundamental (anos iniciais, mais conhecido como “primário”). Em 1966, a escola passou a ser mantida pelo governo estadual, em 1977 foi transformada em Escola Básica, oferecendo formação nos anos finais do ensino fundamental, na época chamado de “ginásio”. Em 1996, a escola integrou também o ensino médio. (PIES, 2006). Atualmente a existência da escola na comunidade se vincula ao atendimento da população das demais comunidades do entorno.

Após terem sido instituídas a igreja e a escola, surgiu na comunidade uma associação em prol das atividades esportivas e de lazer. Como diz De Boni (1980), em torno da capela surgiam as demais instituições sociais dos espaços coloniais. De acordo com ele, a primeira instituição que surgia era a bodega, embora esta pudesse em alguns casos preceder a escola e mesmo – ainda que raramente – a própria capela. Construía-se um “salão de festas, uma cancha de bochas” (no caso de colonização de italianos), “o bolão” (no caso dos alemães) e “mais tarde, mudando-se os costumes, providenciou-se igualmente uma cancha de futebol”. (DE BONI, 1980, p. 236). Em 1966, portanto, fundou-se na comunidade a “Sociedade Esportiva Sempre Alegre – SESA”, inicialmente com 56 associados. Pies destaca que “a SESA sempre foi responsável pelas principais atividades esportivas da comunidade. Sempre teve um grande destaque o futebol, o jogo de baralho, a bocha, e o bolão. Também são muito

famosos os tradicionais bailes que acontecem no decorrer do ano”. (2006, p. 13). O “clube”, como é conhecida a sede da sociedade na localidade, serviu, e serve, principalmente como um bar, mesmo que existissem – e ainda existem – as bodegas na comunidade. Nesse sentido, pode-se problematizar que poucas atividades se desenvolvem fora do espaço dessa associação. Existe uma prerrogativa, tanto mais moral do que jurídica e agora menos usual, de que os moradores da comunidade deveriam quase que “obrigatoriamente” se associarem a entidade.

Cada comunidade possui seu referencial, seja ele na capela, no grupo de jovens, no clube de mães, no clube esportivo, ou na escola. No local de encontro, ou seja, na “vila”, as pessoas trocam informações, programam mutirões e se divertem num jogo de futebol, no boliche, no baralho, ou nas demais promoções organizadas pelas diretorias das comunidades. (DEBONA, 2003, p. 52).

Nas primeiras décadas a língua falada entre os moradores de Cerro Azul foi, predominantemente, o alemão³¹, que além de instrumento de comunicação remetia a um sistema de identificação. Como propõe Schallenberger, “a língua e a religião eram os valores simbólicos fundamentais, através dos quais era possível significar e referenciar a realidade e a existência nas suas múltiplas dimensões”. (2009, p. 133). Muitos moradores levaram um período de tempo significativo para falar a língua portuguesa, que era a oficial. Isso ocorria pela homogeneidade étnica dos colonos, o que dificultava a prática da língua portuguesa, necessária quando da ida aos órgãos públicos e financeiros. Ainda que seja raro hoje encontrar entre as novas gerações alguém que fale o “alemão” na comunidade, entre os adultos e idosos é raro encontrar quem não o fale, embora essa linguagem seja usada predominantemente no seio familiar e evitada em público.

Mais tarde, na década de 1970, chegaram na comunidade famílias oriundas de outras cidades e do entorno de Palma Sola, entre elas Salgado Filho/PR; Itapiranga/SC, São José do Cedro/SC, entre outras. As atividades agrícolas, somadas ao desenvolvimento da indústria madeireira, fizeram com que a comunidade vivesse um intenso aumento populacional, chegando a ter mais de 150 famílias residentes na década de 1980, quando, segundo Debona (2003, p. 62), “reunia condições para se tornar município”.

O sonho de transformar-se em município não foi concretizado. Restava ainda o desejo de tornar-se um distrito do município de Palma Sola. Esse fato sempre foi propalado como uma necessidade da comunidade, em virtude de seu tamanho e de suas demandas por serviços

³¹ Ao analisar os livros de atas das instituições da comunidade é comum perceber o uso de expressões que denotam a utilização da língua alemã, principalmente quando da transposição do sotaque para as palavras escritas.

públicos mais eficientes, além de significar uma “etapa” no processo de encaminhar-se a uma emancipação.

Em 07 de maio de 2011 o desejo tornou-se fato. A comunidade foi alçada a condição de distrito e passou a contar com o funcionamento de um posto de saúde. Em 2012, várias ruas da localidade receberam pavimentação asfáltica. Nas comemorações do Natal do mesmo ano, a administração municipal ornamentou a praça da comunidade com iluminação decorativa, fato visto, historicamente, apenas na sede municipal. Essas ações povoam o imaginário dos moradores do lugar. É possível perceber que há um sentimento de que Cerro Azul aproxima-se do ideal de sua colonização, que era o de tornar-se além de um próspero núcleo colonial agrícola, também composto por um núcleo urbano desenvolvido. Porém, a expensas de um otimismo relacional, subsiste a tendência de uma crise em relação à efetivação dessas expectativas, como problematizado no item abaixo.

3.2.2 Cerro Azul: uma visão etnográfica

A comunidade de Cerro Azul se localiza no interior do município de Palma Sola. O terreno é montanhoso e o centro da comunidade fica numa espécie de vale do Rio Lajeado Grande. Diz-se “espécie de vale”, pois na verdade é o que os moradores chamam de vargem, uma pequena planície formada pelo rio entre as várias montanhas pelas quais serpenteia.

Figura 3 – Vista panorâmica da Comunidade de Cerro Azul



Fonte: Arquivo particular de Rodrigo Kummer

No processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina, os colonos ficaram geralmente nas áreas de matas. É comum ouvir depoimentos de que essas áreas eram “escolhidas” pela preferência das áreas de mato branco³² e em oposição aos lusos e caboclos que ficaram nas áreas de “criar”, isto é, campos e pinhais. Contudo, Renk afirma que essa “preferência” era mediada não diretamente por um “gosto”, mas por se tratar de um espaço de baixa concorrência comercial e das terras ainda disponíveis para colonização. (2006, p. 32).

A localidade se divide entre a “vila” e as “terras”, isto é, as propriedades rurais. A vila abriga as atividades públicas e de comércio. Nela moram comerciantes, funcionários públicos e aposentados. Todos se referem a este espaço como “vila”: “lá na vila”; “fui na vila”; “ele estava na vila”; etc. Assim existe de certo modo uma separação entre o espaço produtivo rural e a vila. Em algumas circunstâncias ela, a vila, toma feições urbanas. Possui ruas ordenadas em quadras, algumas com pavimento asfáltico e com “esquinas”.

Analiticamente, muito embora a vila não conceba de maneira específica uma experiência urbana, para os moradores ela representa isso, ou se quer representada a isso. Por mais rural que seja, é o primeiro contato com uma situação que difere, que destoa, com as representações dos moradores das “terras”. Pode-se morar “na vila” ou morar “na terra”, expressão que quer especificar quando o indivíduo mora na propriedade rural que fica fora do espaço geográfico da vila – das ruas, das quadras, etc., mas pertence ao território da comunidade. Essa divisão é exposta por Petrone (1984), principalmente quando especifica a definição dos lotes produtivos, ou no caso em análise, das “terras”:

Em geral os lotes rurais tinham uma testada de 200 metros ao longo dos caminhos, picadas ou linhas – como diziam os pioneiros –, que quase sempre acompanhavam os vales. O comprimento do lote dependia da topografia, procurando-se no planejamento fazer com que cada lote, na medida do possível, tivesse acesso aos cursos de água. O lote colonial, portanto, quase sempre apresentava terras de várzea, de meia encosta, às vezes, atingindo o divisor de água. (1984, p. 59).

As propriedades rurais ficam ao redor do núcleo comunitário, sendo encontradas geralmente nas encostas dos morros que ladeiam o rio. Corta a comunidade ainda um pequeno curso d’água, chamado ali como “sanga”. É difícil saber ao certo o nome da sanga. Não há unanimidade. Tanto o rio, como a sanga são usados principalmente como bebedouro aos animais criados pelos moradores. A pesca é realizada apenas como um passatempo e quase

³² A expressão mato branco é usada para diferenciar as áreas de pinhais e ervais muitas vezes desvalorizadas pela acidez do solo. Eram áreas em geral com acentuada declividade, mas com grande oferta de madeiras necessárias à instalação nos lotes e disposição para venda. As principais essências extraídas eram o Cedro, Louro, Grábia, Guajuvira, etc.

sempre por crianças e adolescentes. Não há na comunidade alguém que viva da pesca, uma vez que a oferta de peixes é pequena. O rio é usado, ainda, para o lazer. Acampamentos, piqueniques e os banhos aos finais de semana são comuns, organizados geralmente por pessoas da “cidade” – sede municipal – que se dirigem a comunidade para terem acesso ao rio.

Essas unidades produtivas da comunidade são, com uma única exceção, minifúndios, com 12 ha em média. As casas dos agricultores – bem como as benfeitorias³³ – estão localizadas no início dos morros e as lavouras acima da casa. Isso ocorre pela necessidade de abastecimento de água, feito por gravidade. Vide que no início da colonização ou se obtinha água por gravidade ou por rodas d’água, uma vez que era difícil instalar bombas dada a inexistência de energia elétrica e mesmo pelo alto preço de sistemas motorizados.

As casas da comunidade são em sua maioria de madeira, resquício do processo de colonização quando a madeira era abundante. Contemporaneamente, quando da realização de reformas ou novas construções, há preferência pela alvenaria. Isso pode estar relacionado aos custos e a um *status* impresso no *modus operandi* dos colonos, onde casa de concreto, de tijolo, é sinal de prosperidade e modernidade. Ao redor das casas encontram-se geralmente os jardins, uma pequena horta e o pomar. As principais essências frutíferas são laranjeiras, bergamoteiras, pessegueiros e videiras. Essa constatação corrobora com a assertiva de Flores e Serpa de que há nos espaços rurais da região Oeste catarinense uma “paisagem colonial”, circunscrita ao que chamam de “ícones da cultura”, que seriam “a casa, o forno, o pomar, a lavoura e a cerca”. (2005, p. 148). Dentre esses ícones apenas o forno é poucas vezes reconhecido na paisagem em estudo, isto porque caiu em desuso nos últimos anos, dando espaço aos fornos a gás e elétricos, de uso mais cômodo³⁴.

Geograficamente a comunidade fica encravada no interior do município de Palma Sola. Distante 12 Km da sede municipal, chega-se à localidade por uma estrada de terra que serpenteia um moro por cerca de 5 Km até alcançar o fundo do vale do Rio Lajeado Grande.

³³ Benfeitorias são as construções adjacentes à casa do agricultor. Os galpões, estábulos, etc. Como analisa Wenczenovicz (2002, p. 87), “além da casa, as propriedades possuíam outras construções, duas delas muito importantes: o galpão e o abrigo dos animais. A facilidade de acesso a um ponto de abastecimento de água era determinante na localização da casa, do galpão, do abrigo dos animais e do banheiro”. Nesse sentido, só os galpões usados para secar os pés de fumo é que podem estar localizados longe da propriedade e perto da lavoura. Na paisagem da comunidade é comum encontrar galpões de fumo, embora que em muitos casos estejam hoje desativados.

³⁴ A utilização dos antigos fornos de barro, usados principalmente para assar pães, necessitavam de um dispêndio de tempo significativo. Era preciso acender o fogo com antecedência e esperar o momento em que este estivesse bem quente. Esse processo podia demorar de duas até quatro horas. Além disso, o forno ficava, via de regra, afastado da casa, o que inviabilizava o seu uso em dias de chuva, teoricamente aqueles onde as mulheres podiam dedicar maior tempo às tarefas da casa, pois em dias “bons”, sem chuva, acompanhavam e ainda acompanham os demais familiares no trabalho da lavoura.

Dali se pode seguir para outras comunidades, sendo este caminho utilizado para se chegar às localidades de Linha São Luís; Linha Brasil; Linha Formosa; Linha Triches e Linha Santa Lúcia. Pode-se ainda obter acesso ao município de Flor da Serra do Sul, já no Estado do Paraná. Assim, é possível afirmar que essa estrada é um caminho utilizado por quem tem um destino efetivo, não sendo local de passagem a esmo.

Atualmente existe uma linha de ônibus na comunidade que leva à sede municipal, mas até meados da década de 1990 eram três horários diários. Isso se deve ao fato da diminuição populacional no meio rural e também ao maior acesso que os agricultores tiveram a meios de transporte próprios, tais como motos e automóveis. A linha no momento só se viabiliza, pois leva alguns aposentados e funcionários até a sede municipal.

Economicamente todas as comunidades rurais se subordinam ao espaço urbano, ou a sede municipal. Entretanto, Cerro Azul conta com algumas “comodidades”. Existem na localidade três minimercados, que servem prioritariamente de bares. São comumente denominados como “bodegas”. Esses comércios são responsáveis por atender necessidades mais urgentes, pois não é comum que se façam neles compras grandes, os chamados “ranchos” e sim a compra de “miudezas” que estejam faltando. Compras maiores são feitas nos mercados da cidade onde os preços são mais acessíveis e as opções são maiores.

Além das bodegas existem duas borracharias, uma ferraria – anexa a uma das borracharias –, uma oficina mecânica e uma serraria. As borracharias ganharam maior movimento nos últimos tempos com o maior número de carros circulando no meio rural e a utilização das “carroças de pneu”. Estas por sua vez fizeram baixar o movimento das ferrarias que se especializavam no conserto das chamadas “rodas de chapa”³⁵. Ainda assim a ferraria mantém um movimento regular de reparos dos utensílios agrícolas, desde enxadas até implementos de tratores são concertados ali. Nota-se que recentemente tem aumentado o número de tratores nos arredores da comunidade. Em Cerro Azul existem dois tratores, um particular e um público. Nas comunidades ao redor contam-se pelo menos quatro. Esse número é expressivo, pois até o início do século XXI era impensado que pequenos agricultores, com propriedades de terreno irregular e intensamente ondulado, pudessem adquirir esse bem. A viabilização disso se relaciona a oferta de novas linhas de crédito.

Na comunidade, desde 2004, funciona uma associação que oferece em parceria com a prefeitura os serviços de trator e afins. A prefeitura disponibiliza o trator, alguns implementos

³⁵ Carroça de Chapa é o termo utilizado para referir carro de boi cujas rodas são de madeira revestidas por uma chapa de ferro. Essas chapas acabavam afrouxando da roda e precisavam ser reafirmadas todos os anos antes das safras de fumo e milho, isto é, de dezembro a março.

e paga o salário do operador. Cabe a associação pagar o combustível. Porém, a demanda por serviços é pequena. As áreas de cultivo da localidade são em sua maioria de forte ondulação, não permitindo a mecanização. Em geral, apenas alguns “pedaços” das propriedades permitem tais práticas. Aliado a essa característica a atividade agrícola comum é a pecuária leiteira gerando uma demanda mais significativa de mecanização apenas na época da confecção da silagem³⁶.

A comunidade é subsidiada com três instituições escolares. A Escola de Educação Básica Catharina Seger de ensino fundamental e médio e que atende quase vinte comunidades dos arredores. A Escola Pré-escolar Pequeno Príncipe, que funciona no período vespertino. E o PETI³⁷, antiga Escola Agrícola da comunidade. A escola Catharina Seger é tida entre os moradores como um símbolo de orgulho por congregar a oferta de ensino médio no meio rural, fato que não ocorre com facilidade em outras localidades. Entretanto, nos últimos anos vem num processo de descendência com a diminuição recorrente de alunos. Outro fator é o de que a escola vem já a bastante tempo cortando relações com a comunidade. Isso se deve a forte laicização de suas relações e a formatação de um currículo geral, voltado a inserção dos indivíduos na realidade de produção do conhecimento urbano.

É possível considerar nessa conjuntura a sequente vinculação de docentes “de fora”, ou seja, de professores que residem no meio urbano e se deslocam diariamente para a comunidade, criando poucos vínculos ali. A orientação teórica da escola, expressa em seu Projeto Político Pedagógico, de fixar o homem no campo com a melhoria da qualidade de vida, passa em muitos sentidos despercebida, sendo realocada apenas como um discurso de distinção aos educandários urbanos. A escola possuía um caráter de formação rural quando incorporava ao currículo de formação uma grade “agrícola”. No período de 1992 até 2000 a escola foi “agrícola”, com aulas nos períodos integrais ligadas a disciplinas de formação técnica na área da agricultura e da agropecuária. Essa modalidade de ensino era disposta nos anos finais do ensino fundamental de maneira obrigatória para todos os alunos da escola.

Os moradores da comunidade estiveram engajados e demandaram a constituição dessa modalidade de ensino. Evidenciam-se os relatos expressos em reuniões relativos à influência da população local desde a escolha do local de instalação da escola até sobre as regras de funcionamento. A escola funcionava numa parceria do município – que geria o patrimônio – e

³⁶ “Forragem, verde ou madura, convertida em alimento succulento para o gado, por processo de fermentação ácida em uma câmara hermeticamente fechada (silo), a qual impede a sua deterioração e permite a sua conservação para o inverno”. (MICHAELIS, 1998, p. 1938).

³⁷ “O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos”. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013).

o governo estadual que respondia pela manutenção do educandário. Sumariamente, no ano 2000, o governo estadual deixou de fazer o pagamento das despesas de manutenção e essa modalidade de ensino deixou de integrar as atividades da escola. Paradoxalmente a comunidade que havia se manifestado enfaticamente para a institucionalização do ensino agrícola não manifestou nenhuma objeção oficial ao fechamento, ainda que tomada com reprovação pelos moradores.

A oferta de serviços de saúde foi intensificada na localidade com a construção de um posto de saúde. A obra foi inaugurada no ano de 2011, juntamente com a oficialização da passagem da comunidade da condição de “linha” para “distrito”. O posto, se não remete efetivamente a melhoria no atendimento de saúde – uma vez que o atendimento é dificultado em vista à falta de profissionais – é para os moradores um elemento de distinção e que condiciona a propulsão do lugar.

A comunidade possui outras instituições reconhecidas como a Igreja (Católica – 1957), O Clube Esportivo (SESA: Sociedade Esportiva Sempre Alegre – 1966), o Clube de Mães (MAUCA: Mães Unidas de Novo Cerro Azul – 1984), o Grupo de Jovens (JUNCA: Juventude Unida de Novo Cerro Azul – 20 de junho de 1982), o Grupo de Idosos (Unidos Venceremos – 1995).

A comunidade colonial funcionava em si mesma, como um elemento cultural, caldeando e, em alguma medida, moldando os comportamentos. Essa ordenação social coube efusivamente a Igreja Católica. Ela serviu e segue servindo como marco referencial da existência da comunidade. A identidade em torno da experiência comunitária está intimamente ligada ao fato de que o grupo que compõem a organização comunal se estabeleceu originalmente em torno de um credo comum. Para muitos moradores do lugar a comunidade só existe porque foi construída em torno da Igreja e só se manteve porque continuou em torno dela.

Historicamente todas as decisões relativas à existência comum do local eram tomadas e partiam no seio da instituição religiosa. Todos os moradores frequentavam os cultos e missas todas as semanas, nos domingos pela manhã. Não ir aos cultos era uma atitude antissocial, uma quebra de protocolo. Além de cumprir as obrigações religiosas, assistir e participar desses eventos oferecia informações diversas, dado que este era o canal mais eficiente de informações sobre a localidade.

A frequência, mantida inabalável por um considerável período de tempo, é menos corriqueira contemporaneamente. A modificação na rotina produtiva familiar, ligada, principalmente, a produção de leite pode ter acarretado maior atenção dos produtores nos dias

em que ocorrem os eventos religiosos e justificar essa alteração. Todavia, este fato não parece denotar algum sentimento de “enfraquecimento” das manifestações religiosas. O que parece ocorrer é uma relativização do preceito moral da frequência, antes inquestionável, agora ponderada. Cotidianamente funcionam os grupos de família, isto é, grupos de oração que se reúnem entre vizinhos para oração e discussão relativa a temáticas previamente eleitas pela autoridade religiosa.

O Clube Esportivo da comunidade dispõe e pressupõe um local para as ações mais eufóricas dos moradores. Constituído com forte apelo comunitário, baseado e relacionado inicialmente como um espaço social ligado a igreja, posteriormente separou-se juridicamente desta, mas mantém laços fortes quanto às atividades comunitárias. O pavilhão abriga quase todas as atividades comunitárias. Festas, bailes, casamentos, reuniões, etc. são realizados na sede do clube. Isso se deve ao fato de ser um dos poucos espaços dessa natureza no local e porque a maioria absoluta dos moradores é associada na entidade, reclamando seu direito de uso.

Instituição presente a mais de 30 anos na comunidade, mas reaberta há pouco tempo (menos de dois anos), o grupo de jovens representa um braço institucionalizado da Igreja Católica entre os seus membros mais “moços”, mesmo que esses em geral frequentam pouco a capela. Criado sob os auspícios da Pastoral da Juventude – entidade da Igreja Católica – funciona no sentido de fornecer uma sociabilidade saudável e segura aos jovens. A entidade viveu recorrentes altos e baixos, organização e desestruturação, dada a mobilidade de seus atores.

Há os que se casam, os que migram e os que abandonam as atividades, carecendo sempre de reorganização pelos “novos jovens”. As atividades que desenvolvem englobam a oração e o lazer. O grupo é responsabilizado por algumas atividades ritualísticas nos cultos e missas como a operacionalização de leituras e encenações, entre as quais o “Nascimento do Menino Jesus”, na noite de Natal e a “Paixão de Cristo” na Sexta-Feira Santa. No âmbito do lazer o grupo serve de pretexto de ajuntamento para realização de jantares, confraternizações, jogos e idas a festas extra comunitárias. Cria um elo entre os jovens da comunidade, principalmente quando fazem incursões fora dela, o que é comum apenas nos jogos de futebol.

O Clube de Mães foi instituído pelo poder público municipal como elemento de assistência social para dinamizar informações referentes ao cuidado com os filhos, dicas nutricionais e atividades voltadas ao papel da mulher no lar, isto é, as atividades domésticas. O Grupo de Idosos é um espaço destinado a socializar e permitir um contato mais direto entre

os indivíduos com idade avançada e em geral aposentados. Organizam reuniões semanais onde jogam baralho, dançam e conversam. Uma vez por mês, pelo menos, participam de encontros em outras localidades, sempre ligados a música e a dança. Viabilizam suas atividades através do forte aparato fornecido pelo governo municipal.

Embora a igreja ocupe um papel de destaque nas relações sociais comunitárias, na localidade é possível dizer que o papel centralizador das relações sociais é ocupado pelas bodegas. Não só porque são os locais mais frequentados, mas ali são tecidas relações espontâneas, pois não demasiadamente ritualizadas. As bodegas são espaços predominantemente masculinos. A presença feminina é notada com menor embaraço na sociedade esportiva – o clube, onde se veem algumas vezes mulheres jogando baralho, bolão e bebendo cerveja, ainda que em volume reduzido e sempre acompanhadas dos maridos. Este é um fato novo na história da localidade.

As expensas de manifestarem um corte de gênero expressivo, na bodega é que circulam as informações, fazem-se negócios, criam-se ou se desperdiçam intrigas. Os adultos geralmente a frequentam para beber cerveja ou cachaça e para jogar caixeta. Os jovens, além de circularem no clube, bebem na praça ou jogam futebol e também frequentam as bodegas, embora em menos oportunidades. Os jovens pouco se envolvem com jogos de baralho. Quando o fazem jogam truco. Os velhos jogam baralho, preferencialmente nas bodegas particulares, sendo vistos todas as tardes durante a semana. Seus jogos preferidos são a canastra, pontinho, pife e caixeta.

Existe uma espécie de “expectativa” em torno das ações dos moradores. Sabe-se quem irá ao clube no sábado, quem irá no domingo. Assim como aqueles que frequentam as bodegas e em quais horários. Alguns moradores só são vistos na vila em momentos especiais, ou seja, nas festas religiosas, nos cultos ou em velórios. A sociabilidade se inscreve como uma relação de controle recíproco. Somente em casos excepcionais rompe-se a rotina do local, quando algum evento não planejado ocorre, numa visita inesperada, num acidente ou catástrofe. Mesmo assim todos ficam logo a par do que ocorreu e o ritmo das atividades não representa ser alterado.

Fora das propriedades rurais e do trabalho familiar existem poucas oportunidades de emprego na comunidade. A não ser os empregos públicos que somam em torno de 30³⁸, e as bodegas, borracharias e ferraria – que são mantidas com trabalho familiar - há apenas empregos temporários. Alguns moradores trabalham como diaristas nas propriedades e são

³⁸ Neste caso convém lembrar que destes muitos são ocupados por pessoas que vem da cidade de Palma Sola ou de outras, principalmente professores.

chamados de “peões”. Esse tipo de trabalho, porém, não significa emprego, pois é solicitado para um ou dois dias, no máximo uma semana. Embora se ouça recorrentemente dos agricultores que “não há peões” para trabalhar, alguns evitam esse tipo de mão-de-obra. Isso talvez se deva ao fato dos baixos valores pagos, da ampliação da jornada de trabalho³⁹, e a sazonalidade destas atividades. Muitos dizem que trabalhar dessa forma é difícil, pois os agricultores só solicitam o peão para fazer “serviço brabo⁴⁰”, dispensando a mão-de-obra nas tarefas mais simples ou quando não há urgência na realização de determinada atividade. Ainda, é pertinente analisar que nestas atividades só se trabalha em “dia bom”, ou seja, com sol. Dia de chuva significa parada e prejuízo a esses trabalhadores. Ainda assim existem cerca de cinco pessoas que oferecem esse tipo de trabalho, em geral jovens.

Verificou-se que o valor médio pago a um peão é de R\$ 40,00 por dia. Este valor multiplicado por 20 dias de trabalho mensais resultaria num salário de R\$ 800,00, valor considerável se comparado ao do salário mínimo, praticado em muitas ocupações no meio urbano. Entretanto, essa parece ser uma opção apenas para aqueles que não desfrutam de outra opção de inserção econômica, uma vez que aos jovens, por exemplo, isso não parece viável. Alguns moradores trabalham como construtores, comumente fora da comunidade.

O momento em que se vivem situações destoantes da rotina, de maior euforia, ainda que muito comedida, é o final de ano. Neste período muitos ex-moradores retornam para visitar parentes, jovens que saíram para trabalhar fora retornam para suas casas, etc. Nesse sentido o “Baile da Linguíça” é um dos momentos em que a comunidade se torna mais profana. São realizados outros três bailes durante o ano na comunidade, sempre no pavilhão da SESA, sendo que dois são organizados pela sociedade esportiva e dois pela escola. Nesses eventos os sócios da entidade esportiva têm acesso livre e o quantitativo de pessoas mais expressivo que o frequente é de pessoas de outras localidades e principalmente da sede municipal.

A festa do padroeiro da comunidade é, também, um dos momentos de euforia na comunidade. Segundo relatos, nos primeiros anos da colônia esta data era a única em que os colonos bebiam cerveja e as mulheres e crianças bebiam refrigerante. A festa é tradicional, realizada todos os anos. Existe uma preparação intensa para sua realização. Muitos moradores colaboram nas atividades de organização do evento, cujo objetivo é a obtenção de recursos à

³⁹ É comum que quando o agricultor contrate peões a jornada de trabalho seja estendida de acordo com a disponibilidade de luz, isto é, o dia de trabalho encerra-se apenas ao escurecer. Muitas vezes as jornadas superam as 12 horas de trabalho, fato que não é comum à maioria dos agricultores.

⁴⁰ Serviço “brabo” significa um serviço difícil, enfadonho ou perigoso. Alguns agricultores solicitam o serviço de peão para a aplicação de agrotóxicos, por exemplo.

instituição religiosa da comunidade e também promover a integração entre os moradores. De todo modo o objetivo econômico é preponderante. Os pensadores da festa são os membros do conselho religioso comunitário. A partir deles é realizada uma escala de serviços a ser cumprida pelos moradores. Geralmente ninguém se nega a auxiliar nesses eventos, a não ser por motivações que impossibilitem a presença no evento.

Os afazeres são significativos. O mais oneroso em termos de dedicação é a preparação para realização do churrasco, o prato servido na festa. Precisa-se: buscar lenha, que é doada; abater os animais para obter-se a carne; preparar a carne para ser assada; limpar e ornamentar a sede do clube esportivo e os arredores; organizar a bebida que será vendida; dispor dos “quitutes” que serão oferecidos para acompanhar o almoço; no dia da festa é preciso assar a carne, trabalho que envolve vários moradores. Quem ajuda é sempre sócio da entidade religiosa e tem uma obrigação moral de fazer isso. É comum ainda fazerem-se doações de ingredientes utilizados para preparação do almoço, além da lenha. Doar significa, além de cumprir com os preceitos cristãos, ascender em status comunitário.

Afora isso há certo equilíbrio e fechamento comportamental na comunidade. Há um forte sentimento de sanção social perante os moradores da comunidade. Embora não seja público e explícito há um controle e um julgamento das ações de todos. Isso, pois a proximidade e a facilidade de contatos permitem revelar um quadro comportamental dos moradores. Mesmo sem saber todos recebem um julgamento e o fazem em relação aos outros. Não chegam a ser ataques contra a figura dos moradores, mas aferições sobre suas atitudes, tanto de reprovação como de elogio e lisonjeio.

Existe perante os moradores certo orgulho pelo fato de que a comunidade é a maior do município. Além de ser maior busca-se ser “a mais bem organizada”, melhor ornamentada, mais bonita, etc. Ainda que isso não seja de fato algo explícito, um tanto velado, nas conversas com as pessoas nota-se um tom de contentamento e alerta acerca das melhorias e tudo mais que garanta esse status reivindicado. Em termos de atribuição extra-local existe uma alcunha que denota os moradores da localidade pela marcação étnica. É comum ouvir-se fora da comunidade à expressão: “os alemão do Cerro Azul” ou a “alemoada do Cerro Azul”.

Uma possibilidade de estratificação social – fundamentalmente econômica – dos moradores de Cerro Azul, seguindo modelo de Charles Wagley (apud FONTENELLE, 1971, p. 7-8), sugere que existam quatro níveis. No primeiro, em melhor condição estariam os funcionários do Estado, os grandes produtores, os proprietários de casas de comércio e em geral aqueles que moram na vila. O segundo é composto por agricultores em situação de estabilidade financeira, os bem estabelecidos, chamados “colonos fortes” que moram nos

arredores da vila. No terceiro nível encontram-se os agricultores com dificuldades, os “colonos fracos”, moradores dos arredores da vila. E, no último, os desempregados e diaristas, moradores da vila. Essa estratificação, ainda que proceda apenas uma noção didática para representar as dinâmicas sociais, pode, por seu turno, indicar como são tecidas as percepções de *status quo* manifestas. Ter maior *status* significa ter melhor condição econômica, circunscrita aos fatores de prosperidade ainda vinculados ao processo de colonização.

A liderança da comunidade se dá por mecanismos complexos. O “presidente” da comunidade que é o coordenador do Conselho Eucarístico da capela católica geralmente tem pouco poder. O poder está centralizado nos cargos públicos e de indicação política ou nos cargos políticos eletivos. A barganha e o poder estão nas mãos de quem é capaz de “arrumar” um emprego, fazer uma indicação para colocar algum “chegado”.

Cerro Azul não é, necessariamente, uma comunidade “fechada”. Isso ocorre porque os códigos e sanções não são suficientemente fortes para sentir um clima de fechamento. Nesse sentido, a colônia não representou a condição de reprodução étnico confessional. Na localidade existem não teutos e não católicos. Contudo, existem práticas sociais que propõem, a partir disso, segregações. São sutis manifestações, sempre tomadas como um reforço étnico interno. Podem ser relacionadas à desaprovação dos comportamentos de indivíduos alheios ao grupo durante eventos ou mesmo na diferenciação social nas atividades cotidianas de pessoas de dentro do grupo, mas não da mesma matriz étnica ou religiosa. Essa situação é descrita como típica e em alguns casos como necessária ao desenvolvimento das colônias, como problematiza Rangel: “o fechamento das comunidades de segregação foi também o fator protetor que lhes viabilizou a existência e a reprodução social”. (2009, p. 16). A autora adverte ainda que “pode uma coletividade viver sem regras, autoridade, educação, socialização e trabalho?” (2009, p. 17).

Essas atitudes estariam ligadas a uma necessidade de fortalecimento do grupo, do “nós” em relação aos “outros”. Todavia, na comunidade, esse “reforço” engendra na mistificação do diferente, prioritariamente manifesta em relação aos moradores de ascendência luso-brasileira e ítalo-brasileira. É percebido nas interlocuções, nos discursos que reprovam os diferentes. Não chega ao nível de segregação exposto na obra de Elias (2000), por exemplo, mas da mesma forma sutil como se manifesta é sutilmente percebido.

Entretanto, a comunidade em estudo não pode ser definida como um espaço de simbiose e corrente amistosidade apenas. Debona afirma, acertadamente, que nas comunidades rurais do município de Palma Sola as pessoas mantêm uma “relação amistosa”. (2003, p. 52). Isso se verifica se esse comportamento for comparado às áreas de maior

instabilidade social, como periferias de grandes cidades. Todavia, a relação de não conflitualidade nas comunidades rurais é sempre relativa e parcial. O fato das pessoas se conhecerem não elimina as disputas, as discórdias e o jogo político inerente aos espaços sociais.

A referida relação simbiótica nas comunidades pode ser contestada a partir da análise das atas das reuniões da comunidade. É comum nesses documentos o registro sobre discussões, impasses e problemas ligados à vida comunitária. A título de exemplo pode-se mencionar um caso de 1972 onde se debatia a “construção de um salão que sirva para as duas associações”, no caso a construção conjunta de um pavilhão entre a comunidade – religiosa – e da sociedade esportiva. O presidente da entidade esportiva deixa claro que “há muitos que estão contra”, mas “vamos construir de qualquer maneira”. Manifestou-se também que “todos deveriam contribuir”, sendo demarcadas as diferenças sociais, pois “ao pobre se fecharia um olho” e ele poderia “doar trabalho ou produto”. Quem não ajudasse seria suspenso. Além disso, existem extensas discussões acerca da utilização do espaço da praça da comunidade como local para pastoreio do gado. Das atas entre 1972 até as atas de 2005 essa situação é recorrente, manifestando reclamações, ameaças e discórdias.

As pessoas que compõem a comunidade têm pouco intercâmbio com outros lugares. O imediatamente diferente é exposto pelas outras comunidades do município. Ainda assim é pequeno o contato entre os moradores das comunidades. A ida às outras localidades é ritualizada – ocorre nas festas ou nos jogos de futebol. Dificilmente um morador irá à outra comunidade se não for numa dessas situações: para visitar um parente ou conhecido; para fazer um “brique”⁴¹. Essa regra segue para localidades fora do município de Palma Sola.

Por um período significativo de tempo as bases de serviços eram encontradas em cidades relativamente distantes de Palma Sola. Eram elas: Dionísio Cerqueira – também pelo acesso à Argentina para obter-se farinha e outros víveres mais baratos, embora sempre à mercê do câmbio; Francisco Beltrão – ferramentas; Pato Branco – serviços de saúde; São Miguel do Oeste – comércio e serviços oficiais; Chapecó – comércio e serviços oficiais.

As viagens, que raramente ocorriam, tinham como destino presumido o Rio Grande do Sul. A ligação com o Rio Grande do Sul, como demonstra Renk (2006), era muito mais estreita e até certo ponto simbiótica. Pouco se sabia em relação ao Estado catarinense. Em

⁴¹ “Brique” é uma negociação, uma troca de bens. Comumente ocorre com a troca direta sem uso de dinheiro, mas pode contê-lo em algumas situações. Os brikes mais comuns são os que envolvem animais: bois, vacas, novinhas, etc.

Palma Sola a circulação regular de grandes jornais catarinenses⁴² só se efetivou na última década. Entretanto, jornais riograndeses⁴³ eram facilmente encontrados, até mesmo no meio rural, principalmente o jornal “Correio Rio-grandense”, ainda que na comunidade existam menos de dez famílias com ascendência ítalo-brasileira. Depreende-se que independente da identificação étnica o jornal era apreciado, provavelmente pela quantidade de matérias voltadas a agricultura, a vida no campo e ao imaginário dos colonos.

O acesso à televisão foi tardio e mesmo com os aparelhos os moradores do interior sofriam com a má qualidade do sinal⁴⁴. As rádios ouvidas eram também do Rio Grande do Sul. Rádio Gaúcha, Guaíba, Farroupilha, etc. Com a disseminação de rádios pela região Oeste de Santa Catarina passou-se a ouvir a Rádio Condá de Chapecó; Rádio Colméia de São Miguel do Oeste; Rádio Princesa e Educadora de Francisco Beltrão. Rádio Difusora e Celinauta de Pato Branco e mais tarde a rádio Integração de São José do Cedro e rádio Fronteira Oeste de Dionísio Cerqueira.

A comunidade não parece por força sua criar mecanismos de sociabilidade. Mais parece que os moradores, por estarem ali, acabam, pelo inerente contato com os demais, ensejando formas de sociabilidade. Elas são fortes o suficiente para manter um clima de agrabilidade mútua, mas fracas o possível para porem-se em descaso.

Na comunidade os contatos sociais se estabelecem em três casos práticos: nas bodegas e clube; na igreja; indo-se diretamente na residência. Além destes, existem outros espaços de sociabilidade. “O campo de futebol”: onde as crianças, adolescentes e jovens (predominantemente do sexo masculino) praticam esportes e alguns moradores usam para caminhadas (predominantemente do sexo feminino). “A praça”: que na localidade não é necessariamente um espaço público. O terreno onde está construída pertence à Igreja. Ainda assim é utilizada em dias de jogos e nos finais de semana, quando os jovens da comunidade sentam-se à sombra para beberem cerveja e refrigerantes e para conversarem. “A esquina”: Em tempos mais remotos uma das esquinas da comunidade era o ponto de encontro dos jovens nos finais de semana, principalmente à noite, ou mesmo durante a semana após as aulas noturnas. O local era usado para conversar e para fazer-se uso de bebidas alcoólicas. Conhecido como “meio mundo” era o local de “iniciação” dos adolescentes nos grupos informais de jovens. Cabe destacar que existia certa heterogeneidade de ligações entre o

⁴²Considera-se nesse caso os dois jornais de maior circulação do Estado: “Diário Catarinense” de Florianópolis e “A Notícia” de Joinville.

⁴³ Em Palma Sola ainda hoje existe circulação diária do jornal “Correio do Povo” de Porto Alegre.

⁴⁴ Existia na comunidade, até finais da década de 1990, uma “torre repetidora” do sinal televisivo, transmitindo os sinais das TVs Globo, Bandeirantes, SBT e Manchete.

grupo de jovens oficialmente institucionalizado. O grupo mais destacado era o dos jovens mais destemidos, que faziam uso de bebidas e fumavam. Fazer parte do grupo rendia um *status* maior entre os jovens, embora que denotava também uma carga negativa entre os moradores, uma vez que nesses momentos os jovens “aprontavam”.⁴⁵

Durante a pesquisa não foi possível perceber nenhuma movimentação na esquina referida ou nas demais. Outro fato foi o de que apenas uma noite alguns jovens ficaram em locais públicos após a meia noite, mas porque estavam “vigiando” o espaço organizado para uma festa que ocorreria no outro dia. O comportamento normal sempre foi o de recolherem-se cedo, antes das 21h00min horas. Além disso, poucas vezes foi possível presenciar jovens da comunidade ingerindo bebidas alcoólicas. Quando isso ocorria nem todos bebiam. Em alguns casos o próprio pesquisador acabou criando um pretexto para beber, nem sempre sendo acompanhado pelos pesquisados⁴⁶.

Os jogos de futebol ocorrem geralmente durante os campeonatos municipais. Antigamente eram jogos amistosos realizados entre comunidades. Essa prática não é mais usual, dadas as dificuldades de montar um time sem a vinculação a situações de competição. Existem os campeonatos de futebol, futebol sete, futebol de salão, canastra, truco. Internamente a sociedade esportiva da comunidade também realiza campeonatos que ocorrem em sua sede. São disputadas partidas de canastra, truco, sinuca e bolão. Esses campeonatos foram iniciados nos últimos anos e buscam sempre envolver tanto homens quanto mulheres e jovens.

Os acentos dados à comunidade, pelos seus habitantes, são quase sempre valorativos e expressam orgulho, embora terminem num tom que principia um misto de preocupação e melancolia, tanto em relação ao local quanto em relação as aspirações particulares dos moradores. É recorrente, para não aferir ser sintomático, que em todas as abordagens realizadas apresentando-se questionamentos sobre necessidades da comunidade sobreveio a palavra “emprego”: “Está faltando algo aqui na comunidade?” “Ah, precisaria ter mais emprego”. Essa noção de emprego foi também, “sempre”, referida a indústria que proporcionaria ocupação e renda para os jovens.

⁴⁵O “aprontar” nos sábados à noite ia desde jogar pedras nos telhados das casas até pequenos furtos. Eram delitos cometidos geralmente para obter-se um frango que daria margem para a realização de uma confraternização. Esses roubos ocorriam entre os jovens mais destemidos do grupo, garantindo-lhes uma distinção maior. Os adolescentes, por conta disso, frequentavam a esquina para poderem ser engajados no grupo, sempre tentando manterem-se sigilosos em relação aos pais, sem evitando serem vistos pelos moradores.

⁴⁶Esse fato está relacionado a situação de que no ambiente de pesquisa o pesquisador buscou manter a mesma postura que demonstrava antes da pesquisa. Não foi proposta uma mudança de rotina. A pesquisa ocorria de maneira muito informal para preservar as manifestações “naturalizadas” sem a sua menção, que poderia influenciar em comportamentos ritualizados que não condissessem com a realidade dos informantes.

O clima é, em certa medida, de desânimo, de desalento no que se refere a falta de empregos, perspectivas nas propriedades, nos preços, nas intempéries, contrastado – curiosamente – com falas do tipo, agora vai melhorar, agora com o distrito vai crescer, etc. A pergunta a se fazer é clara: quais perspectivas de vida tem o morador de Cerro Azul? E no caso emblemático: que perspectivas tem o jovem que mora em Cerro Azul? Estes estão condicionados a “administrar a escassez” do local? Ou estariam desafiados a transformar a noção de escasso em oportunidades?

O condicionamento social é inerentemente relativo. Os moradores e os jovens jogam com as opções que dispõem ou que podem minimamente “construir”. Em todo caso, parece haver dois caminhos, duas opções, dois projetos de vida. A escolha, a decisão, é tomada entre ficar e relacionar o projeto de vida ao lugar e as oportunidades justapostas ao rural e a outra é a de ir e relacionar um projeto as oportunidades urbanas. Empiricamente a decisão tende a pender para o “ir”, essa é a tendência não só em Cerro Azul, mas nos ambientes rurais. Mas há aqueles, mesmo que poucos, que contrariando a tendência optam por ficar, porque procedem dessa forma. Algo há que implique nessa atitude e precisa ser discutido.

O fato recorrente, além da existência dessa permanência em Cerro Azul, é o seu caráter de liminaridade, um empreendimento de vida provisório, “espectativo” e especulativo. O distrito reforçou um desejo antigo e tido como abalado de tornar a comunidade uma cidade. Está implícito nisso o discurso de muitos jovens que veem nessa condição a existência da oferta de empregos em atividades econômicas na indústria e no comércio. Este “sonho” de ficar em Cerro Azul porque “é um lugar bom para se viver” contrasta com a necessidade de que para permitir a permanência ele precise se transformar num embrião urbano. Assim, cabe a interrogação: Cerro Azul é um lugar bom ou precisaria tornar-se bom? Que se relativizassem as opiniões para compreender-se a visão de seus membros constituintes no sentido de se poder dizer afinal o que é e para que se encaminha a comunidade de Cerro Azul.

3.6 Cerro Azul: uma colônia em crise?

Em trabalho de 2006, Pies (p. 3) afirmava que “a comunidade de Novo Cerro Azul, distante 12 km da sede de Palma Sola, é hoje a maior comunidade do interior, com 83 famílias, somando em torno de 271 pessoas”. Em janeiro de 2013, pode-se contar 70 famílias

somando 203 pessoas⁴⁷. É ainda a maior comunidade do meio rural deste município, mas demonstra uma tendência de diminuição.

A comunidade de Novo Cerro Azul, hoje está em decadência como as demais comunidades do meio rural, por que o campo tornou-se pouco atrativo para os jovens, por isso o êxodo rural vem se tornando cada vez mais significativo. E a população da comunidade é na maioria de adultos e idosos. Nota-se hoje um futuro não muito promissor, pois as expectativas de desenvolvimento da comunidade são poucas. (PIES, 2006, p. 12).

O município de Palma Sola chegou a congregar 38 comunidades rurais, mas hoje vê-se que esse número reduziu. Algumas dessas comunidades foram praticamente tomadas por atividades extensivas de criação de gado e reflorestamento, tendo seus moradores migrado em massa. As comunidades só persistem com a manutenção dos moradores. Isso demonstra que o êxodo rural está impactando as áreas rurais do município. É comum ouvir de moradores da localidade a constatação de que “o interior está se esvaziando” ou a sentença “não sobra ninguém na roça”. Uma classificação desse processo é o que Debona chama de “desagregação social” nos ambientes comunitários:

Nossas comunidades apresentam indicadores preocupantes e um declínio na qualidade de vida. Percebemos o forte esgotamento do modelo agrícola familiar das pequenas propriedades rurais, característica presente, praticamente, em toda a Região Oeste Catarinense. A decadência das propriedades agrícolas e o esvaziamento do campo, somado aos fortes indícios do crescente empobrecimento dos pequenos proprietários geram como consequência a desagregação social. (2003, p. 52).

Um exemplo acessório dessa conjuntura de êxodo foi a nucleação das escolas estaduais de ensino fundamental. Em 1998, mais de 10 escolas isoladas do interior do município foram congregadas em apenas duas. Em 2010, restou uma única escola de ensino fundamental atendendo no interior. A escola existente em Cerro Azul demonstra um declínio acentuado no número de alunos nos últimos anos. De um número superior a 400 em 2005 caiu para menos de 200 em 2012. Cabe ressaltar que a escola atende quase 20 comunidades do interior e oferece ensino fundamental e médio. Como avalia Sérgio, 37 anos, que trabalha na escola da comunidade, a perda de alunos é significativa e demonstra o movimento migratório campo/cidade.

⁴⁷ Esses dados devem ser tomados com ressalva. O tamanho da comunidade permite que se faça uma “contagem” direta dos moradores, mas não se está livre de equívocos e mesmo da constante chegada ou saída de pessoas.

[...] nos últimos 6 anos o baque foi muito grande. Na escola reduziu pra menos da metade os alunos que nós tivemos de 2006 a 2012. Então, famílias inteiras que se deslocaram pra cidade, hoje tão lá trabalhando de operário numa situação complexa, algum diarista pra lá e pra cá e abandonaram áreas que se for vê olha, realmente dá dó.

Além do processo de saída de muitas famílias não se pode esquecer que houve no período de 1950 a 2000 uma diminuição na taxa de natalidade, que impele considerar não só a migração como responsável pela diminuição populacional nas áreas rurais de Palma Sola e da região Oeste de Santa Catarina.

A comunidade de Cerro Azul, como apontado, perdeu significativa parcela da população. Um dos momentos mais proeminentes da colônia foi durante a década de 1970 quando contava com significativa população, com duas indústrias madeireiras que empregavam juntas quase 50 pessoas. Nesse momento era forte o desejo de tornar a comunidade um município. Como diz seu Alaor: “eu dizia assim, vamo cria um novo município. Pegamo parte de Dionísio e uma parte de Palma Sola e vamo em frente. [...] Na época tinha todas as condições de criar município”. Porém, a ideia não teve força política suficiente e não chegou a ser proposta em nível oficial. Segundo o mesmo informante, anos mais tarde, já em meados da década de 1990, sondou-se a possibilidade novamente, mas já não havia mais condição para tal, uma vez que a população diminuía muito.

Foi de fato na década de 1990 que a comunidade presenciou um forte ciclo de esvaziamento. O êxodo rural foi intenso e várias famílias trocaram as atividades rurais pela inserção no mercado de trabalho urbano. Cerca de 20 famílias migraram para a cidade gaúcha de Teutônia⁴⁸. Além das famílias, número similar de jovens mudou-se para a referida cidade em busca de melhores condições de trabalho. Caso emblemático é de um dos moradores da comunidade. De quatro filhos homens, três foram para Teutônia e apenas um permaneceu, embora que não necessariamente ligado à atividade rural. Esse movimento pode ser pensado como um retorno às colônias velhas. Teutônia é uma antiga colônia alemã. Outras famílias migraram nesse mesmo período para a região de onde haviam migrado para Palma Sola, isto é, a cidade de Candido Godói/RS. Ao ser inquirido sobre por que muita gente teria ido embora e por que a comunidade teria “enfraquecido”, Alaor responde:

No começo da colonização o Emílio criou lotes rurais e chácaras. Uma família se concentrava e adquiria uma fração de 10.000 m², 15. 000 m² e sobreviviam. Famílias existiam inúmeras. Inúmeras famílias que sobreviviam nesse perímetro lá do Cerro

⁴⁸ Infelizmente não foi possível uma sondagem mais efetiva sobre as motivações da migração para Teutônia. Sabe-se que naquela cidade existia uma grande oferta de empregos no setor de laticínios, fábrica de calçados e marcenaria. Essa problemática será estudada com maior rigor futuramente.

Azul, que era de 8 colônias de terra. Chácaras de 10.000 m² e outros já tinham adquirido fora desse perímetro uma colônia, meia colônia. Mas inúmeras famílias sobreviviam em 10.000m², 15.000m², 20.000 m². Eles plantavam como arrendatários em outras terras e assim por diante. Mas depois nos anos 70 chamava-se anos dourados que veio financiamento pra tudo que é nível, pra tudo que é sentido a praticamente juro zero na época, 1% ao ano assim né. E as pessoas criavam porcos suínos etc., mas com uma facilidade! Na época dava incentivo pra construir bastante chiqueiro, pocilgas e compra de reprodutores, compra de milho, compra de ração, assim por diante. Até que encharcou todo mundo de pocilgas, de reprodução, matrizes e assim por diante e cheio de financiamentos de concentrados e milho etc. Ai começou a faltar mercado. Ai criaram uma lei, uma lei não, uma falsidade ideológica pro povo brasileiro chamada “peste suína africana”⁴⁹. Isso era uma invenção na época. [...] Ai quer dizer, todos esses produtores tiveram que abandonar, foram a falência. Não tinham mais como sobreviver, porque não dava mais lucro, o porco não valia mais nada e começou a mudar a rotina. Porque até então quem criava porco era um produtor rural que ganhava dinheiro e milho na época se produzia em volta porque terra, ainda tinha terra em abundância para se arrendar e tal. Mas a partir desse momento começou a complicar a produção. A área pequena hoje, quem não possui um mínimo 10 hectares para quantas vacas de leite? Vamo dizer assim 15 vacas de leite. Quem tem 15 vacas de leite está muito bem hoje.

A inserção dos colonos num sistema produtivo regulado pelo mercado (GEORGE, 1982, p. 247), complexifica a relação de manutenção das unidades produtivas. George retifica que as contribuições para a superação da agricultura de subsistência foi a criação de novas necessidades entre esses agricultores, a sua vinculação a uma economia de mercado e o uso de moeda. (1982, p. 147). Como afirma Heinen, a partir da década de 1960 e com maior ênfase nas seguintes viu-se instalar uma produção de base agroindustrial na região Oeste de Santa Catarina, surgindo assim “granjas, fábricas de ração, frigoríficos, fábricas de óleo vegetal e grandes cooperativas”. (1997, p. 312). Somado a isso, como diz, ocorreu o processo de mecanização das lavouras; a política de exportação dos produtos; os sistemas de integração produtiva de aves, suínos e fumo.

Implica nisso a constituição dos “CAIs” – Complexos Agroindustriais – a partir dos anos 1970. (SILVA, 1998). Com os CAIs a relação entre agricultura e indústria se estreitaram, tornam-se complementares e interdependentes. A agroindústria, por seu turno, consolidou a transição de uma agricultura de subsistência, uma agricultura nos moldes do campesinato,

⁴⁹ A farsa da peste suína foi resultado da implementação de um novo sistema produtivo delimitado pela indústria. Paim afirma que no caso dos suínos, “as mudanças começaram com a introdução de uma nova raça de suínos. Foi o grupo Sadia, que trouxe reprodutores e matrizes da raça DurocJersey, importados dos EUA. Já na década de 1960, o mesmo grupo, Sadia, introduz as raças europeias denominadas Large White e Landrassen. Muitos agricultores resistiram em trocar seu antigo modo de produzir. Para enquadrar todos os produtores dentro dos padrões estabelecidos, foi inventada uma doença chamada peste suína africana. Assim, criou-se o pretexto para matar todos os porcos da raça comum e impor a nova raça. Os novos porcos precisaram ser produzidos dentro de determinados padrões de higiene e alimentação. Quem não procedeu como a agroindústria determinou foi sendo eliminado, seus animais não foram mais aceitos. (PAIM, 2006, p. 131). Heinen garante que “a peste suína africana foi uma grande farsa das multinacionais, apoiadas oficialmente pelo ministro Paulinelli, com a colaboração das indústrias frigoríficas”. (1997, p. 317).

para uma agricultura de estrutura comercial. Nesse processo foram importantes tanto as empresas privadas como as iniciativas cooperativas⁵⁰.

A consequência direta dessa nova organização conjuntural foi o aumento do êxodo rural que promoveu o crescimento das cidades da região, algumas vezes “exagerado” nas palavras de Heinen (1997, p. 312-313), enfatizando o inchaço das periferias e a existência de desempregados e subempregados. Debona, por sua vez, chama a atenção para o envelhecimento da população rural e o que chama de “fuga da juventude para os grandes centros”. (2003, p. 52-53).

Essa situação leva a questionar: por que a maioria absoluta dos migrantes da comunidade de Cerro Azul se vincula as atividades urbanas e assalariadas? Ou melhor, por que na comunidade não é tangenciada a possibilidade de comprar terra na região Centro Oeste e migrar estabelecendo-se como um agricultor melhor aparelhado? Percebe-se que o primeiro motivo para essa negativa é a inexistência de uma forte rede de recebimento naquela região, já que apenas uma família da comunidade migrou para lá. Outro aspecto é o de que para migrar para aquela região o agricultor precisaria dispor não apenas do dinheiro para comprar um novo lote – que é, em muitos casos, mais barato –, mas um capital necessário a suprir as demandas por tecnologia e vencer as diferenças produtivas, as distâncias. Enfim, o fazer tudo novamente. Se não há disposição de reproduzir o campesinato em outra região tem-se duas hipóteses: esses agricultores estão satisfeitos com sua condição atual, ou estão tão desanimados com a atividade que não se animam a reproduzir uma situação de agruras. Ainda assim, existe um fascínio em torno da propriedade com terras mecanizáveis, ou como dizem: “terra plana”, “que dá pra fazer de máquina”.

Veja-se que no lócus muitas propriedades foram anexadas ao invés de fracionadas. Conforme Santos (2006), os novos padrões tecnológicos garantem maior produtividade, mas esse “pacote” remete a necessidade de abranger espaços de cultivo maiores o que age no sentido contrário a uma “partilha” da unidade familiar de produção. Assim, seguindo a orientação de George (1982, p. 237), só quem dispor de um grande capital de giro poderá instalar um novo estabelecimento agrícola. Quem não dispor de recursos monetários para “modernizar-se” só tem um caminho, “o abandono da terra”, uma vez que “empiricamente, a introdução do material moderno acelera o despovoamento rural”. (EIDT, 2009, p. 362). Eidt

⁵⁰ As agroindústrias e também as cooperativas agropecuárias tornaram-se um símbolo da região oeste catarinense e também do oeste paranaense, vide os vários exemplos: Perdigão – 1934 (Videira/SC); Sadia – 1944 (Concórdia/SC); Seara – 1956 (Seara/SC); Copacol – 1963 (Cafelândia/PR); Cvale – 1963 (Palotina/PR); Lar – 1964 (Missal/PR); Aurora – 1969 (Chapecó/SC); Copagrill – 1970 (Marechal Cândido Rondon/PR); Coopavel – 1970 (Cascavel/PR); Primato – 1971 (Toledo/PR); Frimesa – 1977 (Medianeira/PR).

também reverbera que “a ascensão do poder econômico [...] no campo, excluiu, esqueceu e banuiu os vacilantes e os que não possuíram as condições objetivas de atender às exigências da tecnologia, empurrando-os, lenta e gradativamente, para a proletarização assalariada”. (2009, p. 366-367).

Até bem pouco tempo atrás – e em menor escala hoje, visto a existência de financiamentos e uma relativa acumulação projetada – a compra de lotes inter-colonos era efetuada em parcelas fixadas em sacas de milho ou soja, podendo assim o valor pago variar conforme as condições do mercado. Nessas compras geralmente o valor da saca do cereal era fixado conforme a tabela do “preço mínimo”.

O minifúndio fragmentado e generalizado em escala regional surge como um obstáculo à modernização da agricultura porque o tamanho das pequenas propriedades e das pequenas parcelas não é mais compatível com a rentabilidade do trabalho racional mecanizado e motorizado. É esta uma das principais forças de inércia na evolução rural. Sua existência levanta, obrigatoriamente, o problema da oposição entre tradições sociais a que as populações rurais estão apegadas e o sentido da evolução econômica. (GEORGE, 1982, p. 85).

A conjuntura dos espaços rurais impele pela interposição do Estado junto a suas demandas. Essas demandas incorrem no fornecimento de linhas de crédito a fim de fomentar as atividades rurais. Porém, o crédito por si só não tem condição de solucionar problemas estruturais, principalmente os ligados a incapacidade de vinculação comercial dos minifúndios. O papel do Estado nesse processo se vê fragilizado, pois sua articulação está aparelhada com os interesses do grande mercado e as demandas diferenciais entre os grupos de agricultores. Há uma clara distinção na agricultura entre grandes, médios e pequenos produtores, relativizada pelos capitais de investimento em jogo. Não há harmonia entre eles. E todos exercem pressão diante de um “inimigo” comum: o governo.

Conforme José Graziano da Silva, o discurso das lideranças rurais tem sido o de liberar o espaço ocupado pelo Estado, conforme julgam ser o Leviatã – na acepção de Hobbes. Entretanto, reafirma que da mesma maneira que defendem o liberalismo promovem a “balcanização” do Estado, uma vez que cresce a cada dia a voracidade com que estabelecem demandas a este mesmo Estado. (SILVA, 1998, p. 42).

Segundo Graziano da Silva (1998), o Estado atua politicamente na agricultura mais especificamente em questões de mercado do que em qualquer outra demanda do setor. Tendo em vista os altos investimentos que o ramo agrícola vem captando e, assim, tornando-se estratégico para a balança comercial brasileira, cabe ao governo mediar os conflitos e dar suporte ao aporte de capital gerado nessa atividade. Esta ação acentua por sua medida, o

processo de balcanização do Estado, além de criar caminhos labirínticos de acesso ao poder público, o qual apenas alguns conseguem alcançar.

A diversificação da economia após 1930, que era basicamente movida pelo café, também alterou e diversificou a agricultura, que se colocou disposta ao atendimento do, agora aquecido, mercado interno. Nesse sentido, o Estado percebeu a necessidade de estabelecer uma política específica a cada segmento. Essa problemática revela um novo panorama político, pois a partir disso as demandas também se tornam segmentadas e tem maior poder de barganha o segmento capaz de representar o maior capital de investimento.

Os espaços de economia fragmentada, de pequena produção como é o caso da comunidade de Cerro Azul, dispõe de poucos atributos para reverter uma posição de crescimento econômico vegetativo. As atividades rurais pautadas em pequena escala se processam a sustentarem-se, mas não a expandirem-se. Esse fato por si só não engendra em crise, mas se pensado pela ótica dos jovens, os novos atores sociais podem de alguma forma enfraquecer o entusiasmo na continuidade da atividade.

Porém, se a população total da comunidade diminuiu e continua diminuindo de tamanho, paradoxalmente, seu núcleo residencial, ou como já definido, a “vila”, evidencia um processo de crescimento. Isso ocorre porque alguns agricultores que moram nas cercanias da vila e tem lá suas propriedades, quando do momento de aposentadoria passam a residir na vila, deixando a propriedade para algum sucessor ou vendendo a outras pessoas, que podem ou não vir a morar no local. Cabe lembrar que em alguns casos a venda das propriedades é feita ao vizinho que a anexa a sua unidade produtiva. É possível ainda que a venda seja feita a “alguém de fora”, interessado em usar o terreno para averbá-lo como reserva legal ou para reflorestá-lo com essências exóticas, principalmente o eucalipto. Nesses casos, a vila ganha um morador, mesmo que a comunidade não o possa somar.

Da mesma forma a migração para a cidade, ainda que reprovada como estratégia de vida, já é vista com certa naturalidade entre os moradores do local. Isso se verifica principalmente entre aqueles com uma baixa expectativa de melhoria de suas propriedades, com dificuldades financeiras e sem perspectivas de reverterem um quadro de pobreza. Assim verifica um morador, chamando a atenção para o pressuposto de que os sujeitos em sua agência buscam sempre uma melhoria corrente em sua condição de vida:

Tudo evolui. O próprio ser humano hoje ele está mais exigente. O pessoal diz: aquela vez se vivia assim, é verdade, se vivia, hoje não se vive da mesma forma. Um pouco é essa questão de ambição de ter uma qualidade de vida melhor. Por que não buscar uma qualidade melhor se tem possibilidade? (Sérgio).

A expectativa nutrida pela população local é recorrente e reforçada há bastante tempo: “precisa-se de empregos”⁵¹. Existe uma espécie de sentimento do “necessário progresso do local”, que passa, segundo os moradores, pela existência de indústrias ou na fala literal “alguma coisa pro pessoal fazer”. A instalação do distrito elevou essas expectativas, porém a efetivação de um crescimento econômico não depende apenas da ação pública estatal. Os empregos nesse sentido seriam cargos públicos criados na comunidade e, inevitavelmente, seguem a ordenação de qualificações específicas, nem sempre encontradas entre os moradores, tais como médicos, enfermeiras, etc. O relativo otimismo é dicotomizado por visões mais pessimistas, como de Alaor:

Cerro azul hoje poderia ser maior se tivesse algo de interesse em nossa comunidade de fazer alguma coisa de incentivar agroindústria, alguma coisa assim. O [...] comentava comigo em 1993: “Cerro Azul vai ser uma comunidade de aposentados, pensionistas e mantido por alguns funcionários públicos na escola”. E no mais não tem projeto nenhum. E é o que tem hoje. Não tem, não se projetou indústria, não se projetou nada. Hoje tem lá pra se manter o posto de saúde, para concentrar ali algumas visitas extras que vão sustentar um pouco o comércio lá. Não tem uma indústria, não tem nada né. E lá aviário não surgiu, não surgiu nem uma criação de suínos, não tem nada.

A colônia sim se vê em crise. Não uma crise estrutural, mas uma crise de sua própria reprodução enquanto espaço rural e de tradição colonial. A perspectiva futura para a comunidade percebida de forma peculiar. A saída dos jovens é vista com desconforto, mas de maneira compreensiva. Entende-se que mesmo desejando a permanência ela é difícil de ser concretizada.

Os jovens não têm... Bom, qual é minha perspectiva de vida no Cerro Azul? O que eu vou fazer? Me tornar? Fazer no futuro? Vai buscar uma nova alternativa. Daí pensando assim onde que eu vou? Vai estudar. Vai estudar pra quê? Vai estudando e vai indo embora. Essa juventude toda ela vai ter esse mesmo caminho. (Alaor).

Segue-se um misto que pode ser classificado como um sentimento de expectativa. É uma espera. Por empregos, por melhorias, e assim pela permanência do povo e dos jovens. Esse fato é preponderante, isto é, existe o desejo de permanência, mesmo com uma tendência de saída. A comunidade em si demanda, para sua existência, que alguns desses jovens fiquem. Essa relação entre o local e os jovens – bem como as disposições envolvidas no sair e no ficar – é o que trata o próximo capítulo, problematizando as categorias, os espaços e o tecido social.

⁵¹Durante a pesquisa de campo essa fala foi repetida exaustivamente e insistentemente entre jovens, adultos e idosos da comunidade de Cerro Azul.

4. CAPÍTULO III – OS JOVENS RURAIS DE CERRO AZUL: DECISÕES E REPRESENTAÇÕES

Com base na minha própria experiência, posso afirmar que, muitas vezes, um problema parecia resolvido, tudo estava estabelecido e claro, até que comesse a escrever um esboço preliminar de meus resultados. Somente então, via as grandes deficiências do meu trabalho, que me apontavam novos problemas e me levavam a novas investigações. (MALINOWSKI, 1985, p. 36).

4.1 SER JOVEM E SER JOVEM RURAL: REPRESENTAÇÕES DE RURALIDADE E URBANIDADE

4.1.1 Os Elementos Constitutivos das Representações e das Decisões entre Ruralidade e Urbanidade

O espaço rural suscita muitas representações. Por representações entende-se o conceito relacional de que conformam modelos de entendimento e convencimento que produzem e reproduzem as dinâmicas sociais num determinado espaço. Como afirmam Gaviria e Menasche, “as representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações, e nessa relação entre representações e práticas do espaço e no espaço, em que interferem as diferenças, constroem-se os territórios”. (2006, p. 77-78).

De acordo com Williams (1993), o rural é conceituado por um viés relacional, isto é, pela visão que os moradores do meio urbano fazem dele. Assim, a construção da identidade rural, por seus integrantes, é estabelecida pela visão que o difere do urbano. De toda forma, sustenta Williams, a representação do rural reside sempre no urbano. Tanto de onde parte a caracterização predominante, quanto como o local de onde é extraída a base para pensar a diferenciação com o rural. Entendendo a identidade como um elemento relacional é possível identificá-la através da manifestação de poder. Aqueles que dispõem de poder podem indicar ou impor uma definição específica. Neste caso é um poder localizado no espaço urbano e que denota por essa via as definições em relação ao rural.

O campo toma o aspecto de natureza – de barbárie -, ao passo que o urbano é o espaço de civilização – desenvolvimento. Como diz Williams, associam-se ao campo e a cidade características positivas e negativas. A positividade do rural estaria explicitada como “uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples – e da cidade na “ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz”. (1983, p. 11). Os pontos negativos em relação ao campo seriam os de considerá-lo como “lugar de atraso, ignorância e limitação” e, em

relação à urbe, “lugar de barulho, mundanidade e ambição”. (1983, p. 11). Essas associações ainda se preservam nos discursos atuais, mas remontam a definições da Antiguidade Clássica. (WILLIAMS, 1983).

Todavia, não incorre apenas uma proposição depreciativa do rural. É tomado também como um espaço qualificado, ligado ao passado e que imprime significados mais prospectivos e sentimentais. Percebe-se um estratagema nostálgico que infere concepções de “passagem” do rural ao urbano (como se fosse a passagem da infância para idade adulta). Voltar ao rural é, para muitas pessoas, um exercício de rememoração. Isso constata o fato de que a saída do meio rural é um comportamento compartilhado por uma significativa parcela dos moradores das cidades. O rural é expresso como bucólico, com sentimento de saudade. O campo torna-se um espaço de fuga das tensões urbanas, mas uma fuga sazonal, através de um trânsito, do turismo. Acontece nos finais de semana, nos feriados, nas férias. Nesse momento ocorre um choque de perspectivas. Os cidadãos que vão para o rural o estabelecem como lugar perfeito, descansam, divertem-se. Os agricultores compõem certo mal-estar, já que as suas folgas não têm o mesmo caráter e veem uma satisfação de vida nos moradores da cidade que pode ser assimilada de forma equivocada. A satisfação que os urbanos manifestam no rural refere-se não só ao rural em si, mas ao fato de que estão longe de suas preocupações habituais, em momento atípico de sua rotina.

O espaço urbano engendra numa percepção que mescla entusiasmo e tensão, um reflexo de estar em meio a muitas pessoas com práticas e interesses variados. Os sentimentos de poder, de conquista e de transformação são mais latentes no espaço urbano. Daí se estratificam as definições de um rural natural e um urbano produzido. O rural é dado – por influência divina – mas o urbano é obra humana e como tal depende das destacadas qualidades de seus construtores. (WILLIAMS, 1983). Essa visão corrobora com a tendência de considerarem-se os moradores do urbano como mais capazes e mais perspicazes do que os moradores do rural que são menos inventivos e mais passivos em relação à natureza.

É possível pensar que o camponês é o indivíduo que “resiste” aos encantos urbanos. Talvez compreenda que a pressão de uma vida citadina seja mais drástica do que a rural. Todavia, os jovens seriam mais suscetíveis a esse encantamento e mais destemidos para enfrentar o “desafio” de viver na cidade. A dinâmica geracional comporta intenso papel de demover barreiras ideológicas e sobrepor novas. O entendimento do urbano como espaço agressivo é substituído por uma representação de oportunidades. Os jovens nem por isso são sujeitos mais ou menos qualificados para compreender a realidade. São forjadores de uma maneira diferente de se interacionarem entre tais situações.

O homem rural é retratado como gentil, simpático, amável e difere de comportamentos “frios”, automatizados e rancorosos dos citadinos. (WILLIAMS, 1983). A vida na “roça” é vista como de abundância. Mas essa “fartura” não pode ser associada como natural. Isso significa deturpar a realidade. Se frutos e demais alimentos estão à disposição é porque alguém teve o trabalho – por menor que seja – de coletá-los, cultivá-los, prepará-los. Nem sempre o trabalho empenhado para isso é percebido e mesmo contabilizado pelos próprios agricultores. É cômodo falar positivamente do campo quando apenas se transita nele, não dependendo das atividades laborais daquele espaço. Ou inversamente, daqueles que apenas “passam” pela cidade e não vivenciam suas contradições e dificuldades.

Como demonstra Williams, “a ideia de um passado mais feliz era sempre enfatizada, quase com desespero, não para ratificar o atual legado, mas para estimular as mudanças sociais”. (1983, p. 66). Isso significa que muitos dos migrantes estando no meio urbano mostram-se saudosos em relação à vida rural, porém não deixam de propor que “hoje” é preciso modernizar, trazer o novo, aquilo com que convivem nas cidades. Pode-se interpretar esse uso das categorias temporais como um exercício que ao falar bem do passado e desvalorizar o presente, intenta a sua rápida transformação para algo ainda diferente. Essas opiniões talvez sejam mais frequentes àqueles menos oportunizados pelo desenvolvimento econômico, independente do local de moradia. Se veem numa condição de “não-progresso” e tendem a buscar alento discursivo no passado, justificando a necessidade de um futuro melhor.

O agricultor concebido num caráter de depreciação é entendido como um agente social intensamente explorado. Para Williams, essa exploração, tanto do homem como dos recursos naturais, “é concretizada e concentrada na cidade”. (1983, p. 72). De fato, existe uma exploração do homem do campo, mas não é apenas ele, enquanto trabalhador, que é explorado. Parece haver, em alguns níveis, uma comoção maior em torno dele. Seria a sua, uma exploração maior do que a do operário? De toda forma se visualizam numa luta constante que demovem ou são demovidos, como família e comunidade, para abrigar-se sob as égides modernas. Embora existam manifestações de resistência e indiferença ao moderno a maioria dos agricultores está necessariamente circunscrita a enquadrar-se a novas formas de produzir, ao consumo de tecnologias e de “aparatos progressistas”. Essa ideologia de engajamento é, para Williams, sobreposta pela alcunha de “melhoramento”. Nesse caso, “as relações sociais que constituíam obstáculos a essa forma de modernização começaram a ser gradualmente destruídas, por vezes de forma impiedosa”. (1983, p. 89).

Os exemplos a essa dinâmica se explicita no êxodo, na “latifundirização”, no empobrecimento, no envelhecimento da população do campo. A tecnologia foi propalada como elemento indiscutivelmente capaz de proporcionar maiores ganhos e tornar o trabalho rural mais leve, menos extenuante. Na prática as novas ferramentas, as novas técnicas, o uso de máquinas trouxe sim maior produção e menor esforço físico numa dada atividade. Entretanto, o ciclo de inserção no mercado de tais instrumentos fez com que os agricultores tivessem que trabalhar mais horas, sob maior pressão (para pagamento das dívidas de investimento) e com maior estafa. O custo da modernização rural ultrapassou os quinhões financeiros, tomando tempo e predisposições antes não considerados. Muitos agricultores não puderam se enquadrar nesse movimento de modernização e viram-se condicionados a migrar para o meio urbano. Como diz Williams, os ganhos produtivos são “tão impressionantes” que não há como não se entusiasmar com a modernização, porém “o mais difícil de entender é a consequência final desses melhoramentos que, em termos imediatos, eram tão facilmente justificáveis”. (1983, p. 95).

As expensas dessas ambiguidades entre melhoramento rural e a consequente migração é pertinente considerar que geralmente os indivíduos buscam formas de permanecer onde estão. Permanecer no rural implica buscar formas de viabilizar-se e não uma simples e imediata recusa ao campo e acesso à cidade. Williams diz que “para a maioria das pessoas a questão sempre foi como continuar a viver onde elas estão”. (1983, p 120). Em todo caso, só serão envidados esforços na permanência se ela for percebida como boa. Paradoxalmente nem ir, nem ficar são tarefas simples. A migração induz uma condição de inserção urbana, que nem sempre é tangível. Nas palavras de Williams, percebe-se que em alguns casos – embora exista sempre o desejo de se sedentarizar com qualidade de vida – a sedentarização pode significar não uma satisfação, mas um aprisionamento:

[...] O sedentarismo é sem dúvida fácil, e positivo, para aqueles que podem ficar onde estão numa situação de razoável independência. Para quem não pode – e sob as pressões da transição para um novo modo de produção os que não podem são a maioria –, o sedentarismo pode tornar-se uma prisão: um longo processo de desânimo e desespero, sob condições rigidamente impostas. (1983, p.120-121).

Para Williams, as comunidades rurais se caracterizam como locais onde a identidade de vizinhança se coloca acima da condição de classe. Mas, em momentos decisivos, ela dará lugar aos pressupostos de classe. Ocorrem tais situações, pois a identidade e a comunidade “tornaram-se mais problemáticas, em termos de percepção e avaliação, à medida que foram aumentando a magnitude e a complexidade da organização social característica”.

(WILLIAMS, 1983, p. 228). Tais interpretações decorrem também da justaposição formada entre aquele que busca compreender tais realidades na realidade em si, tangenciada por interesses e posições específicas.

Pois o que é cognoscível não é apenas uma função dos objetos – do que há para ser conhecido –; é também uma função dos sujeitos, dos observadores – do que é desejado e se precisa conhecer. E o que temos a ver então, como sempre, na literatura rural, não é apenas a realidade da comunidade rural: é também a posição do observador nela e em relação a ela; uma posição que faz parte da comunidade que se quer conhecer. (WILLIAMS, 1983, p. 229).

A comunidade, por este sentido, é entendida como local de relacionamentos pessoais, próximos. Tomada em relação à cidade sobressaem aspectos particulares: “é menor; seus habitantes são mais facilmente identificáveis e interligados; a estrutura da comunidade é, sob diversos aspectos, mais visível”. (WILLIAMS, 1983, p. 229). Essa visão, continua Williams, é uma “questão de consciência, e de experiência prolongada, além da cotidiana” (p. 229), pois vários aspectos e comportamentos “comunitários” são percebidos no ambiente urbano e vice-versa.

Por exemplo, é significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A ideia de campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A ideia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos. (WILLIAMS, 1983, p. 397).

Ao pensar a posição ocupada pelos jovens nessa conjuntura social depreende a máxima de que não apenas para eles, o meio rural – como destaca Paulo (2011, p. 3) – é um “lugar de vida”, onde tecem suas representações “sobre si e sobre o mundo”. Essas representações são heterogêneas e não expressam apenas o modo de vida rural, pois a condição juvenil na qual se acham inseridos impele acepções gerais, formuladas pela sociedade moderna. Essa construção implica um jogo de pertencimentos e rupturas, não necessariamente definitivas, entre a tradição e a modernidade. Essa situação exprime uma característica que parece inerente aos jovens, a de estarem num “limite” (LEVI; SCHMITT, 1996), num momento em que precisam se manifestar, fazer opções para demarcar sua inserção no mundo – que em todo caso transparece como sendo “dos adultos”. Esse caráter marginal, limítrofe e manipulável é sintetizado por Levi e Schmitt (1996), ao proporem os usos que a sociedade faz da condição juvenil, tecendo-a também a seus interesses:

[...] é precisamente sua natureza fugidia que carrega de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade essa construção cultural, a qual, em todas as sociedades, é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas. Com esse olhar cruzado e ambivalente, no qual se misturam atração e desconfiança, as sociedades sempre “construíram” a juventude como um fato social intrinsecamente instável, irredutível à rigidez dos dados demográficos ou jurídicos, ou – melhor ainda – como uma realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos, e não só como um fato social simples, analisável de imediato. (1996, p. 8).

Os ritos de passagem da juventude (LEVI; SCHMITT, 1996), interacionam-se com as escolhas feitas pelos jovens. A definição dos papéis sociais aos quais se vincularem será influenciada pela carreira, pelo local de domicílio, pelas práticas que mantêm.

Assim, no plano individual, a juventude deve ser considerada uma fase crucial para a formação e a transformação de cada um, quer se trate da maturação do corpo e do espírito, quer no que diz respeito às escolhas decisivas que preludiam a inserção definitiva na vida da comunidade. Deste ponto de vista, a juventude é efetivamente o momento das tentativas sem futuro, das vocações ardentes mas mutáveis, da “busca” (a do cavaleiro medieval) e das aprendizagens (profissionais, militares, eróticas) incertas, sempre marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos. A investidura do jovem cavaleiro, a noviça que toma o véu, o alistamento do futuro soldado, os ritos goliardescos da universidade são momentos cruciais, efêmeros, carregados de fragilidade. São momentos de crise, individual e coletiva, mas também de compromisso entusiástico e sem reservas: e, no fundo, não vamos encontrar sempre os jovens na linha de frente das revoltas e das revoluções? (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 11-12).

As imagens, os modos de pensar e as representações forjadas pelos jovens implicam na forma como será o seu comportamento social. Nesse processo, dizem Levi e Schmitt (1996) que ocorrem batalhas simbólicas, delineadas pelas expectativas familiares e sociais em contraposição aos interesses particulares, pelos deveres impostos, pelos direitos almejados. Mas o aspecto crucial dessa batalha é a própria falta de certeza em relação às escolhas a serem feitas. É preciso convencer-se da viabilidade e da qualificação que tais e quais definições vão engendrar. Segundo Schindler (1996, p. 271), é por meio do trabalho que se define a transição da infância para a juventude e desta para a idade adulta. O jovem é “iniciado” em um conjunto de atividades, geralmente aquela dos pais, passando-se a ele paulatinamente uma série de responsabilidades. Essa prática influencia diretamente para que ele ou ela sintam-se propensos a segui-la ou abandoná-la. A diferenciação entre os sexos, isto é, entre rapazes e moças, “acentuada na socialização infantil, é institucionalizada na juventude” (LEVI; SCHMITT, 1996, p. 14), e contribui diretamente para instituir uma marcação identitária. Ela ocorre também através das tarefas e do trabalho instituído para cada um dos gêneros.

Brumer atesta que no caso das moças ocorre uma espécie de “não-socialização” aos papéis rurais. Os pais preocupam-se mais em socializar os rapazes, prevendo neles um sucessor. Por falta desses constitutivos identitários elas acabam assumindo os referenciais urbanos. As moças vivenciam um “sentimento de exclusão no meio rural” que desestimula a permanência. Não se manifesta um “sentimento de pertença” ao rural, facilitando a atração pela realidade urbana. Esse movimento incute-se entre as jovens principalmente “pelos meios de comunicação, através dos quais elas veem moças modernas, seguras de si e dispostas a inovações”. (2007, p. 14). Destaca ainda que “os filhos de agricultores familiares são socializados através do trabalho desde a infância”. (2007, p. 9). Segue apontando que esse processo produz uma situação que subordina o jovem e lhe interdita a autonomia, pois são submetidos à autoridade do pai e raramente tem renda própria, precisando pedir dinheiro aos pais. Na opinião de Zapata (2005), as capacidades e habilidades das moças nem sempre são reconhecidas no ambiente familiar. De maneira geral a experiência é mais valorizada do que a inovação no meio rural.

A juventude rural, ou melhor, o ser jovem rural torna-se uma categoria indefinida a medida que as representações da ruralidade constroem-se na urbanidade. A própria noção de urbano e rural tende a diluir-se em favor da elevação conceitual da cidade. Os jovens rurais assumem uma ponderação de suas vidas através dos padrões urbanos. (BRUMER et al, 2007). Toma-se por base a ambiguidade entre um projeto de vida individual, isto é, aquele vinculado a migração, e um projeto de vida coletivo, ligado à permanência junto da família. Nesse caso, sair, estudar e trabalhar no meio urbano significaria um projeto individual. Permanecer no campo, na unidade produtiva familiar, ou mesmo constituir família significaria um projeto coletivo. Não há apenas uma representação do rural e uma representação do urbano. Há uma representação do rural, do urbano e da relação rural/urbano e urbano/rural.

Esse processo provoca uma mudança no perfil das comunidades rurais como defendem Gaviria e Menasche. Segundo elas, vários fatores influenciam nessa mudança: a diminuição dos habitantes dedicados especificamente à agricultura; as oportunidades de trabalho não-agrícola; a pluriatividade; a intensificação de relações com espaços urbanos; a expansão de valores urbano-industriais. (2006, p. 71). De acordo com Gaviria e Menasche, “a ruralidade assume formas próprias de acordo com a realidade local”. (2006, p. 75). Nesse sentido, os jovens se veem vulneráveis nessa situação tendo em vista que precisam tomar decisões que trarão irremediáveis consequências na vida particular e para a comunidade rural.

Spanevello (2005) entende que a identidade do jovem segue a identidade de seu grupo familiar. A família repassa um modo de vida, seus valores, etc. e o jovem tende a reproduzi-lo

em torno de projeto de vida coletivo. No caso dos agricultores a profissão é também repassada. Os interesses dos filhos são os da família, de aspecto coletivo. Todavia, pode ocorrer um cisma e os jovens construírem seus projetos de forma individual, rompendo com a reprodução identitária. O rompimento desses laços significa compreender que a fronteira entre o rural e o urbano se tornou mais tênue, mais teórica do que prática. A identidade social desses indivíduos não se caracteriza mais como agricultor, mas as profissões urbanas, “bem como os valores e o modo de vida em detrimento da negação dos valores e modo de vida rural”. (SPANEVERELLO, 2005, p. 2). Ocorre, como sugere a autora, um processo de “desajustamento”.

Convivendo com os padrões familiares o jovem acaba recebendo a identidade por meio de uma socialização rotineira. Os interesses nessa transfusão de *modus operandi* são descritos por Spanevello como uma “garantia da reprodução, cabendo ao sucessor a perpetuação da família e a integridade do patrimônio que lhe pertence”. (2005, p. 4). O jovem nesse caso assume a identidade rural, porém a reprodução dessa perspectiva identitária nem sempre se concretiza. A modificação do curso de vida rural, nutrida por certas expectativas, estabelece uma ruptura com o modo de vida dos pais. Champagne (1986) define como uma negação da profissão dos pais. A família parece perder o poder de pressionar moralmente os jovens para projetos coletivos. (SPANEVERELLO, 2005).

A escola, sendo rural ou urbana, assume uma função de intermediar o contato dos alunos agricultores com valores destoantes da vida rural. A matriz curricular e as práticas pedagógicas estão fundadas nos aspectos urbanos. De toda forma, a escola que está no meio rural é urbana, seja pelos conteúdos ministrados, seja pelos professores urbanos ou ainda pelas técnicas que desenvolve. O rural é desvalorizado face o urbano. Os alunos, por seu turno, comparam os aspectos sociais, os bens simbólicos expostos, as perspectivas e tendem a valorizar o que lhes transparece como diferenciação da forma de vida que tem. (SPANEVERELLO, 2005).

Os maiores anos de estudo possibilitam o rompimento com a identidade camponesa, porque o acúmulo e o volume de capital adquirido pelos jovens cria uma multiplicidade de interesses e estratégias que passam distantes da sua permanência ou retorno para exercer a atividade profissional de agricultor no espaço rural. Mesmo que o retorno aconteça, os jovens estão inculcados de uma identidade transformada, ou seja, muito mais urbana do que rural, através de mudanças como o modo de vestir, de falar, de acesso a determinados bens e confortos muito distantes economicamente do grupo familiar de origem, bem como o acesso a determinados bens trabalhistas e construção do próprio patrimônio. Essas condições afirmam a negação da identidade de agricultor por parte do migrado, que já foi transformada, que já pertenceu aquele espaço social, pela afirmação de outra. (SPANEVERELLO, 2005, p. 7).

Bourdieu (2000) entende que os jovens rurais são atraídos pela realidade urbana, porém sofrem com uma percepção de inércia pela influência do *habitus* a que estão ligados. Essas forças relacionais produzem identidades diferentes entre pais e filhos e entre os próprios filhos. Alguns forjarão mecanismos de inserção urbana, enquanto outros tomarão o pressuposto da permanência. Entre rapazes e moças esse processo é aviltado no sentido de que as moças manifestam menor disposição para construírem uma identidade influenciada pelo *habitus*. A urbanidade lhes surgirá com maior afinco. Na concepção de Bourdieu, as mulheres tendem a fugir das prerrogativas que lhes incitam a continuidade dos elementos a que desaprovam, ou como descreve: “as mulheres se recusam a casar com um camponês que lhes prometa aquilo que querem fugir”. (2006, p. 89).

A reprodução da unidade produtiva e da identidade manifesta é negociada entre as famílias. Em todo caso, a saída do jovem pode ser compreendida pelos pais, já que ele, o filho, nas palavras de Spanevello, “não está disposto a sacrificar sua existência à condição profissional de agricultor”. (2005, p. 10). Essa rejeição a vida rural pode ser também uma rejeição a vida comunitária, aos símbolos rurais, aos elementos de tradição. Essa recusa compõe uma crise do espaço comunitário rural, já que as pequenas propriedades podem ser incorporadas por latifundiários ou tornadas florestas homogêneas. Perdem-se atores do cenário rural estabelecido e identitariamente reconhecido.

As perspectivas do trabalho rural são representadas diretamente pela penosidade e o escasso rendimento da propriedade. (RENK; DORIGON, 2012). A penosidade que nos espaços coloniais da região Sul do Brasil era valorizada como fortalecimento moral agora é desvalorizada em face da fadiga e das consequências corporais, tais como problemas estéticos e de saúde. É uma resignificação de que agora o trabalho “estraga o corpo”. (RENK; DORIGON, 2012, p. 6).

As propriedades rurais sem herdeiros são compradas por empresas ou profissionais liberais urbanos que as reflorestam com *pinus*, visando dividendos futuros, ou então são transformadas pastagens para criação de gado de corte por estes mesmos profissionais. A transformação das áreas agricultáveis em reflorestáveis ou de gado de corte leva a população remanescente a perguntar-se qual será o futuro de suas comunidades rurais. Comunidades que contam com equipamentos comunitários, como salões, igrejas, têm dificuldades em ocupá-los pela falta de público. (RENK; DORIGON, 2012, p. 3).

Como destacam Renk e Dorigon (2012), o rural atual tem uma relação intensa com o urbano. As comunidades rurais relativizam o seu isolamento e instrumentalizam-se com instituições e serviços sociais tais como: escolas, postos de saúde, pluriatividade, rádio,

televisão, telefone, internet entre outros pequenos ou grandes aspectos que as tornam porosas, interligadas, em alguns – poucos – aspectos, “urbanizadas”. “As fronteiras entre rural e urbana tornam-se cada vez mais fluidas e esgarçadas”. (RENK; DORIGON, 2012, p. 7).

Com a modernização da agricultura foi alterado o padrão de consumo de bens urbanos. O que no início do século XX se resumia ao sal agora está lastreado a uma série de alimentos industrializados. Esses produtos alcançam um nível de preferência maior do que alguns cultivados na unidade familiar. A opção pela “comida urbana” é uma opção pela praticidade, pela comodidade, pelo ensejo da mídia. Essas opções alcançam também os móveis, eletrodomésticos, as ferramentas, entre outros. Essa prática não significa, de qualquer forma, um comportamento condenável, apenas representa a influência que aspectos urbanos passam a ter no campo.

4.1.2 Motivações Juvenis: as perspectivas postas entre sair e ficar

Levando em conta as pesquisas exploratórias em torno do objeto deste trabalho utiliza-se inicialmente uma abordagem baseada em um questionário de caráter quantitativo. O questionário foi aplicado em 2011, a todos os alunos do Ensino Médio que moram no meio rural do município de Palma Sola/SC e que estudam nas duas escolas estaduais do município e em uma escola do município de São José do Cedro/SC que recebe alunos oriundos de Palma Sola/SC. Totalizou-se um número de 136 jovens entrevistados, sendo 60 (44%) do sexo feminino e 76 (56%) do sexo masculino⁵². A faixa etária destes jovens está compreendida entre 14 e 20 anos de idade, sendo que a maioria absoluta (95%) tem entre 14 e 17 anos. O escopo do questionário foi reconhecer quais as perspectivas que estes jovens têm em relação ao meio rural, a permanência ou a saída deste espaço, provocando a análise das decisões que futuramente pretendem tomar⁵³.

Estes jovens foram questionados sobre as percepções e as pretensões relativas ao mundo rural, tanto em relação a uma possível permanência quanto a uma possível saída do meio rural. A questão central se referiu a indagar especificamente se entre eles havia

⁵² Foram entrevistados 73 alunos na Escola de Educação Básica Catharina Seger, localizada na zona rural de Palma Sola/SC; 54 alunos na Escola de Educação Básica Claudino Crestani, localizada na zona urbana de Palma Sola/SC e 9 alunos na Escola de Educação Básica Serafim Bertaso, localizada na zona rural de São José do Cedro/SC.

⁵³ Entende-se que, geralmente, a tomada de decisão sobre permanecer no meio rural ou abandoná-lo ocorre após a conclusão do Ensino Médio. Além disso, muitas das funções a que os jovens rurais pretendem ocupar no meio rural exigem a idade mínima de 18 anos, inviabilizando uma saída antecipada. Entretanto, existem casos de êxodo anteriores à idade de 18 anos e mesmo anteriores a conclusão do chamado Ensino Básico.

pretensão de permanência no meio rural. As categorias foram compostas entre “Sim”; “Não” e “Talvez”⁵⁴, onde se obteve o seguinte quadro:

Tabela 4 – Pretensão de permanência no meio rural

<i>Categorias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Talvez</i>
Feminino	2 (3%)	41 (68%)	17 (28%)
Masculino	13 (17%)	31 (41%)	32 (42%)
Total	15 (11%)	72 (53%)	49 (36%)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Nota-se que a maioria absoluta das jovens do sexo feminino, ou seja, das moças rechaçam a ideia de permanecerem vivendo no meio rural, somando 68%. Embora outras 28% ainda mantém o entendimento de uma “possível” permanência, apenas 3% consideram plausível a permanência no campo. Mesmo que não sirva como justificativa efetiva, cabe informar que as duas jovens que responderam afirmativamente a questão já constituíam uniões estáveis e viviam com seus cônjuges no meio rural. Assim, “torna-se evidente o estímulo para a manutenção do rapaz na unidade de produção familiar ao passo que as moças, em sua maioria, permanecem no campo só por fatalidade, quase nunca por opção”. (AMARAL et al, 2007, p. 211).

A “fatalidade” que se refere a autora geralmente é caracterizada pelo casamento com um agricultor e a falta ou ausência de irmãos do sexo masculino que possam herdar a terra ou cuidar dos pais. Nesse sentido, o matrimônio entre jovens do meio rural tem um papel significativo na manutenção e reprodução das propriedades rurais, todavia não é necessariamente aceito como alternativa às jovens.

Entre os rapazes a possibilidade de permanência foi analisada com maior aceitação, porém ainda de maneira tímida. Dos 76 entrevistados apenas 13 responderam afirmativamente, isto é, 17%. Outros 42% mantiveram a ideia de uma “possível” permanência ao responderem talvez. Já 41% negaram essa possibilidade. De fato, a perspectiva afirmativa de permanência que se verificou, considerando ambos os sexos, foi baixa, sendo considerada apenas por 11% dos jovens.

Quanto a possível permanência observou-se que, quando questionados se teriam facilidade para montar uma propriedade própria, as respostas reafirmaram uma visão mais

⁵⁴ A opção por manter no questionário a possibilidade da resposta “talvez” se deve a lógica de incertezas expostas na concepção desses sujeitos. Considerar apenas a possibilidade de continuar vivendo no meio rural ou não poderia estabelecer um dado mais objetivo, entretanto o considerável número de indicações sobre uma possível permanência, ou uma possível saída (talvez) traz à tona todo um complexo de relações subjetivas que estão em jogo na tomada dessa decisão.

positiva entre os rapazes e mais negativa entre as moças. Contudo, a maioria não vê facilidade em montar a sua propriedade rural e estabelecer-se com maior autonomia.

Tabela 5 – Percepção de facilidade para montar uma propriedade rural.

<i>Categorias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Feminino	13 (22%)	47 (78%)
Masculino	27 (35%)	49 (65%)
Total	40 (30%)	96 (70%)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Considerando este quadro problematizaram-se as possíveis motivações para o fato de que a maioria dos jovens tendesse a deixar o meio rural. Propuseram-se cinco fatores: dificuldade de acesso à renda; rotina de trabalho; falta de opções de lazer; dificuldade de acesso aos estudos e conflitos com membros do grupo familiar⁵⁵, a que os jovens teriam que indicar aquele que mais lhe incomodasse na vida do meio rural, conforme se acompanha na tabela 6.

Tabela 6: Motivações para a saída do meio rural

<i>Categorias</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Total</i>
Dificuldade de acesso à renda	8 (13%)	22 (29%)	30 (22%)
Rotina de trabalho	9 (15%)	27 (36%)	36 (27%)
Falta de opções de lazer	20 (33%)	20 (26%)	40 (29%)
Dificuldade de acesso aos estudos	13 (22%)	5 (7%)	18 (13%)
Conflitos com membros do grupo familiar	9 (15%)	1 (1%)	10 (7%)
Outro (nenhum)	1 (2%)	1 (1%)	2 (2%)
Total	60 (100%)	76 (100%)	136 (100%)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Mesmo produzindo um dado bastante subjetivo percebeu-se que dentre os fatores indicados não há um consenso. De certa forma parece indicar que o conjunto deles é que responde as pretensões de saída, ao invés de ser definido enfaticamente apenas um, ou o mais importante. Entre as moças o fator mais indicado foi a falta de opções de lazer, com 33%. Entre os rapazes a rotina de trabalho, com 36%. Verificou-se ainda que os conflitos familiares somaram 15% no caso feminino e apenas 1% no masculino, evidenciando que a relação familiar entre as moças denota uma dinâmica de maiores tensões. Da mesma forma, a dificuldade de acesso aos estudos incomoda mais as moças, enquanto que a dificuldade de

⁵⁵ Embora os conflitos familiares possam ser considerados como eventos não necessariamente inerentes apenas ao meio rural, neste caso fazem relação às possíveis dificuldades de inserção dos jovens nas atividades agrícolas desenvolvidas pela família e nos momentos de tomada de decisões.

acesso à renda incomoda mais os rapazes. No geral a falta de opções de lazer é apontada como fator que mais causa incômodo na vida rural dos jovens.

Outro aspecto analisado foi referente ao interesse na continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Médio. Evidentemente que os jovens ao encontrarem-se num momento de definições sobre a vida futura sofrem a influência direta de sua família, dos professores, da mídia, etc., fazendo com que possam mudar de ideia constantemente. Ainda assim foram inquiridos sobre a pretensão de continuidade nos estudos, ao que se obteve a conjuntura exposta na tabela 7.

Tabela 7 – Pretensão de continuidade dos estudos (Ensino Superior).

<i>Categorias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Feminino	58 (97%)	2 (3%)
Masculino	62 (82%)	14 (18%)
Total	120 (88%)	16 (12%)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

Nota-se que a maioria absoluta dos jovens pretende ingressar no Ensino Superior após concluírem o Ensino Médio. Destes é entre as moças que se percebe a maior pretensão, ou seja, 97%⁵⁶. Já no caso dos rapazes a pretensão ficou em 82%. No geral são 88% dos jovens que pretendem ingressar a maiores níveis de estudo.

Quando questionados se imaginavam poder continuar seus estudos se permanecessem morando no meio rural, 17% das jovens responderam que sim, enquanto que entre os rapazes 46% entendiam ser possível ingressar no ensino superior e continuar vivendo no meio rural. No total apenas 40% vislumbravam essa possibilidade. Importa ressaltar que dos jovens universitários que residem no município atualmente existem alguns que permanecem morando no meio rural, deslocando-se diariamente até os centros de estudo, embora em número bem menor que os residentes urbanos. No caso de Palma Sola, na maioria das vezes cursar uma faculdade, curso técnico, enfim, implica não só na saída do meio rural como em deixar de residir no município. Este último fato é uma realidade tanto dos jovens do meio rural quanto do meio urbano, dada à carência de oferta de ensino superior na região.

Outro dado significativo foi o concernente a influência exercida pelos pais nas decisões dos filhos. Questionados se os pais os incentivavam a permanecer no campo os jovens demonstraram existir uma lógica de incentivo maior aos homens (41%), em detrimento

⁵⁶ Cabe a ressalva de que as únicas respostas negativas neste quesito foram decorrentes da Escola de Educação Básica Catharina Seger. Analisando as respostas chegamos a uma constatação importante: as duas jovens que responderam negativamente já se encontravam em relação matrimonial estável.

das mulheres (21%). Mesmo assim, em âmbito geral, predomina o “não incentivo” a permanência dos jovens no campo.

Tabela 8 – Perspectiva de incentivo dos pais para a permanência dos filhos no campo.

<i>Categorias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Feminino	21 (35%)	39 (65%)
Masculino	41 (54%)	35 (46%)
Total	62 (46%)	74 (54%)

Fonte: Pesquisa de campo (2011).

No que tange a questão do celibato no campo e o processo de masculinização, percebeu-se que entre as jovens do sexo feminino, a maioria não pretende um relacionamento que as condicione a permanência no meio rural. A pergunta foi a seguinte: *“você vê com naturalidade a possibilidade de casar-se com alguém que vive no meio rural e permanecer vivendo no interior com seu cônjuge?”* A resposta revelou que 30% (18) aceitariam essa possibilidade, enquanto que 70% (42) não veem essa possibilidade como aceitável. Isso revela um fator interessante ao cruzarmos estes dados com os da tabela 5 que questionava a pretensão de continuar vivendo no meio rural, onde percebemos que 2 disseram que sim e 17 talvez. Isto significa dizer que o casamento é fator que catalisaria a decisão de permanência no meio rural.

Quanto aos jovens do sexo masculino o questionamento foi relativo ao fato dos relacionamentos com as jovens do sexo feminino. A pergunta foi: *“você imagina que teria dificuldade em encontrar uma companheira para casar-se, se continuar a viver no meio rural?”*. A resposta obtida foi de que 53% (40) acreditam que sim, encontrariam dificuldades. Outros 47% (36) entendem que a permanência no meio rural não traria dificuldades para encontrarem uma esposa. Encaminha-se assim, todavia, a uma conjuntura de complexificação das relações e do perfil dos futuros agricultores, como sugerem Amaral et al:

As mudanças atuais, representadas principalmente pelas novas tecnologias, alteram tanto o cenário rural, quanto o urbano. No campo verifica-se entre os grandes proprietários, constante ampliação das bases técnicas de produção com a expansão do desemprego estrutural e, entre os pequenos proprietários/produtores, nota-se o surgimento de novas formas de organização e a articulação de outras estratégias sociais para a permanência no campo. Nesse sentido, as moças, filhas de pequenos produtores, desde cedo entendem o lugar periférico em que se situam na escala de sucessão hereditária e decidem emigrar para as cidades. Isso sugere, de um lado, o declínio da suposta hegemonia do patriarcalismo nas relações sociais familiares e, de outro, a possibilidade de sobrevivência da pequena propriedade. As migrações seletivas, marcadas pela condição de gênero e de faixa etária, constituem uma forma de reorganizar as relações familiares, para garantir a permanência dos pequenos no campo. Por isto, a ampliação do conceito de rural, incluindo

redefinições sociais e culturais, é uma necessidade que advém do intenso movimento migratório dos jovens, cujos efeitos resultam, conforme apontado anteriormente, na masculinização e no envelhecimento dos que permanecem em espaços rurais. (2007, p. 223-224).

Esses dados, ainda que ponderados pelo caráter exploratório que tiveram, autorizam a problematizar que de fato há uma tendência de migração entre os jovens do meio rural do município de Palma Sola. As dificuldades e as “faltas” apontadas denotam fatores de repulsão. Isto, porém, não significa afirmar que este perfil e essa tendência vá ocorrer exatamente desta maneira, até porque os sujeitos entrevistados não respondem por aquilo que entende-se serem todos os jovens rurais. Mas como perspectiva é uma conjuntura válida e interessante.

4.1.3 Representações entre Jovens Migrantes e Permanecentes⁵⁷ da Comunidade de Cerro Azul

Os jovens da comunidade de Cerro Azul constroem uma representação identitária que retifica sua vinculação ao local. Sempre que inquiridos relatam um sentimento de afinidade e carinho pelo lugar. Independente de estarem na comunidade ou tê-la deixado sempre se evoca um discurso que eleva as qualidades e os envolvimento de vida de cada um com o lugar. Os que saíram expressam sentimento de nostalgia, de um tempo d’antes, da infância, da adolescência. Os que estão também justificam acepções que denotam uma ligação que dá sentido a sua trajetória de vida.

Essas manifestações podem ser pensadas enquanto condição de uma formação identitária que supõe o local como elemento definidor. Assim, independem as características do lugar, pois de qualquer forma ele influirá e talvez defina as identidades subjacentes e manifestas. Tomar o rural como espaço que qualifica de maneira ímpar as relações identitárias seria pressupor que há algo de específico ou endêmico nesse processo, fato não encontrado na pesquisa. O rural, assim como o urbano, se reveste enquanto lugar do vivido, da descoberta entre os indivíduos, de sua noção de pessoa e por isso interfere diretamente no discurso que julga o rural como ambiente nostálgico afeito a perfeição de um período que forçosamente não pode mais ser experienciado.

Ao enfatizar essa condição discursiva se quer problematizar que entre as falas, elevando e qualificando o ambiente rural, representa-se uma definição articulada deste. Entre

⁵⁷ O termo “permanecentes” designa a condição dos jovens que estão no meio rural, porém sem definirem exatamente se continuarão ali ou migrarão. É uma condição provisória e fluída que caracteriza a maior parte do comportamento juvenil no campo: o de expectativa.

os jovens que deixaram o meio rural o discurso nostálgico encerra-se quando inquiridos sobre a decisão de deixar o meio rural. Nesse momento surgem ponderações ao que até então se mantinha em caracteres idílicos. Expressam-se as dificuldades, as faltas de oportunidades, as carências e os problemas estruturais que perpassam desde más condições de estradas até a volatilidade dos preços pagos aos produtos agrícolas. Não há um despojo em relação ao rural, mas a avaliação em torno de alguns problemas que, nesses casos, retificam a decisão pela saída.

Entre os que ficam não há uma renúncia à vida no campo. Até porque o discurso vai ao encontro de uma justificativa para a permanência – ainda que momentânea. Porém, é uma decisão permeada de dúvidas. Se não há uma noção de abandono do rural há o desejo de que ele se modifique, que melhore e permita fazer com que a decisão seja mais efetiva. Assim o discurso seria mais direto. O que se percebeu entre os que estão no meio rural, propensos ou não a permanecer, é que a decisão está condicionada “ao que vai acontecer”. É, em geral, um quadro de permanências residuais e voláteis, ainda que desejosas de concretização.

Os jovens manifestam a visão de expectativa quando se trata de discutir o projeto de vida. O rural pode lhes garantir um projeto de vida, mas teria, para isso, que garantir “acessos” que se percebem no meio urbano. É mais do que a noção de “viver o melhor dos dois mundos”. É uma noção de que o bom é aqui, isto é, o melhor mundo é o rural, mas sem situações outras, urbanas, mesmo sendo bom este mundo perde o sentido.

Entre os jovens migrantes há uma percepção elogiosa em torno de como concebem o jovem rural. A explicação para esse fato reside, entre outros pontos, na própria condição que manifestam, sua própria identidade. Afinal de contas estes indivíduos foram jovens rurais e ainda depreendem conter elementos e comportamentos que os identifiquem como tal. Como pressuposto identitário compõem-se uma análise a partir de um par dialético, ou melhor, o jovem urbano. Em algum sentido ser um jovem rural é não ser um jovem urbano. É um ser e um não ser ao mesmo tempo. No entanto, esse não ser urbano não significa, por seu lado, um isolamento, uma intangência territorial e cultural. É, antes, uma forma de marcar diferenças onde elas não sejam necessariamente bem definidas.

Constatou-se na coleta dos dados⁵⁸ que os jovens tinham uma dificuldade de comporem uma imagem, um conceito sobre o jovem rural. Tanto os migrantes como os permanentes ficavam reticentes quando da pergunta “*como você define o jovem rural?*”. Na sequência, encaminhava-se uma nova interpelação, “*existe diferença dele para o jovem*

⁵⁸ As análises que compõem este item se baseiam no trabalho de campo com a realização de entrevistas com jovens que migraram da comunidade de Cerro Azul e com alguns daqueles que continuam morando lá.

urbano?” Caso a resposta fosse positiva replicava-se, “*qual?*”. Nesse momento as respostas tomavam um tom mais definido e enfático, representando o caráter relacional que a identidade pressupunha.

Para Pedro⁵⁹, 21 anos, o que diferencia um jovem rural de um jovem urbano explica-se a partir do conceito de liberdade a que estão sujeitos, dados os ambientes diametralmente diversos. O meio urbano, segundo diz, é perigoso, o rural tranquilo. O jovem rural nesse sentido goza de maior liberdade:

Ah cara, é uma pessoa como qualquer outra, acho que até com mais humildade sabe. Porque eu sai daqui e fui pra cidade e todo lugar que eu vou e eu já fui com amigos daqui também a gente recebe elogios. Que gentileza do pessoal daqui é muito maior que o pessoal urbano. Então eu acho que o jovem rural é uma pessoa qualquer só que com muito mais humildade cara. Existem claro em outros lugares, existem pessoas humildes e tal, mas aqui no meio rural todas são. Acho que o pessoal aqui é bom cara, eu gosto de vir aqui por causa do pessoal sabe, senão eu não viria pra cá todo final de ano também. É um lugar bom de se viver e os jovens aqui são legais, porque eu sou um também (risos).

Um dos aspectos que demarcam essa diferença é mais nitidamente notado pela forma de falar, o sotaque que carrega a influência da região oeste catarinense – capitaneada pela sonoridade no uso do “*ére*” -, entre outras expressões típicas da vida rural. Este é o principal elemento pelo qual o jovem do meio rural será identificado no meio urbano. Para Camila, 19 anos, essa é a única diferença evidente entre ambos. Pedro defende que isso não seria algo impeditivo para a convivência do jovem rural no ambiente das cidades.

Segue o mesmo raciocínio Joana, 19 anos, ao compor que “o jovem rural tem mais liberdade para viver, ao contrário do urbano, só que o rural tem menos oportunidades que o urbano como, por exemplo, de estudo”. Vitória, 20 anos, diz que a vantagem da vida rural é o acesso mais barato aos alimentos, mas por outro lado existem dificuldades para estudar.

Ricardo, 24 anos, considera que o jovem rural é um “*batalhador*”, uma vez que precisará demonstrar “o dobro da vontade pra vencer no meio urbano”, terá que abandonar a vida que tem no meio rural, seus laços afetivos e tentar a sorte num local praticamente desconhecido. Essa ideia reforça uma noção de que o jovem rural que migra é o jovem lutador, um destemido, alguém capaz de suportar as dificuldades e a distância da família. Toma-se quase como um mito heroico, que encadeia as qualidades que tal pessoa adquiriu na vida do campo. Um jovem rural é mais trabalhador, mais determinado, mais efetivo no meio urbano. Sente-se conjugadamente como superior no aspecto moral, ainda que numa relação

⁵⁹ Todos os nomes citados neste trabalho que fazem referência a entrevistas e questionários colhidos são fictícios, resguardando a real identidade dos depoentes.

direta em comparação ao jovem urbano sofre por outros fatores uma estigmatização identitária. Nesse caso seria o isolado, o mal informado, um “matuto” em tempos modernos. Ele interpela, justamente, que o caráter de diversidade no ritmo de contatos sociais é o elemento que o diferencia do jovem urbano. Alguns fenômenos sociais o jovem rural só viverá se estiver no ambiente urbano, que a expensas de critérios de exclusividade qualificaria, apressaria e dinamizaria certos eventos sociais. Compreende que essas diferenças estão em franca diluição, mas presentes.

Segue a mesma tônica Agenor, 28 anos, para quem a identidade do jovem rural é a identidade do jovem, sem marcadores específicos. Justifica que em tempos mais remotos, ou na sua infância e adolescência, o caráter de carências e de isolamento a que o ambiente rural estava circunscrito definiam uma variação de modos de ser. Atualmente, na comunidade de Cerro Azul existiria uma condição de vinculação social parecida com a das cidades, definida por uma acessibilidade a transportes, aos meios de comunicação, entre outros. Fica claro, todavia, que este depoente compara o rural e o urbano sob os aspectos do local onde reside, ou seja, o próprio município de Palma Sola/SC, que por sua vez envida diferenças mais tênues entre a ruralidade e a urbanidade.

Para José, 21 anos, a distinção que marcaria as identidades dos jovens rurais e urbanos está no peso que os valores morais e éticos ocupam no agir dos primeiros. Explica que isso é fruto de um convívio centrado na família, na proximidade das relações sociais. Pode-se ler a partir disso que a formação moral e social do jovem rural seja mais ritualizada, marcada e expectativa. A marcação comportamental é mais fechada porque os espaços e as formas de fazê-lo no ambiente comunitário o são. A religião, o “controle” imposto pelos vizinhos e o que é esperado como atitude do jovem no seu ambiente nato colaboram para promover um sistema comportamental mais afeito a tais regras e normas.

Francisco, 28 anos, corrobora ao propor que é a família o instrumento definidor da identidade do jovem rural. Mantém-se comedido diante das proposições familiares, sendo esse o seu lugar de vida e de destino imediato. Seria também um jovem “trabalhador” e “batalhador” que suscita valorizar suas conquistas e avanços já que seriam sempre mais difíceis e sofridos do que em relação a um jovem urbano. Inversamente, o jovem urbano compreenderia um indivíduo “mais apegado a valores materiais”, e envolvido com “atividades de menor esforço físico”, teria mais tempo disponível para diversão e mais oportunidades de estudo e trabalho. Essa caracterização localiza o jovem urbano como um agente social privilegiado, ao passo que o rural seria alijado, um ator social em prejuízo condicionado. Daí inerentemente subjaz as definições de batalhador, heurísticamente um

eterno lutador em prol de chegar ao local onde os “outros” já estão. Reelabora conceitos de martirização que se interligam a pressupostos morais cristãos, onde a “mortificação da carne é a riqueza da alma”. Paulo, 17 anos, refere-se da mesma forma ao propor que o jovem rural no ambiente de trabalho “faz qualquer serviço” confirmando a noção de disposição para o laborioso, penoso, já que possuiria capacidades que outros – urbanos – não têm. Em algumas falas esse caráter parece assumir uma característica inata, “natural” daquele que vive no campo. Distintamente, quando precisa integrar-se ao meio urbano, principalmente para estudar, ele tem, como projeta Paulo, dificuldades formadas pelas distâncias e pela falta de emprego – que nesse caso se lê como falta de renda.

Para Cláudio, 19 anos, o jovem rural é compreendido como alguém sempre preocupado com suas obrigações e com o futuro, consequência das dificuldades e carências que vivencia. Samuel, 22 anos, chama atenção para o fato de que o jovem rural vive sob constante limitação. Entretanto, a limitação é tangenciada pelo reforço dos valores familiares, perceptíveis na maior cobrança que os pais incidem. Ele discorda de Pedro ao propor que os jovens do interior têm menos liberdade que os da cidade e não o contrário. Diametralmente configura uma teorização encaminhando a clausura e o isolamento rural a partir da força que as instituições ali possuem. O jovem seria um reflexo desses posicionamentos tomados na família e na comunidade.

O ser jovem rural estaria ligado a conjunto de vantagens e desvantagens frente ao meio urbano. Confrontando as opiniões de Francisco e de João, 25 anos, percebe-se que as vantagens em permanecer e continuar sendo “rural identitariamente” remetem a elementos como a tranquilidade, custo de vida mais baixo e maior controle sob a determinação pessoal. Quando postas as desvantagens, ainda que ponderadas, elas parecem sobressair. Citam-se a impossibilidade de uma renda fixa e maior; a impossibilidade de ascensão social; a falta de acesso mais facilitado a uma série de serviços sociais tais como saúde, informação, educação e lazer.

Evidente que essas desvantagens em “ser jovem rural” são tomadas inversamente enquanto vantagens no sentido de quem vai para o meio urbano e são por certo relativas, assim como as vantagens da permanência. Indicam uma série de preferências e pontos de vista. Estas informações não pressupõem que tais avaliações sejam extratos empiricamente verificados em todos os casos. Há quem possa defender que é na permanência no meio rural que reside à ascensão social. Como o fato de que a vida urbana possa ser tranqüila.

As representações dos jovens que estão no meio rural predispõem uma visão interna do rural e externa do urbano. Para Adelar, 26 anos, ser jovem é “estar feliz e gostar do que

faz”. Entende que a diferença dos mais velhos e dos jovens está na responsabilidade que a passagem do tempo implica. O indivíduo percebe as complexidades do mundo, compreende o que os pais lhe falavam. O jovem rural é aquele que se situa pela simplicidade. Adelar diferencia os jovens rurais e urbanos conceituando a “condição” a que estão expostos: “é um cara mais simples, dá mais valor pras coisas porque daí o cara tem que trabalhar pra conseguir e na cidade maioria ‘das vez’ não é assim porque lá eles tem mais acesso às drogas”.

Maria, 20 anos, diz que no interior “muitas moças trabalham”, enquanto que na cidade elas gozam de certo ócio, que ela refere como “ficarem correndo rua”. Essa diferenciação enseja considerar que no meio rural o trabalho, além de ser uma necessidade, é imputado desde a infância no processo de socialização dos filhos.

Bernardo, 19 anos, se considera jovem, pois este é o momento da vida em que há maior diversão. Valoriza o fato de que trabalha e pode se divertir. Já os pais, adultos, dificilmente saem, tem uma dinâmica de vida diferente, mais fechada. O jovem do meio rural para ele é uma pessoa mais séria e diferente dos jovens urbanos:

Na cidade você tá ali, convive praticamente todo o dia, “ta” sabe, “ta” ali no meio dos amigos assim direto, aqui no interior você não fica tão diretamente ligado com eles, talvez só nos finais de semana, você, tipo, dificilmente você consegue, sabe, você tem que junta teu dinheirinho pra poder gastar e tal, e na cidade talvez não, você trabalha e tem o seu trabalho lá você consegue diferenciar assim, o meio rural o jovem, “num” sei bem certo assim. É mais é mais ou menos isso. Pra você ficar no meio rural, você tem que ter uma ideia meio diferente, talvez muitos dos que saem também é porque tem uma ideia diferente. Por isso que acabam saindo.

Everaldo, 28 anos, diferencia ser jovem rural de ser jovem urbano pela liberdade que há no meio rural, embora que o jovem urbano tenha mais acesso ao dinheiro. Isso explica a saída dos jovens em direção à cidade, pois vão em busca de emprego e renda. Seriam, também, principalmente aqueles que não gostam do trabalho na roça.

Caio, 20 anos, compreende que o que diferencia o jovem rural do jovem urbano é a condição de manter-se longe de alguns problemas urbanos, tais como a violência, uso de drogas, entre outros. Uma noção muito provavelmente formulada por estereótipos e imagens forjadas sobre a cidade, uma vez que os contatos com o meio urbano que os jovens da comunidade estabelecem são rarefeitos.

Por outro lado ele manifesta algumas desvantagens de viver no meio rural. Usa para isso o termo “falta de oportunidades”, que liga ao menor número de contatos sociais que o rural permite, engendrando num relativo isolamento. As diferenças e marcadores identitários seriam perceptíveis pelo “estilo”, tanto de vestimenta como de comportamento social em

geral. O que se liga, teoricamente, a uma técnica corporal como descreve Mauss (2003) e também como um estigma, como descreve Bourdieu. (2006). Cita como exemplo as músicas que são comumente ouvidas pelos jovens. Ainda que as diferenças não sejam mais tão grandes, como diz, os jovens do meio rural estariam mais “presos” aos padrões musicais dos pais e seriam mais propensos a ouvir música sertaneja e as bandinhas. Os citadinos, por seu turno, têm maior liberdade, não estando tão fechados no convívio familiar constroem um estilo ligado ao próprio grupo que se aliam. Assim, as músicas ouvidas seriam mais “modernas”, como o rock, o dance e também o funk.

Para Alex, ser jovem é o momento de buscas, por formação, aperfeiçoamento e também por lazer. Ser um jovem do meio rural é mais difícil, há menos tempo para lazer e maior preocupação já que ele está sempre tentando mudar a condição de vida que é complexa. As proposições envolvem uma expectativa em torno do comportamento de outras variáveis, tais como os preços e as condições do clima. Assim, o jovem do meio urbano tem maiores possibilidades de alcançar formação, trabalho e diversão. O estar no rural impõe relativo isolamento, conhecem-se menos pessoas. Como diz: “dependendo da comunidade que você morar vai ter um vizinho a cada 3 km e não vai ter mais nada. Ainda que o Cerro Azul é mais organizado, mais grande assim”. Todavia, refere-se à cidade como local de uso de drogas, de violência e onde os jovens são menos compenetrados, mais relapsos quanto ao seu futuro.

Antônio, 34 anos, conceitua o jovem como alguém que possui poucos compromissos, que vive um período sem muitas preocupações, mais livre. Diferencia os jovens rurais e urbanos pelas oportunidades e acessibilidade: “o interior fica ruim até chegar num povoado se não tiver uma moto, uma coisa um carro vamos dizer fica mais ruim. Da cidade é mais fácil sempre tá mais unido e mais perto né, nem que se não tem carro mas é pertinho tudo. Do interior não é tudo longe, fica mais ruim”.

Frederico, 19 anos, define o que é ser jovem como um momento de aprendizagem. Ser jovem rural significa uma propensão para o empreendedorismo e para o crescimento econômico:

Eu acho que alguns podem pensar que não né, mas eu acho que no meio rural se você for analisar o mundo o jovem que aplicar se ele estudar um pouquinho, se ele buscar um conhecimento com pessoas que tenham conhecimento pra passar pra ele vamos supor agrônomos, veterinários, essas pessoas assim que, vamos dizer que a função delas esteja destinada ao meio rural se esse jovem buscar o conhecimento com essas pessoas eu acho que ele possa virar um empreendedor, um bom empreendedor. Eu penso assim que ele possa se tornar pelo fato da agricultura, por mais que não pareça ela oferece uma forma melhor de sobrevivência né. Então se você aplicar as funções técnicas aqui na prática no meio rural eu acho que, eu acho que o jovem pode se sair muito bem. Pena que às vezes isso falta.

Diferencia os jovens rurais e urbanos pelo “modo de vida”. Considera que a vida no meio rural é mais saudável e sustentável, porém o uso de agrotóxicos toma consequências negativas em relação à saúde dos agricultores. Cita uma diferença na aparência. Os jovens rurais são mais abatidos fisicamente, mais desgastados pelo trabalho:

A forma de o lazer não se difere eu acho, o lazer é igual. Mas a forma de vida é totalmente diferente, não tem como se comparar a forma que eles levam no trabalho, trabalho não tem nada a ver. É diferente né, aqui é manual, braçal tudo assim e lá não que não seja, mas o ritmo é outro. Vamos dizer aqui determinados momentos você faz mais horas, lá é tudo assim. Não, aqui também vamos dizer tem carteira assinada é assegurado, tem o bloco de notas traz a parte burocrática traz uma segurança pra nós também.

Ismael, 17 anos, não se considera um jovem do meio rural. “Eu prefiro ser mais cidade. Porque se pedir se eu gosto de ficar no interior hoje, hoje eu digo não. Mas futuramente vou voltar”. A diferença do jovem do meio rural para o jovem do meio urbano se estabelece pela capacidade de trabalho daqueles que vivem no interior:

Assim os da cidade se tu pedir pra fazer um serviço esforçado assim qualquer coisa do interior eles vão dizer não, com certeza. Mas tu chega na cidade um do interior e lá precisa é bem mais fácil de tu ganhar o serviço de um da cidade, do que, o do interior chegar e ganhar do da cidade o serviço. Então eu acho assim que o do interior tem uma vantagem né se esforçar mais por causa das dificuldades que tem hoje, daí eles sabem agarrar as oportunidades mais fácil e os da cidade como ganham quase tudo na bandeja hoje em dia, tem internet desde que nascem né, carro na mão essas coisas aí daí se perdem.

Os aspectos positivos de morar no meio rural são descritos em relação à qualidade e ao custo da alimentação. Cita também a “organização” das famílias em ajudar os filhos. Mas pesa negativamente o fato de ser dificultado o acesso aos meios de comunicação. Assim, se forem comparados dois jovens, um da cidade e um do interior, haverá a seguinte diferenciação, segundo Ismael: “se for num trabalho esforçado tu vai ver que o da agricultura vai ser mais esforçado que o outro, mas se for num lugar tipo meio de mexer com computação, informática o da cidade vai levar uma grande vantagem”.

Maurício, 21 anos, morador da vila⁶⁰, diz que ser jovem é ser livre, porém não sabe conceituar o jovem rural. Refere apenas que o jovem rural tem menos propensão a certos comportamentos não honrosos ou ilícitos. No meio rural o jovem é “mais quieto”. Ele prefere o interior, pois conhece todas as pessoas e na cidade “querem ser mais cheios”. Valoriza a

⁶⁰ Como descrito anteriormente, na comunidade algumas pessoas residem na vila, isto é, no centro do povoado e outras nas propriedades agrícolas em seu entorno. Geralmente quem mora na vila está ligado a atividades não agrícolas.

qualidade de trabalhador que existe entre os jovens da roça, pois “sabe se defender tu colocar ele em qualquer emprego qualquer serviço ele vai saber se defender o da cidade não vai saber”. Percebe, por outro lado, que na cidade existem mais opções de lazer.

Para Márcio, 25 anos, morador da vila, ser jovem é o momento de uma luta interna para definir opções de vida e externa para viabilizá-los, para imprimir na conjuntura social as definições que tem e as expectativas que nutre. Enfim, a sociedade que almeja ver constituída também a partir de sua inserção. No caso do ser jovem rural essa luta se refere ao esforço para melhorar o meio em que ele vive. Diferencia o jovem rural do jovem urbano pela educação, pelo trato social. Diz que existe, nos jovens urbanos, a tendência de se sentirem superiores. O jovem rural é “mais simples, mais educado”. Essas “qualidades” provêm do convívio familiar “mais intenso” e da vida comunitária que o ambiente rural promove. As pessoas ali são mais calmas, mais tranquilas, ao contrário da cidade onde impera a “agitação e a correria”.

Pablo, 14 anos, morador da vila, define o jovem rural como alguém “mais resistente às dificuldades físicas ou imorais, mas sem os recursos que a cidade oferece”. No meio rural há mais segurança e tranquilidade, mas o trabalho é “mais duro” e existem “menos recursos”. Andréia, 15 anos, moradora da vila, conceitua o jovem rural como alguém que tem objetivos, é trabalhador, honesto e vive longe dos perigos.

Henrique, 17 anos, morador da vila, compreende que ser jovem “é ser livre, independente da vontade de cada um, fazer escolhas, buscar novos caminhos”. Ser jovem rural é mais complicado do que ser jovem urbano, pois existem menos escolhas a fazer: “o jovem do campo vai ter que trabalhar na lavoura alguma coisa assim na agricultura, provavelmente não vai ter muita oportunidade de estudo vai ter que ficar em casa mesmo ou trabalhar na cidade, mas coisa que vai ser muito difícil”. Não verifica muitas vantagens em permanecer no meio rural, pois as oportunidades estão no meio urbano.

Emanuel, 17 anos, morador da vila, não enxerga diferença entre ser jovem urbano ou ser jovem rural, pois ambas são pessoas que “buscam suas coisas”, isto é, que correm atrás de seus sonhos. De acordo com Talita, moradora da vila, 14 anos, um jovem rural é “uma pessoa de caráter humilde, que tem metas e sonhos para o seu futuro, que gosta de ajudar as pessoas de seu meio, mas vive com menos acesso a empregos e tecnologias”. Considera o meio rural vantajoso pela segurança, mas com dificuldades de acesso à saúde e empregabilidade.

No geral, as representações evidenciam uma dicotomia entre o rural e o urbano, o ficar e o sair. O urbano é classificado como local de oportunidades, ainda que não o melhor lugar para se viver. O rural é tido como bom, mas limitado. Essas proposições confirmam que existe um caráter ainda duvidoso em torno das vinculações sociais a serem tecidas. É preciso

convencer-se da saída ou da permanência e essas não parecem estar definidas ou solidificadas e o porvir torna-se o centro dos esforços destes jovens.

4.2 MIGRANDO: A SAÍDA COMO ALTERNATIVA E COMO DESEJO

A perspectiva de êxodo é latente na região de forma geral. Recortando-se a região Extremo Oeste catarinense (conforme mapa abaixo) observa-se que dos 19 municípios, em 10 houve diminuição do total populacional no intercurso de 2000 a 2010. Em todos eles, indistintamente, ocorreu uma diminuição da população rural e um crescimento da população urbana.

Figura 4 – Mapa da região Extremo Oeste de Santa Catarina



Fonte: AMEOSC (Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina), ano?

Com base na tabela 9 é pertinente avaliar que a região ainda concentra uma supremacia da população vivendo no meio rural, isto é, 52,75% contra 47,25% vivendo no meio urbano. Com base no Censo de 2010, é possível constatar que o número de residentes do sexo masculino (51,%) é superior aos do sexo feminino (49,%). Entretanto o ponto central demonstrado na tabela é o decréscimo populacional na área rural, que no intercurso de 2000 a 2010 foi de 16,74%. Já a população urbana da região cresceu significativos 27,60%. Esses

dados confirmam a existência de êxodo rural em direção às cidades se analisado o crescimento total dessa população, que foi em média de 2,21%. No caso de Palma Sola, em termos totais a população diminuiu 5,37% no período. Porém, a população urbana cresceu quase 40% e a rural diminuiu pouco mais de 34%.

Tabela 9 – Crescimento populacional na região Extremo Oeste de Santa Catarina por local de domicílio entre 2000 e 2010.

Município⁶¹	Pop. Total 2000	Pop. Total 2010	Cresc. 2000 2010	Pop. Urb. 2000	Pop. Urb. 2010	Cresc. 2000 2010	Pop. Rural 2000	Pop. Rural 2010	Cresc. 2000 2010
Anchieta	7.133	6.378	-10,58	2.443	2.588	5,94	4.690	3.790	-19,19
Bandeirante	3.177	2.906	-8,53	741	932	25,78	2436	1.974	-18,97
Barra Bonita	2.118	1.878	-11,33	256	279	8,98	1862	1.599	-14,12
Belmonte	2.588	2.635	1,82	952	1.273	33,72	1636	1.362	-16,75
Descanso	9.129	8.638	-5,38	3.885	4.297	10,60	5.244	4.341	-17,22
Dio. Cerq.	14.250	14.801	3,87	8.610	10.182	18,26	5.640	4.619	-18,10
Guaraciaba	11.038	10.498	-4,89	4.365	4.919	12,69	6.673	5.579	-16,39
Gua. do Sul	4.696	4.908	4,51	2.271	2.655	16,91	2.425	2.253	-7,09
Ip. do Oeste	7.877	8.413	6,80	2.851	4.126	44,72	5.026	4.287	-14,70
Itapiranga	13.998	15.430	10,23	5.382	7.635	41,86	8.616	7.795	-9,53
Mondaí	8.728	10.231	17,22	4.049	6.305	55,72	4.679	3.926	-16,09
Palma Sola	8.206	7.765	-5,37	3.192	4.468	39,97	5.014	3.297	-34,24
Paraíso	4.796	4.080	-14,93	1.302	1.451	11,44	3.494	2.629	-24,76
Princesa	2.613	2.758	5,55	568	1.004	76,76	2.045	1.754	-14,23
Santa Helena	2.588	2.382	-7,96	740	882	19,19	1.848	1.500	-18,83
S. J. O.	5.789	6.035	4,25	1.494	2.118	41,77	4.295	3.917	-8,80
S. J. C	13.678	13.672	-0,04	6.659	8.431	26,61	7.019	5.241	-25,33
S. M. O.	32.324	36.295	12,28	27.392	32.052	17,01	4.932	4.243	-13,97
Tunápolis	4.777	4.633	-3,01	1.217	1.418	16,52	3.560	3.215	-9,69
Total	159.502	164.336	3,03	78.369	97.015	27,60	81.134	67.321	-16,74

Fonte: IBGE, (2000;2010).

Pensado o estrato social dos jovens convém discutir suas proposições em relação a esse êxodo. A decisão de um jovem em empreender escolhas perante o tecido social sejam elas de cunho ideológico, de gostos, preferências ou de projeção futura situam-se num terreno complexo. Toda decisão imprime uma ação de optar. Toda opção se estabelece sob um leque de possibilidades, sendo elas muitas ou esparsas. Ao seguir um caminho não se pode seguir os demais, ainda que pudessem ser eles, também, interessantes e de alguma forma desejáveis. Em resumo, sair do meio rural se dá por um corte em relação à possibilidade de continuar ali. Essas renúncias podem ser dolorosas, forçadas ou pragmáticas.

Identifica-se, seguindo a proposição teórica em relação às teorias da migração, que ocorrem pelo menos dois processos cíclicos nessa dinâmica. A repulsão manifesta no local

⁶¹ Os municípios com nomes abreviados são: Dionísio Cerqueira (Dio.Cerq.); Guarujá do Sul (Gua. do Sul); Iporã do Oeste (Ip. do Oeste); São João do Oeste (S. J. O.); São José do Cedro (S. J. C.) e São Miguel do Oeste (S. M. O.).

onde o indivíduo está – o meio rural, definido como fator *push* – e a atração impetrada pelo local de destino – o meio urbano, conceituado como fator *pull*. Ainda que a migração dos jovens do meio rural não possa ser definitivamente compreendida através dessa teorização é pertinente avaliar como esses elementos se explicitam entre alguns jovens migrantes da comunidade de Cerro Azul.

O item 4.2.1 pretende, a partir de depoimentos colhidos entre parte desses jovens, problematizar os fatores e elementos que implicam na tomada de decisão pela migração do campo para cidade. No item 4.2.2 se analisam as perspectivas de algumas das famílias em relação à migração. Para tal, toma-se por base um questionário aplicado entre famílias da comunidade de Cerro Azul que vivem exclusivamente da atividade rural.

4.2.1 Motivações da Migração: as perspectivas postas pelos jovens que deixaram o meio rural

Essa abordagem refere-se a 6 entrevistas qualitativas realizadas com jovens que deixaram a comunidade de Cerro Azul e que atualmente residem no meio urbano, além de 6 questionários abertos encaminhados via e-mail. Dentre os depoentes, 9 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino. O número de jovens que deixaram a comunidade nos últimos anos é consideravelmente maior, porém avaliou-se ser suficiente este número de depoentes para construir um entendimento básico relativo às causas e motivos da migração entre jovens do meio rural.

Constatou-se que em todos os casos a migração foi motivada pelo interesse de melhorias de oportunidades de trabalho e remuneração. Todos manifestaram que poderiam ter optado pela permanência no meio rural, entretanto a opção lhes colocaria numa contingência de conviver com carências que não lhes traziam apreço. Entre essas carências são citadas, enfaticamente, a falta de dinheiro e a falta de perspectivas futuras, isto é, o encaminhamento de um projeto de vida satisfatório.

Entre os entrevistados do sexo masculino não se percebeu nenhum desprezo à atividade agrícola, evidenciando que o caráter específico da saída não era relativo ao modo de vida do meio rural, mas a atividade produtiva e as problemáticas econômicas interligadas a ela. Entre as moças, colocou-se a falta de pretensão *a priori* para permanência, numa aceção de que fora o caminho já pré-estabelecido pela família, como uma condição.

Em uma das entrevistas, Camila, 19 anos, filha caçula com mais dois irmãos, também migrantes, informou que não tinha nenhuma pretensão em permanecer na atividade e que,

tanto ela quanto a família, já projetavam a sua saída do meio rural. Enfatiza que não se ligava as atividades da agricultura, o que a distanciava de uma possível permanência: “eu nunca trabalhei na roça, assim tipo, de ir pra roça eu nunca trabalhei, só ajudando minha mãe”. Desta forma, explica ser uma característica de ambição que define a sua saída. Interrogada sobre o motivo que explicaria o fato de serem as moças as principais a deixar o meio rural, respondeu: “acho que principalmente pela dificuldade de achar um bom emprego, porque não tem o que fazer. No interior é na roça ou na roça, as gurias não vão querer ficar trabalhando na roça. E eu acho que elas têm mais ambição”. Esse aspecto de recusa feminina ao modo de vida rural está associado às condições e as perspectivas que as mulheres têm neste espaço. As moças estão antevendo e vislumbrando suas condições de vida ponderando entre a permanência e a saída. O urbano representa uma vida de menor penosidade, onde possam inserir-se com maior qualificação. Mesmo que a transição seja, num primeiro momento, precária, as possibilidades de crescimento serão maiores. Assim, “o trabalho ‘pesado’, ‘sofrido’ e de baixa remuneração na agricultura aparece em oposição ao trabalho ‘leve’, ‘manuseável’ e bem remunerado da cidade”. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 168). Configura-se uma visão de que o trabalho rural é masculino e não feminino. Por conseguinte, passa a ser sugerida a alusão de que a vida rural não é um espaço feminino e sim a urbe. O emprego urbano representa uma ascensão social – principalmente para as moças ao suscitar libertação e autonomia – uma vez que garante “uma renda mensal (salário), o acesso aos direitos trabalhistas como férias, 13º salário, descanso semanal, dentre outros – garantias que não lhes são asseguradas pelo trabalho na unidade familiar”. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 168).

Camila deixou o meio rural ainda com 17 anos, passando a residir na cidade de Porto Alegre/RS. A opção por essa cidade deveu-se ao interesse em ingressar num curso superior e porque lá residia seu irmão que intermediou sua estadia e um emprego. Ela não manifestava interesse em retornar a viver no meio rural. Posteriormente à realização da entrevista, Camila deslocou-se de Porto Alegre/RS para Francisco Beltrão/PR para facilitar seu ingresso num curso superior– Enfermagem –, evidenciando o peso que os estudos suscitam no movimento migratório dos jovens e, principalmente, das jovens do meio rural. Nesse sentido, Aguiar e Stropassolas (2010) enfatizam a influência que as mães exercem incentivando as jovens a estudar para que possam ter um futuro diferente, preferencialmente fora da agricultura. Assim, para as mulheres migrar e estudar significa libertar-se de um futuro indesejado no meio rural.

São dois aspectos que pontuam a opção pelos estudos. Um deles diz respeito à condição de inferioridade do status do agricultor, só modificada com acesso ao estudo, mas

isso geralmente acaba lhe incentivando a abandonar a atividade agrícola. O outro é o de que o agricultor não precisa estudar, porque não há necessidade para tal. Subjaz ainda a ideia de que o agricultor não possa ou não deva estudar, pois se o fizer terá de deixar de ser agricultor. Como conceituam Aguiar e Stropassolas, “parece haver uma oposição: quem estuda quer sair, quem não estuda não tem outra alternativa que não seja ficar”. (2010, p. 176). Questiona-se o fato de um jovem rural estudar – e isso implica significativos investimentos – e retornar a atividade agrícola tornar-se viável. Além disso, a área de estudo dele deverá estar vinculada a alguma atividade rural como agronomia, veterinária, ou outro curso do gênero. Pensando que boa parte das propriedades do *locus* de estudo comportam poucos investimentos, essa ação seria inviável do ponto de vista econômico, racional.

Como relata Camila, a pretensão de ambição vincula-se ao meio urbano dadas as dificuldades de progresso material no meio rural. “Eu não vejo muito futuro na roça, porque hoje em dia a maioria das pessoas que se dão bem na roça são os fazendeiros e as pessoas que já tem muita terra, então pra tu conseguir alguma coisa, tem que trabalhar muito, suar muito”. Esse pressuposto infere que o despojo de projeção pessoal no meio rural impele a outras atividades, o que se manifesta como caráter mais enfático entre as mulheres que tem uma inserção diferenciada na economia rural.

Segundo Aguiar e Stropassolas (2010), não se pode identificar uma única razão ou algo primordial para explicar ou justificar a migração dos jovens rurais. É um conjunto de eventos, de situações, de problemáticas. Entre estas estariam os problemas enfrentados pela agricultura familiar: intempéries climáticas; oscilação do mercado; renda insuficiente para reprodução da família ou abaixo das expectativas e pretensões; falta de segurança financeira, de uma renda fixa, garantida mensalmente; a estrutura fundiária, geralmente exposta em minifúndios que não permitem investimentos ou a expansão das atividades produtivas; penosidade e precariedade do trabalho rural, principalmente para as moças; constância intermitente da atividade agrícola, representada pela “falta de folga” nos finais de semana, nos feriados e a ausência de férias. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010).

Os discursos repetem os aspectos de ausência, tais como falta de oportunidade, falta de liberdade, falta de autonomia para exprimir a realidade a que os jovens estão expostos no campo. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010).

De um modo geral, os(as) jovens quando migram para os centros urbanos esperam ali ter uma vida melhor que a do interior. Ter uma vida melhor significa ter uma renda própria, um salário que lhe garanta o sustento, a autonomia financeira e a independência dos pais. Para a maioria isto implica “ter um estudo”. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 176).

As moças tendem a migrar com maior frequência e mais cedo (BRUMER et al, 2007; SPANEVELLO, 2008). Tanto isso é tendencial como pode ser verificado no *locus*: após ter concluído o ensino médio a moça só permanece se casar com um agricultor. Não há na comunidade de Cerro Azul, entre as famílias de agricultores, nenhuma moça residindo, já com os estudos básicos concluídos, sem ser casada. Portanto, o casamento é um dos únicos instrumentos que pressupõe a permanência de mulheres no meio rural. Outro aspecto é o de que os rapazes são, por excelência, os herdeiros das propriedades familiares. As moças de antemão recebem auxílio para os estudos, o que lhes impele ainda mais a migração. O trabalho feminino é tomado como passivo – “ajuda” – e não produtivo, sem gerar por isso renda monetária, tornando-as “trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização”. (SILVA; SCHNEIDER, 2010, p. 185). Essa conjuntura é resultado do que Bourdieu chama de violência simbólica, já que as mulheres seriam separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo. (1999, p. 111). Ele ressalta que os trabalhos e atividades que exigem sobressair uma imagem de força são masculinos e os mais extenuantes e sujos são femininos.

Da mesma forma, justifica-se a migração das demais moças entrevistadas. Tanto Vitória, 20 anos, quanto Joana, 19 anos – que são irmãs, numa família que conta ainda com dois irmãos mais velhos, todos migrantes – deixaram a comunidade de Cerro Azul e foram morar na cidade de Palma Sola para viabilizarem o desejo de cursar uma faculdade. Ambas estudam na cidade de Francisco Beltrão/PR, cursando Nutrição e Administração, respectivamente, e se deslocam diariamente entre essas duas cidades, perfazendo um percurso de 55 Km. Para viabilizarem os estudos trabalham em período de 8 horas diárias, restando pouco tempo para aprofundamento dos estudos extraclasse – fato muito comum entre os universitários da região – contabilizando aproximadamente 16 horas diárias entre atividades laborais, deslocamento e aulas. Inquiridas sobre a motivação da saída do meio rural relataram que saíram para poderem estudar. Joana refere-se da seguinte maneira: “eu não tinha como me deslocar todo dia do meio rural para pegar o meio de transporte para eu estudar”. Justifica, portanto, que “teve” de deixar o meio rural, uma vez que estando lá inviabilizaria sua formação superior. Entendem, por sua vez, que a motivação de saída é a falta de empregos e oportunidades de estudo no meio rural. Quando problematizado o fator referente à maior saída de moças do meio rural defendem que o tipo de trabalho sobreposto às mulheres é muito pesado e extenuante. Assim, sair do meio rural é de alguma forma libertar-se de um fado, de uma espoliação trabalhista.

Embora entre os depoentes sejam predominantes os rapazes, entende-se que as moças são mais propensas à saída. Esse argumento justifica-se porque entre os agricultores da

comunidade havia, no momento da pesquisa, apenas uma moça que permanecia e entre os rapazes foi possível identificar mais de uma dúzia. Questionados sobre essa conjuntura alguns dos migrantes não souberam explicar o motivo da maior probabilidade de saída das jovens do que dos jovens rurais. As moças entrevistadas deram respostas em tom de entenderem esse fenômeno como natural, isto é, que é o caminho das moças deixarem o meio rural. A fala de Camila é a mais didática quando diz que “as moças não vão querer ficar na roça”. Imprimem um tom de determinismo no discurso. Assim, o rural não seria um espaço para o feminino, um propósito de vida. Da mesma forma conceitua Pedro, ao afirmar que “mulher nenhuma vai ficar pra trabalhar na roça. Quem vai ficar vão ser os filhos, os homens”. Reforça que quem sai busca crescimento profissional e, nesse caso, depreende-se que as mulheres tanto desejam mais essa condição quanto aspiram conseguir uma boa condição se permanecerem, embora seja pouco esperado.

Cláudio remete ao argumento de que além do trabalho forçado ele é ainda menos lucrativo para as mulheres. José estende o paradoxo de naturalidade dessas saídas, pois postula que as jovens procuram desde cedo relacionamentos pessoais e afetivos que as ligam à cidade. Elas projetam a transferência e se articulam para isso, como se fosse uma definição de seu destino. Francisco é mais enfático, porém também apregoa certa naturalidade diante deste fenômeno, numa acepção de que se alteraram as demandas e as posições femininas no ambiente rural:

Vejo este dado com naturalidade, visto que predomina a cultura machista no meio rural, onde as mulheres não têm expectativas muito além de chefiar o lar e cuidar dos filhos. Ainda predomina a cultura de que a mulher deve ser submissa ao marido, mesmo que auxilie nas atividades do campo. Neste aspecto, sair do meio rural seria uma forma de libertar-se, de ter acesso à novas experiências, de poder realizar sonhos que vão muito além de cozinhar, lavar, cuidar do marido e dos filhos. As mulheres querem a oportunidade de ter uma renda própria e de fazer escolhas por/para elas mesmas.

Para Agenor, a explicação reside na característica de que as atividades no meio rural são “trabalho pesado”, muito mais penoso para as mulheres que, atualmente, percebem outras oportunidades do que permanecerem nessa condição. Os estudos abririam essas possibilidades. Diz que “muitas são atraídas pelas oportunidades de estudo nas cidades”. Algumas buscam opções diretamente no mercado de trabalho urbano, sem necessariamente estudarem. Na sua percepção, as mulheres são mais propensas a buscarem novas condições de vida, pois entende que elas são mais dedicadas e o trabalho na roça seria mais difícil para elas.

Entre os jovens do sexo masculino há, também, uma discursividade que justifica a saída em termos de oportunidades de estudo e melhores condições de renda, isto é, empregos. Pedro, 21 anos, o “filho do meio” entre seus dois irmãos – ambos “permanecentes” no meio rural -, saiu de Cerro Azul com 18 anos, depois de concluir o Ensino Médio e ter ficado, como diz, “ajudando a família na roça”. Seu destino foi a cidade paranaense de Campo Mourão. Posteriormente foi morar na cidade de Palhoça/SC para fazer a graduação em Engenharia Elétrica. Na primeira saída ele buscava realizar um sonho de infância ao tentar ser jogador profissional de futebol. O sonho não teve sequência e ele retornou para a casa dos pais traçando objetivo de seguir nos estudos. Define que sua opção por deixar o meio rural está pautada em interesses profissionais. Segundo ele, haveriam possibilidades para que permanecesse e trabalhasse nas atividades agrícolas junto com sua família, mas conceituou que ele entendia-se como “um cara meio ambicioso” e o meio rural não seria o espaço onde conseguiria alcançar o que ambicionava. Ressalta que não era o local ou as condições de vida que o haviam feito migrar, mas as oportunidades de “crescimento” ou, como diz, “não vejo expectativa de crescimento profissionalmente aqui”. Considera uma caracterização particular quando tangencia as “suas” opções de vida. “Eu na verdade preso meio que pelo crescimento financeiro e social das pessoas. Claro aqui é muito bom de viver, mas quem quer crescer financeiramente aqui não tem oportunidade pra isso”. Significaria limitar os interesses. Vide que estes interesses não se ligam simplesmente a um ganho de renda, por exemplo. É uma noção de novos ofícios, de novos rumos, de novas situações sociais.

Justifica ser uma característica própria o desejo “de sair, de conhecer coisas novas, novos desafios”, como alguém que quer “novos desafios”. Isso, em sua percepção, é possível apenas no mundo urbano. Ainda que não represente em si uma reprovação tácita ao mundo rural é uma sobreposição do urbano em torno deste. Isso fica mais claro quando assevera que o principal fator de limitação do meio rural seria a falta empregos: “[...] não existem indústrias aqui pros jovens trabalharem. Os únicos que estão aqui estão trabalhando com os pais na agricultura. No meio rural aqui é bem precário nesse termo. A única coisa que eu acho mesmo que falta aqui é isso. É indústria pra dar oportunidade.” Inquirido sobre a existência de trabalho no meio rural, Pedro tangenciou e construiu uma representação importante. Disse que “serviço tem aqui também. Serviço no meio rural tem. Isso não da pra dizer que não tem, porque tem. O problema é que vai ser sempre uma rotina igual sabe?”. Complexifica-se a partir daí a relação que estratifica o trabalho em termos não só dos ganhos financeiros. A própria noção que modifica o discurso ao afirmar em um momento que na comunidade não existem oportunidades de emprego, mas, posteriormente, reafirma que existe ali trabalho,

coloca em voga uma definição de que o “trabalho” rural não é salutar. Já o “emprego” urbano o é.

Liga-se a perspectiva de mais oportunidades, de emprego, de renda e crescimento profissional à necessidade de estudos. Pedro garante que a saída do meio rural para ser salutar deve estar direcionada a atividades de retorno financeiro e para isso é preciso ter estudo. Diferente disso, considera melhor o jovem permanecer. É imprescindível que o migrante saia “direcionado”. Portanto, sair para estudar é o início de um caminho promissor fora da agricultura. O contrário pode ser frustrante. Na opinião dele, “hoje em dia não dá pra fazer mais nada sem estudo. Então primeira coisa é estudar mesmo”. No seu caso, a migração para a cidade de Palhoça se deveu ao interesse em estudar. Lá conseguiu trabalho e atualmente não cogita retornar para o meio rural. Ratifica que “eu sou meio ambicioso, então pretendo ficar lá definitivo”, embora o local onde viveu a maior parte da sua vida lhe traga manifestações de afetividade, como explica:

Estou com trabalho agora trabalhando na área, desde que cheguei, são 3 anos lá já e sempre trabalhei. No emprego que eu estou agora faz um ano, mas já trabalho na área, trabalho numa empresa de engenharia, então estou meio pensando em me estabelecer lá. É, aqui é um lugar bom pra viver, aqui em Palma Sola é muito bom pra viver, mas eu não tenho expectativa de crescimento aqui, não vejo pra mim.

Na fala de Pedro e dos demais entrevistados constatou-se a importância das relações de migração, que, no caso, se estabelecem pela existência de uma rede de atração e acolhimento. Os locais de destino são, via de regra, onde exista um familiar, um amigo ou ao menos algum conhecido. O exemplo de Pedro é didático. Ele relatou que o local escolhido para realização de seu curso universitário, a cidade de Palhoça/SC, foi determinado pela existência de familiares que residiam próximos:

[...] eu queria fazer Engenharia Elétrica, foram poucos lugares que oferecem esse curso. Aqui em Santa Catarina na verdade que eu achei foi Joaçaba e lá pro litoral. Então Joaçaba ficava muito longe de tudo, ficava muito longe do meu pai ou de qualquer parente que eu tivesse, então ia ser distante. E lá em Palhoça não, eu tenho alguns familiares que moram lá perto na cidade de Imbituba, então são 60 Km [...] ⁶²

José, 21 anos, o filho mais velho de uma família com dois rapazes, sendo que seu irmão ainda permanece no meio rural, saiu de Palma Sola para residir na cidade de Ponta Grossa/PR, a fim de cursar a faculdade de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. A opção

⁶² A cidade de Joaçaba/SC fica distante cerca de 250 Km de Palma Sola/SC, enquanto que a cidade de Palhoça/SC fica à 780 Km.

pela cidade se deveu principalmente ao fato de que havia um tio que lá residia. Afirma que mesmo tendo vivido toda infância e adolescência no meio rural já havia premeditado sua saída para possibilitar seus estudos. Justifica sua saída pelo aspecto de crescimento pessoal, calcado também em sua ambição. Expõe que o jovem do meio rural que não se articula para seguir os estudos fica à mercê de duas opções: permanecer na agricultura e trabalhar no meio urbano numa ocupação qualquer. Essas opções, em sua opinião, não conferem uma projeção de vida satisfatória, principalmente um emprego urbano sem qualificação. Nesse caso, diz que “não é uma fonte de renda segura, você não consegue, digamos, manter uma solidez na tua vida com isso e é demasiada pequena a faixa salarial e tudo mais que se tenha a disposição. É uma renda baixa e pouco confiável”. Portanto, soma argumentos para definir uma projeção de crescimento em relação a sua migração:

[...] no meu caso seria a vontade de aumentar opções e ter mais opções de renda, serviços disponíveis, para a própria ambição pessoal. Ambição no caso de saber até aonde você quer chegar, nesse, nesse sentido de ambição. De você não ficar limitado, por que o meio rural é limitado, você tem um limite de até onde você consegue, de, até o quando você consegue produzir na sua propriedade. E no meu caso, digamos que para as minhas pretensões, seria pouco.

Ainda que em busca de crescimento, José não considera o ambiente rural ruim. Ponderadas as críticas em relação à limitação de ambição pessoal, o meio rural em sua proposição é a de que “se for analisar a parte de vivência mesmo, a convivência entre o pessoal, ou os fatores como alimentação, moradia, sossego, são fatores positivos e que não são alcançados no meio urbano, não tem como chegar a um nível como no meio rural”. Todavia, ele não manifesta intenção de retornar ao meio rural: “a intenção desde o princípio, desde a decisão de tentar um curso superior foi a de não retornar ao meio rural como agricultor. Já fui para abrir um leque maior de possibilidades, oportunidades, maior número de opções também, pra trabalhar, pra seguir e montar uma carreira”. Ainda que considere ser possível obter uma boa renda numa propriedade rural, faz um adendo a referenciar as dificuldades a que as atividades produtivas da agricultura estão circunscritas, de modo a contingenciar uma relação de dependência:

É por não ter uma espécie de garantia de renda, digamos assim. Você, este ano no caso, com a seca, você consumiu praticamente toda a produção agrícola, aí você fica dependente, fica vulnerável financeiramente, dependendo da ajuda de governo e de outras instituições. Então você não tem uma garantia, não tem a garantia própria, tipo “tá” dependendo de outros, não de você mesmo pra ter a sua renda digamos assim. Isso é um dos fatores que influencia, onde você não depende apenas de si mesmo pra ter a sua renda.

Conforme Pies (2001), os problemas climáticos como estiagens, enxurradas, granizo ou geadas inferem danos que podem ser substanciais na safra e na estabilidade financeira do agricultor. Aliado a isso, a prática de preços que flutuam demasiadamente não expressando uma segurança de ganhos acaba por desestimular a atividade agrícola. Indica ainda que se comparada, a remuneração do agricultor é menor do que a do trabalhador do setor secundário e terciário. Por conseguinte, “de tanto perder, chega o dia em que a decisão é não plantar, e sim, tentar uma vida melhor nas cidades” (PIES, 2001, p. 32), fato que os jovens acabam antecipando antes mesmo de tornarem-se agricultores autônomos. Nesse caso, a decisão é diretamente a migração.

Agenor, 28 anos, primogênito de uma família com três filhos, deles dois rapazes e uma moça, todos migrantes, referiu-se a existência de um tio que residia na cidade de Balneário Camboriú/SC, onde foi morar e trabalhar como auxiliar de escritório quando deixou a comunidade de seus pais. Seu objetivo era também o de encontrar melhores níveis de renda. A decisão foi tomada aos 17 anos, também quando concluíra o Ensino Médio. Descreve assim a sua trajetória de vida:

Então, a minha família é de Novo Cerro Azul, interior do município aqui de Palma Sola. Eu morei lá até os meus dezessete anos, dezessete pra dezoito anos, estudei lá, fiz ensino médio e “tal”, sou filho de agricultores “né?”. Com dezessete anos eu fui morar em Balneário Camboriú, eu fiquei lá alguns meses e depois voltei, voltei pra Palma Sola e fiquei com os meus pais mais um tempo. Com dezenove anos eu fui pra São Paulo e daí morei lá mais uns sete meses, fui trabalhar lá também, churrascaria esse tipo de coisa. Voltei pra Palma Sola, morando de novo com meus pais no meio rural, daí eu acabei que comecei a estudar, fazer faculdade e me formei em Matemática. Nesse período eu dei aulas aqui no município, trabalhei como professor e acabei fazendo pós-graduação também. Trabalhei um pequeno período na prefeitura de Flor da Serra do Sul/PR, depois na Cidasc⁶³ – que faz fiscalização de área vegetal aqui no Estado - e em 2008 entrei no banco, no “Banco do Brasil” e estou aí até hoje.

As idas e vindas representadas por Agenor exemplificam uma busca por qualificação e pelo desejo que boa parte dos jovens rurais nutre em relação à projeção profissional. O objetivo de saída foi, como manifestou, uma busca para viabilizar a qualificação, que, por seu turno, engendra numa melhor condição de empregabilidade. Em suas palavras: “como é que eu vou trabalhar lá se eu quero continuar estudando? É difícil”. No início, na primeira saída, disse que queria conhecer e perceber as possibilidades fora da agricultura. Nesse momento trabalhou como “office-boy”. Já na segunda vez que migrou objetivava definitivamente amealhar algum recurso para investir em seus estudos. Seu trabalho era numa churrascaria na capital paulista. Revela que entre os colegas de trabalho a maioria eram migrantes da região

⁶³ Companhia de Defesa Animal e Vegetal do Estado de Santa Catarina.

Sul, boa parte da região Oeste catarinense e destes maciçamente filhos de agricultores. Entende que essa migração se deve apenas a questão da renda, uma vez que “a maioria do pessoal não estava lá por outro motivo a não ser esse. É porque não tinha outra opção, todo mundo, com quem você conversar, ninguém estava lá por gostar da cidade, é difícil se adaptar”. Justifica esse “não gostar da cidade” principalmente pelos altos preços a que estavam submetidos para inserirem-se na dinâmica do lugar. Assim, se o jovem desejasse criar vínculos na cidade gastaria todo o dinheiro que estava tentando guardar. Relata que nesse sentido a maioria dos jovens que trabalhavam nesse ramo de serviços gastronômicos desejava retornar para o local de partida, mesmo que não fosse para retomar a atividade rural. Alguns, ou uma minoria, por já estarem na cidade por muito tempo acabavam se estabelecendo, casando-se e não retornavam.

Quando questionado sobre o motivo pelo qual deixou o meio rural, foi enfático ao eleger a perspectiva de renda. Retoma o postulado da não possibilidade de viver do trabalho na pequena propriedade de seus pais. Segundo indica, a sobrevivência da família estaria ligada a saída dos filhos, já que responderia apenas a demanda financeira de seu pai e sua mãe. Por conseguinte, entende que adquirir um lote para si seria um investimento muito alto e com retorno demorado e não garantido:

O motivo é renda. Precisa ganhar dinheiro, não tem. O meu pai hoje, o pai tem menos de dez hectares de terra lá, nós éramos em três irmãos, é impossível, não que não seja impossível, mas dificilmente tu conseguiria “né”, conseguir fica lá, não tem é muito complicado. É por renda mesmo não tem, você precisa ganhar dinheiro. Não por não gostar, eu gostava de lá se tivesse renda lá, se pudesse eu teria ficado, mas não deu, não dá.

Lateralmente, expressa que além da renda – como elemento prioritário – a estrutura de serviços e opções sociais a disposição dos jovens influi em sua decisão de partida ou permanência. Cita tanto a estrutura comunitária, quanto acesso a educação de qualidade, transporte, meios de comunicação – especialmente acesso à internet. Entende que atualmente as diferenças entre essas opções percebidas em paralelo a cidade tem diminuído, embora ainda se manifestem.

Ricardo, 24 anos, o segundo nascido de uma família com quatro filhos, sendo duas moças – a primeira e a terceira pela ordem de nascimento – e um irmão caçula, migrou para a cidade de São Paulo aos 18 anos, logo que concluiu o Ensino Médio. Em Cerro Azul, por não ser filho de agricultores, não via possibilidade de permanência. Transferiu-se para a capital paulista a fim de trabalhar em uma churrascaria. Como define sua trajetória:

Fui crescendo, estudando, trabalhando até chegar nos dezoito anos e sair praticamente de casa, por que minha família não tinha muita estrutura pra mim conseguir ter uma renda boa e ficar lá, ter uma vida, conseguir estudar. A gente foi procurando outros espaços, buscar outras maneiras de conseguir ter uma renda sem depender da família.

Após onze meses em São Paulo retornou para Cerro Azul ficando ali por poucos meses. Voltou a migrar, agora para à cidade de Feira de Santana, estado da Bahia, também para trabalhar em churrascaria. Após um ano na Bahia retorna para Cerro Azul, onde fica por mais de um ano trabalhando na construção civil, até mais uma vez migrar para o estado de São Paulo, mais precisamente para à cidade de Campinas/SP. Lá trabalhou novamente em churrascaria, por um período de três anos. Acabou voltando para a cidade de Palma Sola, agora no meio urbano, onde obteve um emprego como açougueiro. Em todos os episódios de saída contou com o contato e o apoio de amigos e parentes que já trabalhavam em restaurantes na cidade de São Paulo/SP, e em Feira de Santana/BA, os quais lhe arrumaram o emprego e lhe acolheram no local de destino. Nesse sentido, a motivação de migração tangencia uma inserção no mercado de trabalho e ascensão à renda, fato comum entre jovens da comunidade que não são necessariamente filhos de agricultores e, portanto, têm chances restritas de se vincularem a atividade rural. Como relata Ricardo, “praticamente todas as vezes que eu fui, que eu saí, foi envolvido com churrascaria, por causa da renda, sempre ganhava bem”.

Um mecanismo provisório de inserção de trabalho entre os jovens da comunidade não filhos agricultores, é o trabalho como diarista, como peão. Conforme destaca Ricardo, além da perspectiva da renda, pesa também como fator de saída a busca por independência. Essa independência seria vinculada a construir um projeto de vida e vivenciar práticas sociais menos condicionadas as “normas” familiares. “Não depender tanto da família, não depender de ter que seguir normas. Tu faz o que tu quer, tu tem dinheiro tu faz, tu ta em casa e não tem, tu tem que, tipo, seguir normas”. Essa posição é corroborada por Pies (2001), ao referir que é comum nas regiões coloniais do Sul do Brasil nem sempre ocorrer remuneração do trabalho doméstico, além de que o controle da renda fica recluso nas mãos do patriarca, impedindo o livre acesso ao dinheiro e provocando constrangimentos aos demais membros da família. Esta situação tende a incentivar os jovens a buscar independência financeira, geralmente no meio urbano.

Paulo, 18 anos, é também filho de agricultores da comunidade. É o filho caçula de três irmãos, sendo dois rapazes e uma moça, todos migrantes. Sua família, no entanto, migrou para Cerro Azul em 2006. Ele migrou para o meio urbano do município de Palma Sola há menos

de um ano para trabalhar numa empresa de fibras plásticas. Segundo o que informa, sua decisão encontra justificativa no sentido de viabilizar o projeto de estudo em nível superior e o emprego que lhe garante uma mínima estabilidade financeira. Defende que a motivação para a migração dos jovens do meio rural é o acesso a emprego e estudo. Considera, como os demais, o meio rural como um lugar tranquilo, mas inviável no sentido da formação estudantil. Manifesta pouca pretensão de retorno, apenas se existir possibilidade de empregabilidade, assim como afere no sentido de que esse seria o mecanismo para que jovens permanecessem.

Cláudio, 19 anos, o filho mais velho da família que tem ainda uma irmã – até então “permanecente” – deixou a casa de seus pais na comunidade de Cerro Azul aos 18 anos. O destino foi a cidade de Guarulhos/SP, para trabalhar numa churrascaria. Em sua opinião a saída foi motivada “por novas oportunidades e melhor salário”, no sentido de uma “busca por melhores condições de vida no sentido financeiro e mais oportunidades de trabalho”. Nesse sentido, entende-se que justapõe a noção de que é necessária uma “valorização do trabalho na agricultura”, tanto em renda como em importância prática. Considera a vida no meio urbano mais vantajosa por dispor de mais opções tanto de emprego como de lazer, ainda que enfatize o ritmo acelerado que expõe o indivíduo ao stress e cansaço.

Samuel, 22 anos, migrou para cidade de São Miguel do Oeste, em 2008, para estudar. Retornou para a casa dos pais no mesmo ano ainda continuando os estudos. Seus pais são moradores da vila de Cerro Azul. O pai é professor estadual e a mãe divide uma rotina de dona-de-casa e agricultora, uma vez que a família possui um sítio nos arredores da vila. Ainda que pudesse assumir a condição de agricultor, a dificuldade de investimento que demandaria para tal intento e o incentivo dos pais foi preponderante para dedicar-se aos estudos. Atuou temporariamente como professor em 2009 e 2010. Em 2011, Samuel trancou o curso de graduação que fazia e foi trabalhar com seu tio em uma churrascaria em Curitiba. Voltou em 2012 para retomar os estudos. Atualmente mora na cidade de Palma Sola onde trabalha como mecânico.

Na opinião dele a motivação para sair está ligada ao interesse por estudos, o que sucessivamente pressupõe o interesse em uma melhoria financeira. “Procurar melhores serviços. Estou indo, fazendo faculdade eu consigo, sei que consigo mais fácil um serviço fora daqui do que aqui mesmo. Vou trabalha aí fora”. Da mesma forma justifica a saída de outros jovens ao referir que “é preciso trabalhar”, numa clara aceção de que se ficar no meio rural não trabalhará, isto é, está implícito que a atividade rural, como filho de agricultor, não é um emprego, algo que garanta renda. Em alguma medida a saída não é de fato um projeto de vida,

é uma busca ainda indefinida – como também pode ser pensada a permanência. A definição está no sentido de buscar uma outra condição, uma nova e diferente oportunidade, que, em tese, é uma incógnita. Analisando esse aspecto, Samuel defende que os jovens do meio rural, tanto migrantes ou não, mantêm um caráter de expectativa intermitente no sentido de construir sua vinculação social. Em suas palavras: “eu acho que poucos têm um projeto de vida, assim bem definido, muitos esperam as coisas acontecer. Pra ver no que vai dar”.

Afirmou que a comunidade de Cerro Azul oferece uma condição de vida muito boa, exemplificada pela tranquilidade, pelas relações de proximidade, mas reverteu essa noção quando se refere à falta de oportunidades para os jovens dali. Oportunidades são, nesse caso, lidas como opções de emprego e condições de dar sequência aos estudos. De alguma forma fica evidente a manifestação de um projeto de vida baseado em características rurais. Esse aspecto é latente quando discutida a inserção dos jovens rurais ao consumo, delineado pela posse de recursos financeiros. Convenciona-se entre as demais falas que os jovens gastam o parco, ou “contado” dinheiro que detêm, em roupas e em lazer, porém quase sempre precisam solicitar pequenas quantias aos pais. Essa relação infere uma sensível falta de autonomia entre os jovens, pois os pais exercem um controle não só na quantidade de dinheiro gasto, mas também na forma como o foi, como explica Samuel:

Eu acho que grande parte precisa pedir o dinheiro pros pais, até então que muitos saem daqui porque ouvem conversas de outras pessoas que trabalham fora: “nossa lá em tal lugar ganham tanto o dinheiro que eu ganho eu faço o que eu quero”. Por isso que a maioria também sai daqui né cara, pra ter o trabalho deles pra pegar o seu dinheiro e gastar no que querem. E aqui hoje em dia eles vão ter que, pra sair um fim de semana vão ter que pedir dinheiro pro pai e a mãe no outro fim de semana também e assim vai indo né cara.

Essa inserção de consumo tida como diferenciada ou diminuta é compensada pela condição de minorarem-se os gastos a que os jovens estejam sujeitos. Ou melhor, o jovem não precisa preocupar-se com certos serviços sociais, pois moram em casa própria, tem alimentação à disposição e são oferecidos gratuitamente oportunidades de lazer na comunidade, principalmente atividades esportivas. Samuel defende que o jovem rural gasta menos porque precisa fazê-lo também em menor quantidade. São “poucas as despesas, muito diferente da cidade, na cidade tu vai sair praticamente tá gastando. Tu sai de casa já tá praticamente gastando teu dinheiro”. Defende a ideia de que os jovens do meio rural têm mais “dinheiro na mão” em relação aos jovens do meio urbano, uma vez que para os primeiros haveria um “sobra” maior. Relata que “se for ver uma pessoa que trabalha na cidade aí, ganha setecentos, oitocentos ‘pila’ por mês, mas se vai dividir dia por dia ganha quase menos que

um jovem do interior”.

Retoma sua tese de que a migração se sobrepõe a permanência também pelo fato de ocorrerem conflitos internos nas unidades produtivas familiares. Esse fato implicaria diretamente no sentido de manter o jovem no meio rural ou de impelir o abandono desse local. “A maioria não se acertando com pai e mãe vai procurar uma coisa melhor. Daí já com a cabeça feita do salário próprio e vida mais livre fora de casa ele vai procurar sair. Já meio balançado com a situação, ainda com conflito na família, quase certo que ele vai sair de casa”. Considerando que, em seu caso, poderia vincular-se a atividade rural, até com certo incentivo dos pais ele considera que essa possibilidade é viável apenas se puder conciliar a profissão de professor com a de agricultor, assim como faz seu pai. Nessa fala, retorna a formulação de um viver “no” meio rural, mas não um viver “do” meio rural.

Ao ser questionado se o trabalho em restaurante é uma boa opção para os jovens rurais, Samuel disse que isso mais lhe parece uma “ilusão”. Ponderou, porém: “eu acho que dependendo da situação, se não haver mesmo, que o cara não consiga trabalhar aqui pode ir que ruim não é. Eu trabalhei não me arrependo, mas se fosse aconselhar mesmo que conseguisse um serviço aqui perto eu digo que era melhor ficar por aqui”. Esse tipo de trabalho representa boa parte das migrações dos jovens rurais da região sul do Brasil, especialmente oriundos do meio rural, como destaca Silvestro et al:

É do oeste de Santa Catarina que se origina uma considerável quantidade de jovens trabalhando hoje em redes de churrascarias e lanchonetes nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Trata-se de migração altamente organizada: somente as duas maiores agências voltadas a esta atividade, localizadas em São Miguel do Oeste e Guaraciaba, colocaram nada menos que 700 jovens, na sua grande maioria rapazes, em São Paulo e no Rio de Janeiro durante o ano de 2000. (2001, p. 24).

Sondando os vários depoentes, inquiriu-se o valor aproximado dos salários pagos nos restaurantes e churrascarias na região Sudeste e Nordeste. Obteve-se um valor que oscilava entre R\$ 800,00 a R\$ 1.500,00. Esse valor depende da situação em que está o funcionário. Se morar no alojamento do estabelecimento e fizer as refeições no ambiente de trabalho, como diz-se, trabalhar livre, há um desconto em relação a quem não fica alojado. Além disso, existe uma gradação entre os funcionários, principalmente nas churrascarias. Geralmente o migrante começa a trabalhar como copeiro, auxiliar de cozinha e de limpeza. É um “faz tudo”. Essa prática justifica-se no sentido de imprimir ritmo e dar conhecimento da dinâmica de trabalho aos recém-chegados. Com o passar do tempo é alçado à condição de garçom. Depois, a de passador, isto é, aquele que serve o churrasco. Entre os passadores também há gradações

conforme o corte de carne que serve. Essa hierarquia se enquadra na nobreza do corte da carne. Assim inicia-se passando “frango com linguiça”, até chegar a passar “picanha”. Quanto maior o tempo de trabalho no estabelecimento e a experiência, maiores são os salários. Em churrascarias mais famosas os salários podem chegar até os R\$ 3.000,00, considerando-se a qualificação do funcionário, que pode alçar a condição de *maître*⁶⁴ ou gerente.

Entre os vários jovens da comunidade que migraram para trabalhar em restaurantes poucos permaneceram na atividade. A maioria retornou para a região e vinculou-se a outras atividades, principalmente no meio urbano. Poucos retornaram para à atividade rural. A pretensão que muitos manifestam ao migrarem, que é a de “juntar dinheiro”, “fazer uma poupança” ou “fazer o pé-de-meia”, é, na maioria dos casos, frustrada. Isso ocorre por uma série de variáveis. Uma delas é que mesmo obtendo um salário que supera a renda imediata que vislumbram no meio rural ele condiciona um poder de compra menor, dados o alto custo de vida das grandes cidades. Outro ponto é a rotina a que se submetem os jovens que trabalham nessas condições. Além de trabalharem em jornadas extenuantes de 12 horas diárias, só obtêm uma folga por semana, quase sempre nas segundas-feiras. O sentimento de fechamento e isolamento social faz com que muitos deem vazão à liberdade da folga gastando quantias significativas de seus salários. É comum ouvir relatos de que não era possível “juntar dinheiro” porque no dia de folga ia-se para a balada e gastava-se mais de R\$ 500,00 em uma única noite. Aqueles que migravam como casais tinham mais chance de amearhar uma poupança, já que confrontam um projeto de vida mais efetivo e premeditado, calculando os gastos. É mais comum, por exemplo, perceber o retorno de casais para inserirem-se no meio rural do que jovens solteiros.

O fluxo migratório inicialmente foi ao sudeste. A partir dos anos oitenta do século passado significativo deslocamento de jovens rurais migrou para estabelecimentos de churrascarias em São Paulo e Paraná, com recrutamento preferencial pelos filhos de agricultores, portadores de *habitus* que lhes era e é peculiar: suportavam longas jornadas de trabalho em pé, percorrendo as mesas, preparando saladas ou limpando copos; eram considerados obedientes e não criavam problemas no serviço. Seguramente que os jovens não foram socializados para estas atividades. O contingente era predominantemente masculino e executava tarefas que na roça seriam consideradas femininas. Fizeram a reconversão das atividades e valeram-se da campesinidade internalizada, ou seja, orgulhavam-se da experiência internalizada na agricultura que lhes dava suporte para as o labor urbano. Esses jovens criaram uma rede regional de recrutamento de migração de trabalhadores para os estabelecimentos de alimentação no sudeste, no qual a indicação de um servia de passaporte ao recrutamento de outro, em geral parentes ou conhecidos. (RENK; DORIGON, 2012, p. 7-8).

⁶⁴ Chefe do atendimento nas mesas e que coordena o trabalho dos garçons e passadores.

De acordo com Renk e Dorigon, esses jovens migrantes aprenderam a se auto explorar e como tirar proveito disso. Ora aceitam maior carga de submissão, ora barganham melhores salários e condições de trabalho. Em certa instância a própria migração assume um caráter prestigioso (MAUSS, 2003), já que quando retornam – definitivamente ou a passeio – terão um cabedal de novas experiências e novos conhecimentos que superam e fascinam aqueles que permanecem no meio rural. Exemplificando de forma mais peculiar, é possível perceber o *status quo* expresso pelos jovens que tendo migrado voltam para passar férias com carro próprio, vestes despojadas e demonstrando a disposição para gastar, isto é, retornam com “dinheiro no bolso”.

Cabe considerar ainda que a migração para trabalhar no setor gastronômico institui um viés de gênero masculino. São os rapazes que de forma mais clara recebem propostas para migrarem. Dificilmente migrará para essa função uma moça solteira. Se for, é na condição de cônjuge. A rede de cooptação e contratação desses operários se reveste de uma estruturação significativa. Existem na região duas agências especializadas em empregar jovens em restaurantes e churrascarias. Além das agências, como visto nos depoimentos, muitos dos jovens são requisitados por amigos ou familiares que já estão na atividade. Os estabelecimentos costumam subsidiar, inclusive, as passagens para os migrantes. Esses jovens são essencialmente rapazes oriundos do meio rural. Eles confirmam um perfil desejado para esses estabelecimentos, pois manifestam traços da cultura gaúcha⁶⁵ e tem um comportamento de aceitar a rotina do trabalho com tranquilidade, taxando-a de início como trabalho leve, na sombra.

Embora esse discurso esteja revestido de mistificação e interesses alheios, esses jovens reproduzem que os patrões preferem o “pessoal do sul e da roça” porque são ágeis, dedicados e não reclamam do serviço. Seriam o que Lazzarotto (1981) define como “trabalhadores dóceis”. Segundo ele, “a mão-de-obra oriunda da região colonial é sempre bem vinda para quem pretende utilizar uma política calcada no trabalho do homem: é dócil, é forte, não tem os vícios dos calejados trabalhadores urbanos, e inicialmente suas aspirações são muito tímidas e legitimadas”. (1981, p. 82). Atualmente, a migração para este tipo de trabalho parece ter diminuído, uma vez que as perspectivas são menos promissoras, já que os salários tendem a reduzir-se e as condições de trabalho e moradia estão se precarizando, conforme afirma Silvestro et al. (2001, p. 24).

⁶⁵ A identidade cultural da população da região Oeste catarinense é fortemente influenciada pela cultura gaúcha, uma vez que o processo de colonização se deu a partir de migrantes daquele estado. É comum perceber elementos de gauchismo no que tange ao sotaque, no hábito do chimarrão e do churrasco, ao torcer para times do Rio Grande do Sul, nos CTGs, nas músicas ouvidas, nos jornais lidos, etc.

João, 25 anos, filho caçula de quatro irmãos, sendo outros dois migrantes e um que ainda permanece na comunidade, embora com atividades não essencialmente agrícolas, defende sua saída como forma de adquirir “novos conhecimentos”. Estudou, formando-se na área de Administração, ramo no qual trabalha atualmente. Migrou com 18 anos, depois de formado no Ensino Médio, para trabalhar na cidade de Teutônia/RS. Lá seu irmão mais velho tinha um restaurante e lhe deu emprego como garçom. Ratifica que os jovens deixam o meio rural porque “visualizam na cidade um número maior de oportunidades”, que inexistem no meio rural pela “falta de incentivos de governos e lideranças em relação a agricultura familiar”. Com essas respostas, João reacende um postulado presente também entre os demais. Uma crítica velada que não exemplifica que projetos deveriam ser fomentados no meio rural para prover os jovens com “oportunidades”. Como os demais jovens migrantes, conceitua oportunidades como condições de empregabilidade na própria comunidade. Essa aceção é inerente ao fato que confere uma nova matriz referencial aos jovens rurais, isto é, uma referência urbana.

Acredito que a decisão não vem só do meio onde se vive e sim da economia da região e país. O trabalho no meio rural nos últimos anos foi desvalorizado e castigado por questões climáticas. Se recordarmos um pouco, anos atrás existiam muito mais jovens no interior, sendo que não existia ginásio de esportes e outras opções de lazer. A estrutura da comunidade não decresceu daquele tempo pra cá, ela só cresceu. O que decresceu foi o número de habitantes. As referências pros jovens de hoje não são mais as pessoas que ficaram no interior e sim aquelas que saíram.

Francisco, 28 anos, outro “filho do meio” entre mais dois irmãos, sendo um rapaz e uma moça, que da mesma forma são migrantes, é um exemplo de uma egressão para qualificação profissional. Filho de agricultores, ele deixou o meio rural aos 15 anos de idade. É um dos poucos casos de saída antes da conclusão do Ensino Médio. Mudou-se para a cidade de Porto Alegre/RS. Na capital gaúcha cursou o Ensino Médio concomitantemente ao trabalho de estagiário. Após três anos na cidade conseguiu um emprego formal, no qual se mantém até a presente data, agora residindo na cidade de Passo Fundo/RS. Ingressou no ensino superior e obteve a titulação de graduação em Relações Públicas. Conforme explica, o anseio por melhores níveis de estudo e, por consequência, de renda foram os maiores fatores para sua migração:

A motivação para sair deste meio está ligada à falta acesso à educação superior e à oportunidades de trabalho diferentes da agricultura familiar. Não tinha como objetivo de vida continuar trabalhando na roça, pelas dificuldades que meus pais e

vizinhos sempre tiveram, como falta de incentivo, vulnerabilidade às intempéries climáticas, baixo valor agregado à produção, limitação financeira, etc.

Em sua opinião, os jovens saem do meio rural por viverem ali em “condições precárias de vida”, inclui ainda a falta de acesso aos estudos, a exigência de dedicação exclusiva às propriedades, fator que acarreta falta de tempo para lazer e cultura, e vulnerabilidade às condições climáticas. Porém, não seria apenas a ação de uma forma interna do meio rural que motivasse o jovem a abandoná-lo. Reverbera que existe o ensejo dos jovens rurais comprarem um discurso de rápida e efetiva ascensão social no espaço urbano. Nesse sentido, como descreve, “o jovem vê esta possibilidade no meio urbano, mas não enxerga as mesmas possibilidades com relação ao meio rural”. Analisando a sua saída relata que foi motivado por uma “ilusão de que no meio urbano o padrão de vida fosse muito superior ao padrão de vida encontrado no meio rural”. O rural torna-se espaço desvalorizado, porque a produção oriunda dali economicamente também o é e consequentemente a projeção de vida ali se torna problemática. Aqueles que dependem de uma renda essencialmente agrícola veem-se, segundo ele, em situação difícil para o sustento das necessidades básicas e sem projeção para inserção no mercado de consumo de outros itens. Francisco justifica isso como o fruto de uma política de baixos investimentos no campo.

Os jovens mais pobres e, portanto, com menores perspectivas no ambiente agrícola são os mais suscetíveis à migração. Para esses indivíduos migrar é livrar-se da exclusão que sofrem no campo. (SILVA; SCHNEIDER, 2010). Existe uma geração que se torna um excedente de mão-de-obra nas unidades familiares que deverá migrar. Isso ocorre por conta do tamanho das propriedades, pelas características do solo, pela mecanização ou a efetivação de sistemas produtivos mais eficientes – que mesmo podendo gerar mais produção não significa maior renda. Nesse sentido, é importante ressaltar a diminuição da produção de fumo e milho, que utilizam grande quantidade de mão-de-obra, porém não resultavam em ganhos reais aos trabalhadores. Com o uso de mecanização na ordenha também se diminuiu a demanda por força de trabalho, embora que não utilizá-la não fará aumentar a renda obtida e necessariamente manter o jovem no meio rural.

Todavia, o ponto nevrálgico dessa questão parece ser a emergência de uma conjuntura onde o jovem se vislumbra e sente-se fascinado pelo urbano. Como destaca Spanevello, a possibilidade que os jovens da contemporaneidade têm de circular pelo urbano, de receber mensagens urbanas, “acaba gerando e aumentando as perspectivas de saída”. (2008, p. 91). Os valores urbanos lentamente procedem no sentido de relativizar os elementos rurais, incitando conflitos geracionais entre pais e filhos e acelerando a migração. (SPANEVELLO, 2008, p.

92). A cidade não lhes evoca a certeza de sucesso pessoal, mas incita-lhes o paradoxo de oferecer “várias oportunidades”. É uma conceituação nem sempre factível, mas esperançosa. Paim (2006, p. 131) compara esse fascínio pela cidade a partir da introdução dos pacotes tecnológicos modernizadores na agricultura. Segundo ele, esse processo estabeleceu uma dupla transformação, ao colocar o agricultor como refém do mercado e como um consumidor engajado de itens urbanos. Essa dinâmica incitou-o a criar certas dependências que até então não lhe eram percebidas. A cidade torna-se o centro das relações sociais estabelecidas também pelos homens do campo. Viver lá transparece uma objetividade para os jovens que pesam seus ganhos, seus esforços e medem as pertinências do ficar e do ir, como expressa Renk:

Além dessas mudanças que ocorreram no campo, não podemos esquecer o fascínio que a cidade exerce sobre o camponês; para ele alguns elementos do cotidiano assalariado são considerados vantajosos, quando, inevitavelmente, fazem a comparação com as oportunidades e as “vantagens” que a cidade e o trabalho urbano oferecem, como horário de trabalho fixo, feriados, férias, folgas semanais, o salário no final de cada mês trabalhado. Todos esses elementos fizeram com que ocorresse em nossa região um processo intenso de migração para a cidade. (1994, p. 32).

Contrariamente a outros depoentes, Francisco considera possível um retorno para a agricultura, entretanto não na condição de depender dessa renda para sobreviver. Seria um projeto pós-aposentadoria, algo mais próximo a um *hobbie* que uma atividade laboral produtiva. Exemplifica-se nesse ponto, a ligação identitária ao lugar muito mais do que a ruralidade em si. Pode-se afirmar que no processo de saída exerce-se uma dicotomia em relação ao lugar, a comunidade de Cerro Azul propriamente dita. No momento de tomada da decisão a estrutura comunitária influi tanto no sentido de manter como expulsar os jovens. Suas carências importam em saída, suas benesses em permanência. E não encontra-se unanimidade sobre esses elementos que qualificam e desqualificam o local.

Francisco considera que a vida e a estrutura comunitária de Cerro Azul “pode” incentivar os jovens a deixarem o meio rural: “diria que a falta de estrutura para algumas atividades de lazer e educação, somadas aos costumes locais, que inclui o conservadorismo e a invasão de privacidade, priva o jovem de exercer sua liberdade de expressão e inovação”. Essa percepção compõe uma analogia que questiona a imagem da comunidade e da vizinhança apenas como salutareas e sem expor conflitividade. Para Polanah, “o estado de vizinhança não é nem nunca foi um estado normalmente pacífico. Sob a capa de entendimento harmônico entre pessoas e famílias circulam os ódios, as invejas, as tensões, o egoísmo, a má

fê, a deslealdade, enfim”. (1993, p. 1). Esses comportamentos muitas vezes incidem sobre os jovens que expressam atitudes não aceitas pela coletividade de mais idade.

Para Ricardo, a importância da comunidade está ligada a um sentimento ao qual os jovens estão expostos. Seria um misto de orgulho e de visão histórico-identitária. Em suas palavras expressa que “na comunidade eu sempre tive assim, digamos, eu tinha orgulho de morar lá, por que se eu não gostasse eu nem tinha retornado. Eu sempre senti pena ter que sair, mas o único motivo realmente foi ter independência e renda”. Entende, ainda, que a estrutura e as instituições que subsistem na comunidade têm grande importância para aqueles que ainda permanecem:

[...] é muito importante isso. Vou citar o exemplo da Sociedade Esportiva Sempre Alegre, a gente que cresceu lá que viu quando ela “tava” forte, antigamente, hoje tu vai lá e te dá dó. As coisas lá meio que abandonadas, tipo, o campo de futebol não “ta” mais cem por cento. A escola agora está em boas condições, tem internet, tem tudo, uma estrutura maior, tem ginásio de esportes, mas não tem mais a mesma quantidade de alunos que tinha antigamente. Tipo, já na escola tinha que ser mais antes essas estruturas. Agora já está bem estruturado, tem posto de saúde, tem escola, bem dizer, quase modernizada.

Na visão de Agenor, a comunidade contribui para que o jovem reconsidere sua decisão de partir, mas não é capaz de exercer uma ação determinante, ou como afiança, “não é o que pesa mais”. Segue revelando que “tu pode até ter lá as tuas opções e tal, mas a sociedade é capitalista e você precisa ganhar dinheiro”. Qualifica a importância da existência da escola que oferece Ensino Médio, mas posteriormente a isso a eminência de saída torna-se latente para preencher uma demanda por sequência de estudos. Por mais interessante que possa ser a estrutura de uma comunidade rural, dificilmente oferecerá formação superior, e o caso de Cerro Azul uma permanência vinculada a deslocamentos diários para estudos é bastante complexa, como exemplifica Agenor:

E escola beleza, vai até o ensino médio, mas e depois? Depois se tem que sair, você tem que ir até a cidade pra depois pegar um ônibus e andar mais. O lugar mais próximo aqui é Beltrão e é cinquenta quilômetros. São Miguel é mais setenta quilômetros. Ai tu vai chegar na cidade meia noite e ainda tem que fazer mais doze quilômetros de estrada de chão pra chegar em casa, de manhã ir trabalhar e fazer a mesma coisa.

No entendimento de José, a “estrutura pesa tanto na decisão, quanto opções que você tem. Se está meio interligado as duas, a estrutura faz uma grande diferença”. O problema é que no caso da comunidade a estrutura existente não pressupõe as opções desejáveis, já que essas seriam capitaneadas pela existência de empregos. De qualquer forma, o fato de existir

um mínimo de fundamentação social que alimente algumas das pretensões juvenis é elemento interferente nas decisões. Não como determinante, mas como um sutil ardil tomado e jogado conforme cada caso.

Nesse jogo é preponderante uma noção muito debatida diante da juventude rural. A falta, carência ou iniquidade de opções de atividades de lazer. Para algumas pessoas o jovem rural sai da roça por achá-la maçante, desinteressante, não divertida. Seria isso um mito ou uma realidade? Questionados aqueles que desse espaço saíram obteve-se uma desconsideração em relação ao argumento de que ali não haja opções de lazer.

Para Agenor, a falta de atividades de lazer é um fato no meio rural. Mas utiliza um exemplo cronológico dizendo que atualmente existem mais opções que há dez anos. Comparativamente a possibilidade de lazer entre os jovens de Cerro Azul e os que vivem na cidade de Palma Sola é praticamente a mesma. Se a comparação se estender a um grande centro urbano as diferenças seriam significativas, mas no caso da região não parece haver tamanha desproporção. Expõe Agenor que “o pessoal gosta do lugar, gosta de permanecer lá, se não tivesse absolutamente nada pra fazer lá o pessoal não ia permanecer”.

Samuel entende que o lazer dos jovens do meio rural fica circunscrito a própria comunidade e arredores. Compreende que é com lazer que os jovens gastam parte do dinheiro que acumulam, desejando quase sempre adquirir uma motocicleta para facilitar possíveis incursões em outros locais. Nesse caso uma vinculação de caráter especificamente masculino, pois é praticamente interdito às moças comprarem uma moto. Ricardo completa que a falta de lazer reside na falta de organização dos jovens do meio rural para oportunizá-las. Pressupõe a importância do funcionamento de um grupo de jovens, que, como diz, permitia que “sempre tivesse alguma coisa pra fazer”. José determina que “até faltam, mas não creio que seja esse um dos motivos que levem ao êxodo”. A visão de Pedro abrange o paradoxo de que se o meio rural esvazia-se de jovens, as atividades de lazer tornam-se claramente dificultadas:

Eu acho que falta lazer por parte que os jovens porque o lazer deles é festa. Queira ou não é festa e como todos foram indo embora não tem mais gente pra fazer essas festas, não tem mais estrutura. Eu acho que o que está faltando é gente mesmo pra fazer essas festas e consequentemente começar o lazer de novo. Porque eu me lembro que, eu não posso falar antigamente porque eu não sou tão velho, mas alguns anos atrás quando eu morava aqui, com certeza existia lazer, porque saia muita festa, muita festa, mas hoje em dia não. O principal ponto pra mim em tudo é a falta de gente, de jovens mesmo. [...] Porque eu venho pra cá só fim de ano ainda. Então quando eu venho pra cá ainda tem algumas pessoas, mas eu tenho certeza que quando eu for embora daqui, e muita gente vai embora também, não vai ficar muitos jovens aqui. Não existe, eu estou aqui hoje eu já não vejo muitos então é só isso que está faltando.

É importante problematizar que a existência de atividades de lazer também tem ligação tácita com a disponibilidade de recursos financeiros. Se há pouco dinheiro entre os jovens, haverá poucas perspectivas de lazer. Não será impossibilitada toda e qualquer forma de lazer, mas como desejo, a falta de acesso a certos eventos como shows e festas, ou mesmo a adquirir bebidas, por exemplo, cria um ambiente de “carência lúdica”. Existe a noção de que é preciso de dinheiro para ter lazer. Para ter dinheiro precisa-se de uma renda, que nesse caso é escassa no meio rural. Logo um emprego, geralmente urbano, poderá alterar essa conjuntura e suprir tal demanda. O paradoxo é o de que quanto mais o indivíduo trabalhar mais dinheiro obterá e assim mais lazer terá. Entretanto, o desgaste físico e mental, bem como o tempo atrelado a atividades trabalhistas impedirão a total concorrência para o desfrute lúdico.

De acordo com Marcelino (2000), o espaço urbano é tido como o espaço típico para o lazer. É nele que se encontram os principais “equipamentos” de lazer, tais como bares, cinemas, teatros, danceterias, complexos esportivos, shoppings, etc. – ainda que o espaço doméstico possa ser também um espaço de lazer. Nesse sentido, os bares, as praças e as ruas seriam os locais menos convencionais para a prática do lazer. O primeiro implica diretamente no preconceito que o refere como local do consumo de álcool. Os demais formatam um sentido de dispersão e podem suscitar ilicitudes. Na comunidade de Cerro Azul, a bodega, a praça, o rio, o ginásio de esportes e o campo de futebol são os “equipamentos” de lazer e oferecem uma perspectiva limitada de atividades. Essas são também opções tipicamente masculinas, ao privilegiar os rapazes e negligenciar as moças.

Em todos os depoimentos, portanto, constatou-se que a justificativa para o êxodo se ateve basicamente na busca de melhores oportunidades de trabalho e estudos, levando em conta uma expectativa de melhoria na qualidade de vida. Não há um posicionamento específico em criticar a conjuntura rural como espaço de vida, tanto que todos deixaram claro o apreço pelo local e pelas dinâmicas existentes na vida rural. Mas, no sentido de atividades produtivas, de renda e crescimento – uma ideologia de “progresso” – de fato privilegiaram expor as melhorias que a vida urbana pode oferecer-lhes. Assim, retomando o contexto dos fatores de atração e repulsão leva-se em conta uma dicotomia em que pesam mais significativamente os fatores de atração. De fato, pode-se constatar que os fatores de repulsão dos jovens do meio rural, ou fatores de “push”, em geral, são os seguintes:

I. – *Dificuldade de acesso à renda.* No caso dos jovens, percebe-se que têm menor condição de dispor da renda que decorre do trabalho do grupo familiar. Isto ocorre por dois motivos. Primeiro, pois o quantitativo monetário existente geralmente é escasso. Segundo, porque cabe ao pai (gestor) a posse e a definição do uso do dinheiro. Na maioria dos casos os

filhos precisam pedir quantias que são por sua vez entregues em pequenas partes e com parcimônia; estes fatos referendam a ideia de que o problema é de ordem econômica, como afirma Brumer (2007, p. 84): “a rejeição à atividade agrícola não significa necessariamente rejeição à vida no meio rural”.

II. – *Falta de oportunidades de prosseguimento nos estudos*. Os jovens do meio rural do município de Palma Sola e da região oeste de Santa Catarina em geral têm acesso ao Ensino Básico (Ensino Fundamental e Médio). Entretanto, há uma complexificação quanto ao Ensino Superior. Na maior parte dos casos a oferta de cursos de nível superior existe em universidades distantes, fazendo com que haja a necessidade de deslocamento do meio rural ao urbano⁶⁶.

III. – *Falta de projeção futura*. Na maioria dos casos a projeção de organizar a vida no meio rural transparece como paradoxal em relação a dispor de uma propriedade rural independente, de possuir a estrutura técnica e ferramental suficiente e de lidar com as incertezas da atividade.

IV. – *Falta de opções de lazer*. Ainda que com menor intensidade essa é uma variável que influencia no comportamento de saída. Isto ocorre porque na maior parte das comunidades o número de jovens diminuiu consideravelmente. Com menos pessoas as práticas de lazer também acabam ocorrendo de maneira mais rarefeita. Soma-se a isso a precariedade das estruturas comunitárias e públicas do meio rural palmassolense.

Os fatores de atração estabelecidos pelo meio urbano em relação aos jovens do meio rural, isto é, fatores “*pull*”, são da seguinte conjuntura:

I. – *Acesso “direto” à renda*. Ao tornarem-se trabalhadores assalariados os jovens que antes tinham uma relação de trabalho baseada na ajuda à família, agora têm a posse direta do dinheiro. Além disso, ao estarem fora do ambiente das coações e vigilâncias familiares podem dispô-lo da maneira que melhor acharem conveniente. Explicita-se numa expressão de autonomia.

II. – *Acesso a melhores níveis de estudos*. Estando a estrutura educacional, especificamente de ensino superior, instalada no espaço urbano é prático perceber que o fato de vincular-se ao meio urbano torna-se inevitável aos interesses daqueles que anseiam prosseguir os estudos.

⁶⁶ A grande maioria dos jovens de Palma Sola cursa o Ensino Superior nas universidades e faculdades das cidades de São Miguel do Oeste/SC (UNOESC, SENAI E SENAC) e de Francisco Beltrão/PR (UNIOESTE, UNIPAR, UNISEP, UTFPR e CESUL). Vislumbra-se ainda, em menor quantidade, estudantes em Chapecó/SC, Pato Branco/PR, Realeza/PR, Itapiranga/SC, Dois Vizinhos/PR entre outras cidades.

III – *Acesso a novas oportunidades de trabalho*. Em muitos casos o trabalho no meio rural é entendido como uma ocupação que traz certa estabilidade. Entretanto, cercearia desejos de crescimento profissional e material. Embora que geralmente as atividades em que se ocupam os jovens no meio urbano, logo que deixam o meio rural sejam de baixa ou média remuneração⁶⁷, há o entendimento de que haverá crescimento profissional.

IV. – *Acesso a novas dinâmicas de vida*. O espaço urbano é percebido como local de maior aglomeração de pessoas, logo também de jovens, o que faz com que maximizem-se as oportunidades de lazer, estabelecimento de relações e de contatos. Cria-se em certa medida uma imagem de um mundo urbano mais divertido, mais interessante aos jovens. Como destaca Solari, o ambiente urbano oferece um quantitativo de contatos sociais muito maior que o meio rural, uma vez que “ nas cidades, cada indivíduo está praticamente em contato com um número indeterminado de pessoas”. (1979, p. 8). Assim, o isolamento pode ser considerado praticamente inexistente e as possibilidades de constituírem-se situações sociais novas são preponderantes.

4.2.2 Motivações da Migração: as perspectivas postas pelas famílias da comunidade

Para questionar as perspectivas de saída foram abordadas também as famílias residentes na comunidade, isto é, os pais. Compreendeu-se que os entrevistados seriam aqueles que residiam nas imediações do espaço central da comunidade, uma vez que tem sua organização produtiva vinculada a atividade agrícola. Os moradores da “vila” têm pouca vinculação à agricultura e, portanto, poderiam dispor de uma visão enviesada. O objetivo foi o de questionar aqueles que vivem da e na atividade agrícola, tendo ou não jovens residindo em casa no momento da pesquisa.

Aplicou-se um questionário com 56 perguntas em 13 unidades produtivas da comunidade, disposto entre os chefes de domicílio, isto é, os pais, independente do sexo. A forma de aplicação seguiu a disposição daqueles que estavam na residência no momento da chegada do pesquisador. Quando ambos estavam na residência abria-se a possibilidade para que escolhessem um respondente ou que ambos falassem em relação aos questionamentos. Assim, a partir da coleta de dados constatou-se uma maioria respondente do sexo masculino, ou seja, 69%. A idade média dos entrevistados foi de 44 anos para as mulheres e 53 entre os

⁶⁷ As principais atividades que os jovens desempenham ao chegarem no meio urbano são as de garçom, auxiliar de serviços gerais, contínuo e estagiário no caso dos rapazes. E doméstica, babá, auxiliar de serviços gerais e atendente no caso das moças.

homens. Ainda que este dado seja relativo pela amplitude que teve, pode-se sugerir um elemento inicial de que no momento dos casamentos ocorridos no meio rural tendencialmente os homens são mais velhos que as mulheres⁶⁸.

A caracterização das unidades produtivas apresenta um tamanho médio que varia de 13 a 20 hectares. Apenas uma das propriedades tem extensão superior. Das 13 propriedades pesquisadas, todas, invariavelmente desenvolvem a atividade de pecuária leiteira. Numa visão geral do restante das unidades não pesquisadas, outras 5, apenas em uma delas não se desenvolve essa atividade. Além do leite, em 7 propriedades é produzido o milho, em 3 produz-se fumo e em dois casos citou-se também a produção de frutas e hortaliças. Em um caso a pecuária de corte, a produção de soja e reflorestamento. Dessa forma, a base econômica da agricultura da comunidade se estabelece na produção leiteira, sendo em muitos casos a única fonte de renda.

Partindo para análise da composição desses grupos familiares, identificou-se a predominância de 4 ou 5 indivíduos, porém, 46% das famílias tem apenas 3 membros residentes no meio rural (geralmente o casal e um filho, ou o casal e um idoso) . Uma única família entrevistada, ou seja, 8% da amostra, é composta por 6 pessoas, e 38% delas tem apenas o casal residente (efetivamente porque os filhos já deixaram o meio rural, uma vez que entre as famílias entrevistadas não há nenhuma que não tenha filhos). Questionadas se algum membro deixou o meio rural, a resposta foi positiva para 92% dos casos, sendo que em 6 famílias apenas 1 pessoa migrou para a zona urbana e em 4 casos, 2 indivíduos.

No total de famílias entrevistadas foram 18 moradores que deixaram a comunidade, sendo 10 homens e 8 mulheres. Fica evidente na tabela 10 que a maioria saiu em idade de término do Ensino Médio e início da idade economicamente ativa. Isso confirma o dado de que a motivação para saída é a continuação dos estudos e inserção no mercado de trabalho urbano. Se a migração se dá justamente nesse momento da vida do jovem significa também que em muitos casos ele estava apenas esperando estar apto para sair, pois sem concluir o Ensino Médio é impossível ingressar no ensino superior e de igual maneira antes dos 18 anos é dificultada a contratação trabalhista. Há, ainda, a percepção de que ir para o meio urbano sem ter concluído o Ensino Médio dificulta as chances de encontrar emprego, já que competirão por eles com os jovens do meio urbano.

⁶⁸À frente esse elemento será problematizado em relação aos arranjos matrimoniais entre os jovens do meio rural.

Tabela 10 – Faixa etária e gênero dos indivíduos que migraram para a zona urbana

Faixa etária/gênero	Feminino	Masculino
0 a 5	-	-
6 a 10	-	-
11 a 15	-	10%
16 a 20	75%	70%
21 a 25	25%	20%
26 a 30	-	-
Acima de 30	-	-
Total	100%	100%

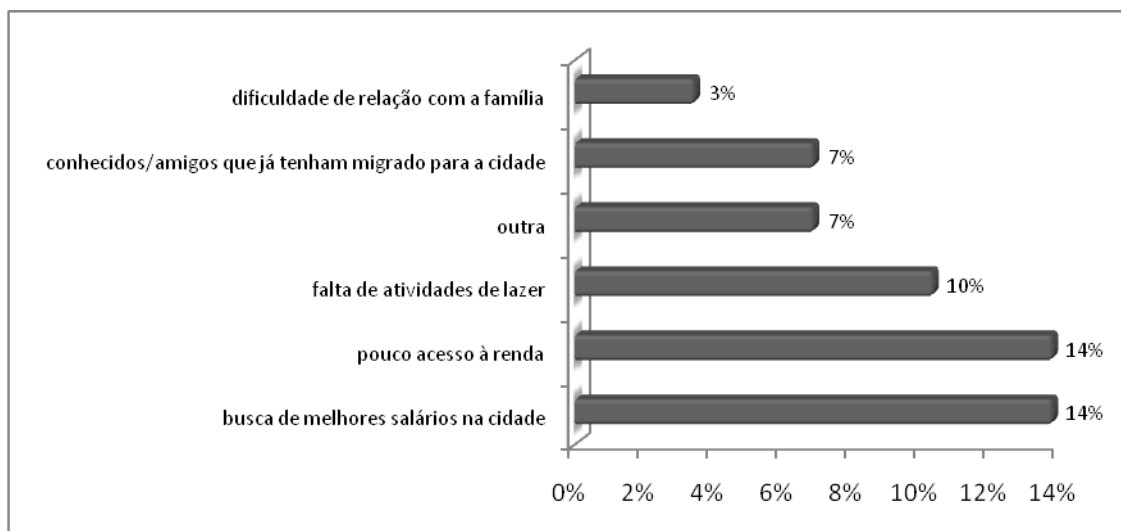
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

O principal motivo que ocasionou a saída dos jovens para o meio urbano, segundo os pais, foi a busca por aprimoramento nos estudos, conforme apresentado na figura 5, ou na busca por oportunidades de trabalho (44%), sendo estas predominantemente na indústria. Quanto aos destinos dos jovens, observou-se que dos 18, 6 deles foram para a cidade de Palma Sola – ainda que ofereça poucos postos de trabalho.

Figura 5: Atividades/situações de migração

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Especulando-se sobre os motivos da migração, numa pergunta aberta, com mais de uma opção de resposta, evidenciaram-se principalmente os fatores de “pouco acesso à renda”, e a consequente “busca de melhores salários na cidade”. Esses elementos interpõem uma simbiose analítica, pois a existência de um explica a ocorrência do outro. O jovem sem ou com pouca renda vê na cidade a possibilidade de obter alguma renda ou mais renda.

Gráfico 1 – Motivações da migração dos jovens segundo os pais

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

De acordo com Pies (2001), a região sul percebeu um declínio de população rural a partir do final da década de 1980. Esse processo estaria ligado à subordinação da propriedade rural aos interesses do grande mercado, anexando unidades e destituindo parte da mão-de-obra excedente que migrou para as cidades. Determina que na maioria dos casos a dificuldade de reproduzirem-se as unidades de produção, dado o alto preço das terras, leva a proletarianização que não atinge todos os membros da família, mas principalmente os filhos. Embora, segundo pleiteia, a migração seja tomada como alternativa ao meio rural, nem sempre ela tem resultados positivos, haja vista a falta de qualificação e o despreparo desses indivíduos. Ainda segundo as análises de Pies (2001), entre as décadas de 1980 e 2000 a diminuição populacional em algumas das comunidades rurais de município de Palma Sola chegou a 60%. Nas 14 comunidades que pesquisou a média de êxodo rural foi de 41%.

Contudo, de acordo com Woortmann (1995, p. 62), a migração pode quebrar os laços entre o indivíduo e a comunidade, isto é, o sentimento coletivo manifesto em comunidade é o de que o migrante renunciou as relações de vida ali estabelecida. Isso pode ser entendido no imaginário dos que ficam como um desprezo manifesto em relação a elas, a seu modo de vida e a seus esforços coletivos antes dispostos a quem agora abandona o seu mundo.

A migração que ocorria nas áreas coloniais do sul do Brasil em meados do século XX se justificava, como constatou Woortmann (1995), por uma reprodução do modo de vida colonial e camponês. O destino seria novas áreas coloniais e se organizavam, em geral, em grupos de parentes, vizinhos, conhecidos, etc. Essa forma de solucionar a densidade familiar camponesa era a mais condizente com a identidade desses indivíduos e reorganizava o local de onde saíam, pois como reitera a autora, “ela permite a reprodução, enquanto camponeses,

não só daqueles que migram, mas igualmente daqueles que ficam; ela significa a busca de novas terras, em outro lugar, e a preservação da terra no lugar de origem”. (WOORTMANN, 1995, p. 116). Seria um mecanismo de forçar à saída de alguns para que outros pudessem permanecer. No caso atual, a migração ainda está diretamente ligada à pressão da mão-de-obra excedente, porém não pressupõe uma reprodução agrícola, já que o sair do meio rural significa, no entendimento de Champagne (1986), uma renúncia, uma negação do modo de vida dos pais.

A migração para novas fronteiras agrícolas foi um recurso de reprodução dos espaços coloniais agrícolas no sul do Brasil, mas atualmente ela não é acionada na comunidade de estudo. Seria uma perda do interesse nessa reprodução colonial agrícola ou a inibição frente aos altos custos de inserção em uma agricultura hoje de ponta em muitas regiões? De fato, a migração verificada no locus é quase sempre endereçada ao urbano, como condição de real “mudança de vida”, ao passo que uma mudança para outro espaço rural tem menor poder de interessar o jovem.

Comparativamente, recorrendo a Woortmann (1995, p. 117), a motivação da imigração de europeus ao Brasil no século XIX e XX, por exemplo, estava relacionada ao conjunto de indivíduos que percebiam a possibilidade de ascensão social. Como analisa, esse não podia ser um movimento individual, uma vez que os imigrantes precisam perceber a partir da existência de outros dos seus recorrendo a mesma ação para garantir a efetividade de tal empreendimento. Pode-se dirimir disso e especular que a saída de jovens do meio rural hoje sofra também os efeitos de um “espírito de rebanho”, ou de “tropa”. Isto é, além da visão de melhores condições de vida no meio urbano existe a percepção de que é para lá que os outros estão indo. A saída ganha contornos de uma ação “natural”. Busca-se uma inserção através das redes de acolhimento, através de parentes ou conhecidos, fato promotor de segurança e alento, portanto reafirmando um “espírito coletivo de migração”.

Ainda que importe um caráter de propensão coletiva da migração, cada vez mais a migração tende a ser decidida individualmente em relação à família. Em muitos casos a saída é definida pelo jovem, sem consulta prévia da família, que é apenas informada da decisão dos(as) filhos(as). Isso seria fruto, como exemplifica Woortmann (1995), de um “vírus” individualista estabelecido pela modernização ao inserir novos elementos e fazer circular novas mensagens que transformaram a unidade reprodutiva da família camponesa – baseada no sentimento de unidade coletiva – num sentimento de promoção particular, ou seja, “o ‘nós’ coletivo da família tende a ser substituído pelo ‘eu’ de cada indivíduo”. (1995, p. 196). Nesse caso, uma posição de sucessor é muitas vezes traduzida não como privilégio, mas como

prisão, pois pode significar um projeto da família e não do próprio jovem. Ou como diz a autora: “por força do *habitus* as pessoas escolhem ‘livremente’ o seu destino [...] através de práticas ‘espontaneamente’ reguladas”. (1995, p. 316).

Se antes se expulsava filhos para concentrar a terra no sucessor, hoje o problema é, cada vez mais, reter um sucessor. A família se torna um foco de tensões, cada vez maior, à medida que a “menoridade adulta” deixa de ser aceita pacificamente, e à medida que o pai passa a ser percebido como um “patrão”. O “coletivismo interno” da família camponesa [...] resiste cada vez menos à imposição de projetos de vida individuais, que não contemplam os interesses globais da família, nem a tradição da casa. (WOORTMANN, 1995, p. 196).

. Em Cerro Azul a lógica parece ser a de que não se fará demasiado esforço para manter um sucessor. Um dos principais desejos dos agricultores é o de “ir morar na vila quando se aposentarem”. Contudo, geralmente precisarão vender a propriedade para comprarem um terreno, construir uma casa ou comprarem uma casa já construída. Além disso, pode haver o receio dos pais em modernizar a propriedade – que ocorrerá por meio de financiamentos – e ocorrer uma frustração por parte dos filhos que vão para o meio urbano deixando a propriedade, a família e as dívidas.

4.3 PERMANÊNCIAS: OS PROJETOS DE VIDA EM RELAÇÃO AO MEIO RURAL

A permanência de jovens no meio rural é um comportamento que, na atual conjuntura, representa uma escolha não tendencial. A expectativa nutrida por muitos jovens e por suas famílias é a da saída, da migração. Aqueles que ficam o fazem não sem considerarem-na uma “escolha difícil”. Na maioria dos casos estudados nesta pesquisa a decisão por ficar é ainda algo em construção. Não foram poucas as expressões de que estavam momentaneamente vinculados ao meio rural, mas esperavam confirmarem ou não tal posição dizendo: “vamos ver no que vai dar”.

Compreender que há uma dicotomia entre sair e ficar, ou um dilema em relação à tomada de decisão, torna a questão mais complexa. O ficar pode ser entendido como consequência do estar, do viver ali desde sempre. Porém, ficar demanda que o jovem decida e se convença dessa atitude. Não é algo desinteressado como um “ir ficando” apenas, apesar de que esperar também é uma decisão. As falas revelam que manter um projeto de vida, ainda que como uma expectativa, já é uma definição, mesmo que provisória. Quando os jovens manifestam nas falas que ainda não decidiram sobre seu projeto de vida e, portanto, não sabem se ficarão ou não na atividade rural estão referindo a uma posição consciente e já

interessada, isto é, qualificar a análise em relação às opções e talvez potencializar conjunturas a seu favor.

Isso faz pensar: o que tem diante de si o jovem que vive no meio rural? Os jovens que permanecem demonstram algumas características. São em geral estabelecidos em propriedades com boas condições produtivas segundo os critérios locais. As propriedades dos pais são minimamente estruturadas, ainda que não grandes, pois todas as que possuem jovens morando são pequenas propriedades. Todas têm a base produtiva e de renda na pecuária leiteira. Nas unidades agrícolas, fora do centro da comunidade, são necessariamente jovens do sexo masculino os que permanecem. Há apenas duas moças. Uma delas casada também com um jovem, a outra ainda reside no meio rural porque é estudante do Ensino Médio, porém manifesta que deixará o meio rural assim que concluí-lo.

Os permanentes são tanto jovens que concluíram o Ensino Médio, quanto aqueles que não concluíram-no. Comparando-se todos os 17 entrevistados⁶⁹, independente de morar na vila ou fora dela, 9 têm o Ensino Médio; 5 não o concluíram e 3 são ainda estudantes. Entre aqueles que lidam diretamente na agricultura e são permanentes, 6 concluíram o Ensino Médio e dos 4 que não o fizeram, apenas 1 não concluiu o ensino fundamental. Destes 17, 11 moram fora da vila, “na roça” e, portanto, diretamente ligados com a atividade agrícola. Outros 6 residem na vila, sendo 4 rapazes e duas moças. Estes têm atividades diferenciadas. Desde emprego público a diaristas nas propriedades.

Todos, sem exceção, demonstram grande apreço pelo local onde moram. Consideram-no um ótimo lugar para viver. Entretanto, referem a existência de algumas dificuldades estruturais e ligadas a própria prática agrícola, sobressaindo a dificuldade de renda, a falta de garantias de sucesso econômico nas safras. Outros explicam o fato de “ainda” estarem lá por compromissos morais com a família ou por não perceberem condições satisfatórias de inserção no meio urbano. Essa conjuntura enseja analisá-las como permanências “apesar de...”. Seria um ficar condicionado, mas não efetivamente desejado por todos.

A discussão das posições dos jovens na comunidade se divide em três momentos. Inicialmente, são analisadas as opiniões dos jovens que vivem nas unidades produtivas da comunidade, aqueles que se dedicam a agricultura. Posteriormente, são expostas as falas dos jovens que moram na vila da comunidade. Por fim, problematizam-se as ponderações das famílias de agricultores da comunidade.

⁶⁹Embora tenham sido colhidos 20 depoimentos, foram utilizados 17 na pesquisa e restaram ainda cerca de 6 jovens que não foram interrogados por representarem de certo modo uma repetição nas informações e porque a prioridade estendeu-se àqueles que estivessem diretamente ligados ao trabalho na agricultura.

4.3.1 A Posição dos Jovens “da Roça” de Cerro Azul

Caio, 20 anos, é o filho caçula. Tem um irmão que migrou objetivando seguir os estudos. Já concluiu o Ensino Médio há dois anos. A sua relação com a comunidade de Cerro Azul é de vinculação institucional, uma vez que participa da igreja católica, da sociedade esportiva e faz parte do grupo de jovens. Entende que as pessoas têm uma satisfação muito grande de morar no lugar, por ser um lugar calmo, com “gente conhecida” e por expressar a história daqueles que vivem ali. Afirma que os jovens também gostam muito de morar no lugar, mas muitos não permanecem porque não tem condições de organizar uma vida própria e autônoma na comunidade. Como problemas ligados à vida na comunidade, informa as dificuldades de acesso, seja pelas distâncias e precariedade das estradas, seja pela ineficiência dos meios de comunicação – que são restritos e onerosos.

Conforme Elvas e Moniz (2010), o sentimento de pertença comunitário configura maior bem-estar social àqueles que o desfrutam. Esse bem-estar é subjetivo e “engloba três dimensões importantes: a satisfação global de vida; a felicidade e o sentimento de pertença”. (p. 453). Nestes ambientes os indivíduos se mobilizam para resolverem problemas comuns e sentem-se iguais, parecidos, um grupo. As autoras definem esse processo como “participação comunitária”. Essas manifestações são comumente verificadas em espaços menores, nas micro-sociedades, ao que se encaixam as comunidades rurais e, no caso, Cerro Azul.

Assim, quanto maior a integração e satisfação perante uma comunidade, maiores serão os benefícios individuais e comunitários. A nível individual, um maior sentimento de comunidade traduz-se em níveis mais elevados de bem-estar, qualidade e satisfação de vida; sentido de justiça e capital social; menor solidão e isolamento. A nível comunitário, identifica-se uma maior colaboração e força comunitária, mobilização e participação em torno da mudança social. (ELVAS; MONIZ, 2010, p. 451).

Caio retifica a importância da existência do grupo de jovens na comunidade para a melhoria do sentimento de permanência, uma vez que permite integrar esses sujeitos. O grupo esteve inoperante durante quase quatro anos e está sendo restituído e posto em funcionamento. Como garante Caio, imaginava-se que não seria possível reestruturar o grupo, pois era forte a perspectiva de que não haviam mais jovens no lugar, porém fazendo-se uma análise mais detida percebeu-se a viabilidade da proposta. “No começo nós falávamos de jovens de Cerro Azul, pensávamos ‘quem’? Não tem ninguém. Sentamos em três pessoas e começamos a colocar no papel nomes de jovens e levantamos 20”. Corroboram com essa constatação Silvestro et al, para quem os espaços rurais oscilam entre isolamentos parciais e

relativos:

A imagem de isolamento frequentemente associada à vida no meio rural não é apenas um preconceito. Os grupos de jovens da Igreja Católica são a mais importante forma de socialização dos rapazes e das moças do oeste de Santa Catarina. Convém lembrar que a maioria deles não são grupos constituídos permanentemente. Os encontros acontecem de forma esporádica e com o objetivo principal de discutir questões religiosas e relacionadas ao lazer. Quase nunca tratam das questões ligadas ao seu futuro profissional. (2001, p. 59-60).

Caio desmistifica a oposição entre oportunidades tendenciais para os rapazes no meio rural. Na sua opinião, “não tem oportunidades nem pros rapazes e nem pras moças”. Essa é a questão. Não tem!”. Embora seja um dos jovens que permanece no meio rural sua visão é de que a permanência é um projeto de vida dificultado e também remoto. “São mínimas as possibilidades de continuar na comunidade, são possibilidades bastante remotas, não pensa assim, ali dá pra se manter, ali eu vou investir em mim, pra trabalhar. Não existe essa possibilidade”.

Para ele, ser jovem é ter uma identidade própria explicitada na busca pelo futuro. Seria um indivíduo que está construindo-se intermitentemente. O jovem rural nesse sentido seria aquele que busca organizar sua projeção de vida, mas com condições menos favoráveis. Entende que o jovem rural, identitariamente, é um indeciso, ou melhor, alguém que vive sempre uma tensão para definir seu futuro: “o produtor jovem do interior, é uma situação que ou tu decide ficar ou vai embora buscar situações, não tem aquele meio termo”. Perguntado sobre o que seria o meio termo expresso, respondeu que “é tu poder permanecer, vamos dizer no meu caso aqui, meus pais, permanecer morando com meus pais e poder trabalhar em alguma coisa pra mim, pro meu sustento, pra mim, pra mim fazer a minha vida, esse seria o meio termo”.

Manifesta uma cisão para diferenciar a permanência como uma situação não planejada e consequente de uma permanência organizada e pré-definida. Ao dizer que o jovem não tem a possibilidade do meio termo, “ou tu fica ou tu vai”, encadeia a visão de que a oportunização de uma inserção qualificada no meio rural lhe parece interdita. Significa dizer que o jovem está no meio rural, mas não faz efetivamente parte dele. Para Caio, a saída do meio rural é baseada numa análise conjuntural que lhe demonstra várias dificuldades numa projeção de vida:

Basicamente é a falta de, de uma estrutura melhor no interior. O jovem é aquele negócio ou trabalha na roça com os teus pais, ou tu vai buscar tua própria propriedade, mas é uma coisa, uma situação bem complicada. Para um rapaz

arrumar uma moça que queira trabalhar na roça, as moças são mais criadas em casa e tal, e já são desde novas, a culpa é dos próprios pais do meio rural que já formam a mentalidade das pessoas já pra, dos seus filhos, pra ir embora, ir estudar. Tu escuta um pai falando da criança dele, o filho dele: “meu filho vai ser advogado, meu filho vai ser médico”. Não fala: “vai cuidar de mim”, ou “vai trabalhar na roça” ou alguma coisa assim. Basicamente eu acho que a maior parte é culpa é dos próprios pais. Só que eles também se preocupam, eu acho que isso acontece porque eles se preocupam com as dificuldades que o filho dele vai passar. Na roça é complicado. Dá uma seca se tu não é bem estruturado, tu perde toda tua safra, tu corre o risco até de passar fome no início se não é bem estruturado.

Inversamente, a permanência seria uma tomada de posição determinada, de que mesmo sob adversidades é possível ficar e desenvolver uma projeção de vida esperada. Isso depende também do incentivo dos pais, mas importa primordialmente da vontade do jovem. Caio diz que “tem que ser a mentalidade dele mesmo: ‘não eu vou ficar’, ‘eu quero’, ‘eu gosto de trabalhar na terra’ e tal, seria a questão de decisão do próprio jovem e um pouco do incentivo, da possibilidade também que ele tem de melhor se estruturar pra poder ficar no interior”. Informa que a decisão de permanecer é uma decisão amadurecida, pré-formatada e não uma situação momentânea, pois o próprio jovem precisa convencer-se da viabilidade disso.

Por conseguinte, essa situação engendra na constituição de um projeto de vida, que vá se solidificando à medida que o jovem perpassa as implicações de uma decisão. Todavia, Caio não verifica que os jovens do meio rural tenham um projeto de vida definido. Exemplifica que a maioria toma consciência de sua condição apenas quando já está na maioridade e percebe que terá que encaminhar-se para alguma atividade. Como não projetou a permanência – que seria uma situação de maior planejamento, maiores dificuldades – acaba optando, na maior parte dos casos, por sair e arrumar um emprego, que no curto prazo é uma decisão mais fácil. Para ele, “a primeira coisa que vem na cabeça é se mudar pra uma cidade e trabalhar”, significando uma resposta imediata a condição juvenil. Nesse caso podem ocorrer frustrações, independente de qual for a decisão, tanto a de ir como a de ficar:

Se a pessoa não pega pra pensar tanto as dificuldades que ele vai viver lá, e as dificuldades que vai viver aqui, se ele não pensar, não se abrir, pensa: “ah vou trabalhar lá vou ganhar por mês vou viver”. Não pensa que vai ter gastos com aluguel, água, luz, telefone, comida, mantimentos essas coisas. Eu no meu caso eu poderia ter saído há dois anos de casa, mas eu pensei em uma possibilidade, bah vou sair vou ganhar, sem formação nenhuma vou ganhar um salário mínimo, vou ter que pagar aluguel, os mantimentos, não vai me sobrar absolutamente, praticamente nada, a não ser que eu tivesse uma possibilidade boa, uma oferta boa, uma coisa, o que não aconteceu. Aí meus pais me abriram a possibilidade pra mim permanecer com uma condição, e estou dando continuidade, tenho uma possibilidade de ter uma vida, ainda não decidi sobre interior e cidade, mas eu estou podendo, estou tendo, vamos dizer assim, uma base pra mim ter um futuro menos complicado.

Nesse sentido, Caio explica que ainda não está totalmente convencido sobre que rumo tomar. A permanência é uma forte possibilidade, mas ele ainda espera que tenha uma condição melhor para se inserir definitivamente na agricultura. Seria muito difícil comprar uma propriedade rural e se estabelecer de maneira individual, dados aos altos custos de iniciar-se na atividade. Da mesma forma, pesa o fato de que ao propor ser um agricultor autônomo um jovem buscará concretizá-lo juntamente com um cônjuge. Sozinho seria difícil, como diz, “tocar a propriedade”. Ele manifesta interesse em permanecer, porém não afirma que irá fazê-lo. No seu caso exemplifica-se uma situação paradoxal e, por extensão, de vários outros jovens rurais. Sua namorada tem interesse em migrar para o meio urbano, mostrando certa resistência em assumir um projeto de vida rural. Assim, a decisão tanto dele, quanto dela, implica também em condicionar ou não o relacionamento estabelecido. Como relata, se permanecer provavelmente ficará sozinho. Para continuar a relação terá que migrar: “ou fica sozinho ou muda de meio”.

As dificuldades do trabalho agrícola e doméstico dificultam a constituição de matrimônio ou união estável no meio rural, tendo em vista a falta de atração das moças por essas atividades. Em nome dessas dificuldades, há uma tendência das moças rejeitarem os casamentos com os filhos de agricultores. (SPANEVELLO, 2008, p. 95).

Assim, ficam abertas as possibilidades e se, no caso, ocorrer uma oportunidade de saída que julgar proveitosa não hesitará em fazê-lo. Tipicamente, o caso de Caio é didático para reafirmar que a permanência é uma situação deveras variável. Os jovens estão, mas não necessariamente determinam-se ali. O próprio Caio afiança que seu projeto de vida “é esperar até determinado momento que se decida, ou por isso ou por aquilo, ou meio rural ou meio urbano”. Diz que estaria apto e preparado tanto para permanecer quanto para migrar. Se ficar ele “sabe trabalhar”, se sair “tem capacidade para enfrentar”. Silvestro et al exemplificam que os jovens rurais “são dotados de um saber, aprendido ao longo da vida, desde a infância, como é próprio do campo, que faz deles profissionais altamente qualificados para a agricultura familiar”. (2001, p. 8). A migração, contudo, perpassa a necessidade de estudar. Entende que se precisará de uma formação maior para alargar as oportunidades de trabalho e obter uma melhor inserção no mercado de trabalho. É o paradoxo de que ou se estuda, ou se fica no campo.

A escolha profissional dos jovens agricultores é determinada por um conjunto de fatores, dos quais os mais relevantes são suas expectativas de geração de renda na unidade paterna comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-

se em mercados de trabalho assalariado. A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em inúmeros estudos da América Latina (Durstun, 1996) é que fica no campo o filho ao qual “*lacabeza no le dá para más*”. Mesmo um Estado como Santa Catarina, onde o nível educacional está entre os mais altos do país, acaba não fugindo a esta regra. A geração que hoje mais pode candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários - os filhos que permanecem nas propriedades paternas e que já saíram da escola - tem formação educacional tão precária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo. (SILVESTRO et al, 2001, p. 48-49).

Um fator efetivo que explica, pelo menos em parte, o fato de que Caio permaneça junto dos pais é que ele recebe uma porcentagem sobre a renda obtida na propriedade. Esse valor não foi informado, porém na partir da análise de outros depoentes entende-se que fique entre 10% e 20% da renda líquida. Em alguns casos é a renda de uma das atividades, no caso das famílias em estudo ou é parte da produção de fumo ou é parte da produção leiteira, dependendo onde a mão-de-obra do jovem seja mais importante. Esta é uma prática usual entre as famílias para assegurarem a permanência de jovens, tanto como uma espécie de remuneração quanto como um incentivo ao seu envolvimento na atividade. Silvestro et al (2001) entendem que essa prática, além de incentivar a existência de um sucessor, é uma forma de não inviabilizarem a unidade produtiva com a perda da mão-de-obra. Dizem, ainda, que é necessário constituir um “ambiente familiar mais democratizado” (2001, p. 75), mais participativo.

A não-participação, na opinião da Caio, estaria ligada menos a intransigência dos pais (ainda que exista) e mais ao desinteresse e afastamento dos jovens das atividades rurais e sua complementar aproximação às atividades urbanas, principalmente entre as moças e os jovens que vivem em propriedades mais pobres. Como ratificam Silvestro et al: “a obtenção independente de dinheiro para suprir as necessidades próprias por parte dos jovens é muito rara”. (2001, p. 81). Na maior parte dos casos os filhos precisam pedir dinheiro aos pais. Isso gera um constrangimento e limita a autonomia dos jovens. Em termos efetivos é complexo definir se esse fato seria determinado pela falta de dinheiro ou ao excessivo controle dos pais sobre ela. Essa renda tem uma característica de pressupor autonomia ao jovem, pois ainda que haja desaprovação por parte dos pais os jovens podem decidir onde, como e quando gastar este dinheiro. Na maioria dos casos ele é empregado na compra de motocicletas – entre os rapazes.

Como diz Caio, “são poucos os que buscam a própria propriedade pra trabalhar sozinhos. Um rapaz não vai sozinho comprar uma terra e trabalhar sozinho e pagar. Ele precisa de uma companhia e essa companhia que é difícil de encontrar, sozinho não consegue,

infelizmente não consegue”. A pergunta que se seguiu foi: *“Por que você acha que não consegue?”* Como resposta justificou que o trabalho no meio rural, principalmente relacionado à pecuária leiteira, não permitiria que apenas uma pessoa trabalhasse para dar conta de todas as atividades, somadas a lavoura, a ordenha e os afazeres domésticos. Fica evidente que a visão do jovem é a de que ele precisa não apenas de companhia, em termos sentimentais, mas de braços a servirem ao trabalho. Intrigante que a ideia de proletarização de terceiros não aparece nas falas. No caso de Caio, foi interpelado sobre essa possibilidade. O diálogo foi determinante:

Rodrigo: Você fala no sentido de ter uma companheira, uma esposa. E se ele tiver, vamos dizer assim, um empregado. Qual que é a diferença de ter esposa ou ter um ou dois empregados?

Caio: A diferença é o custo, financeiro. Tu já tem que, pra um jovem, tu vai comprar uma propriedade de terra, tu vai financiar. Tu não tem o dinheiro pra dar lá 80, 90 mil reais por uma propriedade de terra, tu vai financiar. Daí tu tem que dar aquela quantia de dinheiro pra pagar todo ano e se tu tiver que pagar os empregados ainda tu vai ter um custo muito elevado. E daí acontece de dar uma estiagem, no caso, tu além do custo tu vai, não vai ter o retorno. É praticamente impossível.

Rodrigo: Uma companheira faria esse trabalho?

Caio: Uma companheira tu já não tem que pagar pra né ela te ajudar.

A “ajuda” da mulher não seria remunerada, além de que ela possuiria atributos específicos, como preparar o alimento, lavar a roupa, limpar a casa, cuidar dos filhos, entre outras coisas. Essa representação se entrelaça com uma cultura de machismo, reforçada no meio rural. A mulher dificilmente terá participação ativa nas decisões da propriedade. O marido pode em alguns casos consultá-la, colher sua opinião, mas na maioria dos casos tomará a decisão por conta própria. Mesmo que os discursos pareçam afinados no tocante a dizer que “aqui todos participam das decisões” há uma diferença nos níveis dessas discussões e principalmente na forma de participação dos atores no seio familiar. Os filhos homens, quando em idade de trabalhar, são consultados, porém isso não determina que sejam ativamente partícipes das decisões.

Contraditoriamente, se expressa um formato de divisão social do trabalho que distancia as moças do trabalho na lavoura. Uma terminologia para isso é dizer que as moças “ficam pra dentro”, isto é, trabalham em casa, ou melhor, “na” casa e suas imediações. Elas se responsabilizam a partir dos 10 a 12 anos de idade pelo almoço e pela limpeza da casa, liberando a mãe para participar dos trabalhos na lavoura. Os rapazes “ficam pra fora”, trabalham na roça, nas atividades de cultivo, na lavoura. Assim, as moças seriam levadas a desconhecerem e terem pouco contato com atividades de cultivo. Isso engendra numa dificuldade de adaptação ao trabalho “na roça”. Este aspecto, conjuntamente, fomentaria a

moça como determinada ao trabalho do lar – fato potencialmente estimulante a sua migração e impróprio para as pretensões de rapazes que ao se casarem demandariam da “ajuda” da mulher, também fora da casa, na lavoura.

Elas se constituem numa força de trabalho importante para a reprodução da unidade familiar; entretanto, elas não têm assegurado, suficientemente, o acesso ao lazer, nem a uma renda fixa e nem a um ‘pedaço de terra’ que lhe seja próprio. Quando solteira atende as determinações do pai e ao se casar com um jovem rural irá ficar subordinada a família do esposo. A ‘falta de liberdade’ é uma expressão bastante utilizada para se referir à condição da moça no meio rural. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 167).

Existe de certa forma um espectro de que de forma alguma a moça/mulher terá autonomia no meio rural. Se permanecer na casa dos pais ficará sob a tutela destes. Se sair, o caminho é casar-se e de toda forma submeter-se (ser submetida) ao marido. Como seu trabalho é doméstico, se caracteriza como ‘não-produtivo’ e não gerador de renda, é definido como menos importante. Essa ‘condição’ acaba constituindo o arcabouço moral e cultural em torno da identidade da moça, ela mesma “menos importante”, a não ser no afazeres domésticos os quais não são para homens. Sem contar a sobreposição das jornadas de trabalho das mulheres no meio rural. Diferentemente, no meio urbano ela pode morar sozinha, trabalhar, decidir como e com quem se relacionar, como gastar seu dinheiro. Mesmo morando em “repúblicas” a sua autonomia será maior do que permanecendo no meio rural.

Em outras localidades é possível (embora raramente) encontrar moças que participam ativamente da gestão da propriedade, sendo desde as “motoristas” da família, até as que tomam para si a responsabilidade por contratos e financiamentos – geralmente porque inexistem filhos homens na propriedade. Essas moças, que se dedicam intensamente as atividades rurais, sem exceção recebem comentários jocosos de que “parecem homens”. Evidencia-se, assim, o caráter moral de marcação irrestrita dos papéis sociais no ambiente rural.

É possível perceber que propriedades rurais que combinam mais de uma atividade produtiva demandam maior mão-de-obra. Nesse caso, a importância da permanência do(as) jovens é maior e existe a tendência em valorizá-la ou incentivá-la. Em certo sentido os jovens podem “barganhar” através da instabilidade sair/ficar. Muitos são os casos em que o rapaz recebe uma moto, com o compromisso de permanecer e ajudar os pais numa ou mais safras. Outro caso é a negociação de percentuais das safras colhidas como contrapartida à permanência.

Entre as propriedades da comunidade quem as dirige é necessariamente a figura do pai. Os jovens, como diz Caio, têm liberdade para dar ideias, conversar. Mas a decisão seria tomada em família e em última instância pelo pai. Geralmente o pai é o titular da conta bancária, o responsável pelo movimento financeiro, pagamento de dívidas, tomada de empréstimos, etc. O espaço dos jovens e sua participação são negociados. Sem dispor de uma condição mínima, o jovem dificilmente permanece na agricultura. Para Caio, se o jovem não tiver autonomia ele não fica. Essa autonomia, compreendida na pesquisa, é uma autonomia relativa, ponderada. Ainda assim a permanência dele só ocorre porque tem “o seu espaço”. Os conflitos⁷⁰ que podem ocorrer de uma relação de não-participação dos jovens levam-nos a deixar o meio rural. Seria um processo de distanciamento intergeracional, que é exemplificado também pela inserção no mercado de consumo. Como definem Renk e Dorigon (2012, p. 11), os jovens de agora “não se contentariam em usar as roupas dos irmãos mais velhos (costume de outrora). Desejam acompanhar a moda, na ‘febre do celular’, na ‘febre das motos’, ‘febre da internet’”.

[...] os principais conflitos intergeracionais e de gênero entre membros das famílias rurais se revelam no modelo de gestão da propriedade centralizado na figura do pai, chefe de família, que centraliza também as decisões; na dificuldade dos pais em dialogar e aceitar as ideias e inovações propostas pelos(as) filhos(as) e, em decorrência, na impossibilidade dos jovens desenvolverem seus próprios projetos e atividades produtivas na propriedade; na pouca (ou mesmo nenhuma) participação dos(as) filhos nas tomadas de decisão que afetam a unidade familiar; na falta de confiança dos pais em relação aos filhos(as); na falta de autonomia financeira dos filhos e, principalmente, das filhas que, quase sempre, se encontram numa condição de total dependência financeira do pai; na ausência de liberdade ou na pouca mobilidade espacial que é permitida às filhas. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 174).

Segundo ele, seus pais ficam divididos ao proporem ou incentivarem a sua permanência. É um desejo, mas quando as condições da agricultura não vão bem a vontade passa a ser a saída. Percebe-se que não há uma definição entre os pais sobre o que preferem como futuro para os filhos. As falas que foram tomadas, ainda que fora da proposta de entrevista, sempre tendenciam a deixar em aberta essa situação. É comum que entendam ser uma decisão unicamente dos filhos, que os pais não devem se manifestar. Parece haver certo

⁷⁰O uso do termo conflito não significa necessariamente agressões familiares. Se enquadra no posicionamento de Aguiar e Stropassolas: “[...] ao utilizarmos o termo *conflito*, estamos nos referindo a determinadas situações que, mesmo potencialmente, estimulam ou podem estimular o tensionamento da relação entre pais e filhos(as); ou, ainda, que explicitam a presença no espaço familiar de interesses divergentes, podendo esses serem justificados através das diferentes visões de mundo, concepções, valores, posturas, etc., que se colocam em confronto nesse espaço”. (2010, p. 173).

receio dos pais em incentivar os filhos a ficarem e seguirem na sua atividade. Ouviu-se muito de que “até gostariam de ver um filho permanecendo”, mas por outro lado “tem dó” dos filhos, ou não sabem se seria bom para eles sofrerem o que os pais sofreram na atividade.

Como destacam Aguiar e Stropassolas, existe uma “dependência ‘moral’ ou ‘simbólica’ que, muitas vezes, subordina os desejos dos(as) filhos(as) à vontade dos pais pela legitimação da autoridade paterna, impedindo-os de tomar suas próprias decisões e agir conforme o seu discernimento”. (2010, p. 170). Isso é mais enfático no caso das moças.

Os jovens teriam direito a receberem pela participação na propriedade a partir de uma “certa idade”. Esta idade varia entre os 15 aos 18 anos. Após os 18 anos dificilmente um pai não destinará uma renda própria ao jovem, sob risco eminente de sua saída. Mesmo não sendo quantidade de dinheiro muito expressiva ela se diferencia da recebida na infância e na adolescência, que Caio classifica como “simbólica” – geralmente o suficiente para tomar um refrigerante no domingo à tarde. Essa conjuntura é deveras impactante nas decisões de permanência ou migração, como destaca Spanevello: “a permanência também está associada à autonomia dos filhos, principalmente financeira. A possibilidade de ter um recurso próprio para seus gastos é fundamental”. (2008, p. 92).

Para ele, os jovens da comunidade são controlados em relação a maneira como gastam o dinheiro. Entende que isso é positivo, uma vez que reforçaria um aprendizado no lidar com a renda que se obtém. Isso se liga ao fato de que os jovens, segundo defende, gastam mal o dinheiro. Quando acessam a renda gastam-na com “bobagens, na maioria das vezes são ‘tracaiamas’⁷¹ eletrônicas e jogos, essas coisas”. Quando mais conscientes do trato com o dinheiro os rapazes inclinam-se para adquirir um meio de transporte, próprio, quase sempre uma moto. As moças gastam mais em roupas e cosméticos. A renda de um jovem do meio rural seria menor que de um jovem urbano, uma vez que no campo a renda é destinada ao pagamento das despesas e do que sobra é retirada apenas uma parte do valor para custear despesas pré-estabelecidas. Dificilmente um jovem tomará uma quantidade definida e contínua. Ele acessa apenas partes residuais, assim como os demais membros da família. A renda que sobra em relação as despesas será guardada e mantida à disposição para situações emergenciais ou para capitanear algum projeto maior, como reformas de casas e estábulos, compra de carro, etc.

A pluriatividade também se manifesta como uma alternativa de renda aos jovens da comunidade. Entre os jovens que moram na vila a alternativa de trabalhar como diaristas é

⁷¹ No uso local este termo refere-se a treco, parafernália diversas.

uma importante fonte de renda, ou a única fonte. Entretanto, para aqueles que moram na roça essas atividades são esporádicas já que é nas propriedades deles que os jovens da vila vêm trabalhar. Às vezes pode “sobrar” um tempo e poderão trabalhar para um vizinho recebendo um valor pelo serviço, constituindo-se numa renda extra. Em determinadas situações, mesmo trabalhando fora de sua propriedade o jovem não recebe uma compensação financeira, pois quando houver demanda de trabalho na sua unidade produtiva um jovem daquela família onde trabalhou virá trabalhar na sua. Essa prática, embora em menor uso na atualidade, foi corriqueira na comunidade até o início da década de 1990, chamando-se “trocar dia”. Desses jovens, os que se dedicam mais continuamente a trabalhar “fora” são os que possuem uma estrutura produtiva menos desenvolvida e onde a renda familiar é mais escassa, servindo essa atividade como fator contributivo não só na renda individual deles, mas como renda familiar, ou melhor, posta ao benefício de todos os membros. Essas atividades não promovem, no entanto, um clima de permanência, pois como destaca Caio, “sempre quem pega o empregado pra trabalhar por dia, é porque coloca, ou tem um trabalho, vamos dizer assim, mais forçado, mais complicado pra realizar”. Desta forma, o jovem não perceberia perspectivas de continuidade nessa prática: “esse jovem acaba se desgastando, trabalhando, trabalhando e daí acaba mudando o meio, pra vamos dizer trabalhar normalmente e ter a renda mesmo”.

Questionado sobre a possibilidade do jovem rural ter outras fontes de renda, Caio assinala que é possível, porém incorre em desprender-se da atividade produtiva na unidade familiar, mesmo que permaneça morando nela:

Caio: Tem. Tem alguns que buscam trabalhar, até se deslocavam pra cidade pra trabalhar, mas só que já acabaram trocando o meio rural pelo meio urbano, é algo que puxa. Tem outros que também não tinham tanto trabalho na roça mesmo, que vivem aqui na comunidade, mas que tem outras fontes de renda.

Rodrigo: Que fontes seriam essas?

Caio: Empregos. Como motoristas, funcionários no posto de saúde, lá no PETI, na própria escola. Tem alguns empregos, muito reduzidos.

As moças não trabalham como diaristas nas propriedades da comunidade. É muito raro isso acontecer. À elas é possibilitada a atividade de empregada doméstica ou babá em algumas das casas da comunidade, entre os moradores que não estão inseridos na atividade agrícola, tais como professores, comerciantes e aposentados. Ainda assim são as jovens que moram na própria vila que assumem essas atividades.

Para Caio, o lazer dos rapazes no meio rural se resume ao futebol, algumas festas e o contato com o grupo de jovens. Para as moças o lazer são apenas as festas. Essas festas são as organizadas em honra aos padroeiros religiosos das comunidades rurais. Como as

comunidades do meio rural do município de Palma Sola são compostas majoritariamente por católicos, em todas há uma congregação, com uma capela. Cada comunidade escolhe um padroeiro para sua proteção. Uma vez por ano os moradores se reúnem e fazem uma festa em honra ao seu padroeiro, numa espécie de ritual. São eventos que ocorrem aos domingos iniciando-se com uma missa na parte da manhã, almoço ao meio dia e danças à tarde, os chamados *matinês*. Os jovens costumam se deslocar até essas festas no início da tarde e permanecem nelas até o anoitecer.

Outro aspecto também relacionado às condições de vida no meio rural e que repercute na migração de jovens refere-se à ausência ou às poucas opções de lazer oferecidas, ainda que seja possível observar em comunidades mais organizadas e estruturadas uma maior possibilidade de criação de espaços com essa finalidade. São as moças quem mais se ressentem da falta de lazer no meio rural. Via de regra, são os jovens homens quem têm acesso a formas mais variadas de lazer e maior autonomia para sair em busca de diversão. A circulação das jovens mulheres em espaços de lazer fora da comunidade é extremamente limitada. Além disso, as estruturas de lazer existentes na maioria das comunidades favorecem a prática de esportes ditos ‘masculinos’, o que restringe ainda mais as opções das moças. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 166-167).

Segundo Caio, o jovem frequenta essas festas para “conhecer gente nova, conversar com os amigos, basicamente isso, conhecer novos lugares”. Essa fala é problemática porque geralmente os indivíduos que frequentam tais eventos são sempre conhecidos, assim como os lugares. Apenas se o jovem for numa festa em outro município, num lugar mais distante, o que não parece ocorrer. Referenda que toda festa e por consequência toda atividade de lazer do jovem rural acontece nos finais de semana. Diz que “se fosse de semana, no meio rural não tem essa possibilidade a não ser no feriado que todo mundo respeita”. A não ser um jogo de futebol numa das noites da semana, o resto dos dias são vinculados ao espaço doméstico.

Algumas atividades que se realizam no meio rural dificultam a prática do lazer. Caio afiança que todas as atividades do meio rural atrapalham o lazer, pois existem tratos culturais que precisam ser feitos antes das chuvas ou logo após as chuvas, por exemplo. Há também culturas onde o trabalho se concentra em alguns dias específicos e às vezes é preciso sacrificar os sábados, domingos e feriados. Todavia, é a pecuária leiteira que mais condiciona o indivíduo, pois é preciso ordenhar as vacas no início da manhã, levá-las ao pasto, recolhê-las antes do meio dia, levá-las novamente à tarde e ordenhá-las no início da noite. Como diz Caio, “primeiro tu faz na roça pra depois tu pensar em se divertir”. O lazer é uma atividade secundária.

Os jovens estabelecem atividades de lazer na própria comunidade. As saídas ocorrem, mas em menor frequência e são para comunidades rurais vizinhas ou para a cidade de Palma

Sola. As saídas e a inserção no circuito de festas das comunidades se viabilizam pela posse de um meio de transporte próprio, geralmente a motocicleta. Não é comum a existência de transporte coletivo para esses eventos, então ou utiliza-se meio de transporte próprio ou barganha-se carona. Estas nem sempre são conseguidas. Essa realidade faz da motocicleta o objeto de desejo dos jovens do meio rural, essencialmente os rapazes.

O afastamento das comunidades é solucionado pela aquisição de motocicletas, o que ocasiona a chamada “febre de motos”. Condições facilitadas para adquiri-las e mais acessíveis que os automóveis, tornam-nas desejáveis, reduzem os espaços, permitindo aos jovens encontrarem-se. (RENK; DORIGON, 2012, p. 13).

Caio considera complicado para um rapaz do meio rural namorar uma moça da cidade, pois os ritmos e a realidade de vida são muito diversos. Se for o caso de um rapaz do meio urbano namorar com uma moça do interior esses problemas não têm a mesma magnitude, pois elas anseiam em morar na cidade e os próprios rapazes de lá serão melhor aceitos como parceiros. Em síntese, eles representam uma ponte em relação ao destino pretendido.

Portanto, para o rapaz que fica no meio rural expressam-se dificuldades em encontrar parceiras. As moças do interior, mesmo não interditando relacionarem-se com eles, não manifestam interesse de continuarem a relação se precisarem permanecer no campo. As moças da cidade por seu turno têm poucas pretensões em estabelecerem-se no meio rural, a não ser que as condições de vida e de trabalho ali forem interessantes e melhores que onde vivem. Essa conjuntura não determina que os jovens do meio rural estejam de todo modo se evitando. Nem mesmo que não possa ocorrer de uma moça ou rapaz da cidade vir a morar no meio rural, mas esses casos são raros e não há uma tendência de que possam aumentar. Ao contrário, o êxodo das moças parece cada vez mais latente.

O casamento torna-se paradoxal. É cada vez mais difícil encontrar uma moça disposta a permanecer no campo. Por outro lado, sem casarem-se os rapazes veem poucas chances de permanecerem. Para casarem-se precisarão oferecer e construir um projeto de vida junto de suas companheiras para e no meio rural. Essa projeção passará invariavelmente – no plano ideal – pela aquisição da própria terra. A prática de morar junto com os pais do noivo, ou da noiva é geralmente atribulada. Mas comprar uma propriedade é também uma ação dificultada. Para muitos dos jovens o casamento torna-se uma ciranda: sem terra não há casamento; sem casamento não tem como comprar uma terra. O casamento, nesse caso, é ao mesmo tempo uma necessidade e uma dificuldade.

Para aqueles que definem a permanência como destino de vida o casamento reforça e

contribui para solidificar a decisão. Nas unidades produtivas da comunidade a prática de morar junto é tida como difícil. As propriedades são pequenas e com terras declivadas. Não comporta com facilidade a sobrevivência de duas famílias. É mais comum ocorrer essa junção quando os pais se aposentam. Pode acontecer de que algum filho ou filha que estava morando no meio urbano retorne para assumir a propriedade. Neste caso os conflitos são diminutos, já que a renda do novo casal será dissociada da renda do casal velho. Os pais recebem uma pequena parcela do rendimento da propriedade, mas sobrevivem com a renda de suas pensões.

Para que os jovens permaneçam na agricultura seria preciso, na opinião de Caio, “incentivo do governo” que se materializaria numa maior valorização dos produtos; em subsídios; melhoria da estrutura de trabalho, isto é, nos equipamentos e instalações, além da qualificação dos serviços de saúde e educação. Existe um paradoxo de que ao mesmo tempo que a saída dos jovens das unidades produtivas ameaça a continuidade delas pela falta de mão-de-obra e mesmo de sucessores, por outro lado permite que os pais permaneçam. Ou seja, em alguns casos, pela dificuldade de obter renda na propriedade, a oferta de mão-de-obra não aumentará o saldo alcançado no final do mês ou da safra. Assim, a permanência pode significar um peso econômico na unidade e forçar, no limite, a saída de todos os membros e a venda da terra.

A permanência também se revela mais “cara” para a família, dadas às demandas que os jovens interpõem na propriedade. Querem ter uma motocicleta, acesso a internet, telefone celular, roupas “de marca”, dinheiro para sair, etc. Os jovens de Cerro Azul compartilham, ainda que de modos diferentes, certo constrangimento social a partir da falta de dinheiro. É possível repensar isso em relação ao capítulo II onde se evidenciou a situação de pobreza em que muitos dos colonos chegaram à comunidade.

Os moradores referem a uma ascensão social impactante em suas vidas. Muitos não tinham nada e agora tem terra, casa e carro. Contudo, entre os jovens da comunidade impera um aspecto de parcimônia com os gastos, principalmente nos finais de semana. Essa realidade é antiga na comunidade. Os jovens em alguma medida “administram a escassez”. Essa escassez não é apenas de dinheiro. Refere-se também ao isolamento, a impotência de deslocarem-se e inserirem-se em outros locais.

Não basta que tenham carro e dinheiro para irem a outros municípios, a festas, e shows, é preciso contatos, é preciso conseguir inserirem-se nos outros ambientes. No período da realização da pesquisa raramente percebeu-se que algum jovem tivesse saído do meio rural para realizar atividades de lazer. Sair de Palma Sola não foi algo factível pelo menos ao que se pode averiguar. Quando há dinheiro e disposição é preciso autorização. Muitas vezes esse

fato não é obtido com uma “concessão formal”, “um pode ir” até porque geralmente não existe uma “proibição formal”, um “você não pode ir”. Se o jovem for poderá enfrentar uma cobrança posterior, um descontentamento dos pais e uma pressão pelos gastos e perigos corridos.

Dispor dos bens e da “logística”⁷² para sair não efetiva-se se não houver uma negociação onde o jovem possa favorecer suas intenções e projeções de lazer. Essa opção por “ficar por aqui” pode ser pensada nos termos que Pereira Leite (2012) discute as relações entre “playboys” e a “galera da vila” na periferia de Paranaguá. No caso de Cerro Azul é melhor ficar num local onde as situações estão controladas do que se exporem em relação aos jovens da cidade.

A opção por permanecer na vila pode ser entendida como um desdobramento do poder que podem exercer nesse espaço. A vila é o “pedaço” onde dominam os códigos de conduta e sabem o que pode acontecer. Há uma previsibilidade e familiaridade com as práticas, o que lhes permite classificarem as coisas do mundo e as relações sociais a partir do seu lugar de pertencimento, com base nisso definem o que é de dentro, e o que é de fora. Ao contrário, quando transitam pelos espaços de lazer no centro não dominam os códigos e sentem-se inseguros, principalmente quando se submetem ao julgamento dos “playboys”. Lá não possuem poder e sabem que no sistema classificatório estão em condição de submissão, são os de fora. Assim permanecendo na vila garantem que seus significados de mundo não sejam abalados e suas identidades sejam mantidas em equilíbrio. (LEITE, 2012, p. 131-132).

Antônio, 34 anos⁷³ – o segundo de uma família de 5 filhos, sendo uma moça e 4 rapazes, todos os demais migrantes – estudou até a sexta série do ensino fundamental. Só saiu da comunidade para passear. Diz que gosta de morar em Cerro Azul porque a comunidade é “unida”, todos os moradores são prestativos. O que lhe desagrada no lugar é o fato dos jovens estarem migrando e que restam “só os idosos”. Participa da igreja, do esporte (clube) e do grupo de jovens.

Em sua opinião o que leva os jovens a decidirem ficar no meio rural é o sentimento de amizade desenvolvido no meio rural, pois numa análise mais racional eles iriam sair. Essa saída está associada à falta de emprego e a necessidade de estudos. Chega a dizer que de um jeito ou de outro muitos “têm que sair”. No seu caso têm participação ativa na propriedade, chegando a ser o principal gestor e se diz satisfeito com a renda obtida, ainda que seja uma situação sempre duvidosa pelos efeitos do clima e da variação dos preços. O dinheiro que

⁷² Nesse caso “logística” se refere aos contatos, os conhecidos na festa, alguém que poderá inserir esses jovens ou mesmo oportunizarem que eles possam sentirem-se à vontade em locais alheios aos seus de origem.

⁷³ Embora o recorte etário estabelecido para a categoria jovem rural foi o de 15 à 29 anos, Antônio se enquadra como jovem na comunidade, participa inclusive do grupo.

obtem é gasto preferencialmente em lazer, nos bailes e festas. É influenciado pelos pais a permanecer e destaca que agora essa é também a sua própria opinião. Ele será o sucessor na propriedade dos pais e se responsabilizará em cuidá-los.

Revela que é difícil encontrar uma parceira atualmente. É preciso ter um meio de locomoção e procurá-la na cidade. No sentido de casar-se diz que é complexo, pois não se encontra a pessoa com o perfil desejado. Se esse perfil for pensado em relação a alguém que esteja disposta a permanecer no meio rural é, de fato, difícil. Nas suas palavras: “tem dificuldade porque do interior é mais difícil, quase até vir as do interior vir no baile é mais difícil, vem aquelas ‘coisiada’⁷⁴ nos baile e coisa então hoje é difícil o que tu quer, não é fácil de encontrar, não é muito fácil de encontrar, o que tu procura não”.

A sua expectativa é a de que sejam implementadas políticas públicas para “incentivar” os jovens a permanecer, caso contrário “se as coisas não mudarem isso cada vez vai ficar mais deserto”. Manifesta a necessidade de que os políticos “olhem mais para o agricultor”, já que é ele que produz o alimento consumido pelos próprios políticos.

Everaldo, 28 anos – filho mais velho; tem uma irmã migrante. Ingressou, mas não concluiu, o Ensino Médio. Residiu quase que a totalidade de sua vida na comunidade de Cerro Azul. Rompeu essa trajetória apenas uma vez, tendo migrado para a cidade de Cuiabá/MT para trabalhar numa churrascaria, porém permaneceu lá menos de um mês. Justificou o retorno pelo excessivo barulho, ritmo de vida muito diferente e porque o trabalho era muito “puxado”. Hoje não tem pretensão de sair do meio rural, quer se “aquietar” na roça.

Segundo indica, a comunidade de Cerro Azul é tranquila: “não tem perigo de roubo”. Diz que gosta de morar no meio rural, pois “nos finais de semana dá pra sair, tomar minha cerveja, ninguém fica falando mal, é sossegado”. Participa das atividades no clube esportivo e da igreja “lá volta e meia”. Entende que os jovens que permanecem o fazem porque gostam da atividade, gostam do serviço. Acredita que a maioria dos jovens que está no meio rural não tem um projeto de vida definido. No seu caso, definiu um projeto de permanecer na atividade agrícola. Para tal, a ajuda e incentivo dos pais é preponderante. Compreende que para viabilizar tal projeção faltam “mais incentivos”, tais como projetos de industrialização dos produtos do campo.

No caso da migração feminina define a falta de emprego para as moças ou pela falta de interesse na atividade agrícola, usando a expressão: “em moça que é meio, não é muito chegada”. Segundo sua opinião, são que os rapazes têm mais opções de lazer e mais condição

⁷⁴Moça “coisiada” nesse sentido seriam aquelas que além de não serem virgens tem pouca propensão de morar ou continuar morando no meio rural. Estar “coisiada” diz respeito a pensar de acordo com valores urbanos.

para saírem se divertir. Ainda assim considera difícil encontrar uma parceira para se relacionar, pois “tem pouca moça” no interior. Aditada a essa dificuldade entende que é imprescindível que se tenha uma companheira, uma companhia para permanecer na roça.

Defende que a maioria dos jovens do lugar está satisfeita com a participação nas decisões dentro da unidade familiar e com a renda a que tem acesso. É incentivado pelos pais a permanecer, mas sempre teve liberdade para fazer suas opções, como diz: “fiquei porque quis mesmo”. Pretende continuar trabalhando com os pais, uma vez que acha muito difícil constituir uma unidade produtiva para si, dados os altos preços e as más condições dos financiamentos disponíveis⁷⁵. Entende que é impossível que o investimento realizado se veja retornado ao trabalhador.

As terras da comunidade não são vistas como boas. A permanência dos jovens nas propriedades dos pais é dificultada pela má qualidade dos lotes de exploração, pois são muito declivosos. Everaldo chega a propor que os que ficam são os que possuem terras planificadas: “eu acho que fica se é terra plana, que pode fazer com máquina e tudo”. Porém, como a maioria das terras é “dobrada” prevê que mais jovens ainda vão sair do meio rural.

Alex, 18 anos – filho caçula dentre três irmãos, uma moça e um rapaz, ambos migrantes. Atualmente cursa a graduação em Educação Física. Diz que a opção por estudar deve-se a dificuldade da permanência no meio rural: “que hoje em dia é meio complicado acho o cara permanecer assim que, ainda mais sozinho, que to só eu lá, que meu irmão e minha irmã também saíram, daí futuramente com certeza vai ser muito complicado levar a propriedade sozinho”. Gosta de morar na comunidade porque é sossegado e tranquilo. Esse sossego incomoda no sentido do lazer, por ser uma localidade com poucas opções de diversão. Conceitua a comunidade de Cerro Azul como “a mais fortinha” se comparada às demais. O lazer é o futebol e conversar com os amigos. De vez em quando ocorre um baile ou uma festa, mas é pequeno o “envolvimento” que geram. Essas atividades são predominantemente masculinas.

Alex: Eu acho que uma grande parte vai continuar lá, mas tipo se eles vê que, que nem

⁷⁵A modalidade de financiamento a que se refere é o Programa Nacional de Crédito Fundiário, mais conhecido como “Banco da Terra”. “Podem participar do PNCF trabalhadores e trabalhadoras rurais, filhos de agricultores familiares ou estudante de escolas agrotécnicas. Os potenciais beneficiários devem ter renda familiar anual de até R\$ 15 mil e patrimônio de até R\$ 30 mil. Devem ainda comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos. O PNCF possui três linhas de financiamento de acordo com as necessidades dos beneficiários. São elas: Combate à Pobreza Rural (CPR); Consolidação da Agricultura Familiar (CAF); Nossa Primeira Terra (NPT). O PNCF possui condições diferenciadas de acordo com o valor do financiamento e o prazo de pagamento é de até 20 anos, com 36 meses de carência. O crédito pode atender até R\$ 80 mil para a compra do imóvel e investimento em infra-estrutura coletiva. As taxas de juros variam de 0,5% a.a. até 2% a.a. conforme as linhas de financiamento”. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

eu tava meio assim depois que comecei a estudar vi que o negócio era completamente diferente. Acho que uns vão permanecer lá, já que estão meio encaminhados.

Rodrigo: Como você diz que percebeu que o negócio era diferente depois que começou a estudar?

Alex: Tipo o cara vê né, se torna mais fácil depois tu conseguir tipo uma formação e daí conseguir um emprego, tu não vai precisar se arrebentar tanto pra conseguir a mesma coisa que tu ganho sozinho, trabalhar em quatro pra ganhar.

Rodrigo: Então você acredita que a renda é melhor estando fora da atividade agrícola?

Alex: Isso. Não que seja ruim, mas tipo depende a atividade que tu for fazer, se for, se a terra ajudar, se for meio mecanizada e coisa assim tu consegue tirar uma renda maior sem ter o trabalho, mas naquela “perauzeira”⁷⁶ não tem muita possibilidade.

Defende que as propriedades da comunidade têm pequenas possibilidades de mecanização – fazendo com que as perspectivas de permanência diminuam – e que a atividade mais rendosa é a pecuária leiteira. A estrutura comunitária existente em Cerro Azul interfere na decisão do jovem entre sair ou ficar, pois existe igreja, escola, clube esportivo, ginásio de esportes, posto da saúde, grupo de jovens e a oferta de internet. Segundo Alex, a existência do grupo de jovens é importante para organizar práticas de lazer. Ele participa na igreja, no clube e principalmente na escola (vide sua inserção profissional como professor). Usa a expressão de que “é a escola que mantém a comunidade em pé”, haja vista que cria uma dinâmica de circulação de pessoas no local, tanto alunos como professores.

Ele ingressou no curso de Educação Física, que considera uma oportunidade para viver novas experiências além da vida rural. Da mesma forma, cita o fato de seu trabalho como músico. Sua opção de permanecer na roça e de cursar a faculdade e dispor de tempo para a música é uma decisão que considera difícil. Envolve-se numa rotina desgastante:

É difícil, tanto que nem eu moro no Cerro Azul, até a cidade dá 12km, lá tem ônibus que traz de Palma Sola até Francisco Beltrão, só que aí tem que fazer esses 12km, que o ônibus sai às seis de Palma Sola e eu tenho que sair de casa às cinco e vinte até chegar na cidade, daí eu chego na cidade à meia noite, até em casa vai ser uma e quinze, não tanto, uma hora às vezes, às vezes chove e é frio, não é fácil, mas vale a pena tentar assim, quem quer mesmo fazer.

Acredita que alguns jovens decidem permanecer no meio rural pelo gosto e por estarem estabelecidos em atividades produtivas lucrativas e com menores perdas com intempéries como é o caso da pecuária leiteira:

Muitos porque gostam mesmo e vê que dependendo a atividade dá dinheiro. Tu não precisa se preocupar tem uma autonomia pra trabalhar quando você quiser sem ninguém pra te “encher o saco”. Tipo você tem que ver que, depende a atividade que você for fazer que tipo se for vaca de leite com certeza não vai ter aquela quebra assim muito, vai ter assim se der aquela seca, mas não aquela coisa de quebrar completamente assim de não dar nada no final do mês. Daí muitos

⁷⁶O termo “perauzeira” refere-se à perau, área íngreme, de grande declividade, montanhosa, com precipícios.

continuam tanto que os pais já tem uma boa estabilidade assim na propriedade assim daí eles tentam levar aquilo em diante.

Suceder os pais na propriedade familiar é uma opção “bem mais fácil” do que o jovem comprar uma propriedade para si, porque “até ele conseguir pagar aquela propriedade ele vai demorar um bom tempo. Se ele for o sucessor ele já vai buscar outras formas de trabalhar e já vai ter aprendido com o pai o que passou de, pra ele trabalhando ensinando assim, já vai ter uma boa base”. A sucessão torna-se para ele tranquila: “não é o bicho”.

Os conflitos familiares geralmente surgem a partir das discussões entre novas e velhas ideias. Mas, dependendo da relação estabelecida os interesses coletivos sobressaem. Geralmente é o filho mais novo que permanece, pois os mais velhos vão buscando outras opções de vida e o último – quando masculino – acaba ficando e na maioria das vezes assume a responsabilidade de cuidar dos pais. As moças tendem a não se tornar sucessoras, pois saem antes de estarem em condições de sucederem. Na sua visão a decisão entre sair ou ficar ocorre ao final do Ensino Médio e se define por uma continuidade. Se optar por seguir nos estudos vai migrar, ou se quiser continuar na atividade agrícola e não estudar vai permanecer.

Percebe que falta reconhecimento e preço dos produtos agrícolas para que os jovens consigam desenvolver os seus projetos de vida no meio rural, pois “não tem muito valor, maioria das coisas produz e vai lá vender não paga nem os insumos pra produzir”. Ainda assim considera que o maior problema para os jovens do meio rural é o trabalho, por ser forçado, “puxado”. A maioria das propriedades da comunidade depende exclusivamente do trabalho braçal.

Os projetos de vida dos jovens mantêm-se na subliminaridade, porque se o construírem em relação a permanência no meio rural será preciso da ajuda dos pais e que eles acreditem nesse projeto. Entende que o jovem está melhor posicionado perto da família, seja qual for o seu projeto de vida. No seu caso prefere mudar-se para a cidade a fim de ficar mais próximo da universidade e reconhece que não tende a permanecer no meio rural. Justifica que “sempre quis estudar” e quando surgiu a oportunidade não teve dúvidas de optar por uma profissão fora da agricultura. O seu projeto de vida está ligado a dar sequência nos estudos, formar-se e ingressar na pós-graduação trabalhando como professor.

Considera corriqueiro os conflitos familiares que dizem respeito às decisões e à participação dos filhos na atividade produtiva, uma vez que existem opiniões divergentes. Os rapazes participam mais da organização da propriedade. No entanto, por mais que o jovem participe das decisões na maioria dos casos acha que eles precisam pedir dinheiro aos pais, não tendo uma renda fixa. Os jovens gastam o dinheiro que conseguem principalmente em

locomoção – comprar moto – e em lazer, “porque se não tiver um veículo tu vai desanimar, não vai ter nem como sair de casa”. Essa visão é exposta aos jovens do sexo masculino, uma vez que as moças não teriam o mesmo desejo. Nesse sentido, convém ponderar se elas não manifestam interesse ou são interditadas moralmente dentro da família.

Em relação à satisfação dos jovens que estão no meio rural e suas perspectivas, ele percebe que “os que tão, muitos estão satisfeitos, mas se eles veem que existem outras oportunidades de trabalho eles vão querer buscar outras. Mas também tem muitos que estão lá porque não tem outra opção de estudar de sair”. Essa visão reafirma o caráter de permanência como uma condição temporária, que pode ou não se efetivar e noutros casos como uma fatalidade, pois não conseguem sair.

Seus pais não fazem questão que ele continue na atividade. Explica que seu pai não lhe incentiva nem a ficar nem a sair, mas aponta um discurso desanimador no campo: “o meu pai ele não incentiva, mas ele nunca falou pega e vai fazer outra coisa, mas ele, tu nota que ele fala que não dá, não vai ter muita remuneração”. Já sua mãe o incentiva e dá força para que migre. Justifica que ainda está no meio rural, pois não encontrou um emprego na cidade. Quando for possível migrar ele o fará. A unidade familiar ficará provavelmente sem um sucessor e seus pais já projetam vendê-la e morar na cidade. Seu pai, explica, está com um problema de saúde – fruto de esforço físico do trabalho rural – e provavelmente precisará abandonar a atividade. Se não migrarem venderão parte das terras e ficarão só com a casa e um espaço para criar “uns bichinhos”.

Conceitua que as práticas de lazer na comunidade se resumem ao esporte, onde as moças são minoria. Nesse sentido, a diferença em relação ao meio urbano está na quantidade de contatos estabelecidos. Portanto, a existência de jovens numa determinada comunidade pode contribuir para aumentar as atividades de lazer e o sentimento de satisfação entre os jovens. Pode-se dizer que onde existem mais jovens há uma tendência maior de permanências. Para Alex, em Cerro Azul não há muita gente, mas é um quantitativo maior que outras comunidades. Já houve mais jovens na localidade, mas a maioria foi embora.

Alerta para o fato de que a possibilidade de um jovem do meio rural se casar com uma moça disposta a acompanhá-lo na atividade é remota. Explica que: “a moça na maioria das vezes não quer casar com alguém do interior porque não gosta da atividade e o rapaz pode querer continuar e ela não quer casar porque quer morar na cidade, daí ela vai sair e sempre vai ficar menos, mais rapazes e menos moças”. Essa condição é analisada como problemática, pois “vai chegar um momento que não vai ter mais moças no interior”. No seu caso não prevê dificuldade de encontrar uma parceira porque circula no espaço urbano e provavelmente não

permanecerá na atividade agrícola, mas para quem fica retido apenas no ambiente rural é mais difícil:

No meu caso eu não tenho medo, porque eu to quase mais na cidade do que no interior, eu creio que que mora lá pode ter, a juventude não tanto porque eles pensam né, futuramente posso sair daqui também não se sabe como vai ser, mas sendo que nem tem caso de jovens de mais idade, trinta e poucos anos que já tão, daí complica mais.

As unidades produtivas da comunidade dificultam a permanência dos jovens, por serem pequenas e desfavoráveis, isto é, declivosas. Assim defende que futuramente mais jovens vão abandonar o meio rural. Sem uma política pública – não a soube precisar – que incentive os jovens a ficar o êxodo será cada vez maior. Rebate que as proposições discursivas urbanas que defendem a permanência dos jovens rurais são desinformadas sobre a realidade em que vivem os agricultores: “é o pessoal quer que eles fiquem, tipo fique no meio rural porque não é bom no meio urbano, eles sempre defendem essa ideia maioria das vezes, mas eles não tem o conhecimento de quem mora lá pra saber como é a dificuldade”.

Bernardo, 19 anos – outro caçula, tem uma irmã que migrou para o meio urbano. Se define como agricultor. Sua trajetória de vida esteve ligada a casa dos pais e ao trabalho na agricultura, até os 18 anos de idade, quando experimentou uma transferência para o meio urbano que durou menos de um mês, dadas as dificuldades de adaptação. Retornou ao meio rural e não manifesta interesse em sair novamente. Tem a pretensão de permanecer no meio rural, pois “as coisas estão dando certo para ele”:

Porque eu acho que se as coisas estão dando certo não tem porque eu querer sair daqui. Muita gente falou, “Oh, por que você não vai fazer uma faculdade e tal? Tem muitos que saem de casa, mas também porque alguma coisa aconteceu, um desentendimento “Ah, isso daqui não sei o que, não dá certo, vou sair”, e saem de casa. Ta dando certo aqui, por que que eu vou sair de casa? Não tem por que. Por isso que eu acho, até o pai e a mãe as vezes dizem que eu tenho que fazer uma faculdade e aí eu falo: “Não, mais eu quero ficar aqui e por que que vocês estão insistindo pra mim sair?”.

Justifica suas escolhas à vinculação familiar e “talvez” à renda que obtém. Considera que tem uma renda boa no meio rural. Percebe que os conflitos familiares em geral são algo corriqueiro, mas não fazem parte da sua dinâmica familiar. No seu caso todos os membros da família participam das decisões. Ele consegue aplicar ideias próprias na propriedade: “muitas vezes, assim, até talvez com um pouquinho de desconfiança, eles querendo fazer muito, mas eu acabo insistindo e aí, às vezes, o que eu quero eu também consigo fazer. Algumas ideias

que eu coloco assim são aceitas também”. Ratifica que sem essa condição os jovens deixariam o meio rural.

O que lhe incomoda no fato de viver no meio rural é a falta de “acessibilidade” como a internet, e lazer. Isso lhe faz sentir-se isolado: “conheço somente as pessoas daqui, tipo, só aqui da comunidade ou só daqui do interior, a gente quase não tem, tipo, não convive com um monte de gente assim como na cidade, na cidade você convive com muito mais pessoas”. Cita ainda a fluidez dos preços pagos pelos produtos agropecuários e as intempéries climáticas:

Olha, desanima mesmo, por que esse ano com a seca que deu⁷⁷. Só que você tem que pensar que esse ano aconteceu, mas talvez nos próximos meses não vai acontecer, você tem que trabalhar pra reverter a situação que passou. Já aconteceu uma seca, há uns quatro ou cinco anos atrás, e agora essa. Então é difícil, claro que pode ser um fator sim, depende muito se você quer permanecer no meio rural, por que você vai enfrentar muitos problemas, agora se você não tem vontade de ficar, não adianta qualquer coisa vai fazer você ficar com vontade de ir embora.

Trabalham na propriedade prioritariamente com a pecuária leiteira. Além do leite, também cultivam milho e feijão, porém não necessariamente para venda. Bernardo foi questionado se a produção de leite, com horários de trabalho pré-fixados⁷⁸, é atrativa para o jovem. Sua resposta indicou uma negociação com a família:

Atrativo não é, por que se você pensar que tem que estar todo dia aí e é uma coisa que você não pode deixar de fazer. Eu, por exemplo, não gosto muito de, nos finais de semana, eu me desvio, sempre que a gente pode a gente se desvia. Às vezes acaba que eles ficam meio bravos com a gente, eu falo pra eles: “Oh, domingo não tem “né?”, é sagrado o domingo. Mas talvez em outras famílias isso daí não aconteça.

A experiência que teve no meio urbano contribuiu para que desejasse permanecer na roça. Trabalhou num frigorífico por uma semana. Diz que foi uma experiência desanimadora. Recebia um salário baixo e precisava trabalhar “como louco”, cerca de doze horas diárias. A partir disso refletiu: “por que eu vou fazer isso se eu trabalhando em casa to muito melhor, eu tenho uma renda mais alta do que eu ficar lá me matando? Ai vim embora. Foi tipo um teste pra ver como é que é”. Na agricultura acredita que trabalha cerca de dez horas por dia. No ano de 2011 teve uma experiência de trabalho como professor temporário na escola da

⁷⁷ Entre o final do ano de 2011 e início de 2012 a área em estudo sofreu com uma estiagem de cerca de 60 dias.

⁷⁸ A quantidade de vacas determina a exigência e dedicação em tempo e horário para a ordenha, retirando os agricultores, jovens e não jovens, de outras atividades para dedicar-se àquela. As reuniões devem ser rápidas à tarde para voltar a tempo da ordenha, as visitas aos domingos não podem ser muito longas, sob pena de comprometer o trato e ordenha. (RENK; DORIGON, 2012, p. 15).

comunidade. Considerou a experiência como “interessante”, mas não mantém perspectivas de inserir-se na profissão. Essa decisão se exprime também pela satisfação de renda que manifesta atualmente na agricultura. Explica que usa o “seu” dinheiro, dando mostras de que possui uma renda específica na unidade familiar:

É, mas eu tenho assim, tipo, eu reservo um dinheiro, “hó, esse aqui eu vou gastar em festas nos finais de semana” e daí outras partes em roupas, em calçados, é isso daí “cara”. Talvez, às vezes, a gente compra, a gente vai em algum lugar com os amigos, a gente faz uma festinha, a gente reúne, daí é isso, a gente não gasta muito, até gosta as vezes mais do que muitos outros jovens que tem aqui mas, eu acho que assim, eu to trabalhando tenho o direito de pelo menos gastar um pouco “né?”

Chama atenção para a necessidade de mais opções de lazer na comunidade. As atividades que costuma desenvolver são a prática esportiva e a participação em festas em outras comunidades. Não é corriqueiro frequentar o espaço urbano do município e declara que nunca foi ao meio urbano de outro município com a finalidade de lazer. Percebe que existem dificuldades para encontrar uma parceira quando o jovem decide permanecer no interior e isso pode influenciá-lo em algum sentido a sair, a abandonar uma ideia inicial. Confessa que essa situação o incomoda: “você encontra uma namorada e tal, daí ela vai querer fazer você ir pra cidade, isso é uma coisa quase óbvia”. Explica que a saída maciça das moças se deve a sua predileção pelos estudos e pelo distanciamento que tomam do trabalho “efetivamente produtivo” na agricultura:

Eu acho que até pelo fato do trabalho, acho que isso é um trabalho mais voltado pro homens. Claro que tem algumas mulheres que trabalham também, mas eu acho que as meninas elas vêm assim, elas não gostam muito e elas vêm a oportunidade ao se formar no ensino médio começam a estudar, fazer alguma faculdade, então por isso que (...) talvez os rapazes eles gostam mais de ficar aqui não tanto talvez pelo serviço, mas tipo pelos finais de semana, você se reuni, ficar com os amigos e tal. Eu acho que as meninas (...) a minha irmã, por exemplo, ela tinha que ajudar a trabalhar e ela não gostava, ela ficava muito brava, ela ia, ela bufava de raiva quando ela tinha que ir junto, daí ela terminou o ensino médio e foi pra faculdade, eu acho que é assim todas elas né? Poucas que vão querer ficar aqui.

Acredita que mesmo vagarosamente as coisas vão melhorar no meio rural. E que mais jovens permanecerão futuramente. No seu caso prevê a possibilidade de suceder os pais na propriedade. Prefere usar o termo “continuar” trabalhando com os pais. Queixa-se, todavia, da qualidade da terra que é muito declivosa. A permanência, dessa forma, ocorre apesar das dificuldades, por conta da vontade, do planejamento que o jovem faz. Defende que o local lhe inspira a permanência, como um atributo psicossocial particular, destacando a tranquilidade e a autonomia mesmo que o trabalho seja “mais pesado”:

Eu acho que a tranquilidade que a gente tem aqui. A gente é o próprio dono do trabalho da gente é o próprio chefe. Se a gente quer trabalhar hoje, é claro que se a gente não trabalha não vai ter a renda no final do mês, mas eu acho que é o fato da gente poder, às vezes quando a gente quer descansar e tal, na cidade você tem que tá lá na hora certa, você precisa (...) aqui não, aqui é mais sossegado. Claro que o trabalho é muito mais pesado, eu acho, mas (...).

Michel 23 anos – o segundo filho dentre 3 rapazes e uma moça. Sua irmã migrou para o meio urbano e um dos irmãos permanece na comunidade como agricultor. Concluiu o Ensino Médio e nunca saiu da comunidade. Diz gostar de morar no meio rural pelo sossego do lugar. Participa da diretoria da igreja e no grupo de jovens. Ele define a saída dos jovens do meio rural pela convivência com a falta de garantia de renda. Os que ficam o fazem pela condição de poderem “tocar” as propriedades dos pais.

Acha que os jovens não têm um projeto de vida bem definido, “tem que ir tocando como vai, porque um ano valoriza uma coisa no outro é a outra e assim vai”. Em relação ao seu projeto de vida diz que está “pensando em ficar na roça” e completa “vamos ver no que é que dá”. Justifica sua pretensão pelo fato de gostar da atividade agrícola: “cresci e me criei no interior, nunca me interessei muito em sair pra ver como é que é”. Entende que os jovens têm uma renda especificamente deles no meio rural, mas ela é pequena e precisam gastá-la com grande parcimônia. Não percebe que na cidade a renda seja muito maior, apenas “depois de formado”. Se for analisado o trabalho sem formação o retorno financeiro de uma e outra é parecido. Reforça o discurso de que mantém uma boa relação com a família, que participa ativamente das decisões e que é fortemente incentivado a permanecer na roça. A propriedade da família é de 25 hectares. Plantam milho, fumo e desenvolvem a pecuária leiteira. A renda bruta obtida é de cerca de R\$ 5.000,00.

Pablo, 14 anos– aluno do Ensino Médio, o caçula de três irmãos. O mais velho permanece na comunidade na atividade agrícola e o outro migrou para estudar. Muitos jovens saem do meio rural pelas oportunidades que a vida da cidade oferece, como “carteira assinada, seguros e férias, recursos em que no meio rural são muito difíceis de serem alcançadas”. Para que mais jovens pudessem permanecer entende que é necessário à existência de “empresas, empregos qualificados, acesso a redes e/ou oportunidades melhores”.

Define que no seu caso, mesmo que haja vontade de permanecer é provável que saia, pois tem interesse de cursar uma faculdade. Seu projeto de vida, portanto, é o de se inserir no meio urbano, estudar e arrumar um emprego lá. Manifesta uma visão positiva em relação à realidade da comunidade de Cerro Azul: “acho que só tem a crescer. Aqui evoluímos muito,

já temos posto de saúde, internet, escola até o terceiro ano, enfim só temos a crescer, e sei que muita gente ira voltar para buscar a tranquilidade e boa vida do ‘nosso’ meio rural”.

Maria, 20 anos, é casada com Adelar, 26 anos. Estão casados há 3 anos. Ambos são filhos de agricultores. Maria morava no município de Guarujá do Sul/SC e no ano de 2007 veio morar em Cerro Azul. Em 2009 sua família passou a residir na área urbana de Guarujá do Sul e em 2010 ela retornou a comunidade por conta do casamento. A família de Adelar migrou do Rio Grande do Sul para Cerro Azul em meados da década de 1980 para reproduzir-se na atividade rural. Vivem numa propriedade própria que compraram do pai de Adelar. Maria e Adelar completaram o ensino fundamental. Adelar ingressou no Ensino Médio, mas abandonou, pois migrou para Cuiabá/MT, para trabalhar em churrascaria, permanecendo 11 meses nesta atividade. Justifica seu retorno por conta da vida agitada que tinha “é que nem lá é direto tem que de dia e noite tá correndo”. Além disso, os ganhos não eram significativamente maiores do que na agricultura: “que nem o salário e coisa não é muito melhor que aqui, aqui se o cara tiver que criar umas vacas de leite aqui tu só com as vacas faz mais do que trabalhar por mês lá”.

Explicam que gostam de morar ali, “porque que nem aqui é perto da cidade e tudo, o pessoal é bem gente boa”. Enxergam que a maioria dos jovens gosta de morar na comunidade, mas muitos acabam saindo porque não tem emprego na comunidade. Na comunidade participam apenas da igreja. Participavam do grupo de jovens, mas depois de casados deixaram de frequentar as atividades. Entendem que existem as mesmas oportunidades de lazer para rapazes e moças na comunidade, incluindo o lazer como prática esportiva.

Compreendem que não existem as mesmas oportunidades de trabalho, onde os rapazes são mais requisitados. A falta de empregos no meio rural é o fator que explica a saída para eles. A permanência é difícil, pois continuar na casa dos pais forçaria demasiadamente o orçamento familiar, que sustenta apenas eles. Além da falta de condição de permanência opera também a preferência de alguns jovens pela inserção no mercado de trabalho urbano pelo fato de que o salário “vem garantido no fim do mês”.

Segundo Adelar, os rapazes têm maior facilidade para permanecerem porque “aguentam mais o serviço” e as moças preferem fazer “mais coisa de mulher” – numa clara concepção de que o rural não é local para as mulheres. Afirma, ainda, que se existissem fábricas ou outros empregos na comunidade as moças não iriam embora. A permanência, segundo eles, é explicada pelo fato da segurança que a vida rural oferece. Adelar, embora achasse que a cidade fosse um lugar melhor que a roça, mudou de ideia a partir de sua experiência pessoal. Na cidade diz serem muito altas as despesas e no campo qualquer renda

obtida é retida pela família – “o que tu faz é teu” –, não se perde em aluguel e supermercado. Maria por outro lado dá mostras de que preferia morar no meio urbano, porém o casamento condicionou seu retorno: “mas olha eu preferia a cidade, mas como nós casamos daí...”. Acaba por relacionar seu projeto de vida ao do marido, que é o de ficar no ambiente agrícola. Ela relata que está satisfeita com a vida na roça e mesmo que o casal tenha recebido propostas para migrar não se entusiasmaram em ir.

Adelar justifica que no momento de decidir a saída “o cara pensa... vai vender tudo que tem aqui, vai deixar a terra, vende vaca e coisarada tudo, e depois tu vai dá um mês ou dois e não gosta, eu sei como que é, já fui, já tava, e tu volta tu não compra mais o que tu vendeu, que o dinheiro quando vê se foi”. É importante perceber que os bens móveis que o agricultor possui em sua propriedade, as ferramentas, máquinas e afins, por mais simples que sejam compõem um patrimônio considerável, uma vez que se o tiverem que adquirir novamente os onera drasticamente: “o cara acha que não tem muita coisa, mas pega e vende tudo depois compra de novo ‘tá loco’, tem que trabalhar uns dez anos pra tá como estava”. Significa dizer que se permanecer há a possibilidade de aumentar o patrimônio. Se sair esse patrimônio será desfeito.

Maria compreende que é mais fácil para os rapazes permanecerem, pois as moças saem quase todas. Segundo ela, “não são todas que gostam de trabalhar na roça”. Foi, então, questionada: “*mas o rapaz gosta mais que a moça?*”. Maria respondeu que sim. Adelar interpelou e disse que isso era relativo, “mas tem mulher que trabalha mais que um homem, depende o jeito que se acostumou”. Nota-se que o trabalho feminino independente de sua importância, penosidade ou percepção feminina parece ser definido pela visão que o homem faz dele.

O trabalhar fora pode representar uma condição de permanência. Porém, é preciso que o trabalho seja mais constante. Adelar entende que o valor obtido com esse tipo de trabalho é significativo, “que pagar eles pagam bem né, que nem hoje tá o que uns R\$ 40,00 por dia e isso é dinheiro pro cara por dia ali, dá pra tirar mil e poucos reais por mês vamos dizer se fosse trabalhar cada dia”. No entanto, a inconstância nessas atividades não gera uma segurança de renda a quem se dedique a esse tipo de trabalho.

Na opinião de Adelar, os jovens que estão na roça participam mais das decisões e tem acesso a uma remuneração específica. Essa é uma condição para que os jovens permaneçam. A expressão que usa é: “hoje não é que nem antigamente”, referindo as mudanças operacionais que intercorrem no campo, na forma tradicional de reprodução familiar na agricultura. Existe uma disposição para maiores gastos. A autossuficiência perdeu parte de seu

sentido manifesto. Os jovens têm a tendência de gastar seu dinheiro com lazer – rapazes – e com roupas – moças.

Entendem que o casal precisa tomar as decisões juntos e quando existirem filhos eles precisam participar, senão acabam indo embora. A permanência é facilitada ou mesmo forjada a partir da ajuda que os pais podem oferecer. No caso deles, os pais de Adelar cederam uma propriedade e a partir disso eles puderam permanecer. Sem essa ajuda confessam que não estariam ali. Para que os filhos fiquem os pais devem incentivá-los e ajudá-los. Veem como possível um jovem iniciar-se na atividade rural por conta própria. É preciso “vontade de trabalhar”. Percebe-se que o ficar significa um trabalhar mais incisivo, em tom mais sério. O trabalho urbano seria mais superficial, menos “duro”, menos desafiador.

Maria esclarece que foi incentivada pelo pai a morar no meio rural, pois ele valorizava o fato de que ali ela teria segurança em relação ao trabalho e aos bens. Adelar diz que ficou por conta dos pais. “Estou na roça por causa deles se não... Aquela vez eles nem queriam que eu era pra ir embora, que nós trabalhava por mês e coisurada, demorou um pouquinho mas vi que era mesmo, que não era tão fácil na cidade”.

Para eles o lazer é o esporte. Maria diz que “joga bola de vez em quando”. Adelar apenas cita que saem à noite, às vezes. Maria cita o fato de que o lazer – esporte – está socializado da mesma forma para rapazes e moças, pois eles “jogam bola juntos”. O trabalho não é tido como empecilho ao lazer, pois o “tirar leite”, por mais que seja corriqueiro, é rápido: “que nem de manhã tu tira leite, se quer passar o domingo inteiro fora tu fica, volta de ‘noitezinha’, igual tem que vim pra casa, que nem uns já vê isso aí como fosse atrapalhar o final de semana”. Maria diz que é mais difícil que as moças namorem os rapazes do interior, porque algumas não gostam de viver ali. É mais fácil que namorem com rapazes da cidade e irem embora com eles. Consideram ser uma tarefa um tanto quanto espinhosa para que um rapaz encontre uma parceira no meio rural, pois existem poucas moças que ainda moram no interior e dentre essas a maioria não deseja permanecer. Ainda assim é sempre possível que encontre alguém, é preciso procurar. Para eles alguns não encontram porque veem na futura esposa uma fonte de despesas, ou, como revela Maria, “tem uns que pensam que mulher só come rancho”⁷⁹.

O casamento torna-se importante para viabilizar a permanência no meio rural. Quando se está casado há ligação com o patrimônio constituído, a própria instituição familiar é mais impactante nas decisões. Como diz Adelar, “se tu fosse solteiro tu deixa e vai, mas se tu tá

⁷⁹ “Rancho” é o termo expressado para significar as compras mensais, tanto alimentos como produtos de limpeza necessários a dinâmica doméstica.

casado não é bem assim”. Para Maria se a moça está casada ela fica, pois citando o exemplo de seu próprio casamento “porque daí se eu quero ir ele não vai”. Ainda, estar perto da família colabora para a permanência.

Na opinião deles a maioria dos jovens da comunidade não teria condições de permanecer na terra dos pais. As propriedades são pequenas e as terras muito “dobradas”. A solução definida é a industrialização dos produtos agrícolas ou a oferta de empregos na comunidade:

Se tivesse vamos dizer uma empresa, uma coisinha com uns 50, 100 empregos não iria ter gente que chega. Iria voltar bastante, que nem gente que às vez tá ganhando um salário lá na firma às vezes nem um salário, iam voltar pra trabalhar ali, é bem mais sossegado tudo.

Entendem que há incentivos governamentais para permanência, explicitados pelos financiamentos. Mas o futuro do meio rural passa, segundo eles, pela oferta de empregos no lugar. Em todo caso, o meio rural tende a melhorar, dados os incentivos que vislumbram e aqueles que esperam ver materializados. Os seguros agrícolas são os pontos mais importantes para darem segurança e incentivarem os agricultores a produzirem.

Frederico, 19 anos – caçula de três irmãos, dois rapazes e uma moça. Completou o Ensino Médio. Todos permanecem na agricultura, sendo que seu irmão mais velho reside junto à família e sua irmã é casada com outro agricultor. Resume sua trajetória de vida: “nasci e me criei em Palma Sola, sempre trabalhando na agricultura com meus pais. Na idade que eu pude começar a trabalhar a gente esteve aí, permaneceu na roça por enquanto não saí ainda, não tenho outra experiência de vida a não ser aqui”. Conceitua o povo da localidade como tranquilo e sociável. Porém, percebe problemas econômicos entre os moradores, uma vez que muitos estão saindo. Deveria haver, defende, alguma coisa que “movimentasse” a comunidade, gerando empregos para que a população não fosse embora. A sua explicação para a permanência e a saída dos jovens no meio rural é:

Eu penso assim, o modo de pensar às vezes difere de uma pessoa pra outra e também aquele acompanhamento desde criança, ele teve um acompanhamento diferente de repente ele foi, a educação que ele recebeu em casa ou até mesmo a assistência técnica adequada pra que ele assim se conscientizasse que aqui tem uma forma de vida melhor de se levar. E daí aquele jovem que quer sair vamos dizer faltou alguma coisa que necessita, uma assistência alguma coisa e ele pensou por um lado vai ser melhor na cidade, alguma coisa nesse sentido assim né. Às vezes é isso que falta, é assistência técnica.

Justifica que é uma posição tecida de acordo com os gostos, percepções, a partir do

“psicológico” de cada um, não seguindo uma regra pré-estabelecida para todos os casos. Todavia, a decisão de saída é motivada fortemente pela questão financeira “eu não conheço nenhum caso que não seja a parte financeira, o retorno, aquilo que você faz, que você ganha e o que te sobra”. Percebe a existência de projetos de vida entre os jovens que estão no meio rural. Para ele os que ainda estão tem boas condições de vida e provavelmente só sairiam se fosse para estudar, fato que considera um aumento substancial nas possibilidades de crescimento profissional. Assim, quem permanece é alguém sem motivação para estudar e está satisfeito com as condições do interior, alguém menos ambicioso.

No seu caso, diz que está “meio dividido” entre ir ou ficar: “aqui não é ruim, o modo de vida aqui é bom. E daí é tudo questão de repente é uma ilusão da cabeça da gente, mas é a curiosidade também de saber como é que é, o que é melhor”. A saída pode servir para que o jovem retorne mais motivado a continuar na roça, mas ele precisa viver essa experiência, precisa ter certeza que não está fazendo a escolha errada. Defende a necessidade de “conhecer os dois lados”. Considera ainda que as decisões dependem das oportunidades que se tem acesso, do momento em que se pode aproveitá-las. Por isso projeta “amadurecer melhor a ideia”, esperar um pouco mais para ver “como as coisas vão”. Brinca que está rascunhando seu projeto de vida, embora deixe escapar que ele pende para uma vinculação ao meio urbano. A própria realidade da condição de trabalho que vivencia, cultivando em terrenos acidentados lhe traz o sentido de que “lá” e não “aqui” é, ou possa vir a ser, melhor:

É, mas por enquanto não dá pra se pensar muito grande aqui. Eu acho que todo mundo tem, não seria errado dizer com uma ganância, todo mundo pensa em crescer, todo mundo quer ter uma estabilidade financeira, pra você mais tarde não tá a par de uma situação que te venha a constranger, uma coisa assim. Todo mundo quer uma estabilidade financeira. Mas hoje não dá pra se fazer aqui na propriedade do meu pai, todos os que vivem na casa não dá pra fazer uma coisa muito concreta, então é nesse sentido assim.

As moças são mais interessadas em estudar e, portanto, tem maior tendência a saírem: “as moças são mais interessadas elas buscam mais o estudo e os jovens buscam mais, vamos dizer, uma aventura. Mas no meio rural o que tá permanecendo mais é o jovem o rapaz, o rapaz, a mulher está procurando mais o estudo”. Acrescenta que “o programa rural hoje ele tá direcionado ao rapaz”, isto é, os pais encaminham e preparam o rapaz para “pensar” o rural e não a moça. As moças ficam à parte das discussões, trabalham na esfera doméstica e não tomam contato nem “gosto” pela atividade. Define o trabalho rural como árduo, mas possível. A tecnificação é o fator determinante para viabilizar a atividade agrícola:

Eu acho que ele é um trabalho árduo, mas tem como se fazer. Se você começar com uma propriedade que ela não traga, assim não vá trazer pra você uma forma de você, vamos dizer, em palavras curtas, você viver melhor, você não vai conseguir tocar muito adiante mesmo. Eu acho que você tem que ter uma propriedade assim que ela, ela traga um conforto vamos dizer não é luxo é o conforto você tem como você fazer, se no começo você gastar um pouco mais, mas esse gasto mais tarde ele vai se tornar uma forma de... É, então é assim, você tem que ter uma propriedade, hoje você tem que ter uma propriedade técnica, não uma propriedade muito prática, se você tiver uma propriedade prática você vai ter muita mão de obra pra pouco retorno. Se você tem uma propriedade mais técnica eu acho mais viável.

Reitera a importância da assistência técnica, a busca por novas atividades produtivas, novas formas de produzir. É preciso, segundo ele, dar um novo ritmo as atividades produtivas, pois o “mundo está mudando e para melhor, não é mais como antigamente”. Faz uma clara referência ao modelo de vida confrontado entre as gerações coloniais na região. Agora o anseio é pela modernização e lucratividade, não mais a subsistência. Informa que seus pais lhe incentivam a permanecer. Mas não considera possível que todos permaneçam: “a gente chegou a um ponto assim de um ponto de vista de que os quatro, vamos dizer assim, seria demais, não que estamos expulsando um de casa”. Assim, ele ou o irmão tendem a migrar. O irmão mais velho migrou e retornou, portanto oportuniza-se e mesmo força-se a sua saída:

A propriedade ela não suporta isso, ela de repente seria mais viável um sair, porque sobra, na verdade aqui em casa hoje em algum momento sobra gente pra trabalhar. Claro, tem épocas que falta, mas na sua maioria sobra mão-de-obra. “Tá” eu, meu irmão e o pai e a mãe. Eu acho assim, se tem um estilo de vida mais tranquilo, mas a partir do momento que você vê que tá sobrando mão-de-obra vamos supor no meio rural, essa propriedade ela não vai suportar mais tarde, mais pra frente ela não vai suportar.

A possibilidade de trabalhar como diarista para dar utilidade aos momentos de ociosidade na propriedade servem, na sua opinião, apenas como um “bico”, mas não para propor um projeto de vida. Se o jovem decidir ficar envidará esforços na sua propriedade, naquilo que é seu, da sua família e não para os outros. Como desejo diz que é necessário deixar a propriedade “mais técnica” e assim mais rentável para que possa proporcionar momentos de descanso e de lazer. As atividades de lazer estão circunscritas ao que denomina de “cultura regional” baseada no futebol e no jogo de baralho e que podem ser realizadas em todos os lugares. Portanto, não percebe dificuldades nem mesmo a carência de atividades de lazer no meio rural. Identifica que as carências no meio rural são relacionadas à própria percepção que os jovens têm da realidade, algo psicológico, suas representações:

Eu acho que a carência ela não é tão prática como ela é vamos dizer assim psicológica, o jovem ele tem acesso a outras coisas que ele consegue por meio do seu estudo, não precisa sair longe vamos dizer assim no estudo na escola, no estudo

básico. Ele tem acesso então ele digere essas informações diferente do que de repente deveria ser, então a parte psicológica tá preparada eu acho que não é tão prático pra a própria permanência do jovem talvez a carência não seja prática técnica. Seja de, como é que eu vou te dizer, do indivíduo ver as coisas de uma forma diferente é isso que, porque ele tem acesso a informação, mas de repente ele não digere essa informação como deveria ser e ele acaba tendo uma visão diferente do que às vezes o meio rural seja, acaba se precipitando nessa.

As políticas públicas para o rural deveriam contemplar um processo de formação, de escolarização que oferecesse qualificação e uma visão positiva e, principalmente, propositiva em relação à permanência no meio rural. Não como um discurso maçante que não encontre validade na realidade, mas que proponha a permanência, que a possibilite. Um processo que busque “educar o jovem para o lugar onde ele vive”. Entende que os jovens rurais estão em desvantagem, pois quando migram sua inserção social é dificultada, precisam pagar aluguel, aprender certos trejeitos culturais. Se pudessem manter-se com maior qualidade de vida no meio rural seria melhor.

Acredita que mesmo existindo uma tendência à migração ela está diminuindo. Futuramente, o número de migrantes será menor. Algumas propriedades podem ficar sem sucessor, mas seriam adquiridas pelos vizinhos e potencializariam a permanência de seus filhos. Afirma: “por mais que diminua a parte demográfica vai continuar a produção”.

Ismael, 17 anos – o caçula de 5 irmãos, uma moça e 4 rapazes, sendo que ainda há um dos rapazes como permanente. Está em vias de concluir o Ensino Médio. Nunca saiu da localidade. Fez um curso de elétrica de motos e está à procura de emprego assim que concluir o Ensino Médio. Revela que gosta de morar em Cerro Azul, valorizando como elemento positivo do lugar a união das pessoas. A relação com a comunidade é estreita, justificando ser inclusive catequista e estar sempre à disposição para ajudar nas instituições, pois a existência delas configura um caráter positivo à localidade. Diferencia Cerro Azul das demais comunidades da seguinte forma: “se for ver outras comunidades eles vão dizer eu vou e não volto e no caso que eu falei eu vou, mas eu pretendo voltar porque é um lugar organizado, não sei se futuramente vai desorganizar, mas eu acho que não. Eu acho que vai continuar bom”.

Entretanto, queixa-se da falta de empregos ali. Ele só poderá permanecer se encontrar um emprego na localidade. Os jovens vão embora “por falta de serviço”, única e exclusivamente. Portanto, os que ficam o fazem por “respeito ao pai e a mãe”, para os ajudarem. A migração é proposta como uma solução viável e esperada entre os jovens do meio rural:

Porque lá eles, qualquer coisa que eles conseguir tipo encontrar, digamos nem que seja um pequeno serviço eles vão conseguir já se estabelecer, batalhar né. Assim

eles vão depois mais tarde fazer uma faculdade. Eu penso assim que é o meu caso, eu vou depois que eu conseguir um serviço me estabilizar melhor daí eu vou estudar mais, por enquanto é só ensino médio.

Para reverter essa conjuntura seria necessária uma forma de dar empregos para os jovens na comunidade. Em sua opinião, se isso não ocorrer a comunidade poderá desaparecer. No seu caso, manifestava no momento da entrevista a convicção de sair, de migrar. Seus irmãos estavam lhe assediando para que mudasse para a cidade onde eles moram – Imbituba/SC. Manifesta suas pretensões: “eu vou sair, só vou esperar eu me alistar né, que é obrigatório daí eu saio. Porque se eu vou me alistar em Imbituba eu vou ter que servir e qualquer outro lugar que não fosse do município⁸⁰ eu teria que servir no caso então vou esperar me alistar, daí saio”⁸¹. A decisão por sair é explicada pelo desejo de possuir uma coisa “sua”. O seu projeto de vida é dar seguimento na carreira de eletrônica e mecânica. Futuramente pretende cursar a faculdade de Engenharia Mecânica:

Ah eu vou tentar buscar o que é meu. Não vou ficar num lugar que não é meu, aqui é pai e mãe que mandam então é deles, não vou esperar os dois falecer pra ganhar herança, então eu vou sair, vou buscar o meu no caso. Como tenho outros irmãos mais velhos que saíram e conseguiram construir o que é deles hoje, eu acho que eu também vou conseguir. É mais fácil eu construir o meu do que esperar as coisas “cair nos pés”.

Da mesma forma, não vê perspectiva se continuar trabalhando com os pais:

É eu acho que seria muito difícil por causa de, um pouco também pela fala de infraestrutura e do dinheiro hoje em dia. E fazer financiamento o cara pode se dar bem ou se dar mal, depende o tempo que, se tu vai esperar digamos numa agricultura, digamos a colheita de milho, o leite, o leite e milho é coisa pode expandir de um dia pro outro. Como dar uma seca acabar com a lavoura, ou a mesma seca pode acabar com a infraestrutura do leite então tu não tem uma garantia certa de pagar esse financiamento hoje em dia. Mas como também pode acontecer o contrário, dar chuva bem e pagar tudo bem tranquilo né, que nem muitos financiamentos nós já fizemos e pagamos tranquilo né, mas nunca se sabe também.

Define que os jovens do meio rural em geral recebem algum dinheiro dos pais, mas não é algo diretamente deles. É comum que reclamem dessa situação “porque me diga a diferença de tu sair pra fora hoje e pegar seiscentos, seiscentos e vinte acho o salário hoje e ganhar cinquenta em casa, o cara vê grande diferença, então não tem, não tem nem comparação”. Define que é preciso ficar satisfeito com a renda obtida enquanto estiver no meio rural, pois se sabe que a condição financeira das famílias é complicada, “tem que

⁸⁰ Os jovens alistados no município de Palma Sola são dispensados de prestar o serviço militar.

⁸¹ De fato, após a entrevista, ainda no início de 2013, acabou migrando para a cidade de Imbituba com seu irmão.

respeitar” e se conformar. Seus pais lhe incentivam a permanecer, mesmo não tendo dado o resultado que eles esperam. Considera, ainda, difícil encontrar uma parceira no meio rural, uma vez que “as moças daqui também são exigentes, se o cara não trabalhar digamos assim não ter dinheiro, não ter moto ou carro que seja acho que não ‘rola’ com esse cara”. Tem, nesse sentido, uma visão mais catastrófica sobre o futuro do meio rural.

4.3.2 A Posição dos Jovens “da Vvila” de Cerro Azul

Henrique, 17 anos – é o mais novo de uma família com quatro irmãos, dois rapazes e duas moças, que ainda permanecem morando na comunidade; seu irmão mais velho é migrante. Tem o segundo grau completo e nunca saiu da comunidade para residir em outra localidade. Gosta de viver em Cerro Azul, pois é um lugar calmo, mas sem trabalho para os jovens. Sente falta de empregos e de maiores facilidades para estudar sem precisar migrar. Também participa de todas as instituições da comunidade e defende que a existência delas influencia positivamente para que os jovens permaneçam, porém não a determina. Até porque no caso das moças existe um interesse maior em estudar e apenas alguns rapazes têm interesse de continuar na agricultura.

No seu caso ainda manifesta dúvida em relação a sua projeção de vida. Gostaria de continuar na comunidade, morando junto de sua mãe, mas quer estudar, fazer uma faculdade e talvez um dos projetos inviabilize o outro. Isso explica porque muitos jovens migram para o meio urbano. Os que ficam o fazem por não terem oportunidades para migrar, ou por terem uma boa condição, uma estrutura produtiva na família.

Repete o discurso da falta de oportunidades e de emprego para os jovens e considera que é mais provável a migração dos jovens que moram na vila, cuja família não tenha terra. Esses jovens geralmente arranjam trabalho como diaristas nas propriedades rurais da comunidade. As atividades desenvolvidas são de vários tipos. “Desde carpir alguma coisa assim, fazer uma cerca, roçar alguma coisa assim, plantar grama, até mesmo plantar uma roça”:

Tipo quando a gente trabalha por dia assim a gente não tem uma obrigação certa de trabalhar. Depende de que a gente precisa, tipo uma renda que você precisa tirar por mês. Você não tem a obrigação – “bah hoje eu to meio mal alguma coisa assim não vou precisar trabalhar” – como se você tem um salário fixo que você tem carteira assinada, que você tem que trabalhar todo dia. É questão mesmo de escolha até se você quer trabalhar com alguém ou se você vai trabalhar com outro, depende.

Informa que se o pai quer que o filho permaneça no meio rural ele deverá dividir o lucro para incentivar o jovem a ficar. Acredita que os jovens que estão no interior estejam satisfeitos com sua renda, mas ainda assim esperam melhorá-la, às vezes migrando. No seu caso, revela obter uma renda mensal na faixa de R\$ 800,00 a R\$ 900,00 trabalhando por dia, se o fizer todos os dias úteis do mês:

O jovem da cidade acaba tendo mais e acaba gastando mais fácil também. Tipo de repente, tipo pelos olhos alguma coisa você vê, você já quer comprar e o jovem do interior já não tem aquele acesso, de repente gostaria de comprar, “bah, mas tem que fazer isso, tem que fazer aquilo” daí acaba perdendo a própria vontade de você comprar alguma coisa.

Defende que há bastante serviço nas propriedades da comunidade, o que incentiva alguns jovens a permanecer no meio rural, principalmente os rapazes. Contudo, essa conjuntura não é capaz de determinar ou convencer de fato o jovem a ficar. Explica que poderia continuar trabalhando do jeito que está, mas tem pretensão de estudar. Sua mãe, professora, lhe incentiva a estudar, a cursar uma faculdade. Suas pretensões guiam sua percepção de que há certo pessimismo em relação à agricultura explicitado pelos produtores nos quais trabalha. Da mesma forma, acha que cada vez menos jovens vão continuar permanecendo no meio rural:

É a tendência até mesmo porque a maioria dos jovens você vai falar com alguém bah o que você gostaria de fazer de repente daqui 5 anos, “bah daqui 5 anos eu queria estar estudando fazendo isso fazer aquilo”. E desde daqui pra frente se você quiser desde mexer em uma máquina alguma coisa você já vai ter que ter segundo grau completo e aí cada vez as oportunidades vão ficar digamos assim piores em relação a cidade pros que moram no interior.

A sua visão futura em relação ao meio rural é de envelhecimento da população e a produção nas áreas onde for possível empregar mecanização. Numa análise rápida, se constata que em pouquíssimas propriedades isso poderá ocorrer – pelo menos pela tecnologia de mecanização existente atualmente:

Digamos assim, eu penso assim que daqui uns anos não vai ter mais ninguém, tipo vai ser só pessoas aposentadas que vão morar no interior. Tipo quem costumava plantar roça alguma coisa assim vai tudo pra cidade e pessoas que estiverem na roça alguma coisa, vai ser plantado só onde a máquina entrar, tipo vai acabar serviço que de repente peões alguma coisa assim isso vai acabar, o pessoal só vai plantar onde a máquina vai, onde tudo pode ser.

Maurício, 21 anos – é o caçula de uma família de 12 irmãos, todos migrantes. Estudou até a sexta série. Mora na vila da comunidade há dez anos. Diz que gosta de morar no lugar porque é calmo, “não tem barulho, não tem nada melhor do que aqui”. Acredita que os jovens gostem de morar em Cerro Azul, mas “não tão segurando eles”. A migração é explicada da seguinte forma: “não tem emprego pra eles ficar pra cá e eles trabalhar, o jovem trabalhar na roça agora é difícil não pega mais ninguém. Eles não querem mais saber de trabalhar no sol, querem trabalhar na sombra”.

Participa do clube, da igreja e do grupo de jovens. Mas entende que a estrutura comunitária não impacta na decisão do jovem em permanecer no local. A influência reside na possibilidade de empregabilidade: “o que faz o jovem ficar aqui, mesmo, é se tivesse um emprego, o emprego segurava tudo aqui. Não ia nenhum embora. Como não tem emprego daí vem gente de fora fala assim: ‘não, pagamos tanto, tanto e tanto quer ir pra lá trabalhar pode ir’. Eles pegam e vão”. Os que ficam o fazem porque tem como garantir uma renda na localidade, tendo terra ou algum emprego. No seu caso disse: “vamos ver até o fim de ano” (2012), pois está em dúvida. Esperava conseguir um emprego na comunidade e assim permanecer⁸². O seu projeto de vida está baseado no desejo de constituir “um negócio próprio”.

Maurício acabou se contradizendo quando disse que eram os rapazes que mais saem do meio rural. Questionado se na comunidade existiam mais moças ou rapazes morando disse novamente que eram os rapazes “porque as moças que tinha foram tudo pra cidade”. Entende também que o rapaz tem mais participação na divisão da renda obtida na propriedade do que as moças, uma vez que “o rapaz é um que ele vai na agricultura, ele trabalha na roça e vê o serviço, a moça fica mais dentro de casa, olhando a casa”. A forma de gastar o dinheiro é em festas e roupas, sendo que as moças gastam mais que os rapazes, “eles guardam mais dinheiro”. Os jovens da cidade, na sua opinião, têm mais acesso ao dinheiro que no interior. Ressalta a importância do jovem do meio rural ter dinheiro para poder construir um projeto de vida baseado na permanência, pois “se não tem dinheiro não vai poder ir lá fazer, comprar uma terra fiado que ninguém vende”.

Ele trabalha como diarista nas propriedades da localidade, haja vista que mora com sua avó na vila da comunidade, dispondo de um modesto terreno onde são produzidas algumas “miudezas”⁸³. Queixa-se do fato que essa forma de trabalho não possibilita que

⁸²O emprego não surgiu e no início de 2013 ele migrou para o meio urbano, mais precisamente para a cidade de Catalão/GO onde uma tia lhe arrumou um trabalho.

⁸³Saladas, mandioca, batatas, amendoim, etc.

tenham carteira assinada. Além disso, é um trabalho essencialmente masculino, como diz: “eu vivi esses 21 anos aí, nunca vi mulher trabalhar de diarista”. Às vezes, algumas moças trabalham de empregada nas casas da vila.

Percebe uma boa relação entre os jovens em suas famílias da comunidade. Aqueles que entraram em conflito já migraram. Confessa que é incentivado a permanecer, mas não vê muitas projeções para tal. Quanto ao lazer, identificou como práticas os bailes e matinês e verificou que eram poucos os jovens que circulavam em outras comunidades, incluindo-se na análise, pois “os outros é mais entocado dentro de casa, os pais não deixam sair”. Isso demonstra certo controle “mais rígido” que os pais tentam impetrar aos filhos no meio rural se comparado ao urbano. Essa noção é uma representação da própria liberdade que “enxergam” entre os citadinos. Ainda, diz que é mais fácil para os rapazes saírem do que as moças já que os pais exercem maior controle sobre elas:

Maurício: Os pais parecem que tem medo que as moças vão. Controlam a moça, que o rapaz é solto não tem perigo de [...].

Rodrigo: Que tipo de perigo?

Maurício: Tipo as moça, os pais seguram mais as moças presa em casa porque a moça pode sair engravidar lá vai saber de quem, vim pra casa e (...).

Nesse sentido, reitera que mesmo com todo controle “sempre tem alguém” para se relacionar, pois os pais não conseguem segurar todas as moças. Ele prefere frequentar promoções e eventos de lazer no meio rural pela familiaridade e pelo conhecimento do local: “no interior a gente parece que, o cara tá em casa o cara olha em redor tem mato, o cara tá acostumado no meio do mato, o cara vai na cidade só tem casa, casa e casa”.

Emanuel, 17 anos – filho do meio, tem duas irmãs. Mora com os avós na vila da comunidade. Cursava no momento da entrevista a terceira série do Ensino Médio. Viveu boa parte da vida em Cerro Azul, embora tenha migrado e morado na cidade de Guarujá do Sul/SC por dois anos. Gosta do lugar pela maior interação social que existe entre os moradores e pela tranquilidade. Mas enfatiza que falta emprego no local, que precisaria se instalar uma fábrica ou algo do gênero. Participa do clube e do grupo de jovens.

Acha que a maior parte dos jovens sai do meio rural por falta de emprego, que vão buscar na cidade. Os que permanecem, por seu turno, são aqueles que os pais possuem maiores condições, isto é, mais terras e implementos; ou que encontram emprego na comunidade. São os rapazes que têm mais perspectivas de ficar, as moças “vão mais embora”. No seu caso ainda não pensou se permanecerá ou se migrará até porque ainda não concluiu o Ensino Médio. Diz que precisará “pensar logo, que já tá na hora de escolher”. Manifesta

preocupação em continuar vivendo no lugar, pois precisará de um emprego que talvez não encontre ali. Gostaria de ficar, mas destaca que seu projeto de vida é o de fazer faculdade de Agronomia e para tal a saída o viabilizaria.

Percebe que a renda obtida nas propriedades não satisfaz os jovens do lugar e “eles querem mais”. No seu caso costuma trabalhar “fora”, como diarista nos serviços de cultivo, colheita nas propriedades rurais da localidade. Considera uma forma interessante de conseguir algum dinheiro e que pode, dependendo da situação, contribuir para manter o jovem na comunidade. Ele é incentivado a permanecer. Seus tios, porém, que moram no meio urbano o incentivam a migrar. Diz que é difícil encontrar parceiras “porque têm poucas”. Tem receio de não encontrar uma parceira se permanecer no meio rural e acredita que mais jovens ainda irão deixar a comunidade.

Andréia, 15 anos – tem uma irmã mais nova. Sua mãe é professora e mora na vila da comunidade. Compreende que os jovens saem do meio rural por conta de buscar estudos e melhorar a qualidade de vida. Por mais que referencie a qualidade de vida do lugar como a tranquilidade, segurança, entre outros, pretende migrar para a cidade, cursar uma faculdade e arrumar um “bom” emprego – coisas que não conseguirá fazer se permanecer. Explica o fato de que dos jovens que deixam o meio rural são, preponderantemente, do sexo feminino, pois “a roça não atrai as meninas” elas “querem sair para estudar e trabalhar”.

Talita, 14 anos, também a filha mais velha que tem uma irmã. Seus pais são funcionários públicos e moram na vila da comunidade. A saída dos jovens do meio rural é explicada pela dificuldade de conciliar os sonhos que os jovens têm com as dificuldades de realizá-los no interior. Isso sugere que o meio rural não permite o desenvolvimento humano e social ou que as projeções são de antemão propositadas para a cidade. O projeto de vida de Talita está direcionado ao meio urbano a partir da realização de uma faculdade. Justifica que, diferentemente dos jovens de “antigamente”, agora eles buscam melhorar de vida.

Márcio, 25 anos, o terceiro dos 4 filhos da família. Sua irmã, a mais velha e seu irmão, também mais velho, migraram já há vários anos. Ele mora com os pais e a irmã caçula na vila da comunidade. É funcionário público, trabalha como motorista de transporte escolar. Tem o “segundo grau” completo. Sua família esteve, por um período, inserida na atividade agrícola, mas passou a residir na vila quando seus pais acederam ao serviço público. Márcio buscou, como diz, meios para permanecer na comunidade trabalhando em funções que o mantinham residindo junto da família, tanto como diarista nas propriedades quanto como cobrador de ônibus e moveleiro. Migrou para o meio urbano na própria cidade de Palma Sola por conta do trabalho, mas retornou após um ano. Resume sua trajetória de vida em relação à vinculação à

comunidade de Cerro Azul:

É que nem eu comento com todo mundo, que existem duas paixões na minha vida, a primeira a minha família e a segunda que é a minha comunidade que eu vivo. Duas coisas que eu batalho e que eu busco sempre ajudar e estar envolvido, tanto na família como na comunidade e eu desde sempre desde que eu me formei no segundo grau aí eu sempre busquei não precisei me afastar. Como que a agricultura em si, no momento tá difícil, e aí eu busquei outra alternativa eu comecei a trabalhar como cobrador de ônibus, e aí depois trabalhei numa fábrica de móveis, e agora estou voltando na profissão de motorista que é o porque eu estou aqui, na verdade é uma profissão que eu pude me manter na comunidade na verdade.

A justificativa para sua “paixão” pelo lugar está relacionada ao apego as pessoas, a forma como se manifestam, como interagem socialmente. Um espaço onde são tecidas microrelações e delas emana um sentido que por mais diverso entre as sentenças proferidas ganha contornos de unidade – o fazer “pela” comunidade. Nas palavras de Márcio, “parece que o pensamento das pessoas correm no mesmo sentido, então faz com que a gente se sinta melhor e mesmo que se afaste o objetivo é voltar porque as pessoas em si que fazem com que o convívio na comunidade se torne melhor”. Portanto, a saída, no seu entendimento, é motivada por fatores fortuitos e não uma opção definida sobre a vida que o jovem leva ali. Saem porque precisam ganhar dinheiro, pois não tem ou não veem alternativas na permanência. O sentimento que ele propõe ao lugar foi recorrente em todos os depoimentos. Existe uma certa angústia e um tom de reprovação no fato de “ter que sair”. Se pudessem, muitos ou todos, ficariam. Este “pudessem” infere uma constituição de fatos, de preferências, de condições que o próprio indivíduo advoga para si e representa na sua identidade.

Existe um desejo que no atual momento das relações torna-se público nos discursos que é o de ter acesso direto ao dinheiro. O peso das proposições morais – influenciadas pelas práticas religiosas – ensejadas no desenvolvimento do colonato passa a ser relativizado. Não sem mal-estar os jovens discordam de projetar seu futuro imbuídos da pertinácia, da parcimônia, de um pretenso “voto de pobreza” necessário para quem viva na roça. Para esses indivíduos o “viver com menos” não pode significar viver privado de certos bens, de algumas práticas e comodidades que o mercado oferece. Aquilo que antes era conceituado como supérfluo agora pode ser extremamente necessário. O discurso entre gerações evidencia que essas conceituações coexistem e precisam ser ponderadas no sentido de conformar o processo sucessório. Como diz, “hoje em dia a gente sabe que cada um gosta de ter o seu dinheiro e aonde que acaba buscando e só encontra fora”. Assim, o fator de saída é a renda e o acesso direto à ela.

A estrutura comunitária interfere positivamente na manutenção dos jovens na

localidade. Ele participa ativamente nas instituições da comunidade. É o coordenador das atividades do grupo de jovens. São aproximadamente 20 os participantes, mas existem cerca de 30 na comunidade se pensada uma faixa de idade entre 14 e 29 anos:

[...] na verdade o grupo de jovens aqui, a gente tá geralmente assim tá uma luta constante de manter viva, aquele sentido de grupo, porque não é fácil, porque é jovens todos estão numa fase assim de buscar de alternativas de terem ideias, e as vezes algumas ideias entram em conflito com outras e é onde as vezes acaba apagando aquela chama de jovem, de grupo né. Então a gente tá, tem momentos que, agora a gente tá novamente reerguendo, trabalhando com objetivos, tá boa, tá boa assim, mas teve momentos atrás que estava parado por falta de perspectivas. Então agora a gente tá trabalhando de novo pra que o jovem se una num grupo, assim com qual o motivo, por que que grupo né, quais os interesses dos jovens, o que ele é capaz de fazer e acho que vai ser bom e a piaçada vai interagindo e vai, no momento tá funcionando.

O que significa o esforço de constituir o grupo de jovens? Talvez um sentimento de que é possível pensar a permanência a partir da união entre os jovens ou de melhorar o ambiente enquanto estiverem ali. É possível ser um mecanismo dividir as angústias e procurar respostas para que decisões tomar. Em resumo, parece compor um ajuntamento desses indivíduos e *a priori* serve como elemento de identificação da categoria social que compreendem. O objetivo, segundo Márcio, é o de “buscar o intercâmbio com outros grupos”. Os encontros se resumem a debater as formas de viabilizar os contatos entre os grupos e brincadeiras, conversa entre amigos. Por maiores que foram as discussões em torno dessa motivação, paradoxalmente não foi possível identificar nenhuma atividade de intercâmbio entre grupos durante o período da pesquisa. A explicação para tal fato foi a de que as tratativas envolviam gastos de deslocamento e o grupo então envidava esforços na arrecadação de recursos.

Nas atividades do grupo, Márcio confessa que o número de moças e rapazes que participam é equiparado. Mas há uma dificuldade de “envolver” as moças nas práticas de lazer, por exemplo. “A gente até tá buscando isso envolver mais as meninas, porque de certa forma achar uma atividade pra os meninos é mais fácil”. Essa “dificuldade” tem raízes na própria representação social feita em torno da mulher, da feminilidade. As ações sociais são prioritariamente premeditadas em torno da masculinidade. O lazer em geral é proposto para os homens. No meio rural essa realidade é ainda mais drástica. Os “equipamentos” de lazer existentes: campo de futebol, quadra esportiva, bodega, praça são locais de maior circulação masculina. As mulheres na quase totalidade das vezes permanecem no espaço doméstico que é definido quase como “nativo” para elas – relembrando a máxima de Roberto da Matta, com as definições em torno da casa e da rua nos ambientes urbanos. Como conta Márcio, “na

comunidade assim a gente vê mais envolvimento, mais os rapazes assim. Porque as meninas costumam ficar mais por casa até uma certa idade e tal, que daí a gente acaba não percebendo, a gente não vê elas sair”.

Compreende que mesmo a sociedade passando por mudanças resiste uma discriminação em relação aos papéis sociais das moças no meio rural e na localidade em si. Suas capacidades são questionadas na assunção de responsabilidades na comunidade, isto é, nas diretorias das instituições ali presentes e também na realização de projetos de renda, influenciados pela noção de “sexo frágil”, passivo. A posição de produção que a mulher tem no meio rural é enviesada pela noção de que trabalha menos, que não possui “força” nem capacidade intelectual para tomar decisões, para fazer negócios.

A comunidade, segundo sua visão, está passando por transformações nos últimos anos. Alguns aspectos estabelecidos como urbanos são agora encontrados no lugar, especificamente a internet. Nas demais comunidades cita haver uma dificuldade maior, onde o isolamento social é mais sensível. A comunidade impacta nas relações sociais que os jovens vivenciam. Segundo ele, os mais velhos desempenham um importante papel ao darem exemplo aos mais novos, transparecendo sua tranquilidade. De certa forma essa proposição está estritamente ligada ao controle que é organizado sob o comportamento dos jovens, suas ações e suas perspectivas.

A saída dos jovens é explicada por Márcio também pela condição financeira que se encontram: “saindo ele busca uma alternativa, ele busca estudar, crescer profissionalmente, ter uma carreira”. A permanência é explicada pelo sentimento de gosto e de pertença ao lugar. “Eu acredito que é porque ele, de certa forma além de ele gostar do lugar, ele tá estruturado ele tem condições de se manter, e de ter uma renda boa, e que faz com que ele se mantenha no meio rural”. Em sua opinião, os jovens da comunidade não têm um projeto de vida definido. A maioria não sabe se vai permanecer ou migrar. Acredita que falta incentivo para que possam decidir, para que possam optar pela permanência. Vários desejariam permanecer, mas são levados a abandonar o campo. Esse incentivo seria uma política de valorização do trabalho agrícola, da agricultura em si. Essa valorização passaria inevitavelmente pelo pagamento de preços mais vultosos aos produtos que cultivam.

Na sua condição diz que projeta permanecer na comunidade, mas não descarta uma saída. O tom de liminaridade de sua decisão é tangenciado pelas expectativas que nutre em relação à implementação de políticas públicas para o rural, ainda que não tenha uma vinculação estreita com as atividades produtivas no campo. “Eu praticamente assim decidi assim ficar, mas a gente sabe que se não houver um incentivo ou uma outra visão dos políticos

voltada para o meio rural já se torna meio indeciso, também não é uma coisa certa ainda”. A tendência é que possa permanecer, pois diz se sentir bem ali, tecendo um discurso de simbiose com o lugar: “pra mim o melhor lugar que existe é o Cerro Azul, existem muitos lugares bonitos, eu acredito que sim, mas pra mim o Cerro Azul sempre vai ser o melhor lugar de se viver e tudo”.

Defende que, assim como ele, existem muitos que desejam ficar. Entre estes a maioria é masculina em virtude de ser pesado o trabalho na agricultura. A pluriatividade é considerada uma possibilidade para permitir que mais jovens permaneçam no meio rural, ou na comunidade em si. Essa proposta condiciona-se a oferta de empregos não agrícolas. Márcio manifesta o desejo de que esses empregos estivessem na própria vila da comunidade. As formas que existem de trabalho na comunidade não atraem os jovens, pois são trabalhos sazonais, sem registro, sem garantias e continuidade. A noção manifesta é de que emprego é diferente do trabalho rural, é aquele que propõe “carteira assinada”. Uma segurança que a atividade rural não oportuniza.

Quando o filho(a) tem espaço na unidade familiar e é incentivado a permanecer buscará elementos para facilitar sua continuidade na atividade, fará cursos, tentará melhorar seus conhecimentos na área. Sem essa relação os filhos migram. No seu caso é incentivado pelos pais a continuar morando na comunidade, até mesmo por um critério de terem os filhos próximos de si.

As práticas de lazer que os jovens se inserem é, segundo ele, o futebol, numa clara referência masculina. Pondera que existe a participação das meninas também, que elas têm um time, jogam campeonatos. Além do futebol existem as festas, os bailes e os piqueniques e acampamentos na beira do rio. Considera incomum os jovens se deslocarem para o meio urbano a fim de fazer alguma atividade de lazer. Explica que influenciam para isso as dificuldades de locomoção e a falta de recursos para tal empreendimento. A posse de uma moto define as possibilidades de inserção social que os jovens têm. Nessa questão os rapazes são privilegiados, já que as moças sofrem uma espécie de interdição. Como referencia Márcio: “isso já é até uma questão na própria família em si, o pai quando o rapaz tem uma idade, certa idade ‘ah vou comprar pra ele uma moto’ e pra moça sei lá o que. O pensamento em si hoje é que o rapaz precisa moto a moça não, tem outras coisas”.

Não percebe grandes dificuldades de inserção social dos jovens rurais no meio urbano. Entende que eles “já” conseguem interagir bem. Embora que entre os rapazes a decisão de permanecer no meio rural dificulte a condição de que possam encontrar parceira disposta a se casar com eles. O fato de se casar é um fator que potencializa a permanência no meio rural.

Como comenta: “eu acredito assim, o jovem que ficou no meio rural até o momento que casou provavelmente ele vá ficar, vai se instalar e antes quando ele tá solteiro a tendência é sair”. A sua visão futura sobre o meio rural é que sem uma ação política a conjuntura irá piorar e mais pessoas sairão:

Olha tudo vai depender de uma proposta, algum incentivo. Se tiver um incentivo pro jovem permanecer a tendência é que ele fique. O que hoje em dia a gente percebe bastante no grupo, a primeira coisa que a gente conversa é o que pode ser feito pro jovem permanecer. Então é essa questão hoje que vai levar, se as pessoas que estão governando, tanto Brasil, quanto o Estado, ou município pensarem se fizerem essa mesma pergunta “o que podemos fazer?” e eles acharem a solução eu acredito que vai aumentar o número de jovens que ficam. Agora se não derem a mínima importância, a importância necessária eu acredito que infelizmente o interior o meio rural vai acabar sendo para poucos. A tendência é só regredir.

Em resumo, os jovens de Cerro Azul avaliam que a permanência é um sentimento em relação ao espaço. Lugar bom para viver, de morar. Mas local sem oportunidades, sem emprego. A atividade rural, seja junto dos pais, seja como o efetivo sucessor dos pais, ou como dono de sua unidade produtiva não é tangenciada pela maioria deles como um emprego, uma ocupação. Permanecer significa conviver com certas carências, com alguns desconfortos. Em certa medida, ir ou ficar é uma condição avassaladora. O jovem tem de decidir. Mas se espera por uma definição estrutural se verá envolto numa teia de pressão social para dar resposta a um pretenso projeto de vida. Se ele não assume que ficará, será toda hora impelido a sair para trabalhar ou para estudar.

A continuidade dos estudos após o Ensino Médio é um elemento valorativo entre os moradores e os jovens da comunidade. Muitos jovens, ou a maioria deles, nesse caso manifestam desejo de continuar seus estudos. Porém, estudar significa saída. E uma saída com poucas perspectivas de retorno. Mesmo uma formação na área técnica da agricultura não reencaminha um jovem de volta ao meio rural, salvo se este possa efetivar seus conhecimentos numa área que o favoreça e com recursos mínimos necessários.

O ficar como agricultor independente é raro. Tornar-se agricultor por “conta própria” é muito difícil. O primeiro obstáculo é dispor de terra. Possivelmente tenha que ser uma terra de sua propriedade, haja vista que um arrendamento tornaria as coisas ainda mais difíceis. A maioria das famílias não consegue retirar de seu giro econômico capital suficiente para comprar terras adicionais aos filhos. No caso do jovem dispor de uma terra sua ainda lhe faltará uma casa para morar nessa terra, as instalações e benfeitorias (estábulo, galpões, etc.), as ferramentas e utensílios de trabalho (enxada, carroça, debulhador, etc.). O custo de instalação e organização de uma propriedade rural é muito grande e deve ser somado aos

capitais iniciais para se fazer a primeira safra. Em muitos casos os jovens que iniciam uma unidade para si o fazem através de financiamentos como o Crédito Fundiário para comprar um pedaço de terra e construir algumas instalações. Da mesma forma, acessam linhas do Pronaf Investimento para comprar equipamentos e do Pronaf Custeio para viabilizarem os plantios. Note-se que são recém agricultores altamente endividados e que safras ruins colocam em risco sua sobrevivência como produtor rural, já que nem sempre conseguem pagar as dívidas que contraíram.

Se continuar como sucessor na casa dos pais a situação torna-se um pouco menos penosa, uma vez que a terra e os utensílios estão já à disposição. Porém, existem os empecilhos de compensar financeiramente os demais herdeiros (é a compra da terra). A propriedade pode carecer demasiadamente de investimentos e que podem ser dificultados com a presença dos pais na unidade.

Os jovens têm dificuldades financeiras. Em síntese, a mulher e os filhos não têm renda. Só um chefe de família, embora não se perceba que ele disponha dessa renda em seu favor. Ele a divide cuidadosamente e mesmo para si reserva poucos valores. O montante da renda obtido é quase sempre convertido em pagamento de dívidas ou empregado na poupança. A inserção no consumo é dicotômica, pois ele pode comprar uma moto, mas nem sempre pode usá-la para sair com ela em busca de lazer, pois lhe faltará o dinheiro necessário para custear os gastos subsequentes. Por exemplo, durante os finais de semana percebeu-se que os jovens que mais consumiam bebidas e afins eram aqueles que moravam na vila e geralmente trabalhavam como diaristas nas propriedades do entorno. Esse jovens tem uma inserção de consumo maior que os filhos de agricultores, que via de regra foram sempre mais comedidos nestes gastos.

O lazer está associado à utilização do tempo livre. No meio rural o tempo livre é limitado, já que sempre há o que fazer. Influenciam a força que os dias santos exercem entre essa população. Porém, nestes dias o interesse é no repouso, na meditação. Os feriados cívicos têm pouco peso na rotina do campo. Parece haver uma posição de que o tempo é sempre escasso. As atividades laborais não cessam nos finais de semana, nos feriados. Também não existem férias. O lazer é, por vezes, manifesto com certo desconforto, numa acepção de “auto flagelo”. Como consequência existe a expectativa de que os indivíduos sejam comedidos em suas ações e mantenham uma sobriedade festiva, não afeita a euforias demasiadas. O espaço doméstico seria, por excelência, o local do repouso e do lazer definido principalmente pela existência da televisão.

Conforme Marcelino (2000), o lazer é entendido como um “substantivo masculino”. Isso ocorre porque poucas atividades de lazer são consideradas tipicamente femininas e relacionam-se a muitas outras atividades onde são interditas de participar. Exemplifica-se que o espaço dos bares e de vários esportes são exclusivamente masculinos, onde a participação de mulheres causa constrangimentos. Para Marcelino, esta é uma noção advinda dos próprios valores cultuados no seio das famílias, dado que “os meninos são vistos como interessados em aventuras fora de casa, competitivos e agressivos, enquanto as meninas são caracterizadas pela preocupação em ajudar, interesse na vida familiar, dependência, etc.” (2000, p. 34).

Quando as moças relatam que a saída das jovens é mais efetiva que dos rapazes a traduzem na seguinte expressão: “a moça não se interessa em ficar na roça”, “não tem oportunidade para a moça na roça”, “as moças vão fazer o que na roça”. Esse é um paradoxo, pois em todos os casos entrevistados o casamento, isto é, a constituição de um casal foi revelada como importante para o progresso de uma unidade produtiva. A divisão social do trabalho, a companhia recíproca em locais mais afastados, etc., tudo isso remete a visão que desconsidera o peso que essa divisão do trabalho exerce sobre o sexo feminino. As mulheres do meio rural, salvo exceções, têm jornadas duplas e triplas. Cuidam da casa, cuidam dos filhos e trabalham acompanhando os demais membros da família na lavoura.

Veja-se que a mulher também dispõe de dinheiro na esfera da unidade produtiva. Entretanto, ela o gasta comprando utensílios domésticos, roupas para os membros da família – inclusive o marido. Na prática esse dinheiro não é dela, é delegado à ela. Há, por assim dizer, o entendimento de que é dever da matriarca cuidar da boa apresentação da casa e também dos membros da família. Ter a casa bem aseada, organizada, os filhos bem vestidos e portados é dever da mulher, não dos maridos. É inegável dizer também que em muitos casos o marido não utiliza do dinheiro para si de forma deliberada e inconsequente. Porém, por mais sovina que seja, é ele que tem o poder de decidir como, onde e quando gastar.

A condição de inserção produtiva vislumbrada na comunidade é complexa. Veja-se que não existem muitas atividades que ofereçam possibilidade de investimentos maiores e posterior aumento na produção e nos lucros. A atividade desenvolvida é a leiteira. Porém, como os solos são demasiadamente irregulares não há como aumentar o plantel. “Colocar” mais vacas pode significar a ruína da produção se não puder ser acompanhado do aumento na oferta de alimento, por exemplo. Atividades integradas como produção de suínos e aves não fazem parte das perspectivas dos agricultores. Essas atividades poderiam modificar o padrão

de saída ou permanência dos jovens, já que influiria no aumento da demanda por mão-de-obra, a expensas de aumentar a auto exploração do trabalho familiar.

Alguns pressupostos morais relativos aos jovens são perceptíveis em Cerro Azul. A valorização do trabalho; parcimônia nos gastos (o cuidado com os gastos está também ligado ao passado de colonização quando a condição de vida dos migrantes era limitada. A escassez fazia com que se evitasse o máximo gastos desnecessários, pois eles colocariam em risco a sobrevivência da família); pudor nas ações públicas (daí o certo entrave e timidez de moradores do meio rural, que evitam se expor publicamente, entendendo essa ação como ridícula); vinculação religiosa. A tradição dos moradores foi de um catolicismo efervescente. Ainda hoje ele se faz sentir no seio comunitário. Ir a igreja faz parte do cotidiano da comunidade, embora alguns a frequentem mais e outros menos.

Existem várias redes de migração na comunidade. Alguns ex-moradores são proprietários de restaurantes em Curitiba e no interior de São Paulo. Vários outros ex-moradores trabalham em restaurantes no estado de São Paulo. Eles se tornam uma espécie de “agenciadores” de novos trabalhadores no local. Sempre que é necessário mais funcionários alguém avisa um “interessado” a ir trabalhar onde está. Isso facilita a saída, pois o migrante já terá uma rede de recebimento e, no limite, estará junto de conhecidos ou parentes.

Nesse sentido, reivindicam que existam empregos no próprio local. Se o que lhes faz sair é a falta de emprego a sua ocorrência os faria ficar. Esperam por uma solução do gênero. Que uma empresa se instale e ofereça ocupações. O rural ganha status de local onde existe trabalho, mas não emprego. A expectativa é que surjam ocupações de caráter urbano na comunidade que é, majoritariamente, rural. Esses posicionamentos comportam a verificação de que os projetos de vida estão pautados pelas oportunidades e explicam a centralidade dos discursos: “ver no que vai dar”. Expressam condicionamentos desejosos e imperativos, isto é, o sair “apesar de” querer ficar ou o ficar “apesar de” querer sair.

4.3.3 As Projeções e Ponderações Familiares da Permanência

Entre as famílias de agricultores da comunidade é notório o sentimento de preocupação frente ao destino de seus filhos e da unidade produtiva. Em geral, desejam a permanência de pelo menos um dos filhos, mas compreendem que as dificuldades da atividade agrícola inviabilizam esse projeto. Muitos filhos não pretendem dar sequência as atividades que os pais desenvolvem. É a recusa à reprodução do modo de vida familiar, como apregoa Champagne. (1986). Ele compreende que a sequência identitária no ambiente rural,

exposta na prática dos filhos assumirem as atividades dos pais, está em crise por conta dos novos arranjos sociais que englobam o rural e o urbano. Não é necessariamente o lugar e a forma que se alteram. As apropriações entre o rural e o urbano é que sofrem uma desagregação em torno do fechamento conceitual. Os limites constituídos a partir destes ambientes tornam-se liquefeitos, amorfos.

Essa conjuntura reporta a uma situação de crise, gerada pelas rápidas transformações tanto no campo quanto na cidade. É possível pensar num rural e urbano diferentes, alterados pelas sociabilidades e pelas representações que subjazem e que são produzidas e incentivadas. Uma matriz de consumo no urbano que extrapola esse espaço e insere-se no rural, ou indivíduos do rural que se inserem no consumo urbano, em serviços urbanos. Torna-se mais complexo determinar o que é o rural e o que é o urbano, da mesma forma que parece cada vez mais inconcebível uma definição de pertencimento exclusivo a um ou outro.

Champagne (1986) defende a tese de que o tornar-se agricultor deixou de ser apenas uma decisão tomada no seio familiar. Atualmente ela interrelaciona-se com as instituições de Estado, categorias profissionais, formação educacional e com os subsídios econômicos. Importa seriamente o processo de modernização que afeta o ambiente rural transformando as demandas e o tecido social rural. O acesso à modernidade produtiva, aos bens de consumo e à mídia, contraditoriamente a sua propaganda de promoverem alívio, descanso, exigem maior dedicação às atividades produtivas como contrapartida ao seu custeio. A disponibilidade de tempo do agricultor é cada vez menor, dado que aumentam as horas que se dedica ao trabalho. A manutenção na atividade torna-se mais custosa, mais penosa e uma das consequências é o abandono ou a recusa em seguir nesta conjuntura.

A problematização da sucessão é comentada por Champagne, que questiona o caráter unicamente da viabilidade econômica. Segundo ele, se uma unidade produtiva fosse viável do ponto de vista econômico é certo que comportaria sucessores. Do modo inverso, aquele que não for rentável seria abandonado, ao que questiona: “como, então, explicar que alguns empreendimentos que não são considerados ‘rendosos’ pelos próprios agricultores, tenham, no entanto, um sucessor? E inversamente?”. (1986, p. 42). A questão reside no modo como se avalia esse rendimento, essa viabilidade. Essa avaliação está ligada a uma mudança no estabelecimento de mínimos vitais e nas perspectivas de mobilidade social. Ao sobrepor-se o conceito de renda como condição de permanência podem ser anulados outros aspectos que mesmo lateralmente importam para a decisão.

Quando se pensam as carências e a obtenção da renda é pertinente considerar que o agricultor é capaz de produzir diretamente na unidade familiar boa parte do que necessita

consumir. Se tomada em termos absolutos a renda média obtida será provavelmente menor que no meio urbano. Entretanto, se somados os elementos que de maneira geral não são contabilizados há tendencialmente um aumento desta. Veja-se que o agricultor dispõe de uma série de recursos alimentícios provenientes diretamente de sua unidade produtiva. Certamente que tomá-los como “dádiva” é também um equívoco. Mas, se pensada em relação ao meio urbano há uma diferenciação pertinente. Por exemplo, no meio urbano se o indivíduo não adquirir uma moradia terá que pagar pelo aluguel de uma residência, o que não ocorre no meio rural.

Entre os alimentos utilizados pelas famílias do meio rural, boa parte são coletados ou não depreendem um esforço demasiado, nem tempo considerável para obtenção. Seriam frutas, tubérculos como batatas e mandioca, os vegetais, enfim a base da alimentação que somada à carne obtida com a criação de animais expressa a base nutritiva desses indivíduos. É possível determinar que os produtos mais consumidos no dia-a-dia dos agricultores pesquisados são: feijão, arroz, mandioca, batata, carne de suíno e de frango. Em muitos casos esses alimentos podem ser considerados como subprodutos não contabilizados na renda. Evidente que se não contabilizados na renda, também é comum desconsiderar seu custo relativo. Afinal, ainda que em menor intensidade, boa parte desses alimentos demanda um quantitativo de trabalho para sua obtenção. Em alguns casos pressupõe um pequeno investimento de adubo, defensivos e, no caso dos animais, de cereais e medicamentos. Ainda assim, comparado às dinâmicas de consumo entre o espaço rural e o espaço urbano, existem sensíveis diferenças.

Um exemplo que não se enquadra à alimentação é a utilização da lenha. Na região é comum que as casas estejam equipadas com fogão à lenha, um instrumento de aquecimento no inverno. No meio rural é utilizado permanentemente, isto é, todos os dias do ano, independente da estação. Isso se deve ao fato de que a lenha é facilmente obtida e de certa forma não representa custo. No meio urbano da região também é comum encontrar o dito fogão, mas funcionando apenas no inverno, dado o custo que se tem com a compra da lenha.

O *corpus* de agricultores é o grupo, por excelência, responsável pela continuidade da profissão. Os novos agricultores são arregimentados, via de regra, entre os filhos dos agricultores, não sendo comum que filhos de outros profissionais acedam a atividade rural. (CHAMPAGNE, 1986). A recusa à continuidade provém da sua estigmatização, seja pela seletividade dos que podem adaptar-se as demandas tecnológicas, seja através da falta de perspectivas de inserção no mercado de consumo. Entende-se que não basta o desejo de continuar na atividade, precisam ser garantidas as condições de acesso, quais signifiquem a

existência da terra, os recursos para investimentos, a força de trabalho, o conhecimento, entre outros. (CHAMPAGNE, 1986). Em alguns casos essa permanência pode ser entendida como destino, como tradição – o cuidar dos pais. É um ficar fatalista. Ficar preso – a tradição, as dívidas, ao patrimônio, a vida que se vive. (CHAMPAGNE, 1986). Aqueles que rompem com essa delimitação estão recusando tal condição. A perspectiva de permanência implica em medir as ambições. Para muitos ficar é considerar viver com pouco, ou relacionalmente viver com menos.

A família, em certas instâncias, conseguia controlar as práticas juvenis, impondo valores, noções e as próprias disposições sociais. Isso gerava uma propensão à auto reprodução. Como contemporiza Champagne (1986, p. 50), em alguma medida era preciso influenciar o jovem a sair, quando houvesse mão-de-obra excedente. “Tratava-se então de uma emigração definitiva, geralmente não desejada nem preparada: partiam os que não tinham podido permanecer”. (CHAMPAGNE, 1986, p.50). Consubstanciava-se uma crença de que não havia nada melhor que ser agricultor.

O desencravamento dessas zonas rurais destruiu essas certezas e rompeu essa crença recolocando o modo de vida rural em relação com o dos outros grupos sociais. Os migrantes, cada vez mais numerosos, por outro lado, deterioraram desde dentro os valores próprios do grupo, ao passo que o desenvolvimento da escolarização abalava o quase monopólio das famílias rurais sobre a socialização de seus filhos. Andando no mesmo sentido, a política agrária desqualificou frações inteiras do meio rural que tinham sido designadas explicitamente como não produtivas, não rentáveis e, portanto, como não merecedoras de serem reproduzidas. (CHAMPAGNE, 1986, p. 50-51).

A vida no campo está atrelada a condição de sobrevivência alimentar. Para os agricultores é certo que “na roça não se passa fome”, isso só é possível se ocorrer alguma catástrofe ou não houver “vontade” para trabalhar. Portanto, o permanecer é a aceitação de que há ali uma segurança em torno dos mínimos vitais, da comida e de um teto. Sair é arriscar-se e nem sempre lograr êxito. Não são todos os exemplos de migração tidos como salutares. A fala de que “fulano se deu bem” é contornada com a do “ciclano que se perdeu”, isto é, sucumbiu as “tentações” urbanas e vive à margem do projeto de desenvolvimento, de progresso social.

Conforme identificou Champagne, o discurso de alguns pais é o de que o jovem que tende a tornar-se agricultor o faria mais convicto se não “experiençar” práticas urbanas. O isolamento não permite a comparação. Para alguns de seus depoentes o “viver com pouco” era tido como possível, pois não conheciam situações diferentes. Porém, alguns que as experienciam acabam retornando. É justamente o conhecer a real magnitude do diferente que

pode fazer com que o jovem opte por permanecer. Em algum sentido, na região colonial sul brasileira, a vida de operário foi negligenciada e estigmatizada por muito tempo. Atualmente, a condição de trabalhador urbano é sobrevalorizada. Os estereótipos do urbano em si – positivos ou não – polemizam a vida rural.

Na comparação social intrafamiliar existem os que migraram (categoria positiva) e os que “estão lá” (categoria depreciativa exposta ainda nas falas: “eles estão lá até hoje”; ainda estão lá; continuam lá; como se a regra fosse saírem). Quem permanece fica a revelia da história. E os migrantes impelem nas famílias que permanecem o contato com bens urbanos, influenciam mudanças, consumo, *modus operandi*. Trazem nos seus retornos e visitas elementos urbanos, jeitos de ser e fazer urbanos que impactam principalmente na opinião de irmãos menores quando existem. Assim, “ficar na agricultura tende a tornar-se exceção”. (CHAMPAGNE, 1986, p. 56).

Sabe-se que efeitos desestruturantes sobre os valores próprios do grupo familiar ou da comunidade de origem exercem os migrantes, especialmente quando estes se tornam mais numerosos do que os que permanecem. O migrante, queira ele ou não, e muito frequentemente ele o deseja conscientemente, cria a dúvida naqueles que não partem. Onde todos visam apenas fazer um lugar para si no grupo local, ele impõe uma alternativa e quebra as evidências e a segurança que elas propiciam. Esta ação dos migrantes tornou-se ainda mais forte hoje porque as facilidades maiores de comunicação e, em particular, a difusão do automóvel provocaram uma multiplicação dos contatos entre os agricultores e os membros de sua família que partiram como assalariados e que, durante as férias e os fins-de-semana, retornam ao povoado e, por provocação, como que para justificar que tiveram razão ao partir, exibem as vantagens (reais ou fictícias) de sua nova condição (férias remuneradas, auxílio-doença, rendas regulares, conforto, etc.). (CHAMPAGNE, 1986, p. 56).

Para que ocorra a permanência e a sucessão é preciso, além das condições matérias citadas, que exista uma valorização da própria identidade e do fazer agrícola. Como explicita Champagne (1986, p. 31), é preciso “reproduzir a crença de que o produtor rural merece ser reproduzido”. Esse pressuposto perpassa o domínio da sua própria definição identitária, reafirmando a importância deste indivíduo no conjunto da sociedade. A afirmação da dignidade da atividade e da posição social que o agricultor ocupa, perpassa a noção de que ele que produz alimentos, “dá de comer aos outros”. (CHAMPAGNE, 1986, p. 33). Diante dessa constatação as famílias precisam provocar a vontade nos filhos em serem agricultores se desejarem ter um sucessor.

Entre as 13 famílias pesquisadas na comunidade de Cerro Azul, em 6 existem jovens morando. Em 80% delas é apenas um com idade entre 15 e 29 anos. Verificou-se que 73% dos entrevistados manifestam o desejo de permanência dos filhos na agricultura, seja para

continuidade das atividades da família, ou tranquilidade da vida campesina, conforme dados apresentados na tabela 11.

Tabela 11 – Motivos elencados pelos pais para a permanência ou não dos filhos no meio rural.

SIM		NÃO	
Motivo	%	Motivo	%
Para continuarem a tradição da família	36%	Porque a vida no meio rural é difícil	0%
Pois a vida na agricultura é boa	36%	Porque podem ter uma vida melhor no meio urbano	50%
Para que fiquem perto dos pais	28%	Porque será muito difícil estabelecer os filhos em suas próprias propriedades	50%
Total	100%	Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Nenhuma das famílias acredita que as dificuldades da vida no campo seja um empecilho para a não migração dos jovens. A permanência é uma expectativa maior na figura do pai, 89% enquanto entre as mães é de 67%. Em nenhuma propriedade foi definido quem será o sucessor ou se haverá um. Parece não haver, necessariamente, um viés masculino para a sucessão, pois a probabilidade é exposta da seguinte forma: 48% filho homem; 8% a filha mulher e 50% ambos. Contudo, parece haver uma propensão maior para que os rapazes se tornem sucessores, até pelo fato de não terem sido encontradas moças dispostas à sucessão nas famílias pesquisadas. Segundo Silvestro et al (2001), isso denota uma preferência masculina para a sucessão. Se por ventura não houver uma preferência é confirmada uma tendência.

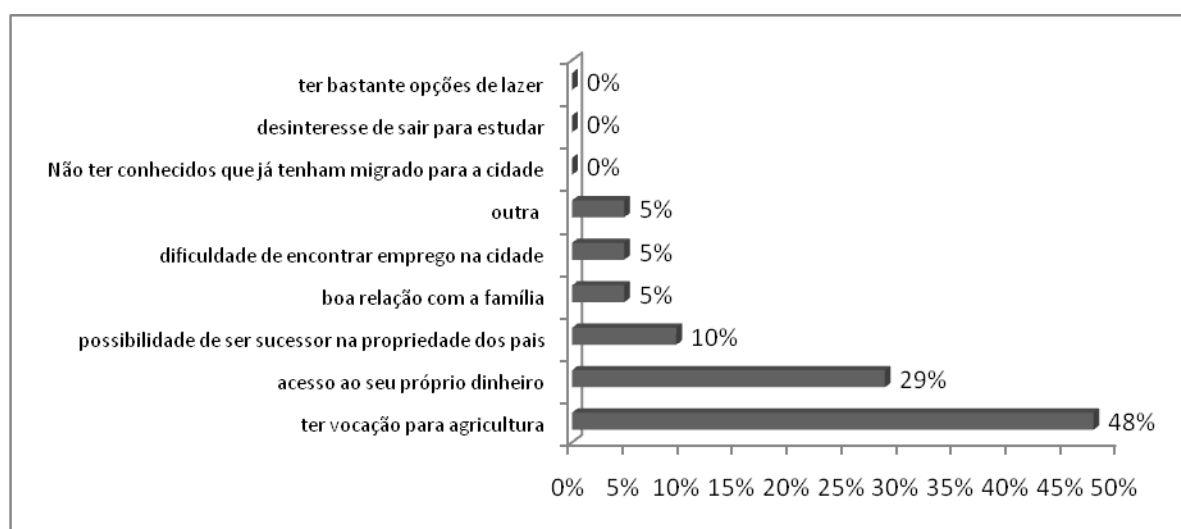
Entre os jovens da comunidade apenas três se definiram como prováveis sucessores. Além destes aparecem dois como possíveis sucessores. Nestes casos revela-se maior participação nas atividades e maior autonomia dentro da unidade produtiva familiar. Os demais mantêm o discurso de dúvida em relação a seus projetos de vida.

Hoje é necessário cativar o sucessor, modernizando a unidade de produção e realizando a transmissão da autoridade mais cedo, apesar das consequências para os velhos. É preciso também, ou melhor, principalmente, “cativar” uma noiva para ele, suprimindo a casa com eletrodomésticos e outros símbolos modernos. Se é difícil reter o herdeiro ou convencer alguém a aceitar tal posição, mais difícil ainda é conseguir-lhe uma esposa disposta a permanecer na colônia, pois as mulheres também migram. Esse quadro faz com que em muitas casas reste apenas um herdeiro celibatário e seus velhos pais. (WOORTMANN, 1995, p. 197).

Os pais expressam que o que motiva, ou explica, a permanência dos jovens no meio rural é principalmente a vocação para a agricultura. Essa posição identifica que a permanência é vista como um processo naturalizado, que o ficar será a opção daqueles que querem fazê-lo.

Os que migram, portanto, são os que desgostam ou não tem vocação para a agricultura. Além disso, elencam o fato deles terem acesso a uma renda fixa, uma porcentagem do lucro obtido nas atividades produtivas os mantêm “interessados” na agricultura - ressalva-se que nos depoimentos disse-se que a maioria dos filhos participam ativamente nas decisões tomadas nas propriedades – 69%. Dentre eles considera-se que em 45% dos casos é o rapaz que participa mais. Para 55% não há essa diferenciação e ambos, moças ou rapazes participam – citam-se ainda, conforme gráfico 2, a possibilidade de se tornar sucessor na unidade familiar; a boa relação com a família e a dificuldade de encontrar emprego na cidade.

Gráfico 2 – Visão dos pais sobre os motivos pelos quais os jovens permanecem no meio rural



Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Entre os fatores que faltam e que poderiam potencializar a permanência foram citados “a oportunidade para continuar os estudos no local” – 10%; disponibilidade de telefonia celular – 14%; maiores oportunidades de lazer – 24% e a existência de empregos na comunidade – 52%. O casamento é considerado muito importante para a permanência no meio rural. E não parece haver receio dos pais em relação aos filhos não encontrarem parceiro para matrimônio se permanecerem no meio rural, somente considerado por 15% dos depoentes. Quando questionados aferiam que “sempre existirá alguém disposto a casar”. Pode-se dizer que um filho ou filha celibatária é o mesmo problema de não ter sucessor. Assumir a propriedade sozinho é sinônimo de provável fracasso, ainda que possam existir exceções. Se pensado o paradoxo de reprodução do modo de vida proposto pela colonato agora é uma nova fronteira – a entre encontrar meios de manter-se na atividade no mesmo espaço ou abandoná-lo. A perspectiva entre os entrevistados, 91%, é que futuramente mais

jovens deixem o meio rural. Há uma perspectiva nem pessimista nem expressivamente otimista em relação à melhoria das condições de vida no meio rural, 38% acreditam que as coisas irão melhorar; 8% que piorarão e 54% que acreditarão que ficarão do mesmo jeito.

Embora alguns pais digam que não há problema ou dificuldade de que os jovens encontrem parceiros e parceiras dispostos a viver no meio rural entre os jovens essa situação é mais preocupante. Em muitas conversas convencionou-se que não há impeditivo e nem grandes dificuldades de que um rapaz do meio rural tenha relações com uma moça da cidade. Porém, é quase impossível – no dizer dos próprios rapazes – namorar com uma moça da cidade e viver com ela no meio rural.

Entre as moças a possibilidade de se relacionar e de namorar com rapazes da cidade é mais evidente. Ainda assim, a perspectiva desses relacionamentos é que o próprio namoro – ou o casamento – sirva de encaminhamento da moça para o espaço urbano. Em alguma medida os jovens acudiram no sentido de que as moças do meio rural preferem os rapazes da cidade porque assim vão se aproximando das categorias de vida que projetam para o seu futuro. Os rapazes do meio rural têm maior chance de serem preteridos pelas moças do meio rural. A vinculação delas com pessoas do meio urbano reflete a renúncia no modelo de vida rural. Em alguma medida a opção por um rapaz do meio urbano não estaria ligada a possibilidade de ascensão social pelo casamento, pois em muitos casos os jovens do meio urbano dispõem de menos capitais que os do meio rural. Contudo, eles representam um ideal de vida que, por conseguinte, é correlato aos desejos de muitas jovens do meio rural.

Algumas moças mesmo pretendendo abandonar o campo acabam se relacionando com rapazes do meio rural e constituem família permanecendo nas atividades agrícolas. Em outros casos, alguns jovens do meio rural que se relacionam decidem migrar juntos para o meio urbano. Há na comunidade alguns casais que migraram para o meio urbano e depois de juntarem um quantitativo de capital retornaram para o meio rural, comprando terra inclusive. Nem todos retornam, ou melhor, poucos retornam.

O número de filhos e de maneira geral o tamanho das famílias diminuiu significativamente no meio rural nos últimos 20 anos. (SILVESTRO et al, 2001). Uma consequência direta desse fenômeno é a falta de sucessores. Essa falta, contudo, não é apenas a baixa natalidade rural. É somada a falta de perspectiva de permanência e se são poucos os candidatos a ficar a possibilidade de sucessão diminui.

De acordo com Silvestro et al, os jovens que manifestam pretensão de permanência seriam aqueles que “adquiriram experiência de gestão do negócio familiar, que conhecem as principais técnicas produtivas e os mais importantes canais de obtenção de financiamentos e

acesso aos mercados”. (2001, p. 21). Informam que esses seriam jovens com baixo nível de estudo. Este não parece ser o caso dos jovens da comunidade, onde a maioria possui a formação básica.

Conforme Silvestro et al, os jovens têm poucas chances de adquirirem novas propriedades e sua permanência se circunscreve a sucessão na unidade dos pais. As unidades que por ventura não tenham sucessor são na maioria das vezes adquiridas por profissionais liberais para reflorestamento ou criação de gado de corte. No município de Palma Sola algumas propriedades são adquiridas por outros proprietários de áreas planas para compensação ambiental, abandonando-a como unidade de conservação ambiental.

Seria, na interpretação de Silvestro et al (2001, p. 22-23), uma “dupla destruição”, tanto “dos equipamentos residenciais e produtivos previamente existentes na propriedade (casa, chiqueiro etc.) e, sobretudo, de um conjunto de equipamentos e serviços coletivos que não encontram mais utilização em virtude do esvaziamento populacional”. Essa consequência, altera a paisagem rural a partir dos significados que antes manifestava. Não são mais vistos os símbolos de vida, como a casa e uma chaminé fumegante, os elementos passam a ser apenas econômicos. O tecido social é desvalorizado ou mesmo desconsiderado como valor. Uma rede de relações sociais são eliminadas.

É na agricultura, mais do que qualquer outra atividade, que a tendência de reprodução/sucessão hereditária é mais perceptível. (SILVESTRO et al, 2001). A sucessão é o momento em que o filho ou filha assume a direção da propriedade rural. Pode ocorrer com os pais ainda em vida ou após a morte destes. É um processo que se inicia quando os filhos são socializados nas atividades da agricultura e também no momento em que são repassadas gradualmente certas responsabilidades, como o cuidado por certo cultivo, por comprar determinado produto, a abertura de uma conta bancária, o acesso ao bloco de produtor rural, enfim, é estimulado e orientado a gerir e tomar decisões.

[...] os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento. Entretanto, estes conhecimentos não significam que os jovens organizam seu futuro com os olhos necessariamente voltados para a propriedade paterna. Se até o final dos anos 1960, a continuidade na profissão agrícola podia ainda revestir-se do caráter de uma obrigação moral, hoje esta pressão deixou de existir. (SILVESTRO et al, 2001, p. 27-28).

Para Silvestro et al (2001), a decisão de migrar não se reveste de um caráter especificamente livre por parte dos jovens. Alguns acabam permanecendo pelo baixo nível educacional, não vendo perspectivas em outras atividades. Outros, mesmo desejando permanecer, dispõem de uma estrutura fundiária muito limitada e pouca renda para investimentos que a migração torna-se a solução. São dois, portanto, os fatores mais impactantes na perspectiva de permanência ou de migração dos jovens rurais do Oeste de Santa Catarina: a formação educacional e o nível de renda da família. Assim, o desejo de aumentar os níveis de estudo implica em saída, da mesma forma que a falta de estudos predis põem a permanência. Por outro lado, um bom nível de renda que a família obtenha influencia a jovem a permanecer, o contrário colabora para sua migração.

Esse paradoxo incide na tendência de que os jovens que permanecem são os que não estudam. Na comunidade verifica-se que ao menos a formação educacional de nível básico foi atingida pela maioria daqueles que permanecem. Evidente que a maior parte dos que saem o fazem justamente para aumentar esses níveis, mas os que ficam não seriam impossibilitados de seguir o mesmo caminho, pois em geral são formados no Ensino Médio. Nesses casos convém ponderar que atualmente a possibilidade de cursar um curso superior é mais tangível do que a compra de uma nova unidade produtiva para o jovem. Entre as famílias mais pobres, dizem Silvestro et al, “a migração para as cidades aparece como um horizonte mais promissor que a permanência no campo”. Essa migração, no entanto, seria “menos por uma atração real das luzes da cidade que pela falta de perspectivas promissoras no meio rural”. (2001, p. 29). Tem-se uma migração como fatalidade, já que ficar seria renunciar a uma projeção de vida. Da mesma forma, alguns jovens acabam permanecendo como fatalidade, já que não percebem condições de inserção no meio urbano.

Essa situação exemplifica que tanto a saída quanto a permanência, além dos caracteres estruturais definidos acima, é, em grande medida, explicada pelos interesses destoantes que cada jovem rural manifesta. Não foi possível perceber no *locus*, uma regra. Propriedades bem estruturadas estão sem sucessores. Outras, com dificuldades parecem garantir a permanência de um jovem, e este não necessariamente seja alguém sem condições de migração. Independente da condição da família há a influência da disposição que o indivíduo manifesta.

O que se verificou como fato definitivo é o caráter masculino nas possíveis sucessões informadas entre os moradores da comunidade. Assim como a pesquisa de Silvestro et al, em todos os casos são os rapazes que permanecem. Não há no local nenhuma moça que, tendo concluído os estudos, permanece junto dos pais na agricultura. Para Silvestro et al, isso ocorre porque as moças têm melhores níveis educacionais e são candidatas mais preparadas para a

migração. Porém, parece haver também uma predileção pelos rapazes como sucessores em detrimento das moças, que geralmente são excluídas das partilhas e heranças.

As terras da região não incentivam a permanência. Segundo Silvestro et al, “o relevo é montanhoso, com apenas 1/3 da área apta para culturas anuais”. (2001, p. 32). Nas pesquisas de Abramovay et al (1998) e Silvestro et al (2001) utilizou-se como critério uma definição dos agricultores da região Oeste catarinense a partir da renda obtida. Seriam divididos em Capitalizados; Em Transição e Descapitalizados. Conforme Silvestro et al (2001, p. 34). os Capitalizados seriam representados pelos “estabelecimentos que proporcionam um valor agregado (VA)⁸⁴ superior a três salários mínimos por mês por unidade de mão-de-obra ocupada” e somariam 13% do total. Em Transição seriam aqueles com valor agregado entre um e três salários mínimos por mês por pessoa ocupada. Representavam 29% dos estabelecimentos. Os Descapitalizados ocupavam 42% da amostra e incluíam os estabelecimentos com valor agregado menor que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada. Outros estabelecimentos são representados onde a importância econômica da agricultura é irrisória, 14,5% e agricultores patronais, 1,5%.

Há uma diferença entre as decisões e o destino previsto. Como dizem Silvestro et al, “os indivíduos – da mesma forma que as sociedades – não formulam projetos dos quais não possam antever minimamente as possibilidades de realização. Assim, no futuro desejado já estariam embutidas as restrições que o aproximam do futuro provável”. (2001, p. 41). Seguindo a interpretação da pesquisa de Silvestro et al, as moças têm pouca pretensão de permanecer na agricultura. Quando isso ocorre é mais num sentido de fatalidade do que opção. Entre elas há uma maior rejeição da atividade agrícola e melhores expectativas em relação ao meio urbano.

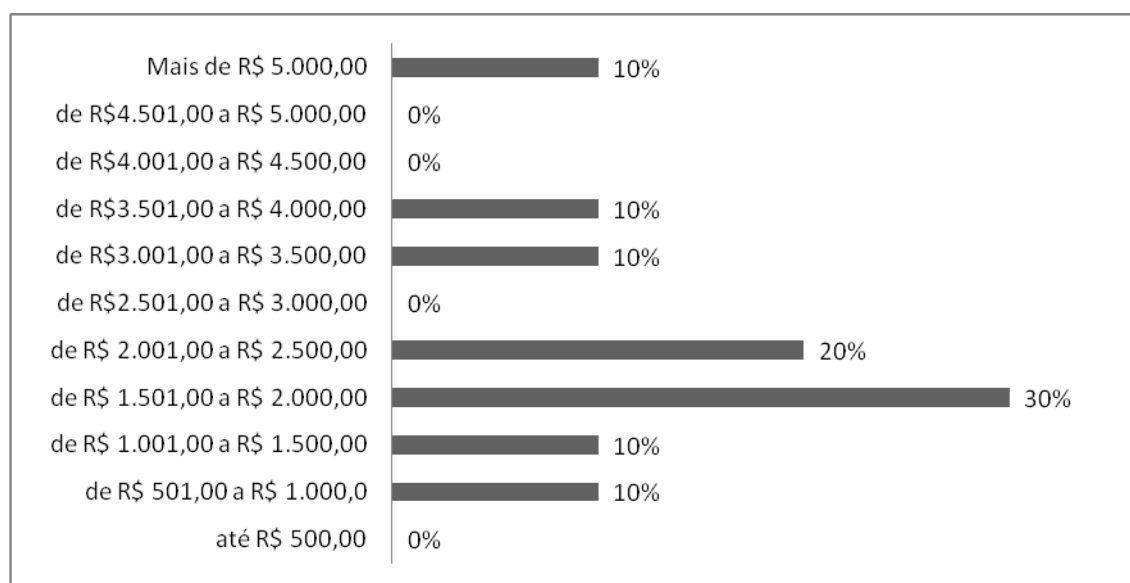
As moças, segundo Silvestro et al (2001), demonstram participar menos das discussões e decisões no interior das propriedades. Porém, entre os pais entrevistados em Cerro Azul há uma participação igualitária entre todos os membros da família. Talvez esse discurso se relacione ao conceito que o gestor da unidade tenha sobre “participação”, demarcando quem sabe papéis e níveis de participação conforme o lugar que ocupam na família.

⁸⁴ “O valor agregado (VA) de cada propriedade rural foi definido como a diferença entre o valor bruto da produção (VBP) e os custos variáveis da produção (despesas). Da forma como foi calculado, o valor agregado representa a margem bruta mais o consumo interno da propriedade. Isto significa que o valor agregado (VA) por pessoa ocupada é um saldo disponível para remunerar a mão-de-obra familiar”. (Epagri/Icepa 1998 apud SILVESTRO et al, 2001, p. 34).

Os dados mostram claramente o afastamento das moças das decisões da propriedade, sobretudo aquelas dos segmentos mais pobres. A sua não-participação nas discussões sobre o futuro da propriedade demonstra a pouca atração, que, em geral, as moças têm pelo trabalho na agricultura. Este comportamento é resultante de, pelo menos, duas razões (sem levar em conta seu maior preparo educacional para enfrentar o mercado de trabalho urbano): ausência de espaço de participação na propriedade e o desinteresse das moças pela agropecuária em função da penosidade do trabalho associada a esta atividade. Talvez esta última razão explique a preferência de algumas moças entrevistadas casar com rapazes de fora do meio rural. (SILVESTRO et al, 2001, p. 76-77).

Cerca de 2/3 dos entrevistados da comunidade consideram a quantidade das terras e sua qualidade razoável para permitir a continuidade da atividade agrícola. Assim como a renda obtida. Essa opinião pode ser comparada com os depoimentos dos jovens. Para a maior parte deles a renda não é necessariamente razoável e sim deficitária. É importante que conste o fato de que entre os valores ponderados sobre a renda especulou-se o quantitativo bruto. Foi comum ouvir a ressalva de que o valor líquido corresponderia a metade deste, de acordo com o gráfico 3.

Gráfico 3 – Renda média bruta dos agricultores de Cerro Azul⁸⁵



Fonte: Pesquisa de Campo (2013).

Num panorama geral sobre as propriedades constatou-se, por exemplo, que recebem assistência técnica deficitária e a mecanização é raramente utilizada. Em 85% das propriedades são utilizados financiamentos para viabilizar e dar maior segurança a produção. A maior dificuldade exposta foi a falta de mão-de-obra nas unidades familiares. A perspectiva de melhorias necessárias especifica principalmente a criação de um sistema de garantias de

⁸⁵ Apenas 10 dos 13 entrevistados responderam essa pergunta.

preços, conforme tabela 12. Essa variável foi também discutida entre os jovens. A garantia de preços e um sistema eficiente e barato de seguro agrícola é expressa em quase todos os discursos como uma necessidade eminente para viabilizar a atividade rural como um todo.

Tabela 12 – Necessidades de melhorias para atividade agrícola

<i>Categorias</i>	<i>Número de ocorrências</i>	<i>%</i>
Aumentar o acesso ao crédito	2	4%
Aumentar a assistência técnica	8	15%
Criar garantia de preços	13	24%
Melhorar o seguro agrícola contra problemas climáticos	12	22%
Melhorar as estradas	12	22%
Outra ⁸⁶	8	15%

Fonte: Pesquisa de campo (2013).

Os relatos em geral falam do incentivo a agricultura. É comum ouvir dos moradores da comunidade e de outras localidades rurais que falta “incentivo à agricultura”. É complexo definir o que seria esse incentivo. Pode-se pensar em ações que inibam os fatores que desestimulem a atividade agrícola. Assim, tem-se um quadro que apresenta como fatores desestimulantes: o maior deles é o baixo retorno, ou lucro obtido com a atividade. Comparando o dispêndio de trabalho, o risco envolvido, o alto custo de produção e o baixo preço pago pelo produto final o agricultor chega, muitas vezes, a uma relação incoerente e irracional. Como alguns agricultores relatam: “aqui a gente paga para trabalhar”. A maioria dos agricultores não faz um controle específico entre os gastos e as entradas de dinheiro na propriedade. Alguns relataram: “se fizer as contas a gente desiste”. Operam ainda como fatores de desestímulo, a incerteza em relação às condições climáticas; a falta ou precarização da infra estrutura rural que congrega desde estradas até as instalações das unidades produtivas; a dificuldade de realizar maiores investimentos, dadas as condições do terreno e da demora para que surtam efeitos práticos no balanço financeiro da propriedade; em seu pagamento.

Estabilidade e preço justo para os produtos são fatores considerados fundamentais para a permanência na agricultura. Mas como permanecer no meio rural e ter a garantia de uma renda certa? Nesse sentido o incentivo à pluriatividade é apontado como alternativa. Para alguns, a instalação de indústrias na sede do município possibilitaria ao jovem acessar uma renda mensal como assalariado, sem necessariamente deixar a unidade familiar. (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010, p. 165).

⁸⁶ Na categoria “outra” manifestava-se geralmente a expressão “valorização da agricultura” que englobaria de certa forma todas as demais.

O que faz, então, com que esses agricultores permaneçam na atividade se racionalmente muitos deles acumulam prejuízos? Precisa-se pensar em duas situações. A primeira delas é que se calculando de maneira efetiva todos os gastos o agricultor desconsidera alguns elementos, mantendo em sua análise que o seu trabalho não é diretamente capitalizado. Assim, para ele, o que sobra dos produtos vendidos é ao mesmo tempo o lucro e o seu salário. A segunda questão é que muitos deles não têm condições de migrarem e se estabelecerem em boas condições no meio urbano. A maioria possui baixa escolaridade e idade superior aos 40 anos, o que limita as ofertas de emprego e o valor dos salários pagos. Há ainda que referenciar que suas propriedades possuem um valor significativo, mas pouca liquidez, isto é, torna-se difícil vender rapidamente uma propriedade e muitas vezes é preciso fazê-lo obtendo um valor menor que o de mercado e de maneira parcelada. Esses aspectos condicionam muitos agricultores a permanecerem. É uma permanência forçada, não uma opção definida. É a permanência como tragédia.

A pretensa justificativa de autonomia do agricultor em relação a seu trabalho pode ser relativizada no sentido de que ele nunca pode dizer que fez todo o trabalho. Sempre há algo a ser feito. Nunca se sente plenamente tranquilizado em relação a isso. Ele nunca tira férias, geralmente não aproveita feriados e poucas vezes os finais de semana. A vida no meio rural, de maneira geral, é uma vida condicionada à poupança, a parcimônia, ao não poder gastar. Possui um patrimônio imobilizado, de baixa liquidez e rentabilidade esparsa e de longo prazo.

A saída do jovem é dificilmente controlada pelos pais. Quanto mais tentarem pressioná-los a fim de que fiquem, potencialmente mais estarão incitando-os a sentirem-se presos e fechados ao rural. O estímulo dos pais para que os filhos sejam agricultores também é relativo. Alguns não demonstram entusiasmo na atividade e questionam-se propriamente se a permanência é o melhor caminho aos seus filhos.

Na pesquisa de Silvestro et al (2001), a maioria dos jovens disse haver necessidade de mais terra. No presente estudo essa questão não foi tida como relevante. Para a maioria a quantidade e a qualidade da terra eram suficientes para a permanência. É relatada apenas a sua excessiva declividade. A dificuldade de mecanização das áreas cultiváveis em Cerro Azul, que talvez poderia indicar uma maior necessidade de mão-de-obra tendendo para uma maior permanência, no entanto em muitos casos é justamente a dificuldade de mecanizar que desaloja. Aparece a rejeição a trabalhar em áreas de declive acentuado. Algumas propriedades são adquiridas para reflorestamento e para cumprirem papel de compensação de reserva legal há propriedades de terras mecanizáveis em outras partes do município. Essa prática altera a

tradição de que a terra é um patrimônio da família e, portanto, deve permanecer com ela. (WOORTMANN, 1995).

Há conforme insistem Silvestro et al (2001), um desencontro entre as terras em desocupação pelos agricultores mais velhos e o desejo e condições dos jovens em as assumirem. As terras e os jovens que poderiam, ou desejariam continuar nelas, se excluem, se distanciam. Uma situação paradoxal, mesmo querendo permanecer e existindo terras para tanto, o ficar muitas vezes não se concretiza. Na comunidade pelo menos 10 unidades ficaram sem sucessores na última década, sendo incorporadas por outros agricultores ou ocupadas com reflorestamento.

Para os filhos de famílias capitalizadas a cidade não representa lugar promissor de geração de renda. Ao contrário, para os filhos de famílias pobres ela transparece como possível promotora dessa melhoria de renda, embora não como unanimidade. Quanto melhor a estrutura da propriedade, maior a probabilidade de sucessão. Como constataram Silvestro et al (2001, p. 45), “[...] o desejo de permanecer na agricultura ‘como proprietário’ cai conforme declina a categoria de renda considerada. Ao contrário, a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”.

A obrigação de ficar com os pais, fortemente presente nas décadas de 1970 e 1980 atualmente não tem o mesmo peso. Todavia, em muitas casas não há nenhum jovem residente, isto é, migraram. A compensação com o recebimento integral da herança para que permanecessem com os pais não parece atrair todos os jovens. Alguns jovens definiram que sua permanência é influenciada pela necessidade de ficar ajudando os pais, dando um sentido de dever moral que não necessariamente lhes satisfaça, ou que ambicionem fortemente assumirem as unidades de seus pais.

No final do ano de 2012, segundo relatam alguns dos jovens da comunidade, foi cobrado da administração municipal uma intervenção acerca do êxodo rural dos jovens e a falta de perspectivas para permanência. A solução tomada foi a parceria com uma empresa do município que abriu vagas específicas para jovens e moradores do meio rural. Disponibilizou-se transporte diário aos funcionários que fariam uma migração pendular diária. A obrigação destes jovens é a de continuar morando no interior para manterem seu emprego. Vários jovens estão atualmente trabalhando neste sistema, tanto da comunidade de Cerro Azul como de outras quatro.

A “solução” encontrada vai ao encontro das demandas discursivas expostas pelos moradores que reivindicam a existência de empregos para a permanência dos jovens no meio rural. Esse emprego, porém, não significa investimentos na atividade agrícola, no conjunto

produtivo rural e sim na ocupação de uma suposta mão-de-obra excedente. É a efetivação da pluriatividade que significa a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas. Nesse caso, “o argumento é de que a pluriatividade alia a possibilidade de se ter uma renda estável, permanecendo na agricultura”. (AGUIAR; STROPASSOLAS, 2010, p. 165).

De acordo com Silva e Schneider (2010), a pluriatividade é uma estratégia de reprodução de algumas famílias rurais. Buscam utilizar mão-de-obra excedente e diversificar a renda para manterem-se no local de moradia. Como determinam: “a pluriatividade contribui para a reprodução das famílias e sua permanência na agricultura, mesmo não promovendo grandes mudanças nos padrões de habitação, consumo, entre outras”. (2010, p. 191-192).

Essa proposição, todavia, envida esforços e tende a resolver a migração juvenil sem considerar os maiores problemas enfrentados dentro das unidades agrícolas. Afinal, é uma resposta paliativa – ainda que eficiente – para solapar as dificuldades de vida dos agricultores. É um mecanismo que se enviesa enquanto política pública. Não parece definitivo dar soluções meramente urbanas para questões estruturalmente rurais.

4.4 COMO FICAM OS JOVENS QUE FICAM? DINÂMICAS DE PERMANÊNCIA DOS JOVENS DE CERRO AZUL

Discutir as implicações envolvidas na permanência de jovens no meio rural da comunidade de Cerro Azul infere considerar como eles se organizam neste espaço. É emblemático problematizar os eventos que ocorreram durante a atividade de campo. A pressuposição etnográfica durante a pesquisa possibilitou a análise do comportamento “em comunidade” destes jovens. Longe de ser uma visão alongada é por si só uma tentativa de encadear os elementos justificados entre as falas coletadas e a ação efetiva. São ponderações entre o que esses indivíduos pensam; o que falam e o que fazem.

Discutem-se, rapidamente, três aspectos das práticas sociais dos jovens na comunidade. No espaço familiar, no sentido das práticas produtivas e de renda; nas incursões na comunidade (grupo de jovens e jogos de futebol) e, por fim, na observação de um baile ocorrido na comunidade.

4.4.1 O Espaço Produtivo e de Renda

As atividades produtivas dos jovens – já que no caso da pesquisa majoritariamente rapazes – remetem a dedicação às lides no campo. Acompanham o pai ou são diretamente os

responsáveis por algumas das práticas. O pretenso vigor físico é colocado à disposição dos trabalhos mais extenuantes. É comum que determinadas cultivares ou determinados tratos culturais sejam de responsabilidade dos jovens, principalmente se na referida situação seja ele perdulário de porcentagem da safra.

Os jovens da comunidade, portanto, têm uma rotina circunscrita ao espaço doméstico e produtivo. Há uma ligação direta entre eles e o espaço de cultivo, o local de trabalho. Pouco saem da propriedade da família. Quando muito são solicitados a se deslocarem até a cidade de Palma Sola para comprarem itens de necessidade urgente (remédios ou alguma ferramenta). O fazem também porque são, na maioria, os “motoqueiros” da família, o que facilita seu deslocamento.

Os contatos sociais extra familiares mais corriqueiros se dão nas incursões à comunidade, que ocorrem nos finais de semana. É comum a esses jovens a circulação no espaço da vila nos sábados e domingos à tarde. Eventualmente a frequentam numa das noites da semana, seja por conta de um jogo de futebol de salão ou nos campeonatos de baralho, sinuca e bolão realizados na sede do clube esportivo.

Fora da comunidade os contatos são rarefeitos, ainda que boa parte do estigma do isolamento tenha sido rompida já há algum tempo. O jovem tem a sua disposição uma condição moral de saída, de conexões sociais. Todavia, a real configuração desta relaciona-se com as condições estruturais, tais como recursos financeiros e a “logística” para inserirem-se em outros ambientes. Preferem as incursões a outras comunidades rurais das redondezas do que a ida ao espaço urbano. As festas, os bailes e os jogos de futebol são os acontecimentos mais eficientes de movimentação dos jovens no meio rural. Os deslocamentos à cidade ocorrem geralmente por conta de atividades esportivas.

Além do espaço comunitário propriamente dito alguns se utilizam da internet. Inicialmente foi oferecida na escola da comunidade, mais precisamente a partir do ano de 2008. É comum que alguns jovens se desloquem nos horários de “folga” e conectem-se a internet por meio de notebooks, independentemente de a escola estar ou não aberta. Em 2011 surgiu a oportunidade de instalação de internet em caráter doméstico. Constatou-se que entre os jovens que permanecem 5 possuem acesso à internet em suas casas. A internet representa um custo fixo mensal em média de R\$ 40,00, além dos equipamentos de instalação (antena, cabos) que gira em torno de R\$ 300, 00. Em muitos casos é o próprio jovem que paga essa despesa.

A telefonia celular é indisponível na localidade. Apenas com uso de antenas fixas é possível obter sinal. Ainda assim muitos jovens possuem celular. Mesmo com caráter de

fixidez ele contribui nos contatos sociais que manifestam com indivíduos de outras localidades. Mesmo com um serviço precário em algumas situações serve como mecanismo para mandar e receber mensagens – já que o sinal não permite conversar –, para combinar a ida a uma festa no final de semana, para paquerar, ou receber auxílio nos trabalhos escolares – quando for o caso.

Foi comum, durante a pesquisa, ouvir reclamações acerca da falta de serviço de telefonia celular e de internet. Não só os jovens enfatizaram as dificuldades de acesso à informação e à comunicação, mas também alguns pais. Essa constatação rompe com a concepção de desnecessidade de informação e de contatos sociais presente na ordem do dia do mundo rural dos antigos colonos. Há uma clara percepção da importância que os novos recursos de comunicação têm na organização social rural e que vão além do rádio e da televisão.

Nesse sentido, foi interessante perceber que os jogos eletrônicos – videogames – estavam presentes nos discursos dos jovens entrevistados. Essa é uma prática normal entre eles, tornando-se uma atividade de lazer coletiva, com reuniões, disputas e desafios. Durante a pesquisa foi possível presenciar a reunião de alguns jovens para uma espécie de “torneio” de videogame. Esses “eventos” ocorrem nos sábados à noite e constituem uma atividade de lazer essencialmente masculina. A existência dessa prática infere um contato com mecanismos tidos como urbanos.

Os jovens de Cerro Azul e por proximidade da pesquisa os rapazes, demonstraram ter publicamente pouco acesso à renda. Embora muitos possuam um nível de vida confortável do ponto de vista das necessidades básicas e até mesmo possuindo motocicletas, as práticas sociais de lazer e demais inserções em ambientes públicos são dificultadas. Durante as incursões em campo foi difícil verificar que esses jovens tivessem momentos de lazer em que gastassem seu dinheiro livremente. Geralmente percebia-se a falta dele ou a impossibilidade de gastá-lo. Na “bodega”⁸⁷ do clube esportivo que é o ponto de encontro deles só em alguns momentos consomem bebidas.

Nesse caso os jovens que vinham de fora, como retornados momentâneos, criavam situações de lazer, de conversas diferentes e até atípicas em relação aos nativos de fato. Em algumas situações percebeu-se até mesmo constrangimentos dos jovens da comunidade sobre falas e atitudes dos jovens que estavam à passeio. Todos geralmente mantêm um tom animado nas falas, nas lembranças, nas anedotas. Esse clima, contudo, é alterado quando se fazem

⁸⁷ Na região sul do Brasil o termo bodega faz referência a bar, que pode ainda comportar um mercado em anexo.

juízos e sentenças em relação ao ficar e ao sair. Enfatizam-se as qualidades do meio rural, mas desqualificam-se as oportunidades que se estabelecem. O discurso toma um caráter de viés urbano, pois o olhar e as sentenças são urbanas. Quando um jovem afirma que “se pudesse ficaria no meio rural e que tem vontade de retornar”, mas não o pode fazer ele não está diretamente queixando-se em relação as suas condições e antes determinando que o meio rural o expulsou e que essa é a rotina cíclica que irá tragar os demais. Ou, ainda, que não há mecanismos de se contrapor a esses fatos. Quem o faz não é necessariamente um vanguardista. É um alienado, um acomodado ou um medroso.

Quando vão ser pagas as despesas do balcão invariavelmente surgem constrangimentos recíprocos. Os jovens “cidadinos” em muitos casos tendem a desejarem pagar uma fatia maior das despesas. Os jovens rurais por seu turno não querem se ver diminuídos, ainda que na maior parte dos casos não dispunham ou condenem a si mesmos pelos gastos empreendidos. Não gastarem e se esquivarem de participar da “roda” é uma solução posta em prática às vezes, mas não os esquivam de constrangimento.

4.4.2 No Grupo de Jovens

O grupo de jovens da comunidade esteve inoperante por um período de aproximadamente quatro anos. Em meados de 2012 as atividades foram retomadas, congregando aproximadamente 20 indivíduos. Foram acompanhadas duas atividades do grupo de jovens da comunidade. A primeira delas uma reunião realizada para definir a realização de uma rifa e a destinação dos recursos. O objetivo da articulação em relação a recursos manifestou-se no sentido de viabilizar a realização de atividades de intercâmbio com outros grupos da região. Via de regra a proposição da existência do grupo está direcionada por alguns dos jovens. Eles, de certa forma, organizam e ditam as práticas, monopolizam as definições. Os demais jovens, mesmo alcunhados como partícipes da entidade, pouco se envolvem nas suas definições.

A segunda foi no encerramento das atividades do ano de 2012. Realizou-se um almoço nas dependências do PETI, antigo colégio agrícola. Local que foi liberado, entre outros motivos, porque o diretor da instituição é pai do coordenador do grupo. Compareceram 19 pessoas, sendo 11 rapazes e 8 moças.⁸⁸

⁸⁸ Dessas moças, quase todas – com exceção de uma – são residentes na vila da comunidade e não têm vinculação com a atividade rural. Ainda, algumas têm idade inferior a 15 anos de idade.

No almoço foi servido churrasco, sendo que a carne foi doada por um dos jovens. Não houve consumo de bebidas alcoólicas, dado o caráter educacional da instituição onde se realizava a atividade. As demais despesas foram pagas com recursos do caixa do grupo. Todos participaram das atividades, auxiliando, embora que a organização cabia sempre ao coordenador e outras cinco pessoas – que via de regra são os mais velhos do grupo.

Antes do almoço as meninas ficaram organizando as brincadeiras da tarde e as saladas para o almoço. Os meninos jogavam baralho (truco) e vídeo-game. Após o almoço todos se reuniram e foram realizadas algumas dinâmicas. Muitos dos jovens se mantiveram retraídos e bastante constrangidos (tímidos). Não se percebeu interação entre rapazes e moças do grupo, a não ser entre os que namoram. Isso ocorre talvez pelo fato das moças serem mais jovens que os rapazes.

Após as dinâmicas ocorreu uma discussão e avaliação sobre as atividades do grupo e abriu-se espaço para sugestões. Em geral o grupo é visto como positivo e que precisa ser reforçado. Talvez essa positividade esteja baseada no fato de que o grupo é para muitos jovens – principalmente moças – o subterfúgio para obterem autorização para saírem do espaço doméstico, fato que por conta própria seria mais difícil.

Concluídas as proposições formalísticas realizou-se um jogo de futebol entre os rapazes. As moças assistiram o jogo com pouco interesse, conversando entre si e bebendo tererê. Após pouco tempo de jogo os meninos que tinham namoradas (3) abandonaram o jogo para acompanhá-las. Neste momento 3 meninas participaram do jogo, que pelo calor foi interrompido pouco depois. Alguns foram pescar no açude da instituição, fato que chamou bastante atenção e envolveu rapidamente vários presentes. Às 18 horas os presentes começaram a se recolher restando apenas alguns meninos jogando futevôlei, mesmo com uma chuva de verão repentina.

Dos fatos empiricamente analisados destaca-se: a potencialidade e representatividade do grupo perante seus participantes, visto que o local onde vivem exerce uma certa influência de isolamento, rompida – relativamente – com a existência do grupo; a participação diferenciada de rapazes e moças no grupo; o caráter comunitário e religioso que o grupo evoca, ou que é lançado a ele; o sentimento de que o grupo pode e é uma saída, um diferencial a vida no meio rural.

4.4.3 No Jogo de Futebol

Era um sábado à tarde e as partidas de futebol integravam o roteiro do campeonato municipal, um evento “oficial”. Juntou-se um público razoável, talvez 80 pessoas. A maioria eram pessoas da comunidade com número considerável de jovens. Viram-se poucas moças no local e as que estavam pareciam todas acompanhadas, isto é, namorando ou casadas. Alguns presentes eram ex-moradores da localidade que estavam ali por conta do feriado da independência do Brasil. Nas conversas com ex-moradores foi possível perceber um sentimento nostálgico misturado com uma insatisfação da “impossibilidade” de terem permanecido no local. Todavia, não exibiam interesse em retornar ao local.

O pavilhão da SESA centraliza o envolvimento do público nestes eventos. É no clube que se faz a venda de bebidas alcoólicas. Nem todos os jovens do grupo comunitário fazem uso de bebidas alcoólicas. Além de ser uma opção, podem estar presentes outros fatores de influência, tais como: provavelmente por não terem dinheiro ou por estarem compenetrados com alguma atividade no final do dia – “tirar leite”. Os que bebiam eram na maioria os ex-moradores, visitantes que não dependiam da renda agrícola. Outro fator pode ser a maior sanção e proibição dos pais em relação a essa prática. Entre os jovens da localidade também não foi visto nenhum que fumasse. Isso ocorreu apenas com jovens que estão morando fora da comunidade.

Durante o jogo percebeu-se o sentimento de torcida para o time da comunidade, até efusivo em alguns momentos. Muitos dos torcedores são ex-jogadores do time. Foi sempre comum que os filhos dos sócios na instituição fossem convidados a jogar pelo time, embora que sempre na modalidade amadora. O clube significava assim um elemento de integração social, embora masculina.

Pouco depois do final do jogo restaram poucas pessoas no local, todos se recolheram rapidamente. Por volta das 19h00min todos haviam se recolhido e os jovens estavam em suas casas. As expectativas de lazer para o domingo eram pequenas. Haveria o desfile em comemoração a independência do Brasil na sede municipal. Mas ir até a cidade envolve sempre custos, geralmente maiores do que a ida a outro espaço comunitário. A viagem depende da posse de um meio de transporte próprio e conta com a colaboração climática, visto que entre os jovens o meio de transporte geral é a motocicleta.

4.4.4 No Baile

Os bailes são eventos importantes na organização da vida dos territórios e comunidades rurais. Representam momentos eufóricos e marcam práticas sociais específicas. Além de um momento de descontração e diversão é uma oportunidade privilegiada, talvez única, de estabelecer contatos com o sexo oposto e, quiçá, encontrar o futuro cônjuge. O baile observado ocorreu no primeiro sábado do mês de janeiro de 2013. Trata-se de um evento tradicional na comunidade, o Baile da Lingüiça, numa acepção da cultura gastronômica teuto-brasileira. Até 2011 esse baile congregava-se com o Baile do Rei, isto é, um baile em alusão aos melhores jogadores de bolão da Sociedade Esportiva Sempre Alegre.

O salão da sociedade esportiva da comunidade é onde ocorrem os bailes, as festas e demais atividades de lazer. É um prédio de um pavimento, relativamente grande. Comporta cerca de duas mil pessoas. Localiza-se centralmente na comunidade, quase em frente à praça e da Igreja Católica da comunidade. Tem formato retangular. A porta principal fica bem na frente da construção. Do lado direito existe a copa e o bolão⁸⁹. No fundo, o palco e os banheiros. Do lado esquerdo, a cozinha e a saída. A pista de dança fica no centro, delimitada por uma cerca de ferro. Quando são realizados os bailes a pista de bolão é coberta e dá lugar às mesas. Geralmente são casais que as ocupam, mediante compra. Os mais jovens, ficam ao redor da cerca que delimita a pista de dança. São os adultos que a utilizam com maior frequência, embora não seja maioria nestes eventos.

Para pensar nas práticas da juventude rural baseia-se a discussão no texto de Pierre Bourdieu, “O camponês e seu corpo” (2006), que faz referência a pesquisa realizada na década de 1960, na região francesa do Béarn. Neste texto, Bourdieu discute a condição camponesa no momento em que ocorre um processo de modernização do campo.

Analisando o caso francês Bourdieu constatou que os bailes, naquele contexto, eram “a única ocasião socialmente aprovada de encontro entre os sexos”. Em Cerro Azul esses encontros podem se dar no dia-a-dia, porém não com os mesmos significados. No julgamento de Bourdieu, as moças que frequentavam os bailes em Béarn tinham aparência citadina, não se distinguindo o local de origem. No baile de Cerro Azul também se constatou a mesma realidade. Para Bourdieu, os bailes ocorridos no espaço rural configuram um conjunto de acepções urbanas. Seriam as músicas, as indumentárias, as técnicas corporais que reafirmam

⁸⁹ Bolão é um esporte parecido com o boliche e consiste em rolar uma bola sobre uma pista (tábua) em direção a nove pinos de madeira. Vence quem derrubar mais pinos numa série de oito arremessos, sendo quatro em cada pista.

modelos de comportamento urbano. Observando o referido baile em Cerro Azul, comprovou-se que tais modelos urbanos de fato irrompem e manifestam-se entre os freqüentadores, sendo eles moradores do rural ou do urbano. Todavia, ainda persistem elementos que categorizam-se “nativos”. Isto é, há um *modus operandi* que diz respeito especificamente ao lugar. Não comporta dizer que os bailes de interior são iguais. A aplicação dos modelos urbanos, ainda que sentida, não determina ou nega a existência de um “fazer local”, onde as características rurais se somam, fundem ou delimitam-se entre as urbanas. O baile toma contornos particulares a partir do fato de que reproduz uma tradição comunitária, seja na culinária, seja na marcação temporal de sua realização.

A exemplificação disso remonta as maneiras particulares e peculiares de vivenciar o baile, de ser no baile. São introjetados e está em ação todo um conjunto de pressupostos urbanos, mas expressos a partir das categorias de análises daqueles que vivem uma existência dicotômica. São jovens rurais, atrelados as práticas que esse espaço enseja, mas interligados a modelos que seguem por extensão o mundo urbano. O uso de técnicas corporais urbanas neste caso é mais fortuito do que corriqueiro, pois o baile é momento eufórico, marcado temporalmente. Ali no seu mundo, o jovem interliga elementos para representar a si e os outros – os diferentes – que em algum sentido também pretende ser.

Há uma proximidade entre o que é ser morador rural e urbano em Palma Sola/SC, porém dadas as experiências identitárias para estes há uma clara distinção entre os rurais e os urbanos. Do ponto de vista analítica essa distinção é complexa e nem fluída, dadas as práticas manifestas. Na proposição de um jovem da cidade de Palma Sola ele é, de fato, urbano. Assim como o fará um jovem rural.

Sintetizando o grupo rural de Béarn, Bourdieu comenta sobre as dificuldades de envolvimento social do “camponês” no baile, por exemplo. Entende que há um “jeito de ser” manifesto por esses indivíduos circunscritos ao “peso do andar, o mau corte da roupa e a falta de jeito na expressão”. (2006, p. 85). Isso ocorre, segundo o autor, porque neste tipo de eventos a conotação é urbana. No baile observado essas demarcações pareceram mais tênues, embora perceptíveis. As técnicas corporais entre jovens do meio rural e do meio urbano não parecem ser muito definidas no local. Invariavelmente a vestimenta é um critério aparente de diferenciação. Os jovens do meio rural não acompanham as tendências da moda, apresentam-se com vestes, calçados e adereços modestos. Com maior dificuldade usam “roupas de marca”. Parecem de toda forma mais receosos e comportam-se no baile de maneira pela qual são nutridas as expectativas sociais, ou seja, nada de exageros.

A percepção entre modos de ser leva os indivíduos do meio rural a considerarem seu corpo a partir dos estereótipos cunhados no espaço urbano. Essa introspecção constitui, segundo Bourdieu, uma noção depreciativa que tomam em relação a si: “de fato, embaraçado em relação a seu corpo, ele fica desconfortável e sem jeito em todas as situações que demandam extroversão e nas quais seu corpo é posto em cena”. (2006, p. 87). Por conta disso, defende, os jovens rurais experimentam uma dificuldade de estabelecer relações entre o sexo oposto e com pessoas do meio urbano. Para os rapazes, as moças cercam-se numa áurea de mistério, dada a separação sexual interposta nos ambientes rurais.

Durante o baile os jovens rurais permanecem em geral reunidos numa forma chamada de “bolinho”. Assim se mantiveram durante todo o baile. Faziam as conhecidas “rondas” em torno do salão. Isto é, andar em círculos em torno da pista de dança. Esse comportamento foi repetido insistentemente. Paravam por algum tempo em frente ao palco e logo depois recomeçavam a sua “cruzada”.

As moças do interior, em número reduzido, demonstravam estar melhor vestidas para o baile, assemelhando-se às da cidade. Já entre os rapazes pode-se perceber uma diferença nas vestimentas e também no comportamento. Os rapazes do interior dificilmente foram vistos dançando ou envolvendo-se nos “círculos” de moças. Ficaram, durante todo o baile, no mesmo lugar, circulando de vez em quando. Nem todos do grupo bebiam. Já entre os rapazes da cidade, todos eram vistos com suas latinhas apoiando os copos. Esta técnica corporal pode ser comparada a uma demonstração fálica. Ou também porque não se sabe muito bem o que fazer com as mãos livres. A lata é, portanto, um símbolo/mecanismo de extensão corporal no baile. Mesmo quando não se está bebendo cerveja, uma garrafa de água pode, não no mesmo nível, cumprir esse papel.

A dança é um dos principais elementos de sociabilidade num baile. Em Cerro Azul a música ouvida é a chamada “bandinha”, de influência germânica. Em alguns momentos toca-se música “moderna”, com ritmos mais jovens, mas poucas pessoas envolvem-se para dançarem. Quem dança? Principalmente casais, já mais velhos. Foram poucos os jovens vistos dançando e mesmo assim eram em geral casais de namorados. A corte, que antigamente era exercida na dança, agora parece se manifestar nas abordagens diretas. Nesse caso, a timidez e falta de trejeitos e até assunto, articulam negativamente entre os rapazes do meio rural. Frederico, 19 anos relata a experiência do baile:

Rodrigo: Qual é a estratégia para ficar com alguém no baile?

Frederico: Depende (...), às vezes é melhor esperar no fim do baile, aí não tem erro, (risos).

Rodrigo: Nos bailes é mais fácil ficar com gurias do interior ou da cidade?

Frederico: Cara, é mais fácil com as da cidade. As do interior são muito enjoadas.

Rodrigo: Por quê?

Frederico: O nível que elas querem é outro (...).

A técnica, ou justificativa, é sempre a de “ver o que que dá”. É uma analogia em relação à oportunidade de que uma jovem “dê” condições muito claras de abordagem, ou que ela mesma aborde o rapaz. Essa “espera” geralmente dura a noite toda e não acontece. Enquanto isso os rapazes bebem e continuam a circular através do salão.

Se os rapazes do meio rural têm menos chances de encontrar uma companheira, de certa forma não são tão grandes as das moças do meio rural. Ou por inibirem algumas abordagens, sendo “difíceis”, ou pelo controle exercido por um irmão, pais, etc. Talvez o grau de exigência que elas manifestam possa ainda explicar o fato de que muitas permaneceram sozinhas durante todo o baile. Se foram vistas acompanhadas era por rapazes da cidade ou rapazes do interior que no momento “estão” na cidade. Percebeu-se ainda que a relação entre os solteiros e as solteiras do meio rural é quiçá uma corte velada. Permaneceram próximos, mas sozinhos durante o baile, embora não fossem desconhecidos.

Segundo Bourdieu (2006), no contato com categorias de juventude rural e urbana há um sentimento de desvalorização dos jovens rurais. Em geral é uma leitura feita a partir do rural e que diz respeito à posição social que ocupam e a apresentação, isto é, aparência, vestimenta, porte, comportamento. A permanência do campo pode, como demonstra Bourdieu (2006), significar uma condição celibatária, principalmente no caso masculino. No *locus* os casamentos não seguem uma regra ou lógica interna. Muitos matrimônios se iniciam pelo contato na escola da comunidade, que recebe alunos de várias outras. Os bailes e festas também são catalisadores de uniões entre comunidades. Os bailes significam na localidade um momento privilegiado para contatos sociais entre os sexos. Esses contatos ocorrem em outras situações, mas o baile oferece uma condição diferenciada. Através da dança, de abordagens furtivas ou reservadas é possível proceder à corte.

O baile toma contornos de uma oportunidade “quase única” para os jovens do meio rural estabelecerem relações com o sexo oposto, principalmente para os rapazes. Os rapazes, como destaca Bourdieu, têm maiores dificuldades e sentem-se mais embaraçados nesses ambientes. Para eles, além de uma situação “privilegiada” o baile também infere uma pressão moral. Há nos exemplos do caso francês a dicotomia em obter sucesso numa abordagem até as duas horas da manhã, depois disso as possibilidades desse sucesso mitigam-se drasticamente. As moças manifestam maior segurança e confiança nessas situações. Bourdieu

explica isso pela maior proximidade das práticas urbanas que as jovens introjetam e reproduzem:

Se as mulheres são muito mais aptas e mais dispostas que os homens para adotar os modelos culturais urbanos, tanto corporais como indumentários, isso se deve a diversas razões convergentes. Em primeiro lugar, elas são bem mais motivadas para adotar os modelos culturais urbanos que os homens, uma vez que a cidade representa para elas a esperança da emancipação. (2006, p. 88).

Essa noção vincula-se também a aspiração que as moças do meio rural têm em assumirem posições sociais no meio urbano. Desde a moda até o fato de pressupor uma relação com um rapaz da cidade. Um pretendente citadino representa uma elevação de vida, pois um casamento nesses termos comporta uma ascensão social desejada. Como comenta Bourdieu, “é do casamento, antes de mais nada, que elas esperam a realização de suas expectativas. Ao porem todas as esperanças no casamento, elas são fortemente motivadas para se adaptar, adotando a aparência da mulher urbana”. (2006, p. 88). A cidade lhe representa libertação. Ela veria o lado bom da cidade e anseia nela seu futuro.

Devido ao caráter unilateral e superficial de sua percepção da cidade é normal que a jovem camponesa associe à vida urbana certos tipos de roupas e de penteados, signos manifestos, a seus olhos, de libertação. Em resumo, ela não vê senão, como se diz, o lado bom da cidade. Daí se compreende, por um lado, que a cidade exerça verdadeiro fascínio na jovem camponesa e, por meio da cidade, também os homens citadinos; por outro lado, compreende-se que a jovem camponesa empreste das mulheres da cidade os signos exteriores da condição das cidadinas, ou seja, aquilo que conhece dessas mulheres. (BOURDIEU, 2006, p. 89).

As mulheres, no caso, as moças, julgam os jovens rurais como não propositadamente parceiros em potencial. É uma recusa não só à pessoa, mas àquilo que ela representa e oferece no conjunto das relações sociais. As expensas da discussão tecida por Bourdieu em relação à modernização no campo, em Cerro Azul esses elementos não pareceram, pelo menos no baile, tão influentes. Ele enfatiza a dificuldade que os rapazes franceses da região do Bearn tinham para encontrar uma esposa, mesmo entre aqueles que se modernizavam e eram capazes de oferecer boas condições de vida (financeiramente) à companheira. Nos bailes esses rapazes perambulavam esperando oportunidades que geralmente não se confirmavam e mantinham-se numa espécie de reclusão melancólica. Entende, nesse caso, a condição de solteiro como fatalidade, como uma ameaça latente à continuidade na atividade e à existência de todo tecido social rural.

No baile em Cerro Azul não foram vistos muitos rapazes tidos como “solteirões”. O celibato nesse caso não é uma preocupação incisiva, embora alguns dos rapazes reconheçam certo temor em relação à possibilidade ao casamento. Todavia, considerando o baile na comunidade como uma oportunidade expressiva para potencializar essas relações e a falta de sucesso entre os rapazes, é provável considerar essa situação com maior atenção. Há também uma insinuação de que esses jovens rurais não anseiam ao casamento, pelo menos num futuro próximo. A opção de protelar o casamento segue a mesma posição de esperar melhores condições de vida, melhores chances de organizar o projeto de vida que, via de regra, não se define efetivamente no rural ou no urbano.

“Ver no que dá” é uma forma de comportamento defensivo. É manifesto não só em relação aos contatos sexuais. De maneira geral, os jovens que estão na comunidade tendem a hesitar quando precisam tomar decisões e de fato agir. Assim constroem seus projetos de vida. Uma intermitente expectativa. Muitos têm receio de permanecerem da mesma forma como de migrarem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de estudar o fenômeno da permanência de jovens no meio rural a partir de uma comunidade em específico rendeu como conjugação a interdependência simbólica entre a agência dos sujeitos e as representações do espaço. Cerro Azul reconstitui um ambiente de práticas sociais que se configuram com as dinâmicas verificadas na região e representa um elo ainda vivo do colonato sul brasileiro. A capela, a bodega, a circularidade e demarcação das práticas sociais ainda estão presentes em seu cotidiano. As mudanças lhe impacta, a transforma, mas mantém-na como *locus* privilegiado de análise sociológica e antropológica. Dela parte a forma como se procedeu este estudo. Em relação a ela teceram-se os discursos e as considerações. Local em crise, sob ameaça de despovoação. Um rural que se quer tradicional, mas diferente, agora tendencialmente urbanizado. O sonho municipalista ainda hiberna e tecem-se com ele expectativas das mais variadas. Hora otimistas, hora catastróficas.

Do ponto de vista do pesquisador, o contato com os moradores, com os jovens, com adultos e velhos reformularam a noção expressa aquele lugar. O que antes sempre fora corriqueiro, tornou-se estranho. O que um dia parecia certeza, agora é certeza de dúvida. As marcações sociais desfizeram-se para um nativo. Depois da pesquisa tornou-se um estranho, ou melhor, um “estranhado”. Agora desconfia piamente daquilo que imaginava simples e direto. Outras vezes se impressionou com a capacidade de chegar a respostas já previstas, sem expor fatos novos. Essa percepção leva a considerar que a discussão está inconclusa, quem sabe parcial demais, mal conduzida, enfim pobre. Porém, retomando alguns pontos assevera-se que ainda parcial – quem sabe sempre será – várias ideias ganharam contornos de fato analíticos, e que contribuem, senão para as respostas, mas para o debate. Aquele do qual não há como fugir. Se isto é ou não importante no conjunto da ciência e para a humanidade, arrisca-se, provisoriamente, a afirmar positivamente, se e somente se, as ressalvas forem enfaticamente respeitadas.

A pergunta que resiste é então: O que concluir ou considerar ao final desta discussão? Tarefa inglória. Inglória, pois logo à frente essas considerações se reconstituirão e tomarão novos e complexos contornos em relação ao texto que as antecede e articulam. Mas é preciso considerar e junto disso conjecturar, especular. Talvez muito mais enquanto intenção, proposição e vontade do que como resultado definitivo. Sobrepõe-se a sensata verdade de que se se pode compreender importa no fazer da sua existência. A condição de abordar, de cercar, de contribuir com o debate parece mais efetiva e eficiente do que realmente considerar

possíveis descobertas. Afinal de contas quanto mais envidados os esforços sobre as dúvidas, mais elas se reproduzem e se transformam. O mito da esfinge? Por que não? Mas neste, o que se devoram são as certezas.

Chega-se, não sem constrangimento, ao final de pesquisa sem conseguir-se determinar o que de fato define a saída ou a permanência de jovens rurais. De alguma forma, arrisca-se animosamente a pensar que a conclusão seja justamente o caráter fluido e mutável dessa variável. Mas concluir com a dúvida pode congrega um caráter de fracasso. Os termos que expressam afiançadamente os pontos há que se pode despende tempo a análise aliam o caráter múltiplo da problemática e também sua condição fugidia.

A dúvida geradora da pesquisa acercava as motivações que influenciam os jovens do meio rural a decidir entre sair e permanecer. A ênfase recaiu em: como e por que “decidem” ficar se existe a tendência à saída? As respostas e a articulação demoveram a hipótese de que aqueles que de fato lá estavam haviam percebido a real possibilidade de desenvolverem seu projeto de vida no meio rural e assim desejavam proceder. Os dados levaram a compreensão de outra dinâmica: a de que os que estão, na maioria dos casos, ainda não se decidiram entre sair ou ficar. Há múltiplos desejos, tanto ficar quanto sair. As dinâmicas aparecem como castelos especulativos, num conjunto de expectativas e de articulação em torno da projeção para permanecer, mas com vinculações possíveis ao espaço urbano.

Pelas informações colhidas na pesquisa o que explica a permanência, no sentido geral, ainda que existam diferenças significativas, é uma expectativa. Se expressa pelo fato de que os jovens ali instalados não estão efetivamente certos de que fizeram a melhor opção, nem que estão satisfeitos. Eles entendem que sim, é bom viver no meio rural e do meio rural, porém mantém essa noção ponderada, uma vez que “ainda não está bom como deveria”, ou como gostariam. Por que não abandonam o rural e vão para o urbano? Pois, no momento, sentem-se seguros ali e tecem projeções de que poderão continuar ali e se estabelecerem, mas isso se efetivará se as coisas melhorarem. Se puderem comprar um pedaço de terra. Se puderem suceder os pais. Se a renda aumentar. Se os preços não oscilarem tanto. Enfim, uma série de cogitações. A maioria não descarta ir embora. Essa não é uma resposta nula. Não são então “permanecentes”, e mais se enquadram como “ficantes”. Uns, porque não conseguem moralmente abandonar os pais. Outros, porque sentem que a falta de qualificação lhes impedirá de progredir no meio urbano. Há aqueles que ficam apesar de desejarem partir, ou mais especificamente: ficam apesar de desejarem uma vida melhor no próprio campo.

Os discursos não ensejaram otimismo, tampouco euforia em relação ao permanecer. Pois o estar é também um potencial ir. Parece – e é importante que fique clara a tonalidade de

impressão – que o jovem quando define permanecer está renunciando uma projeção de vida (boa, melhor, de excelência). Há uma introspecção entre os não migrantes que congrega a reprodução discursiva de que foram covardes, de que se acomodaram e que de alguma forma terão que conviver com uma perspectiva de menor projeção social, de menor crescimento, de que viverão com pouco e este pouco é infinitamente menor do que “pode” ganhar um migrante. O seu pouco é garantido, mas sempre será pouco.

Arrisca-se dizer que atualmente ficar é tomar uma iniciativa pouco usual, um contrasenso. Para isso o jovem precisará dispor de certas condições, afim de que possa cotidianamente pesar sua decisão e encontrar nela sentido. Assim, quem fica geralmente contará com um percentual da renda obtida na propriedade; terá papel ativo nas decisões; terá um meio de transporte e relativa autonomia no gasto do seu “próprio” dinheiro. Pode-se argumentar que os jovens permanentes atuais tem melhores condições de vida do que os de uma ou duas décadas atrás. Fica explícita a busca por autonomia, tanto no sair como no ficar.

A cidade exerce em todos uma espécie de fascínio. Este é ponderado, nem sempre assumido, como projeção e como opção. “Lá”, diferente do que “aqui” é lugar de oportunidades, de emprego, de estudos, de prosperidade. Optar pela permanência é constituir uma proposta de vida onde se rearranjam os níveis de crescimento financeiro e profissional. Sem dúvida, é um viver com menos. Essa conotação expressa um ficar apesar de... (apesar de que na cidade pudesse “ganhar” mais; apesar de que na cidade tivesse um trabalho menos penoso; apesar de que lá há outras e mais coisas para fazer). Não ir – ficar – é retomado a partir que no meio rural há segurança, tranquilidade, perspectivas mínimas de se construir “uma boa vida”, qualquer que seja a conceituação e os critérios dessa análise.

As luzes da cidade tanto atraem como retraem. Ficar também é motivado pelas dificuldades de ir. A inserção no mercado de trabalho urbano e a vivência da dinâmica das cidades influencia a opção por permanecer. No meio rural há um conjunto de seguranças dispostos em relação aos jovens. Seja ela a segurança em termos de integridade, pois a probabilidade de eventos tidos como violentos (assaltos, homicídios) é menor, seja pela segurança alimentar e de um teto. No meio rural os custos gerais em torno da existência são diminutos se comparados ao ambiente urbano.

A saída em geral é motivada a partir do desejo de aumento das perspectivas de renda; de crescimento profissional – a partir da expansão dos níveis de estudo, que no caso se vinculam ao espaço urbano; de busca por outras condições de trabalho (menos penoso, com maiores garantias – descanso semanal, décimo terceiro salário; fundo de garantia); maior inserção no mercado de consumo e de lazer urbano. Quem sai, portanto, o faz em torno de

melhores condições de emprego, renda, estudos e crescimento profissional. As moças são maioria nesse grupo.

Quem fica na roça é o rapaz – resguardadas as ressalvas. As disposições de permanência são, inegavelmente e preponderantemente, masculinas. Os rapazes recebem uma carga maior de incentivo e são, desde cedo, inseridos nas dinâmicas de produção e de aprendizado na gestão – mesmo que não a exerçam. Há um viés de gênero fortíssimo nos processos sucessórios, um caminho naturalizado através das práticas familiares. A perspectiva de ficar na roça no caso das moças envolve um conjunto de situações que se especifica em torno do seu casamento com outro agricultor. Na maior parte dos casos elas evitam tal vinculação. A recusa das moças em permanecer se espalha na condição de vida que a mulher tem no meio rural. Congregam uma rotina de trabalho maior que a dos homens e raras vezes têm acesso a uma renda autônoma. As mães incentivam as filhas a saírem para não terem o mesmo destino que tiveram.

Entre os fatores que interferem e influenciam na permanência podem-se complexificar pelo menos dez. A conjugação destes vários fatores, exposta em cada caso, explica genericamente o fenômeno da permanência de jovens no meio rural.

- I. A existência de um nível mínimo de acesso a renda autônoma que satisfaça, pelo menos em parte, as demandas dos jovens. Nesse sentido, percebeu-se que os jovens que permanecem são aqueles que possuem participação nos lucros obtidos na atividade agrícola. Tanto no caso de receberem um quantitativo fixo mensal, quanto quem recebe uma porcentagem de uma atividade produtiva.
- II. A disponibilidade de uma estrutura produtiva mínima, isto é, terra, instalações, máquinas, ferramentas. Embora as terras da comunidade sejam de baixa qualidade no que se refere à declividade, onde existem jovens permanentes há uma condição produtiva que os permite a obtenção de uma renda satisfatória (partindo, é claro, do que conceituam como satisfação monetária). De toda forma, são propriedades consideradas “viáveis” economicamente.
- III. O desejo de permanência. Este é exposto pelo termo “vocação agrícola”, que supõe considerar as vincula  es de gosto pela vida e pelo trabalho na terra. São valores supostamente cultivados desde a infância e reforçados pelo grupo familiar. Essa conjuntura refere-se de forma mais acintosa aquilo que Bourdieu convenciona como *habitus*. O ficar ganha contornos de reprodu  o de um *habitus* familiar rural.

- IV. O incentivo dos pais para a permanência. É notório que em geral há uma previsibilidade de que entre o grupo familiar ao menos um dos filhos – preferencialmente um rapaz – será incentivado a ficar e suceder os pais na atividade. Essa prática contribui por estender melhores condições de projeção e de inserção dos jovens nas dinâmicas rurais.
- V. A possibilidade de participar ativamente das decisões, rumos e proposições no espaço produtivo e doméstico. Quando os pais abrem espaço para que os filhos participem de forma sintomática e definitiva nos desígnios da unidade produtiva a possibilidade de permanência é maior. Isso se refere também ao controle relativo a possíveis conflitos geracionais.
- VI. Possibilidade de realização de atividades de lazer na comunidade e de inserção mínima em atividades urbanas. A disponibilização de recursos para compra de uma moto, por exemplo, juntamente com o repasse de dinheiro e a permissão para participação nessas atividades é condição *si qua non* para a permanência dos jovens. Pondera-se que é preciso existir mínima oferta de situações e eventos de lazer, o que independe muitas vezes das dinâmicas das famílias.
- VII. Relativização da penosidade do trabalho rural. É pertinente considerar que as jornadas de trabalho extenuantes, agregadas á tratos culturais ultrapassados são condenados pela maioria dos jovens. A noção exposta de que o trabalho precisa ser rendoso, mas não penoso é determinante. Sempre que possível novas técnicas e mecanismos produtivos são agregados em detrimento do trabalho pesado. Além disso, o resguardo aos momentos de lazer – nos finais de semana – são reivindicados pelos jovens.
- VIII. Possibilidade de convivência comunitária. No *locus* o centro comunitário reflete um ambiente que potencializa as relações sociais dos jovens. Ainda que sutilmente para alguns, há uma influência positiva da comunidade no fator permanência. Os equipamentos de lazer e relativos a outras demandas são oferecidos com maior constância a partir da existência comunitária. Ela não determina saídas ou permanências, mas prova uma influência maior àqueles que prospectam ficar.
- IX. Existência de perspectivas de melhoria de vida no meio rural. É contundentemente maior a probabilidade de permanência aqueles que percebem a possibilidade de melhorar sua condição de vida naquele espaço. Tanto como evidência quanto como expectativa.

- X. Leitura positiva de possíveis melhorias no futuro. Se quem persiste no meio rural o faz motivado pelas perspectivas, expectativas e esperanças, é de se supor e mesmo aferir, que o fazem imbuídos de uma visão positiva em torno daquilo que mudar para melhor e alcançar também sua existência.

As dinâmicas de permanência na comunidade de Cerro Azul se estabelecem pela marcação das ações no ambiente doméstico e comunitário. Há diminutas atividades de lazer, embora esta seja uma ponderação interna aos jovens, organizada a partir das representações que estabelecem, ou seja, existe pouco acesso ao lazer se comparado com tais equipamentos existentes no espaço urbano. Percebe-se menor intensidade de contatos sociais, que se dão prioritariamente e quase que exclusivamente naquele local. Sobrevém a dificuldade destes jovens em encontrarem parceiras(os), dado o pequeno quantitativo geral e a maioria ser masculina. Além das deficiências de renda, que por certo inviabilizam parte das possíveis inserções sociais em espaços diferentes deste. A relação dos jovens com a comunidade informa que ela, a partir de seu núcleo povoado, toma uma singularidade urbana. É um microcosmo de urbanidade em meio à ruralidade.

Essa representação constitui a expectativa de que este espaço cresça e se desenvolva como cidade e que a partir daí brotem as tão propaladas “oportunidades”. Estas, via de regra, são entendidas como a potencialização da oferta de “empregos”. O desejo manifesto em praticamente todas as falas – desde jovens até idosos – é a necessidade de empregos na comunidade. A atividade agrícola é representada como trabalho e não como emprego. O primeiro expressa ação, o segundo renda.

Há uma real ameaça em torno da continuação e da reprodução das unidades produtivas e da atividade rural na comunidade. A sucessão é dificultada. Porém, não está determinada a sua extinção. Essa ameaça na comunidade ou na região, ainda que possa ser efetivamente percebida, contrasta com a valorização das terras, por exemplo, com o desejo de obter mais porções dela. O valor que têm referenda a importância social e o retorno empregado nesse tipo de investimento. Contudo, assumir a propriedade dos pais é diametralmente diferente do que iniciar-se em uma delas. O custo operacional de adquirir o terreno e pô-lo em condições de produção é significativo. As linhas de financiamentos públicos auxiliam tais práticas, mas as taxas de juro e o fato de que os lucros sejam alcançados após duas décadas desestimula os jovens.

Questionados sobre demandas que se atendidas pudessem proporcionar melhores condições de vida no meio rural e mesmo determinar a permanência com maior ímpeto houve

dificuldade em defini-las. O que falta? Oportunidades. Este conceito “escorregadio” confirma que não há clareza sobre as faltas, sobre as carências e principalmente quais as soluções. Destaca-se a interrogação: O que a dúvida em relação ao que deve melhorar no meio rural esconde? Que informação a precede?

Ainda que não tenha sido objetivo tácito deste trabalho especular sobre possíveis melhorias no ambiente rural, para que mais indivíduos possam decidir com maior autonomia e liberdade por permanecerem ali, uma vez que o consideram bom, faz-se necessário tecer algumas considerações. Ao negligenciar-se o espaço rural como local de vida, imprime-se uma condição que enviesa as saídas e as permanências. Ainda que as falas dos jovens sejam tecidas considerando nostalgicamente o rural, mais por conta de sua história particular do que sobre a realidade implícita, é a falta de condições de vida que os fez sair. Decidem livremente, mas a partir das condições que dispõem. Longe de retomar postulados ideológicos-teóricos, é plausível pensar a partir da assertiva de Marx: “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. (1977, p. 9).

O discurso de fixação do homem no campo é igualmente problemático, pois não considera a resolução do problema de vida dos seus moradores. O problema em si não é sua migração. É a falta de perspectivas em poder desenvolver uma vida satisfatória ali. O paradoxo se manifesta porque não permitir que possam escolher permanecer é um pretenso determinismo que impede o livre arbítrio. Pressupor mecanismos de fixá-lo, igualmente configura um determinismo. O que se quer afinal? Manter alguma coisa? Construir outra? Os discursos dos jovens do meio rural de Cerro Azul indicam que a solução é dar “oportunidades” para que fiquem. Entendem que as oportunidades são empregos. A noção que manifestam por emprego é um trabalho assalariado no setor industrial ou de prestação de serviços. Fato que demonstra essa expectativa é a luta por assumir empregos públicos, principalmente aqueles que não precisem de concurso e que se resolvam com uma indicação.

Não parece haver uma discussão em termos de fomentar opções “na” agricultura. Da mesma forma ocorre quando se pensa a constituição de indústrias na comunidade. A preocupação é parcial, isto é, problematiza-se o número necessário de empregos, mas não a viabilidade, tampouco como isso iria ocorrer e através de quem. Não se ventilam ideias do local. Espera-se que a realidade seja transformada. E convém lembrar, essa não é uma “solução”, nem mesmo entre os agricultores, condicionada a agricultura. A esperança de dias

melhores provém do elemento urbano. Talvez não diretamente dele, mas de uma característica prática: o emprego.

Estariam coagidos, excitados e vislumbrados com o espaço urbano, com o consumo? Sim, não se pode negar ao ser rural a possibilidade de também dispor de objetos e elementos urbanos. Este seria um direito civil básico. Mas, como preceder? Seguindo um raciocínio lógico, porém indigesto, percebe-se que há dificuldade dos próprios moradores do meio rural em desenvolver uma posição de articulação. Quando questionados sobre o que falta na comunidade ou o que precisaria ser constituído ou viabilizado ali as respostas são esparsas e remontam a apoio, a oportunidades. Questionados mais uma vez a resposta sugere uma saída rápida, ou seja, novamente emprego.

De onde viriam esses elementos? Diz-se que do poder público, mas não precisam de qual esfera. O crédito é considerado satisfatório, o que pesa é a possibilidade de sua aplicação. A garantia de preços incide fortemente. Mas como garantir preço se quem o regula é o mercado? E, nesse complexo, o produtor rural é o elo mais fraco. Esperar uma solução a partir da prefeitura municipal? Talvez o fomento a agricultura? A esfera municipal não conta com recursos financeiros expressivos para fazê-lo. A Secretaria Municipal de Agricultura, por exemplo, não conta com recursos para quaisquer investimentos. Melhores estradas? Essa é uma reclamação considerável, porém recai nas dificuldades estruturais que se reproduzem há muito tempo. A malha viária é significativa e mantê-la torna-se custoso sem um plano de ação e obras bem delimitado. A iniciativa cooperativista? Parece que a desconfiança gera também seus impasses. A cooperativa da qual boa parte dos moradores é associada administra basicamente a venda do leite, porém não opera em termos produtivos e de transformação, o que a enfraquece.

A agroindustrialização – que alguns consideram a solução – se pensada como caráter individual e sequencialista redonda na competição do mercado e expõe francamente essas iniciativas a uma concorrência da qual não saem exitosas na maioria dos casos. O mote de agregar valor aos produtos é dificultado também pela inserção desproporcional desses pequenos produtores aos requisitos de fabricação, controle e distribuição. As terras altamente declivosas interpõem impossibilidade para mecanização, produções adensadas e de alta tecnologia. Sobressaem-se assim atividades com maior mão de obra agregada – a pecuária leiteira. Há, contudo, o temor em relação à produção de leite, já que suscita atualmente o interesse produtivo de médios e grandes produtores. O reflorestamento é uma opção para quem não depende de uma renda permanente, assim como a pecuária de corte que demanda

grande extensão de terra e ganhos anuais. No caso dos aposentados essa perspectiva se viabiliza, mas só quando inexistente um sucessor.

Em síntese, a manutenção e melhoria de vida das famílias de agricultores rurais – considerando agregadamente também a permanência de jovens e a reprodução das unidades – se viabiliza a partir das melhorias da agricultura, dos ganhos e perspectivas. A pluriatividade não é considerada uma opção se a agricultura em si não for. A esperança por empregos no meio rural não é de todo a solução para o rural. Os subterfúgios urbanos, ainda que positivos, não resolvem o problema estrutural da atividade agrícola, que pressupõe complexidades maiores. De fato, até o momento em que os jovens não puderem representar o trabalho na roça como um emprego e uma profissão rentável sua permanência e todo conjunto social estará em crise.

A tese em si, que norteou toda a pesquisa e que se afigura como a definição geral da discussão, é que a migração e, principalmente, a permanência de jovens no meio rural é uma condição volátil, fluída e que se relaciona com as situações sociais vividas por esses jovens. Suas vontades e desejos são negociados e manifestos num jogo intermitente entre a disposição para ir e para ficar. Esperar é decidir no sentido de conjecturar melhor a probabilidade de sucesso ficando ou saindo. Um “tomar fôlego”. Arrisquei-me a considerar o termo permanência como “ficância” que assimilaria a noção de estar em situação de partida e permanência. Fica-se apesar de... Vai-se apesar de... Se for possível, se o conjunto de demandas for atendido há permanência, caso contrário a dinâmica de êxodo é reforçada.

Enfim é certo, porque necessário, referendar que a proposta de fazer um estudo *na* comunidade, seguindo diligências dos clássicos estudos *de* comunidade – numa proposição primeira – vê-se cumprida. Entre aproximações, distanciamentos, avanços e recuos o texto elaborado tornou-se pretérito e agora é alimento para suas próprias deficiências e insuficiências. A incompletude reforça o caminho da pertinácia, do refazer-se, do seguir seu constructo intermitente. Não por medo do que foi dito, mas pelo peso do que há, ainda, por dizer.

6. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p.67-80].
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.
- AGUIAR, V. V. P.; STROPASSOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. [P. 145-156].
- AMARAL, R. W. do. et al. Jovens do campo: a procura de visibilidade social. In: JEOLÁS, L. S. [et. al.]. **Juventudes, desigualdades e diversidades**: estudos e pesquisas. Londrina: Eduel, 2007.
- AMEOSC. **Mapa da região Extremo Oeste de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.ameosc.org.br/municipios/mapazoom.php?>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- ARENSBERG, C. M.; KIMBALL, S. T. O método do estudo em comunidade. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Edusp, 1973. [p. 168-200].
- BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BLUM, R. Agricultura Familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. [p. 36-52].
- BOITEUX, J. A. **Oeste catarinense**: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres & Irmão, 1931.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **O campo econômico**: a dimensão simbólica da dominação. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 2000.
- _____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- _____. **O camponês e seu corpo**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, n. 26., p. 83-92, jun. 2006.
- _____. **O poder simbólico**. 14. ed. Tradução Fernando Tomaz. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2006.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra:** imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre os agricultores e criadores e sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil:** um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade.** Congresso ALASRU, 2006.

_____. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 35-52].

BRUMER, A. et al. **Como Será o Campo Amanhã?** A situação dos jovens rurais do oeste catarinense, numa perspectiva de gênero. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BUBER, M. **Sobre comunidade.** São Paulo: Perspectivas, 2003.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, E. G. de. Estudos de comunidade: reflexividade e etnografia em Marvin Harris. **Rev. Univ. Rural,** Rio de Janeiro. v. 2, n. 23, p. 195-210, jul./dez. 2001.

_____. **Entre Ficar e Sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional/UFRJ, 2005.

_____. Balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 128-135].

_____. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 67-80].

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 53-66].

CEOM. **A viagem de 1929**: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005.

CHAMPAGNE, P. La reproduction de l'identité. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 65, p. 41-64, nov. 1986.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COSTA, A. F. **O Oeste Catharinense**: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Villas Boas e Cia., 1931.

COMERFORD, J. Comunidade rural. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 112-120.

CUNHA, J. M. P. da. **O uso das PNADS na análise do fenômeno migratório**: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Texto para Discussão nº 875. IPEA: Rio de Janeiro, 2002.

_____. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

DEBONA, N. I. **Memórias da Colonização de Palma Sola**. São Miguel do Oeste – SC: McLee, 2003.

DE BONI, L. A. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: LANDO, A. M. et al. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. [234-255].

DORIGON, C. **Mercados de Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina**: em Construção. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

EIDT, P. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor): Editora da Unicamp, 2005. [p. 96-114].

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. [p. 53-67].

FICHTER, J. H. Definições para uso didático. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973. [p. 153-158].

FLORES, M. B. R.; SERPA, E. C. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005. [129-154].

FONTENELLE, L. F. R. “A comunidade no Brasil: um estudo tentativo para sua configuração”. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 5-14, 1971.

FREIRE, J. S.; CASTRO, E. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 215-238].

GAVIRIA, M. R.; MENASCHE, R. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 13, n. 1, p. 69-82, 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEORGE, P. **Geografia rural**. São Paulo: Difel, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRON, L. S. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: LANDO, A. M. et al. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. [p. 47-66].

GOLDWASSER, M. J. “Estudos de comunidade: teoria ou método?” **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 69-81, 1974.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

_____. **Diálogos com o ensino médio 3: o estudante jovem no Brasil e a inserção no mercado de trabalho**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

GONZAGA, G. **Horas de trabalho: efeitos idade, período e coorte**. Gustavo Gonzaga; Ana Flávia Machado; Danielle Carusi Machado. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: PP&A, 2006.

HAYASHI, M. C.; HAYASHI, C. R.; MARTINEZ, C. M. Estudos sobre jovens e juventude: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto Alegre, n. 27, p. 131-154, 2008.

HEINEN, L. **Colonização e desenvolvimento do oeste de Santa Catarina: aspectos sócio-político-econômicos e religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HOBBS, T. “Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil”. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. [p. 32-254].

HOBBS, E. J. **Los campesinos y la política**. Barcelona: ANAGRAMA, 1976.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**: Santa Catarina. V. I. Tomo XX. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980**: Santa Catarina. V. I. Tomo 4. Num. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

_____. **Censo Demográfico 1991**: Santa Catarina – Sinopse preliminar. Num. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico 1991**: Santa Catarina – Sinopse preliminar. Num. 21. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico 2000**: Santa Catarina – Características gerais da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

JACKSON, L. C. Divergências teóricas, divergências políticas: a crítica da USP aos “estudos de comunidades”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, p. 273-280, 2009.

KLEIN, M. R. et al. Migrações internas e perspectivas para o rural: um estudo do município de Novo Hamburgo (RS). **48º Congresso SOBER**. Campo Grande, 2010.

KUMMER, R. Construção histórica da região Oeste de Santa Catarina: a supremacia do projeto colonizador. In: SCHNEIDER, C. R.; SILVA, C. L. (Orgs.) **História**: traços de cultura e memória. Francisco Beltrão: Grafisul, 2010. p. 97-112.

KUSCHNIR, K. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LANNA, M. P. D. **A dívida divina**: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Sociologia Política**, Curitiba, n. 14, p. 173-194, jun. 2000.

LANDO, A. M. et al. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, A. M. et al. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. [p.9-42].

LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (Orgs.). **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINHART, A. M. G. M. Êxodo rural, fazendas e desagregação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Niterói, n. 19, p. 6-39, out. 2002.

LOCKE, J. “Segundo Tratado sobre o Governo Civil e Carta Acerca da Tolerância.” In: **Os Pensadores**. S. Paulo: Abril Cultural, 1978. [41-186].

MALAGODI, E.; MARQUES, R. Para além de ficar e sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 197-214].

MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação (*Argonauts of the Western Pacific*). In: DURHAM, E. R. **Malinowski**. São Paulo: Ática, 1985. [p.11-43].

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer**: uma introdução. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte e Cartas a Kugelmann**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELATTI, J. C. A Antropologia no Brasil: Um Roteiro. **Série Antropologia**, Brasília, n. 38, p. 1-64, 1983.

MENASCHE, R. Debate. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 67-80].

MENEZES, I. G. Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.3, n. 1, p. 24-38, maio 2009.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito/3128913>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURE, T. Inserção da economia imigrante na economia gaúcha. In: LANDO, A. M. et al. **RS: Imigração & Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. [p.91-113].

OLIVEIRA, I.; DAMASCENO, J. “Constituindo um campo”: estudos de comunidade e o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1940-1960). **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 18, p. 1-354, 2009.

OLIVEIRA, N. S.; MAIO, M. C. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado, São Paulo**, v. 26, n. 3, set./dez. 2011.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina. **Saeculum Revista de História**, João Pessoa, n. 14, p. 121-138, jan./jun. 2006.

PAULO, M. A. L. Os sentidos do ser jovem e as múltiplas situações juvenis no meio rural em um pequeno município. **XV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Curitiba, 2011.

PEIXOTO, J. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas**. Lisboa: SOCIUS, 2004.

PIES, J. **Agricultura e o êxodo rural de Palma Sola – SC: causas e conseqüências**. (Monografia). URI, Frederico Westphalen, 2001.

_____. (Org.). **Minha escola meu lugar**. Escola de Educação Básica Catharina Seger, 2006.

POLANAH, L. Mexerico e maldizer no meio rural. **Revista de Guimarães**, Porto, n. 103, p. 111-128, 1993.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro: ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

RADIN, J. C.; BENEDET, J. H.; MILANI, M. L. **Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 2003.

_____. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

RANGEL, L. H. Prefácio. In: EIDT, P. **Os sinos se dobram por Alfredo**. Chapecó: Argos, 2009. [p.3-7].

RENK, A. Questões sobre a migração urbana e o êxodo rural em Chapecó. **Grifos**, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 25-38, jul. 1994.

_____. O conhecimento do território: a Bandeira Konder. In: CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005. [p. 109-128].

_____. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

RENK, A.; DORIGON, C. **Trabalho, juventude rural e mudança social**. São Paulo: 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2012.

RIOS NETO, E. L. G. **Estudo exploratório do perfil ocupacional no setor agropecuário Brasileiro**. Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto; Daisy Maria Xavier de Abreu; Ana Flávia Machado. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002.

ROSAS, E. N. L. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 183-196].

ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAHLINS, M. O “Pessimismo Sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte II). **Mana**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 103-150, 1997.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p.31-52, 1994.

SANTOS, M. A. dos. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais Teorias..** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, R. A. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de pós-graduação em Geografia – UNESP, Presidente Prudente, 2006.

SCHALLENBERGER, E. **Migrações e comunidades cristãs no Sul do Brasil: o modo-de-ser evangélico luterano no Oeste do Paraná.** Toledo: UNIOESTE/FACITOL, 1993.

_____. (Org.). **Cultura e memória social: territórios em construção.** Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

_____. **Associativismo cristão e desenvolvimento comunitário: imigração e produção social do espaço colonial no sul do Brasil.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

SCHINDLER, N. Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna. In: LEVI, G.; SCHMITT, J. C. (Orgs.). **História dos jovens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.[p. 154-187].

SEYFERTH, G. **Imigração e Cultura no Brasil.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

_____. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico.** 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

SILVA, M. A. B. **Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925).** Guarapuava: Unicentro, 2011. Niterói, UFF, 2011.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. [p. 67-81].

SILVA, V. **Sertão de jovens: antropologia e educação.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVESTRO, M. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos teóricos da migração internacional. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: QUEDA, O.; SZMRECSÁNYI, T. **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. [p. 23-45].

SPANEVERELLO, R. M. **Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional**. Ribeirão Preto: XLIII Congresso da SOBER, 2005.

_____. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, UFRGS, 2008.

SPOSITO, M. Balanço e Perspectivas. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 123-127].

STROPASSOLAS, V. L. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Florianópolis, UFSC, 2002.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 279-296].

TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.

TEIXEIRA, Z. A. (Coord.). **Perspectiva de gênero na produção rural**. Brasília: IPEA, 1994.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. (Org.). **Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional/Edusp, 1973. p. 96-116.

TURNES, V. A. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 1, p. 155-194, jan./abr. 2008.

VANNINI, I. A. **O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no RS: Vanini (1906-1970)**. 2. ed. Passo Fundo: UPF; Porto Alegre: EST, 2004.

VEIGA, J. E. da. A dimensão rural do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-94, 2004.

VOJNIAK, F. Prefácio. In: CEOM. **A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras**. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2005. [p. 09-18].

WANDERLEY, M. de N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 21-34].

WEISHEIMER, N. **Juventudes Rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA, 2005.

_____. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. [p. 237-252].

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Sociologia). UFRGS, 2009.

WENCZENOVICZ, T. J. **Montanhas que furam as nuvens!** Imigração polonesa em Áurea-RS (1910-1945). Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

WERLANG, A. A. **A disputa e ocupação do espaço no oeste catarinense**. Chapecó, SC: Argos, 2006.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiante do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAPATA DONOSO, S. Aproximación a las mujeres jóvenes campesinas. In: BRUMER, A.; PIÑEIRO, D. (Orgs.). **Agricultura Latino-Americana**: novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 107-122.

7. APÊNDICES

7.1 QUESTIONÁRIO EXPLORATÓRIO COM ESTUDANTES

Questionário de pesquisa exploratória

Escola:_____.

Nome:_____.

Data de Nascimento:____/____/____.

Idade:_____ anos.

Série: _____.

Turma:_____.

Comunidade em que reside:_____.

1. Você reside no meio rural há quanto tempo?

a) () desde que nasci. b) () há _____ anos.

2. Você já saiu do meio rural para residir no meio urbano?

a) () sim. b) () não.

3. A atividade que seu grupo familiar desenvolve é ligada essencialmente à agricultura?

a) () sim. b) () não.

4. Algum membro de seu grupo familiar (daqueles que moram na mesma casa que você) desenvolve outra atividade, que não seja ligada a agricultura?

a) () sim. b) () não.

Em caso de resposta afirmativa, diga qual a atividade desenvolvida e por qual membro do grupo familiar. Ex.: Pai: motorista; Mãe: cozinheira; Etc.

a)_____

b)_____

c)_____

d)_____

5. Você pretende continuar vivendo no meio rural?

a) () sim. b) () não. c) () talvez.

6. Supondo que você não pretende continuar vivendo no meio rural. Qual é “o” motivo, ou “os” motivos, para essa tomada de decisão? Ou melhor, por que razão você quer deixar de viver no meio rural?

7. Se você não pretende permanecer no meio rural, que atividade deseja desenvolver no meio urbano?

8. Se você pretende permanecer no meio rural, ao que se deve essa decisão. Ou melhor, por que você quer continuar vivendo no meio rural? _____

9. Do que você mais gosta da vida no meio rural? _____

10. Do que você menos gosta da vida no meio rural? _____

11. O que mais lhe incomoda na vida no meio rural?

a) () a dificuldade de acesso à renda.

b) () a rotina de trabalho;

c) () a falta de opções de lazer;

d) () a dificuldade de acesso aos estudos;

e) () conflitos internos com os membros do grupo familiar;

f) () outro. Qual? _____

12. Você pretende ingressar num curso de ensino superior (faculdade, curso técnico) após concluir o Ensino Médio?

a) () sim.

b) () não.

13. Você imagina que poderá continuar seus estudos se permanecer morando no meio rural?

a) () sim.

b) () não.

14. Seus pais lhe incentivam a permanecer no campo?

a) () sim. b) () não.

Em caso de resposta negativa, a que eles lhe incentivam? _____

15. Quais as dificuldades que você percebe para continuar a viver no campo? _____

16. Se você pretende continuar na agricultura, percebe facilidade em montar sua própria propriedade?

a) () sim. b) () não.

17) O que estaria faltando no meio rural para que você permaneça nele? _____

18. Dessas demandas que você citou, quais delas entende ser competência das autoridades políticas implementarem? _____

19. Você entende que o meio rural está sendo bem atendido em todas as suas necessidades pelas autoridades políticas?

a) () sim. b) () não.

20. Existe alguma política específica que deveria ser implementada pelas autoridades políticas, especificamente para os jovens, para que pudessem permanecer no meio rural? Qual ou quais? _____

- 9) Como você explica o fato de que dos jovens que deixam o meio rural a maioria são do sexo feminino?
- 10) Alguns jovens ainda continuam no meio rural. Por que você acha que eles permanecem?
- 11) Deveria existir alguma coisa no meio rural para que mais jovens permanecessem? O que?
- 12) Se isso existisse mudaria sua decisão de ter saído, ou lhe motivaria a retornar?
- 13) A estrutura comunitária de Novo Cerro Azul interfere na decisão do jovem em sair ou permanecer no meio rural? Como?
- 14) Qual a sua visão para o futuro em relação a comunidade de Novo Cerro Azul e o meio rural de maneira geral?

7.3 QUESTIONÁRIO JOVENS QUE PERMANECEM NO MEIO RURAL

Permanência e êxodo de jovens rurais em Linha Novo Cerro Azul, Palma Sola/SC

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____.

Naturalidade: _____

Escolaridade: _____

Estado civil: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

Obs: Não há limite de espaço para a resposta. Fique à vontade para escrever.

- 1) Comente sobre a sua trajetória de vida.
- 2) Como você define o jovem rural? Existem diferenças em relação ao jovem urbano?
- 3) Na sua opinião, por que muitos jovens saem do meio rural?
- 4) Você tem intenção de permanecer ou de sair do meio rural?
 - 4.1 Se quer permanecer explique por quê:
 - 4.2 Se quer sair explique por quê:
- 5) Você tem um projeto de vida? Qual?
- 6) Acredita que possa realizar seu projeto de vida no meio rural ou no meio urbano?
- 7) Gosta de morar aqui em Novo Cerro Azul? Por quê?
- 8) Quais as vantagens e desvantagens de viver no meio rural em relação a viver no meio urbano?
- 9) Sente-se realizada(o) no meio rural?

- Quais os motivos que o levaram a sair do meio rural?
- Você acredita que sair do meio rural é o melhor caminho a ser seguido pelos jovens rurais?
- Como você explica o fato de que dos jovens que deixam o meio rural, a maioria são do sexo feminino?
- A saída dos jovens do meio rural pode ameaçar a continuidade das atividades da agricultura familiar?
- Você tem alguma pretensão de retornar ao meio rural?
- O que deveria existir na dinâmica rural para que os jovens permanecessem?
- Se isso existisse, mudaria sua decisão de ter saído, ou lhe motivaria a retornar?
- A quem cabe prover essas possíveis deficiências?
- Como a estrutura comunitária, no caso de Novo Cerro Azul, interfere na dinâmica dos jovens? É positiva?
- Como o acesso aos bens de consumo interfere nas decisões dos jovens rurais? Qual a relação que tem com o consumo?

7.5 ROTEIRO DE ENTREVISTAS JOVENS QUE PERMANECEM NO MEIO RURAL

Roteiro de entrevistas – Jovens que permanecem

1. Primeira parte: dados

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Sexo:

1.4 Escolaridade:

1.5 Estado civil:

1.6 Profissão:

2. Segunda Parte: aspectos da trajetória de vida

2.1 Poderia contar sua história de vida?

3. Terceira Parte: relação com a comunidade

3.1 Como você percebe a relação das pessoas com a comunidade? Elas gostam de morar aqui em Novo Cerro Azul?

3.2 Você gosta de viver aqui? E os outros jovens?

3.3 O que mais lhe agrada na comunidade?

- 3.4 O que mais lhe desagrada?
- 3.5 Qual a sua relação com a comunidade de Novo Cerro Azul?
- 3.6 Participa de quais instituições sociais?
- 3.7 Participa de grupo de jovens?
- 3.8 Imagina que a existência da estrutura comunitária contribui para manter os jovens vivendo no meio rural?
- 3.9 Quais as dificuldades/deficiências da comunidade em relação ao meio urbano?
- 3.10 A comunidade oferece as mesmas oportunidades para rapazes e moças?
- 4. Quarta Parte: o imaginário de ser jovem, ser jovem rural
 - 4.1 O que é ser jovem para você?
 - 4.2 Você se considera jovem, um jovem rural?
 - 4.3 Como é ser um jovem rural?
 - 4.4 Em relação ao jovem urbano, quais os aspectos positivos de ser um jovem rural?
 - 4.5 Em relação ao jovem urbano, quais os aspectos negativos de ser um jovem rural?
 - 4.6 Como você diferencia um jovem rural de um jovem urbano?
- 5. Quinta Parte: Os aspectos decisórios
 - 5.1 Por que você acha que os jovens decidem ficar no meio rural?
 - 5.2 Por que eles decidem sair do meio rural?
 - 5.3 Como e quando os jovens decidem isso?
 - 5.4 Acredita que os jovens do meio rural tenham um projeto de vida?
 - 5.5 Acredita que seja mais fácil para o jovem realizar o seu projeto de vida no meio rural ou no meio urbano?
 - 5.6 Falta alguma coisa no meio rural para que os jovens possam realizar plenamente o seu projeto de vida?
- E no seu caso:
 - 5.7 Você decidiu permanecer no meio rural?
 - 5.8 Essa decisão é definitiva ou provisória?
 - 5.9 O que o levou a tomar essa decisão?
 - 5.10 Você tem um projeto de vida? Qual?
 - 5.11 Acredita que possa realizar seu projeto de vida no meio rural ou no meio urbano?
 - 5.12 Acredita que vai realizar seu futuro profissional almejado?
 - 5.13 Acredita que o grau de instrução influencia a decisão dos jovens?
 - 5.14 Existe diferença entre a decisão dos rapazes e moças? Por quê?
- 6. Sexta parte: atividades desenvolvidas

- 6.1 Que atividades os jovens geralmente desenvolvem nas propriedades rurais?
- 6.2 Existe diferença entre atividades de rapazes e atividades de moças?
- 6.3 Os jovens do meio rural tem participação nos proventos (lucros) oriundos da propriedade?
- 6.4 Como eles lidam com o dinheiro? Precisam pedir e gastar conforme for orientado ou tem autonomia?
- 6.5 Em que geralmente os jovens gastam o dinheiro? Existe diferença entre rapazes e moças?
- 6.6 Você acredita que os jovens se sentem satisfeitos com a participação no trabalho e no acesso a renda da propriedade? E você?
- 6.7 Percebe diferença em relação ao acesso a renda entre jovens do meio rural e do meio urbano?
- 6.8 Os jovens do meio rural desenvolvem atividades econômicas fora da propriedade? E você?
- 6.9 Percebe diferença na realização dessas atividades entre rapazes e moças?
- 6.10 São atividades permanentes ou eventuais?
- 6.11 Qual a finalidade delas?
- 6.12 Elas influenciam na decisão de permanência no meio rural?
- 7. Sétima parte: relações familísticas
 - 7.1 Entre as propriedades rurais aqui da comunidade, quem geralmente as dirige?
 - 7.2 No seu caso, qual a sua participação nas decisões da propriedade?
 - 7.3 Os jovens conseguem efetivar suas ideias em relação aos rumos da propriedade?
 - 7.4 Sabe se é comum existirem conflitos referentes à organização da propriedade?
 - 7.5 Se fosse pela vontade de seu pai, você permaneceria na atividade?
 - 7.6 Se fosse pela vontade de sua mãe, você permaneceria na atividade?
 - 7.7 E pela sua vontade?
 - 7.8 Algum deles lhe incentiva a permanecer como sucessor na propriedade?
 - 7.9 Já foi decidido quem será o sucessor da propriedade?
 - 7.10 Quem cuidará de seus pais?
- 8. Oitava parte: Lazer e sociabilidades
 - 8.1 Quais atividades de lazer os jovens do meio rural realizam?
 - 8.2 Existe diferença entre rapazes e moças?
 - 8.3 Existe diferença entre atividades de lazer dos jovens do meio rural e atividades de lazer dos jovens do meio urbano?
 - 8.4 Com quem os jovens do meio rural as realizam?
 - 8.5 Em quais locais geralmente?

8.6 Percebe facilidade ou dificuldade para os jovens do meio rural realizar atividades de lazer?

8.7 As atividades desenvolvidas na agricultura dificultam ou facilitam a realização das atividades de lazer?

8.9 O meio de locomoção interfere no lazer?

8.10 Para quem tem moto é mais fácil?

8.11 Como é nos bailes?

8.12 É fácil para um jovem do meio rural namorar uma moça da cidade? E o contrário?

8.13 Percebe dificuldade em encontrar parceiros(as)?

8.14 Você teme não encontrar namorado(a) para se casar?

8.15 Como os jovens percebem o casamento? Em que medida ele é necessário para a permanência no meio rural?

9. Nona parte: Carências, projetos, políticas públicas

9.1 Numa visão geral dos jovens da comunidade, eles dispõem de terra com quantidade e qualidade suficientes para permanecerem na agricultura?

9.2 Percebe carências no meio rural?

9.3 Existe a necessidade de políticas públicas específicas para a juventude rural? Quais?

9.4 Acredita que futuramente mais jovens permanecerão no meio rural?

9.5 Quais os seus projetos futuros no meio rural?

9.6 Como você vislumbra o meio rural no futuro?

7.6 QUESTIONÁRIO COM AS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE

Pesquisa de campo – questionário com as famílias da comunidade

Data: ____/____/____. Hora: ____ h ____ min.

1) Sexo: () Mas. () Fem.

2) Idade: _____.

3) Há quanto tempo reside em Novo Cerro Azul?

() Desde que nasci.

() ____ anos ou ____ meses.

4) Número de pessoas que compõe o grupo familiar (todos os membros presentes ou não. Ex. Pai, mãe, filhos, agregados, etc.)

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () _____

5) Número de pessoas que compõe a residência atual (domicílio)?

()1 ()2 ()3 ()4 ()5 ()6 ()7 ()8 ()_____

6) Algum membro da família já deixou o meio rural?

() sim. () não.

Se SIM, quantos?

()1 ()2 ()3 ()4 ()5 ()6 ()7 ()8 ()_____

6.1. Qual o gênero dos que saíram?

() Feminino

6.1.1. Com qual faixa etária saiu?

() de 0 a 5 () de 6 a 10

() de 11 a 15 () de 16 a 20

() de 21 a 25 () de 26 a 30

() outra._____.

() Masculino

6.1.2. Com qual faixa etária saiu?

() de 0 a 5 () de 6 a 10

() de 11 a 15 () de 16 a 20

() de 21 a 25 () de 26 a 30

() outra._____.

7) Para qual(is) atividade(s)saiu(ram)?

() estudos. () indústria

() restaurante. () comércio

() frigorífico. () casamento

() outras.

_____.

_____.

8) Para qual(is) cidade(s) foram?

_____.

_____.

_____.

_____.

9) Dos que compõe o grupo residencial atual, quantos da família trabalham na atividade rural atualmente?

()1 ()2 ()3 ()4 ()5 ()6 ()7 ()8 ()_____

10) Existem jovens (de 15 a 29 anos) morando com a família atualmente?

() sim. () não.

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () _____

Masc.: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () _____

Idade(s): _____; _____; _____; _____; _____; _____;

Fem.: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () _____

Idade(s): _____; _____; _____; _____; _____; _____;

11) Deseja que os filhos continuem na agricultura?

() sim. () não.

11.1 Se sim, por quê?

() para continuarem a tradição da família;

() pois a vida na agricultura é boa;

() para que fiquem perto dos pais;

() outra _____.

11.2 Se não, por quê?

() porque a vida no meio rural é difícil;

() porque podem ter uma vida melhor no meio urbano;

() porque será muito difícil estabelecer os filhos em suas próprias propriedades.

() outro. _____.

12) Espera que algum filho assuma a vossa propriedade?

Pai: () sim. () não.

Mãe: () sim. () não.

13) Já foi definido quem será o sucessor da vossa propriedade?

() sim, o filho mais velho.

() Sim, o filho mais novo.

() Sim, o filho que quis ficar.

() Sim, o filho que ficar para cuidar dos pais.

() não.

() outro. _____

14) É mais provável um filho homem ou uma filha mulher se tornar sucessor(a) da propriedade?

() filho homem () filha mulher () ambos;

Por quê?

() tem maior vocação;

() demonstra mais interesse;

☐ conhece melhor o trabalho na agricultura;

☐ outro. _____

15) Como os outros filhos serão compensados?

☐ isso ainda não foi definido;

☐ receberão um valor em dinheiro;

☐ receberão parte da propriedade;

☐ já foram compensados (estudos, etc.);

☐ não serão compensados;

☐ outro. _____

16) Na sua opinião, por que os jovens deixam o meio rural?

☐ pouco acesso à renda

☐ dificuldade de relação com a família;

☐ desejo de estudar;

☐ busca de melhores salários na cidade;

☐ busca de trabalho mais leve que o do campo;

☐ existência de conhecidos/amigos que já tenham migrado para a cidade;

☐ falta de atividades de lazer.

☐ outra _____.

17) Na sua opinião por que motivo os jovens permaneçam no meio rural?

☐ acesso ao seu próprio dinheiro;

☐ dificuldade de encontrar emprego na cidade;

☐ possibilidade de ser sucessor na propriedade dos pais;

☐ desinteresse de sair para estudar;

☐ boa relação com a família;

☐ falta de conhecidos/amigos que já tenham migrado para a cidade;

☐ ter vocação para agricultura.

☐ ter bastante opções de lazer.

☐ outra _____.

18) Quem tem mais facilidade para sair da roça, a moça ou o rapaz?

☐ moça; ☐ rapaz; ☐ ambos;

Por quê?

☐ é mais fácil conseguir emprego;

☐ salário na cidade é maior que no campo;

☐ é mais fácil conseguir moradia na cidade;

() tem mais interesse em estudar;

() outra _____

19) Quem tem mais facilidade para ficar na roça, a moça ou o rapaz?

() moça; () rapaz; () ambos;

Por quê?

() tem mais facilidade com a trabalho na roça;

() é mais interessada(o) com as coisas da roça;

() é mais difícil para conseguir emprego na cidade;

() tem menos interesse em sair para estudar;

() outra _____.

20) Existem diferenças nas atividades realizadas entre rapazes e moças no meio rural?

() Sim; () Não.

Se sim, quais?

() os rapazes trabalham na lavoura e as moças na casa;

() as moças trabalham na lavoura e os rapazes na casa;

() os rapazes geralmente trabalham na lavoura e as moças geralmente trabalham na casa, mas podem fazer ambas as atividades;

() outra _____.

21) Qual a participação do(s) filho(s) nas decisões relativas ao andamento das atividades produtivas da propriedade?

() participam ativamente nas decisões.

() participam pouco nas decisões.

() não participam nas decisões.

22) Quem participa mais nas decisões relativas ao andamento das atividades produtivas da propriedade?

() moça; () rapaz; () ambos;

23) Imagina que a existência da estrutura e da vida comunitária em Novo Cerro Azul contribuem para manter os jovens vivendo no meio rural?

() sim; () não.

24) Falta alguma coisa na comunidade para que mais jovens permaneçam aqui?

() sim; () não.

Se sim, o que?

() empregos;

() oportunidades de lazer;

☐ oportunidade de continuar os estudos;

☐ internet;

☐ telefonia celular;

☐ melhor condição de transporte;

☐ outra._____.

25) Percebe facilidade ou dificuldade para seu(s) filho(s) realizar(em) atividades de lazer?

☐ facilidade. ☐ dificuldade.

26) Teme que seu(s) filho(a;s) não encontre(m) parceiro(a; s) para se casar(em) se decidir(em) ficar no meio rural?

☐ sim. ☐ não.

27) Em que medida o casamento é necessário para a permanência no meio rural?

☐ muito necessário.

☐ razoavelmente necessário.

☐ pouco necessário.

☐ desnecessário.

28) Existem aposentados/pensionistas no grupo residencial atual?

☐ sim. ☐ não.

Se sim, quantos?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ _____

29) Dos que compõe o grupo residencial atual, algum trabalha em outra atividade?

☐ sim. ☐ não.

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ _____.

Qual(is)_____

30) Qual o tamanho da propriedade?

☐ 1 a 4 hectares; ☐ 5 a 8 hectares;

☐ 9 a 12 hectares; ☐ 13 a 16 hectares;

☐ 17 a 20 hectares; ☐ 21 a 24 hectares;

☐ 25 a 28 hectares; ☐ 29 a 32 hectares;

☐ 33 a 36 hectares; ☐ Mais de 36 hectares;

31) Na sua opinião, a quantidade de terra que dispõe é suficiente para que a propriedade seja lucrativa?

☐ sim. ☐ não.

32) Quais atividades ou cultivares são desenvolvidas na propriedade com a finalidade de venda?

- ☐ pecuária leiteira; ☐ pecuária de corte;
☐ milho; ☐ fumo;
☐ hortaliças; ☐ reflorestamento;
☐ frutas; ☐ feijão;
☐ arroz; ☐ soja;
☐ outra._____.

33) Com qual das atividades desenvolvidas se obtém a maior renda?

- ☐ pecuária leiteira; ☐ pecuária de corte;
☐ milho; ☐ fumo;
☐ hortaliças; ☐ reflorestamento;
☐ frutas; ☐ feijão;
☐ arroz; ☐ soja;
☐ outra._____.

34) Na sua opinião, qual a qualidade da vossa terra para o cultivo de alimentos?

- ☐ excelente;
☐ muito boa;
☐ razoável;
☐ ruim;
☐ péssima;

35) Qual a renda média mensal da propriedade?

- ☐ até R\$ 500,00
☐ de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00
☐ de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.500,00
☐ de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00
☐ de R\$ 2.001,00 a R\$ 2.500,00
☐ de R\$2.501,00 a R\$ 3.000,00
☐ de R\$3.001,00 a R\$ 3.500,00
☐ de R\$3.501,00 a R\$ 4.000,00
☐ de R\$4.001,00 a R\$ 4.500,00
☐ de R\$4.501,00 a R\$ 5.000,00
☐ Mais de R\$ 5.000,00

36) Está satisfeito(a) com a renda obtida em sua propriedade atualmente?

() sim. () não.

37) Existe um controle sobre o lucro obtido em cada atividade?

() sim. () não.

38) A venda da produção é feita para quem?

() Cooperativa;

() Indústria;

() Mercado;

() Diretamente ao consumidor;

() Outro. _____

39) Na propriedade é realizada alguma atividade de artesanato com finalidade de venda?

() sim.

() não.

() às vezes.

() raramente;

Se sim, qual _____

40) Algum membro do grupo residencial atual participou, nos últimos três anos, de cursos de capacitação para atividades rurais?

() sim. () não.

41) A propriedade é atendida por assistência técnica especializada?

() sim. () não.

42) A assistência técnica recebida hoje é suficiente para melhorar as atividades produtivas da propriedade?

() sim. () não.

43) É utilizada mecanização na propriedade?

() sim.

() não.

() às vezes.

() raramente.

44) É utilizada irrigação na propriedade?

() sim. () não.

45) Algum produto é industrializado para venda na propriedade?

() sim.

() não.

() às vezes.

() raramente.

46) Existe o desejo de industrializar algum produto para venda na propriedade?

() sim. () não.

Se sim, qual _____.

47) Utilizam-se de financiamentos para viabilizar as atividades produtivas?

() sim. () não.

48) Qual o nível de importância dos financiamentos para viabilizar as atividades produtivas?

() muito importantes, sem eles não se poderia viabilizar a produção.

() importantes, eles garantem maior tranquilidade na viabilização da produção.

() razoavelmente importantes, sem eles ainda se poderia viabilizar a produção.

() pouco importantes, são utilizados apenas para dar segurança na viabilização da produção.

49) Algum filho tem interesse em acessar o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)?

() sim. () não.

50) A propriedade está vinculada a alguma atividade de integração produtiva?

() sim. () não.

Qual? _____.

51) Integram alguma iniciativa de cooperativismo agrícola?

() sim. () não.

Qual? _____.

52) Dos problemas abaixo, algum pode ser verificado na propriedade?

() dificuldades para realizar investimentos;

() dificuldades financeiras (“giro”);

() dificuldades administrativas (gestão);

() falta de mão-de-obra;

() outra: _____.

53) Se continuar do jeito que as coisas estão hoje, acredita(m) que futuramente mais jovens permanecerão no meio rural?

() sim. () não

54) A sua visão futura sobre o meio rural é de que as coisas vão melhorar ou piorar?

() vai melhorar.

() vai piorar.

() vai ficar do mesmo jeito.

55) O que precisa acontecer para melhorar a vida no meio rural?

- ☐ () aumentar o acesso ao crédito;
- ☐ () aumentar a assistência técnica;
- ☐ () criar garantia de preços;
- ☐ () melhorar o seguro agrícola contra problemas climáticos;
- ☐ () melhorar as estradas;
- ☐ () outra:_____.

56) Se melhorar, o senhor acredita que mais jovens permanecerão no meio rural?

- ☐ () sim. ☐ () não.

Se sim, ficarão mais:

- ☐ () moças. ☐ () rapazes. ☐ () ambos.